

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

Andréa Ledig de Carvalho Pereira

**CONSERVADORAS OU REVOLUCIONÁRIAS?**  
**trajetórias femininas, filantropia e proteção social: São Paulo e Rio**  
**de Janeiro (1930-1960)**

UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
FLUMINENSE



NITERÓI, RJ  
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
CURSO DE DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**ANDRÉA LEDIG DE CARVALHO PEREIRA**

**CONSERVADORAS OU REVOLUCIONÁRIAS?  
TRAJETÓRIAS FEMININAS, FILANTROPIA, E PROTEÇÃO SOCIAL:  
SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO (1930/1960).**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos sociais e proteção social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suely Gomes Costa

Niterói  
2016

1. P436 Pereira, Andréa Ledig de Carvalho.  
Conservadoras ou revolucionárias? Trajetórias femininas,  
filantropia e proteção social: São Paulo e Rio de Janeiro (1930-1960) /  
Andréa Ledig de Carvalho Pereira. – 2016.  
277 f.: il.  
Orientadora: Suely Gomes Costa.  
Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal  
Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016.  
Bibliografia: f. 258-275.
1. Mulher. 2. Filantropia. 3. Serviço social. 4. Biografia. I. Costa,  
Suely Gomes. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço  
Social. III. Título.

ANDRÉA LEDIG DE CARVALHO PEREIRA

CONSERVADORAS OU REVOLUCIONÁRIAS?  
TRAJETÓRIAS FEMININAS, FILANTROPIA E PROTEÇÃO SOCIAL: SÃO PAULO E RIO  
DE JANEIRO (1930/1960).

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social. Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suely Gomes Costa (Orientadora)  
Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rachel Soihet  
Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Martha de Luna Freire  
Instituto de Saúde da Comunidade da Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Cristina Lima de Almeida  
Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Inez Terezinha Stampa  
Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica de Castro Maia Senna (Suplente)  
Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof. Reinaldo Guimarães da Silva Guimarães (Suplente)  
Departamento de Serviço Social - UNIAN

*A todas as mulheres que por diferentes caminhos  
continuam à luta cotidiana pela cidadania.*

“Só eu sei o quanto eu caminhei pra chegar até aqui”<sup>1</sup>. E lá se foram quatro anos... A caminhada da tese é assim, um esforço individual, mas nunca solitário. Desafiante, mas recompensador. Aos que estiveram junto comigo durante esta caminha, gostaria de agradecer.

Primeiramente a DEUS, sua presença foi constante durante todo o trajeto. Enxugando minhas lágrimas e me fazendo acreditar que esse era um sonho possível. A Ele toda honra, toda glória e todo louvor. Sem Ele nada disso seria possível.

Ao meu marido, Michel Pereira, amor e amigo de toda a vida, pela paciência, pelo incentivo, pela parceria e cumplicidade. Aos meus filhos, Michel e Thamiris, obrigado por serem filhos tão maravilhosos (o que me poupou muito trabalho... rs...), por compreenderem as minhas muitas ausências durante esses quatro anos, mas principalmente por estarem sempre ao meu lado. Eu sei que não foi fácil. Mas sonho que sonha só é só um sonho, já o sonho que se sonha junto é realidade. Esta tese é nossa. Amo vocês!

Aos meus pais, Ana e Lourival, por acreditarem na educação e no conhecimento como projeto de vida. Vocês são o começo de tudo! Mas a experiência do doutorado não envolve só família, muitas outras pessoas entram em nossas vidas. Algumas de maneira breve, já outras vieram para ficar. Mas todas certamente deixaram suas marcas.

Começo pela minha orientadora e amiga Suely Gomes Costa, por ter me apresentado - ainda na graduação - o caminho frutífero da pesquisa histórica. Com você, eu descobri a paixão pela pesquisa e pela docência.

À Consuelo Guedes, pela leitura sempre atenta do trabalho, pelo apoio e pelos "puxões de orelha" precisos. Sua amizade foi um dos melhores presentes que a tese me trouxe. Adoro você!

Às minhas amigas e amigos de perto e de longe, pelo carinho e por compreenderem as

---

<sup>1</sup> Cidade Negra, *A Estrada*.

muitas vezes que não pude estar presente.

À Claudia Cristyna, por ter dividido comigo a árdua tarefa da maternidade transferida, pelo zelo com a "minha bagunça" e principalmente por sua amizade.

Também gostaria de agradecer aos diferentes trabalhadores que tornaram esse trabalho possível: Janilce do Centro de Memória do Colégio Henrique Lage – Barreto -Niterói, por ter dividido comigo a busca de rastros e indícios que me levassem à Violeta, foi uma viagem no tempo maravilhosa. À Daiane e a toda equipe do NDC/UFF – Preventório Niterói, pelo carinho e atenção com que sempre me recebeu, ali eu me sentia em casa. À Andréa pela disponibilidade com que recebeu minhas inúmeras solicitações na Biblioteca Central da UFF. Registro também meu agradecimento a toda equipe do Museu Emilio Ribas de Saúde Pública – MUSPER e do Arquivo do DEOPS/SP, vocês fizeram eu me apaixonar por São Paulo. Obrigada pelo apoio à pesquisa.

Não poderia terminar sem registrar meu agradecimento aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF, em especial ao Professor André Brandão e à funcionária Raquel, guardo-os em meu coração.

E, finalmente, mas não menos importante, à CAPES, ao CNPQ, pelo apoio e incentivo à pesquisa e qualificação docente.

“Enquanto escrevo esse livro, recapitulando as atividades de minha mãe, sinto-me por vezes fatigada só em pensar em quanto coisa realizou e me admiro de como pode produzir tanto”

(Maria Augusta Tibiriçá Miranda)



## RESUMO

Sujeitos sociais e proteção social conformam matéria que compõe um campo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF, desde 2002, ano de sua criação. A tese se inscreve nesta área de concentração, alinhando-se, ainda, aos estudos de gênero e proteção social. Em estudos biográficos de Pérola Byington (1879-1963) e de Alice Tibiriçá (1886-1950) - no Estado de São Paulo - e de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama (1906-2009) - no antigo Estado do Rio de Janeiro - examinam-se experiências assistenciais entre 1930 e 1960, implementadas sob o processo de crescente industrialização e urbanização do país e de muitas transformações políticas. Estas trajetórias femininas traduzem iniciativas impulsionadas pelo sentimento de compaixão por corpos que sofrem e que, também, acionam ações filantrópicas como um imperativo político. A tese admite que ações filantrópicas localizam rumos do processo de tomada de consciência sobre a magnitude da questão social e a exigência de acesso dos sujeitos que se ocupam de direitos sociais. No caso, as iniciativas de institucionalização de redes e de serviços de proteção social no país também conferem a essas mulheres notoriedade e reconhecimento público. Admite que as experiências aqui examinadas - como muitas outras iniciativas femininas de ação, criação e organização de diferentes serviços sociais em todo o país - acionam a visibilidade de mulheres na esfera pública e seu crescente empoderamento.

Palavras-chaves: Mulheres. Filantropia. Serviço Social. Biografia.

## ABSTRACT

Social subjects and social protection conform matter that makes up a search field of the UFF Graduate Program in Social Policy since 2002, the year of its creation. The thesis is inscribed in this area of concentration, lining up, yet, studies of gender and social protection. In biographical studies of Pérola Byington (1879-1963) and Alice Tibiriçá (1886-1950) in São Paulo and Violeta Campofiorito Saldanha da Gama (1906-2009) in the former State of Rio de Janeiro, examines care experiences between 1930/1960, implemented in the process of growing industrialization and urbanization of the country and many political changes. These female trajectories translate initiatives driven by a sense of compassion for suffering bodies and also trigger philanthropic actions as a political imperative. The thesis admits philanthropic actions located course of the process of awareness of the magnitude of social issues and the need for access of subjects dealing with social rights. In this case, the networks institutionalization of initiatives and social protection services in the country also give these women notoriety and public recognition. It admits that the experiences examined here, like many other female action initiatives, creation and organization of different social services across the country, trigger women's visibility in the public sphere and their growing empowerment.

Keywords: Women. Philanthropy. Social service. Biography.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Alice e os filhos, Maria Augusta e Jorge, 37

FIGURA 2 – Conferência proferida por Alice Tibiriçá por ocasião da fundação da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra em Santos, 57

FIGURA 3 – Resultado da “Campanha da Solidariedade” em Juiz de Fora–MG. Inauguração da sala de diversões “Alice Tibiriçá” no Asilo Colônia Santa Izabel em Belo Horizonte – Junho de 1933, 79

FIGURA 4 – Abertura, em dezembro de 1933, dos trabalhos da “Campanha da Solidariedade” em Niterói e São Gonçalo, visando à construção de um leprosário na Ilha do Carvalho, 80

FIGURA 5 – Alice Tibiriçá, presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros, diretores e cooperadores da “Campanha da Solidariedade” em Jahu - São Paulo, 81

FIGURA 6 – Sessão de encerramento da Conferência para uniformização da Campanha Contra a Lepra, 83

FIGURA 7 – Pearl Ellis McIntyre, com as irmãs Mary e Lilly e a mãe Mary Ellis no Colégio Piracicabano – 1890, 110

FIGURA 8 – Pearl McIntyre com as irmãs Mary e Lilly e a mãe Mary, 114

FIGURA 9 – Pérola Byington com os filhos Elizabeth e Alberto, 124

FIGURA 10 – Educadora sanitária em visita domiciliar. - Fundo Cruzada Pró-Infância, 135

FIGURA 11 – Primeiro aniversário da Cruzada Pró-Infância – 1931, 146

FIGURA 12 – Visita domiciliar realizada a puérpera, 152

FIGURA 13 – Entrega de donativo pela presidente da LBA (D. Darcy Vargas) a Presidente da Cruzada Pró-Infância (D. Pérola Byington), 156

FIGURA 14 – Entrega de um carro pela esposa do representante da Ford a presidente da Cruzada Pró-infância D. Pérola Byington, 169

FIGURA 15 – Família atendida pela Cruzada, 170

FIGURA 16 – Getúlio Vargas e Alzira Vargas, 196

FIGURA 17 – Alzira Vargas e Amaral Peixoto em revista a banda da Escola do Trabalho Henrique Lage, 196

FIGURA 18 – Festa de encerramento do ano letivo de 1955, 234

FIGURA 19 – D. Violeta e o Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DAMK), 240

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA, iv

AGRADECIMENTOS, v

EPÍGRAFE, vii

RESUMO, viii

ABSTRACT, ix

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, x

SUMÁRIO, xii

INTRODUÇÃO, 14

1. A Tese, 24

2. Os Capítulos, 24

2.1. Pelas mãos de Alice, 24

2.2. Uma Pérola de mãe, 25

2.3. Um caminho de violetas, 25

CAPÍTULO I – PELAS MÃOS DE ALICE, 28

1.1. Uma Bugrinha chamada Alice, 30

1.2. O encontro com a dor da lepra, 34

1.3. Novos rumos, novas conquistas, 38

1.4. As escolhas de Alice, 53

1.5. Uma Mulher Paulista, 66

1.6. “Com o governo se preciso; sem o governo se possível; e até mesmo contra o governo se assim for necessário”, 74

1.7. O Rio de Janeiro continua lindo..., 85

1.8. Uma guinada à esquerda, 92

CAPÍTULO II – UMA PÉROLA DE MÃE, 103

2.1. Pearl: Uma pérola do Mississipi que deságua em São Paulo, 105

2.2. Uma família de Professoras, 108

2.3. Uma dona de casa, 118

2.4. Um encontro com a dor da infância desamparada, 124

- 2.5. “A Nação caminha para o futuro pelos pés da criança”, 130
- 2.6. Uma Cruzada em favor da infância, 136
- 2.7. Perola Byington e a Assistência materno-infantil, 147
- 2.8. O feminismo entre atalhos, 159
- 2.9. Uma cruzada pela saúde, 165

### CAPÍTULO III – ‘UM CAMINHO DE VIOLETAS’, 176

- 3.1. Um Ser da arte, 177
- 3.2. Uma Mulher vocacionada para o Magistério, 181
- 3.3. Um encontro com a dor da pobreza, 188
- 3.4. Uma legionária de Alzira Vargas, 202
- 3.5. A Escola de Serviço Social de Niterói e a educação feminina, 213
- 3.6. Um novo tempo na Escola de Serviço Social, 226

### CONCLUSÃO, 254

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 259

**CONSERVADORAS OU REVOLUCIONÁRIAS?**  
**TRAJETÓRIAS FEMININAS, FILANTROPIA E PROTEÇÃO SOCIAL: SÃO PAULO E**  
**RIO DE JANEIRO (1930/1960)**

**INTRODUÇÃO**

Ao iniciar a pesquisa para a produção desta tese, deparei-me com uma imensa lacuna: a de conhecimentos sobre as filantropas, pois a historiografia do Serviço Social no Brasil parece - ainda hoje - descartá-las por considerar experiências insignificantes para compreender a marcha dos direitos sociais neste país. Até hoje, a tendência é a de privilegiar estudos de instituições formais de assistência social e, principalmente, daquelas que, a cargo do Estado ou sob a sua tutela, têm se desenvolvido, deslocando os protagonismos de muitas mulheres para o limbo da história.

Contrapondo-se a esta perspectiva, pesquisadoras internacionais sobre a história social das mulheres - como Nadine Lefaucher, Giselle Bock e Michelle Perrot - apontam que, a partir de ações filantrópicas e assistenciais, as mulheres - especialmente as provenientes das classes média e alta - chegam, e com destaque, à esfera pública, onde marcam posição e ganham notoriedade neste campo de atuação em vários países, oferecendo uma pista para a investigação.<sup>2</sup> No desempenho dessas atividades, em vários tempos e lugares, homens e mulheres se destacam social e politicamente e ganham notoriedade em ações sociais que oferecem subsídios para o exame de processos políticos, conformando a marcha em direção à era dos direitos sociais, como sinaliza Lynn Hunt (2009). No Brasil, os estudos de Suely Gomes Costa, Maria Martha Luna Freire, Ana Paula Vosne Martins, Gisele Sanglard, Maria Lúcia Mott e Rachel Soihet têm permitido redefinir significados políticos dessas iniciativas e da presença marcante desses

---

<sup>2</sup> BOCK, G. Pobreza feminina, maternalismo e direitos das mães (1890-1950). In: DUBY, G, PERROT, M. *História das mulheres no ocidente: O século XX*. Porto: Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 435-477. LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, família e Estado. In: DUBY, G, PERROT, M. *História das mulheres no ocidente: O século XX*. Porto: Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994, p. 479-503. PERROT, M. Sair. In: DUBY, G, PERROT, M (Org.). *História das mulheres no ocidente: O século XX*. Porto: Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 503-540.

homens e mulheres nas ações filantrópicas e de assistência social<sup>3</sup>.

Para elencar alguns desses debates em torno da filantropia, certamente deve ser reservado um lugar à contribuição do Projeto *Filantropia e Cidadania no Brasil*, coordenado por Leila Landim no Instituto de Estudos da Religião - ISER entre 1994- 1996. De acordo com esta autora, a descoberta ou redescoberta, nos anos 1990, do vasto, diferenciado e tão antigo quanto novo universo das chamadas organizações não governamentais sem fins lucrativos ou associações voluntárias, recolocou o tema da filantropia no cerne do debate político e acadêmico do país. Seria a filantropia uma “afirmação da caridade” ou uma “afirmação dos direitos sociais”? (LANDIM, 1998, p 12).

Um desdobramento dessa primeira questão é bastante importante: a diferença entre caridade e filantropia. O artigo *Pobreza & Filantropia : Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)* de Gisele Porto Sanglard (2014) ajudou-me a entender o quanto a caridade, impregnada pelos ideais cristãos, reflete o temor a Deus e uma atitude de resignação ante a pobreza, uma ação abnegada e anônima que, ainda hoje, advém das religiões cristãs e de suas irmandades – instituições laicas, mas de devoção – Em suas obras, no intuito de minimizar o sofrimento alheio, verifica-se, regularmente a distribuição de pão, sopa e agasalhos, bem como movimentos pela manutenção de hospitais, de asilos, de orfanatos, dentre outras ações. A filantropia parece assentar-se na noção de caridade, mas também incluindo a de utilidade sociais e de dever patriótico. A seu ver, os vestígios de piedade assumem uma versão laicizada perceptível na ação continuada de grupos e ações coletivas, e, não mais, um ato individual isolado. No início do século XX a caridade não basta.

O crescente interesse historiográfico sobre o associativismo filantrópico se expressa na recente publicação *Filantropos da Nação: Sociedade, Saúde e Assistência no Brasil e em Portugal*, organizado por Gisele Sanglard e outros (FGV, 2015), expondo muito da relevância do

---

<sup>3</sup> COSTA, Suely Gomes. Reinações filantrópicas no diário de Alice Dayrell Caldeira Brandt. In: SANGLARD, et al. (Org). *Filantropos da Nação: Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e Médicos: Discursos maternalistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. MARTINS, Ana Paula Vosne. Protagonistas ou Coadjuvantes? Algumas considerações sobre o uso da biografia de mulheres para o estudo da história da filantropia e da Assistência no Brasil. 2., 2015. Ponta Grossa. *Anais...* Congresso Internacional de História. Ponta Grossa, PR, 2015. MOTT, Maria Lúcia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Perola Byngton. *Revista Gênero*, Niterói, n. 2, 2003. MOTT, Maria Lúcia. *O Gesto que salva: Pérola Byngton e Cruzada Pró-infância*. São Paulo: Grifos projetos históricos e editoriais, 2005.



tema e do estado atual de pesquisas sobre ele. Análises de protagonismos masculinos e feminismos - em diferentes ações filantrópicas - revelam muito do processo de tomada de consciência sobre as desigualdades sociais e das iniciativas que levaram à formulação de políticas públicas e às lutas por direitos sociais, situando também movimentos e iniciativas de emancipação e de profissionalização de mulheres no campo da assistência social<sup>4</sup>.

A tese é um estudo de trajetórias de mulheres no campo assistencial, ainda muito esmaecidas em seus muitos significados políticos. Localizam-se nelas, ainda hoje, questões como: quem eram essas mulheres? O que as levou a dedicarem parte de sua vida às ações filantrópicas? Que limites e desafios enfrentaram em suas saídas para o espaço público? Por que, em muitos casos, chegaram e escolheram certas causas? Como se relacionavam com o Estado? Que papel tiveram na profissionalização de pessoas na montagem de serviços sociais? Que descobertas fizeram em suas trajetórias? Aonde chegaram?

Entre outras tantas questões, resta ainda muito a desvendar dos significados de papéis desempenhados por tantas mulheres na montagem da rede de proteção social, na primeira metade do século XX, tempo de institucionalização de muitas ações sociais em diversos países.

Tal abordagem impôs, ainda, a revisão de estereótipos presentes em análises históricas das políticas sociais, os quais têm eliminado de muitos campos de observação diferentes e variadas ações femininas de muitos significados na lenta marcha de conquista de direitos no Brasil. Ana Paula Vosne Martins, em seu projeto de pós-doutorado, apresentado em 2014, ao curso de Pós-Graduação em História da UFF, retoma os termos dessa discussão ao constatar que, enquanto as figuras masculinas ocupam o lugar de destaque na memória da filantropia e na historiografia política, as filantropas foram sendo esquecidas. (MARTINS, 2014, p. 6). Mas também é verdade que hoje, mais do nunca, isso se move. André Mota (2015, p. 242), em artigo recente publicado na obra *Filantropos da Nação*, aponta que a invisibilidade das ações caritativas e filantrópicas na criação de uma “história oficial da saúde pública em São Paulo se fez, sobretudo, escondendo o fato de que essas ações mais revelaram o problema que o suplantaram, fazendo de São Paulo um

---

<sup>4</sup> Laurinda Abreu ao prefaciá-la a referida obra ressalta que: “Um aspecto geralmente menos estudado, e neste livro algumas vezes abordado, é o papel das mulheres nesses processos.”. Dos 16 artigos apresentados na referida obra, apenas 06 abordam a presença das mulheres nas ações caritativas/filantrópicas. Destes, em apenas dois as mulheres aparecem como protagonistas destas ações.

lugar pouco salubre e democrático e muito mais um lugar da miséria e da exclusão”. Para este autor, no processo de institucionalização da política de saúde, as ações filantrópicas ora foram consideradas convergentes, ora divergentes aos interesses do Estado; revelando uma intrincada teia de contendas políticas e regionais.

Lembrando as reflexões de Rachel Soihet e Suely Gomes Costa ao examinar a experiência de Alzirinha e Evita (2012), verifica-se que longe de localizar uma história do conservadorismo e da passividade feminina, a montagem do sistema de proteção social evidencia a história de mulheres que lutaram por direitos sociais, abrindo mais um capítulo da história das mulheres brasileiras<sup>5</sup>. Tais experiências mostram que - através da filantropia - as mulheres conquistam reconhecimento público e chegam a novos lugares.

Optei, então, por examinar - nesta perspectiva - motivações, práticas, discursos e redes de sociabilidades de três mulheres que, na condição de filantropas, conseguiram alcançar protagonismos sociais e políticos diversos: Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito. Suas trajetórias mostram que a filantropia não só se define como um lugar de atuação de mulheres “virtuosas”, mas também como *locus* de mudança do estado de consciência sobre as questões sociais, também assuntos de natureza política. Esta percepção irá defini-las como mulheres “perigosas”<sup>6</sup>.

Assim alio-me ao método biográfico apresentado por Levillain (2003), como método histórico que remete às experiências vinculadas ao cotidiano e a subjetividade. Nele, se tece a trama da vida, não como uma evolução, um plano pré-estabelecido onde o sujeito se apresenta como totalidade coerente. E, sim, partindo do entendimento que os indivíduos constroem sua trajetória de acordo com projetos, que vão sendo mantidos, alterados ou substituídos em função do campo de possibilidades em que se encontram. É aí, nessa conexão entre o individual e o social, o geral e o particular que reside o “pequeno X” da biografia apresentado por Sabina Loriga (2011). Para esta autora, “ apesar do peso das circunstâncias exteriores, os indivíduos

---

<sup>5</sup> A obra *Signos em Transformação*, de Suely Gomes Costa (1995), foi uma precursora desse debate no campo do Serviço Social.

<sup>6</sup> O livro de Tânia Machado Morin (2014) propõe o uso da noção de “Virtuosas” para as mulheres idealizadas pelos líderes da Revolução: as “mães republicanas” que, por meio do parto, do aleitamento e da educação dos filhos, preparavam a futura geração de patriotas. Já a noção de “Perigosas” refere-se “às militantes, às vezes armadas, que denunciavam a incompetência e a corrupção dos governantes e exigiam a punição dos ‘traidores do povo’”.

estão livres para efetuar escolhas voluntárias “ (p. 105). Para Schwarcz (2013), o conceito de trajetória representa a compreensão de um desfecho singular dentro de um campo de possibilidades.

O recorte temporal da pesquisa foi demarcado entre as décadas de 1930-1960; essa escolha se definiu pelos registros de tempo das intervenções realizadas por Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito na montagem da rede de proteção social brasileira. O marco inicial se dá quatro anos antes, em 1926, quando a mineira Alice Tibiriçá, acompanhada pela família do esposo e de outras damas da elite paulista, fundava a Sociedade de Assistência e Prevenção à Lepra de São Paulo, na cidade de São Paulo, dando início a um itinerário político que terminaria com seu falecimento em 1950. Em 1930, ano em que Getúlio Vargas assume o poder, dando início a um período de consolidação de direitos trabalhistas, Pérola Byington – uma paulista de descendência norte-americana – fundava, ao lado da associação de visitadoras sanitárias, a Cruzada Pró-Infância na capital paulista, instituição que dirigiu até seu falecimento em 1963. Quase duas décadas a separa do protagonismo político de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama. Com forte atuação filantrópica na Escola Henrique Lage em Niterói, essa professora ao lado de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, nos anos 1940, participará da montagem da LBA fluminense e da criação da Escola de Serviço Social de Niterói. Em 1964, após um desentendimento com o governo militar, essa mulher libertária pede demissão da direção da Escola de Serviço Social de Niterói, cargo que ocupara desde 1951. Uma parte dessa geração de filantropas se profissionaliza e segue em novas lutas, agora, mais e mais, por direitos sociais, embebidas de uma significativa diversidade de conceitos que apoiam suas muitas iniciativas filantrópicas e na atmosfera de progresso e modernidade presente na sociedade brasileira do início do século XX.

Com trajetórias pessoais e investimentos políticos diferenciados, Alice, Pérola e Violeta romperam o “círculo restrito traçado a sua volta”, para usar uma conhecida expressão de Perrot (1994). Contudo, “mais do que as metamorfoses operadas em si mesmas”, como salienta Margareth Rago (2010, p. 152), o exame destas três trajetórias filantrópicas permite distinguir diferentes e crescentes deslocamentos das mulheres no campo da luta por direitos de cidadania. Em conjunto, a tese pensa tramas e caminhos que teceram esse sistema de proteção social. Neles,

essas e muitas outras mulheres configuram diferentes modos do ingresso feminino no cenário político.

Observa-se que Alice e Pérola afirmam-se pela filantropia. Já Violeta aproxima-se de uma noção de Serviço Social que irá negá-la, ainda que não condene a filantropia, que a incorpore por algum tempo, pretendendo mudá-la.

Nessas experiências, é possível distinguir, porém, o discurso maternalista que qualifica a função materna de cuidados, mas também lhe confere um novo conceito e um novo status. (FREIRE, 2006). Esse é o ponto de partida para outros deslocamentos em direção à profissionalização dos serviços sociais em geral, até então prestados por meio de ações filantrópicas. Dá-se aí a consolidação de novos campos de atuação. Nessa experiência, o sistema de proteção social se redefine e expressa momentos de transição de tomada de consciência sobre direitos sociais e funções do Estado para assegurá-los. Na perspectiva de que a filantropia se desdobra como campo de lutas por direitos, contando com o dominante protagonismo de mulheres na esfera pública, a tese examina a trajetória de três mulheres que, ao entrarem pela mesma porta, chegaram a lugares tão diferentes.

Ao ampliar-se o conhecimento sobre os muitos movimentos de mulheres que forjaram marcos da construção das políticas públicas apoiadas nos ideais maternalistas, verifica-se que ainda há muito por ser conhecido. Ao apresentar a maternidade como uma função social e não apenas como uma função familiar, como indica Bock (1991), o discurso do maternalismo científico, apresentado por Freire (2006), possibilita o desenvolvimento de profissões femininas de cuidados, como as de visitadoras sociais e sanitárias, professoras primárias, enfermeiras, assistentes sociais, dentre outras. Mas a consolidação do campo assistencial, em geral, admitido como um espaço privilegiado de mulheres para o exercício de práticas de proteção social, não se configura necessariamente como um lugar apenas feminino. A experiência dos cursos de serviço social, exclusivamente feminina no início, hoje abriga um número expressivo de homens no seu corpo discente, sinalizando transformações em curso<sup>7</sup>. Na realidade, o campo da proteção social é um *locus* em que a relação entre os sexos adquire contornos bem precisos. As ações filantrópico-

---

<sup>7</sup> Essa transformação pode ser percebida em minha experiência docente. Atualmente encontramos a presença masculina em todas as turmas do curso de serviço social da Universidade Anhanguera em Niterói. Sobre o perfil dos assistentes sociais ver: [http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas\\_edicaovirtual2006.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf).

assistenciais se dão, sim, sob o “consentimento e aceitação” dos homens, como já dito, o que reforçaria muitas tradições próprias às relações de gênero. O desenvolvimento de atividades no campo da proteção social implicará estreitas associações de diferentes profissionais, homens e mulheres, configurando um espaço de exercício da política comum às relações de gênero - que também se redefinirão. Isso não significa que a idealização de “ser mãe”, tão reiterada nos discursos maternalistas de tantos tempos, deixe de embasar claras referências à feminilização de diversas profissões emergentes do século XX.

Trata-se, pois, de questionar, como o fez Marina Maluf na obra *Ruídos da Memória* (1995), a existência de fronteiras materiais e simbólicas que separam “as coisas de dentro” das “coisas de fora”, o espaço público da produção e do agir político e aquele do espaço doméstico, assim, da esfera privada em que valores e papéis femininos vinculados à maternidade prevalecem. Nas experiências filantrópicas de Alice Tibiriçá Pérola Byington e Violeta Campofiorito, o doméstico e o público não se encontram tão perfeitamente separados, como aponta a literatura mais formal. Mas, ao contrário, entrelaçam-se com conflitos, ambiguidades e desafios, nessas e em muitas outras trajetórias femininas.

Assim, cabe rever conceitos colhidos em fontes históricas disponíveis em novos modos de fazer pesquisa histórica. Apoiando-me em Alcântara (2013), busco repensar o significado da biografia não apenas como gênero historiográfico, mas como fonte histórica e corpo documental que darão suporte ao trabalho de pesquisa que ora apresentamos. Assim, “as biografias podem servir de importante fonte documental para os historiadores, pois nelas podemos visualizar a construção e reconstrução da história de um mesmo elemento, porém em diferentes tempos” (ALCÂNTARA, 2013, p. 3).

Biografias de Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito - além de obras memorialísticas sobre elas e de tantas outras pessoas desse campo de atividades - são hoje tema de significativo interesse de pesquisa, tanto da academia, como de outras instituições. Essas fontes indicam muito de processos sociais de significados ainda imprecisamente conhecidos. Entre as biografias publicadas, foram escolhidas as escritas por: Maria Augusta Tibiriçá Miranda, Maria Lucia Mott et al. e Violeta Campofiorito. A primeira, médica reconhecida e filha de Alice Tibiriçá, é autora da mais completa biografia escrita sobre a vida e a obra dessa filantropa. A

segunda é historiadora e pesquisadora que, ao lado de outros colaboradores, organizou e catalogou o acervo pessoal e institucional de Pérola Byington. A terceira, ao rememorar a criação da Escola de Serviço Social da UFF em Niterói, RJ, apresenta sua própria história.

A biografia *Alice Tibiriçá: Lutas e ideais*, escrita por Miranda (2005), traça a trajetória dessa filantropa desde sua origem familiar até sua chegada ao espaço público, em um tempo que se estende da filantropia para a militância comunista. O trabalho norteia-se, principalmente, pelo afeto e por memórias compartilhadas por essas duas mulheres: mãe e filha. Fontes documentais, recortes de jornais e documentos institucionais colaboram para a construção da obra. Para Miranda, Alice é a imagem da mulher “bondosa” que abriu mão de sua vida para cuidar dos que precisavam. Uma mulher independente e lutadora, que nunca se deixou dominar e que viu na desigualdade de gênero e classe a causa de todas as mazelas. Mãe dedicada e amorosa, sempre teria estado presente nos momentos cruciais da vida dos filhos. E essa vida gera curiosidade, pois, segundo a autora, essa mulher que abdicou de sua vida pessoal para atuar na montagem de uma vasta rede de proteção aos lázaros no Estado de São Paulo foi, simplesmente, “expulsa” desse campo de luta. Em *O Gesto que salva... Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância*, Maria Lucia Mott ao lado de Maria Elisa Botelho Byington e Olga Sofia Fabergé Alves descrevem minuciosamente como foi a atuação filantrópica de Pérola Byington. Utilizando de diversas fontes primárias e biográficas, elas conseguem construir o cenário no qual Pérola Byington emerge como símbolo de maternidade e as minúcias do protagonismo feminino nesse campo do poder político. A criação de uma identidade maternal para a filantropa, por meio de suas ações de combate a mortalidade infantil e materna e sendo estes os elementos principais da criação de uma nação forte e moderna, fez com que o discurso higienista apareça nas atividades desenvolvidas pela Cruzada. Mas ao apresentar essa “mãe de todos”, a obra deixou áreas sombras sobre a sua vida privada e há um silêncio ensurdecedor sobre a figura de seu esposo.

Violeta Campofiorito, ao narrar sua trajetória, seja pelo livro *Memórias* ou pelas entrevistas que concedeu ao CPDOC e a ESS/UFF, consolida a imagem de mulher democrática que marcou sua carreira. Apesar de não ter sido biografada, sua trajetória foi objeto de inúmeros trabalhos acadêmicos, dos quais destacamos as obras de Carvalho (1993), Gomes (1994) e Costa (1995).

As autoras, ao narrarem diferentes trajetórias filantrópicas, trouxeram informações valiosíssimas pela quantidade e variedade de fontes elencadas. São autoras, mulheres, narrando histórias de outras mulheres. Descrevem a montagem do sistema de proteção social como um campo aberto para as lutas por direitos sociais e por aquelas de gênero.

Uma vez estabelecido o recorte da pesquisa, foi preciso mergulhar no universo por onde essas mulheres transitaram, no caso, sobretudo do Rio de Janeiro e de São Paulo, lugares essencialmente diferentes, nos aspectos políticos e econômicos, religiosos e artísticos, por vezes, ininteligíveis ao leitor que, desavisado, não procure entendê-los em sua lógica própria. Foi preciso tornar-me leitora, ouvinte e principalmente visitante de um passado que - embora apresente significativas rupturas - permite o entendimento do devir, em presença de continuidades.

Nesse universo repleto de lacunas, onde a matéria tratada refere-se a uma memória social, corre-se o risco de vê-la diluída. Em outras palavras, a matéria de interesse da pesquisa pode dissolver-se seja por um esquecimento de sinal ideológico, seja por uma efetiva ausência de registros de ações de interesse da pesquisa. Mas há vestígios do que é de interesse de pesquisa em relatórios, boletins, livros de ata, ofícios e fotografias, além de conferências, artigos e notícias publicadas em revistas e jornais de grande circulação - que, por outro lado, registram uma série de enunciados sobre as intervenções femininas na montagem do sistema de proteção social regional e brasileiro. Hoje, porém, muitas dessas fontes documentais sobre o tema encontram-se indisponíveis em acervos privados ou disponíveis de forma fragmentada em acervos públicos, muitos em precárias condições.

Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, inicialmente realizei uma leitura cuidadosa de várias publicações sobre estas mulheres. Esse foi o ponto de partida para a pesquisa empírica propriamente dita. Na busca por mais informações sobre os itinerários filantrópicos destas três mulheres, foi necessário esmiuçar o que me parecia implícito e reunir dados muito dispersos em arquivos de diferentes instituições no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Nessa busca, “cada documento acumulado reúne um conjunto de relações sociais próprias do tempo em que foi gerado” (CÔRTE, 2012, p. 176). Esse texto lembra, ainda, que os documentos só se revelam em plenitude quando submetidos à abordagem crítica do historiador. E

assim foi. Localizei fragmentos dessas trajetórias em diversos acervos do Rio de Janeiro e São Paulo, tais como o Arquivo Central da Universidade Federal Fluminense, o Centro de Memória Henrique Lage, a Biblioteca Central do Gragoatá – UFF, a Biblioteca da Casa Oswaldo Cruz, o Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro – Acervo Amaral Peixoto, a Biblioteca do Instituto Lauro de Souza Lima (essa localizada em Bauru – SP), o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo - DEOPS/Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas (MUSPER) da Fundação Butantã, em São Paulo. Também foram realizadas pesquisas no acervo de periódicos e imagens da Hemeroteca digital do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Além da riqueza dos documentos textuais, a pesquisa preliminar, junto aos referidos acervos, aponta a presença de imagens em artigos de jornais e revistas e em fotografias. Aproximo-me então da análise iconográfica, na qual “a imagem não se apresenta como portadora de um sentido a ser desvendado, mas, em sua materialidade, confronta aquele que a observa. E toda ‘leitura’ resultante dessa fonte documental é marcada pela intencionalidade do autor” (VIEIRA, 2012, p. 23).

Na documentação levantada, encontram-se mulheres inquietas e intrigantes. Ao tentar captá-las, trabalhei com os vestígios do que parece se dizer sobre essas personagens, na narrativa de suas trajetórias. Nas notícias e imagens veiculadas pela imprensa dos anos 1930/1960 e nas fotografias de acervos institucionais, localizam-se personagens criadas para o mundo público. Já nos escritos e imagens fotográficas, organizados em obras biográficas criadas para homenageá-las – caso do livro *Alice Tibiriçá: Lutas e ideais*, escrito por sua filha, Maria Augusta Miranda; como no livro *O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância*, que foi escrito pelas pesquisadoras Maria Lúcia Mott e Olga Sofia Fabergé Alves, em conjunto com a neta Maria Elisa Botelho Byington; e também em obras autobiográficas, como o livro *Memórias* escrito por Violeta Campofiorito em comemoração aos 50 anos da escola; e ainda em relatos memorialísticos sobre ela em que autoras/res são coadjuvantes, caso da biografia Watson da artista plástica Leda – filha de Violeta – ou de relatos sobre ela feitos por Suely Gomes Costa e Leila Alonso Gomes, alunas da Escola de Serviço Social entre início e meados dos anos 1960, em todas estas narrativas, destacam-se os crivos e as seleções operadas por familiares e pessoas



próximas, nessa memória coletiva e institucional de atos, feitos, realizações que – ao serem guardadas - servem para serem recordadas.

A escassez de dados, para vários momentos da vida das personagens exigiram uma estratégia explicativa e de exposição, cuja inspiração encontramos em Simili (2008, p. 19) “o de procurar reconstituir o ambiente social, cultural e político no qual a personagem viveu e criou um percurso, suprimindo, assim, a falta de informação ou para dar sentido aos dados que tínhamos”. Com isso, três cenários foram montados para que as personagens apresentassem suas trajetórias.

“Vasculhando” as fontes descritas, foram extraídos aspectos que evidenciam as experiências cotidianas vividas por filantropas naquele tempo e o quanto essas experiências são significativas para o entendimento da história das mulheres. Além disso, ao investigar a tessitura do modelo assistencial brasileiro pautado na ação filantrópica, desvenda-se muito do campo político-assistencial. As instituições filantrópicas, com seus valores e políticas, estão na vida de suas protagonistas. Elas oferecem muitas informações sobre processos sociais de muitos significados da política social no tempo presente. Esse presente vivido está nas marchas e contramarchas das muitas formas políticas de produzir cuidados do passado.

## **1. A Tese**

Na perspectiva de que a filantropia se desdobra como campo de lutas por direitos e por profissionalização da assistência social, contando com o dominante protagonismo de mulheres na esfera pública, a tese examina a trajetória de três mulheres que, ao entrarem pela mesma porta, chegaram a lugares tão diferentes.

## **2. Os Capítulos**

### **2.1. Pelas mãos de Alice**

Deste capítulo, consta a trajetória de Alice Tibiriçá. Trata-se de uma mulher da elite paulista que - à frente da Sociedade de Assistência e Prevenção à Lepra da cidade de São Paulo -

irá estender as mãos aos lázaros. Torna-se depois feminista e comunista, atuando em diversos campos de luta contra as desigualdades de gênero e de classe, sendo presa pelo DOPS em 1949. Na análise de seu devir filantrópico, de suas itinerâncias na vida doméstica e no cenário político, buscam-se os significados da filantropia nos embates por direitos sociais desse seu tempo. Filantropia, lepra, movimento feminista e comunismo serão alguns dos temas abordados.

## **2.2. Uma Pérola de mãe**

Neste capítulo, a história de vida de Perl Ellis Byington ou apenas Pérola Byington, uma dona de casa da elite paulistana, oferece à pesquisa rumos de ações filantrópicas à frente da Cruzada Pró-Infância, onde consolidou o seu protagonismo político e tornou-se um exemplo de mãe. Suas atividades voluntárias, no campo da proteção materno-infantil, somadas ao contexto histórico da montagem do sistema protecionista do Estado brasileiro, irão deslocá-la para o centro das questões político-intelectuais de seu tempo e região. A trajetória de Pérola pode nos dizer muito mais sobre deslocamentos das mulheres em direção à profissionalização da assistência. Filantropia, saúde materna e infantil, profissionalização feminina e saúde pública são alguns dos temas abordados neste capítulo.

## **2.3. Um caminho de violetas**

Neste capítulo, a trajetória de Violeta Campofiorito Saldanha Gama situa dilemas de conciliação de sua carreira profissional com a vida doméstica, partindo de sua formação no magistério primário, secundário e superior, aspectos comuns à vida das mulheres que se profissionalizam. Expõe mudanças de práticas femininas no campo da proteção social, sobretudo aquelas que consolidam a profissionalização da assistência social. Atuante no campo político, foi aluna da Escola de Serviço Social de Niterói, tornando-se sua diretora por mais de quinze anos. Teve participação em ações filantrópicas, na criação de programas sociais diversos, em uma estreita relação com a administração do Estado. Participou das iniciativas de reconhecimento da

Escola de Serviço Social como curso superior. Filantropia, História do Serviço Social, Política Social e trabalho feminino são algumas das temáticas abordadas.



ALICE TIBIRIÇÁ

## CAPÍTULO I

### PELAS MÃOS DE ALICE

“As mãos? Culminam o horror do drama! Não são ellas a alma da creatura? E as mãos leprosas atestam a tortura que a enfermidade imprime ao corpo martyrisado e ao espírito!”.

Alice Tibiriçá, 1928.

Em 29 de setembro de 1949, Alice Toledo Tibiriçá, aos 63 anos de idade, já uma reconhecida filantropa brasileira, era detida pela Delegacia de Ordem Social para prestar esclarecimentos quando pretendia tomar parte em uma reunião de mulheres no nº 102 da Rua Vergueiro, na cidade de São Paulo. A prisão, nesses tempos, fora motivada pelo fato de a referida senhora manter “estreito contato com líderes do PCB, por intermédio do Instituto Feminino do Serviço Construtivo, entidade de caráter eminentemente marxista, da qual é presidente”.<sup>8</sup>

Essa filantropa, conhecida apenas como Alice Tibiriçá, na época uma das mulheres mais atuantes na montagem de uma vasta rede de proteção social aos portadores de lepra, era também líder feminista, fundadora e professora do Instituto de Serviços Sociais da Instituição Carlos Chagas, localizada na capital da República.<sup>9</sup>

Após seu falecimento em 1950, coube à Maria Augusta, sua filha caçula, assumir o papel de “guardiã” da memória materna<sup>10</sup>. Na tarefa de reproduzir a memória de Alice Tibiriçá, de sua família e do Brasil, fundem-se registros de duas gerações de mulheres: os da mãe e os da filha. Ao narrar a trajetória de sua mãe, na obra *Alice Tibiriçá: Lutas e ideais*, Maria Augusta produz imagens e representações de Alice Tibiriçá, para si e para o outro. Nela, estão presentes, como destaca Levillain (2003), as seleções, as ênfases, os crivos e as acomodações dos interesses em jogo, realizadas pela escritora. Na construção da personagem, além destes crivos, existem os que

---

<sup>8</sup> Dados colhidos do Prontuário de Alice Tibiriçá no DEOPS/SP. Disponível em: < [www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/fichaseprontuarios](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/fichaseprontuarios)>. Acesso em: 12 fev. 2015.

<sup>9</sup> Neste trabalho, utilizo o termo “lepra” e “leproso” por serem mais apropriados historicamente, considerando que, somente a partir da década de 1970, o termo “hanseníase” e “hansenianos” passou a ser utilizado no Brasil.

<sup>10</sup> Sobre o conceito de guardiã da memória, ver Gomes.

a própria Alice, em conferências, livros e artigos constrói: uma imagem de si na política, na família e na filantropia<sup>11</sup>.

Ao narrar a trajetória de sua mãe, Maria Augusta produz imagens e representações de Alice Tibiriçá para si e para o outro. Nessa escrita, fatos selecionados, vividos pela escritora, são marcados por ênfases e muitos arranjos de informações (LEVILLAIN, 2003). Na construção da personagem, nessa seleção, há aquelas dos primeiros registros biográficos de si, escritos em um pequeno caderno, em 1940. Em seus vários escritos, Alice se representa e construiria uma imagem de si como pessoa na família, na filantropia e na política, e também como a de autora de textos de conferência, livros e artigos.

Sem dúvida, Alice constrói uma trajetória para ser narrada. Mas sei que também nesses itinerários ela projeta muitas imagens de si. Nessas imagens, a ênfase recai em personagens como a filantropa, a feminista e a comunista.<sup>12</sup> Examinei sua trajetória em uma releitura da biografia conhecida desde 1980: importaram-me dados dispersos em livros, na matéria produzida em jornais da época, como em suas conferências e artigos. Das imagens públicas construídas sobre ela, é possível identificar algumas das muitas condições sociais que moveram essa e outras filantropas para novos lugares do universo feminino.

Alice partilhava ainda propósitos de vida presentes em trajetórias de outras mulheres desse mesmo tempo. A filantropia era, então, uma atividade pública, largamente exercida por mulheres sob aplausos dos homens, dela beneficiários. As atividades desse campo, aqui e em toda a parte, tanto definiriam as mulheres como caridosas, como também sensíveis às questões políticas e sociais desse tempo. No caso, o conjunto de iniciativas desse campo, aqui e em toda a parte, será reconhecido também como uma contribuição fundamental com as lutas por um novo Brasil. Como em toda a parte, as ações caritativas também seriam fundamentais para a criação de redes de proteção social, deslocando as mulheres para atividades nobres no espaço público, com o consentimento de seus maridos. Permitirá também o reconhecimento da necessidade de formação profissional feminina para este campo.

---

<sup>11</sup> Giselle Venâncio (2009) localiza tendência de mesmo sentido nos prefácios de Oliveira Vianna.

<sup>12</sup> A verdade é que hoje o nome de Alice Tibiriçá é apresentado dicotomicamente em duas categorias: como filantropa com forte atuação no combate à lepra, nas duas primeiras décadas do século XX, (SANTOS, 2006, CUNHA... CABRAL); e como feminista vinculada ao Partido Comunista nos anos 1940. MORENTE, (2015). Tais análises não resolvem toda a ambiguidade presente na vida de Alice.

## 1.1. Uma Bugrinha chamada Alice

Alice era a segunda filha do general do Exército José Florêncio Toledo Ribas e de Maria Augusta Rangel Ribas. Aos catorze anos, seu pai participou da Guerra do Paraguai ao lado de seu avô, o Brigadeiro Manoel Toledo Ribas. Alice nasceu em 9 de janeiro de 1886, na cidade de Ouro Preto, na época capital do Estado de Minas Gerais, onde viveu os primeiros anos de sua infância. Era chamada pela mãe de bugrinha.<sup>13</sup> Em seu caderno de memórias, escrito em 1941, a pedido de sua filha, Alice relata que as bonecas nunca a seduziram e os afazeres domésticos nunca a atraíram. Gostava mesmo era de apreciar a natureza e de brincar no trapézio, presente do pai. Foi nessa época, por volta dos dez anos, quando sua irmã estudava no Sion, colégio católico, em Petrópolis, que a escola primária entrou em cena. Alice já sabia ler e escrever e achava a escola monótona: “Não gostava mesmo da escola, quase sem ar e repleta de alunos” (MIRANDA, 2005, p. 8). Diante disso, a mãe lhe propôs estudar com um professor particular, prática bastante comum entre as famílias mais abastadas, o que a deixou radiante.<sup>14</sup>

Nesse ambiente familiar, pela primeira vez, Alice travou contato com o sentimento de compaixão, descrito por Laqueur (1992)<sup>15</sup>. Em suas memórias, ela relata, com saudades, as práticas de ajuda ao próximo desenvolvidas por sua mãe: “Vi aquelas lindas mãos lavando chagas de doentes. Augusta acolhia sempre os que dela necessitavam” (MIRANDA, op. cit., p. 5). Registra também as visitas que fazia aos presos da cadeia pública na companhia de seu primo Lourival: “Foi nessa cadeia que aprendi, singularmente, a essência humana que há em toda criatura. Lá, os detentos faziam, para mim e meu primo, banquinhos envernizados, brinquedos

---

<sup>13</sup> A palavra “bugrinha”, diminutivo feminino da palavra bugre, refere-se, na cultura popular, aos índios bravios, habitantes da mata. Ela parece indicar o reconhecimento e o aceite de uma conduta insubmissa. Lembro que a palavra também é título do romance de Afrânio Peixoto, publicado em 1922.

<sup>14</sup> Ao tratar do papel desempenhado por mulheres da elite rural nas zonas de expansão cafeeira, em São Paulo, na virada dos séculos XIX/XX, Marina Maluf (1995) registra que o início da instrução masculina e feminina das famílias mais abastadas era no lar.

<sup>15</sup> Nessas experiências femininas de “solidariedade”, encontramos indícios do sentimento de compaixão, descrito por Laqueur (1992) como um imperativo moral de ações mitigatórias. Para este autor, a compaixão não se refere à dor da tragédia, pois, diante desta, não há mais nada a ser feito, mas ao sentimento de identidade na dor, diante de um “sofrimento ou morte, que podiam sob determinadas circunstâncias ter sido evitado ou mitigado”. Laqueur (1992, p.241)

etc. Em troca, dávamos a eles lápis, tinta e o conforto de nossa presença” (MIRANDA, 2005, p. 10).

Em 1898, a mãe de Alice, em mais um ato de solidariedade, muda-se com as filhas para o Rio de Janeiro, a fim de cuidar de uma irmã doente. Ao chegarem, logo após a Proclamação da República, encontram uma cidade que havia sido “elevada à condição de capital federal e em acelerado processo de expansão e crescimento” (PINHEIRO, 2010, p. 34). Sua casa em Laranjeiras passou, então, a ser uma parada obrigatória dos estudantes de Medicina vindos de Ouro Preto. Entre os estudantes frequentadores da casa, estavam o primeiro namorado de Alice e o jovem Abraão Glasser, que mais tarde seria o esposo de sua irmã Marieta. Nesse ambiente, bastante frequentado por jovens estudantes, é provável que circulassem diversas notícias, muitas novidades e os primeiros experimentos amorosos. Falando dessa convivência, Alice nos conta suas primeiras aventuras amorosas:

Recordo-me de um outro que foi o primeiro namorado de minha vida, embora contasse eu apenas com 12 anos e 6 meses de idade [...]. Tinha eu, entretanto, a aparência de moça feita, pela altura e busto. A ginástica e a vida ao ar livre haviam contribuído para o meu precoce desenvolvimento. (MIRANDA, 2005, p. 10).

A Alice “bugrinha” havia ficado em Ouro Preto, cidade para a qual sua família não mais retornaria. Em 1899, com a morte dos pais, a irmã Marieta se casa com Abraão Glasser, então médico recém-formado.<sup>16</sup> O casal se muda para Curitiba e, em seguida, para Ponta Grossa, no Paraná, onde irá clinicar por muitos anos. Alice, então, com 14 anos, foi residir na cidade de São Paulo com “vó Margarida”, sua tia-avó paterna, e com suas duas filhas viúvas, Margarida e Mimi, além do “tio” Max, responsável pela mãe e pelas irmãs. Informa ela: “As tias eram ótimas

---

<sup>16</sup> “Augusta, forte e cheia de vida, com 39 anos. Certo dia, uma indisposição obrigou-a a chamar um grande e conhecido médico. Optou ele por uma intervenção cirúrgica. Augusta fez-lhe ver que ‘não poderia morrer’, pois as filhas, com 13 e 15 anos, ainda precisavam de seus cuidados. O caso não era grave, tranquilizou-a o cirurgião, mas se impunha o recurso operatório. Este se efetivou a 09 de fevereiro de 1899. Na própria residência da família! [...] terminada a operação, Augusta voltou a acariciar as filhas queridas, a sua bugrinha do coração, já sem forças para as prédicas costumeiras. Aquelas lindas mãos brancas iam-se tornando cada vez mais quentes. A febre a atingia, impiedosa. As horas se passavam numa enervante lentidão. Coração em suspenso, a família esperava daquele organismo jovem o milagre que não se deu. E a 11 de fevereiro, seus olhos se cerraram para sempre”. Em dezembro do mesmo ano de 1899, faleceu no Hospital Central do Exército no Rio de Janeiro o seu pai, o general José Florêncio de Toledo Ribas, que já vinha doente. (MIRANDA, 2005, p. 11).



criaturas, embora antigas na maneira de pensar e de viver [...] O enorme carinho para com Alice – e vice-versa – fazia com que fosse superada a visível diferença de personalidades” (MIRANDA, 2005, p. 12).

Nessa ambiência e na convivência com as tias, é bem provável que não tenha recebido estímulos para o ingresso no ensino superior. Apoiava essa impressão um registro de sua tia sobre uma experiência familiar: “Mimi sacrificou, à errada educação da época, uma vocação literária, alimentada no curto convívio com Cesarino”, o jovem estudante de Direito e abolicionista, tio materno de Alice. Mimi viveu um curto casamento. Ele chegou ao fim com a morte prematura do jovem esposo. É provável que esta família tradicional nem sempre oferecesse um espaço para novos voos femininos. Alice já havia declinado de um convite feito por um professor para cursar o ensino superior na Escola de Ouro Preto: “Muitas vezes falava nisso, depois lamentando um pouco não haver seguido o conselho do mestre” (MIRANDA, 2005, p. 21).

A tão desejada formação profissional só veio anos mais tarde, em 1922. Já casada e com dois filhos, mudou-se, com a família, para uma grande casa que pertencera a Campos Salles, no bairro Santa Cecília em São Paulo<sup>17</sup>. Foi ali que sua filha viu pela primeira vez abrir o piano, iniciando o curso regular no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.<sup>18</sup> O ingresso nesta instituição pode ter significado - e certamente foi - o relacionamento cotidiano e mais próximo com o mundo cultural. É neste espaço que o afetivo e o ideológico se encontraram. Como aluna, torna-se pessoa “dileta de Mário de Andrade”, um dos líderes do movimento modernista e ícone da Semana de Arte Moderna de 1922.<sup>19</sup> Nesse ambiente, é bem provável que Alice tenha sido

---

<sup>17</sup> Campos Salles foi Presidente do Estado de São Paulo em 1896-1897 e Presidente da República entre 1898 – 1902.

<sup>18</sup> “... Cerca de 80% dos estudantes formados pela instituição eram alunos de piano, o gosto pelo instrumento era uma verdadeira mania no início do século, uma ‘pianolatria’ como a chamou Mário de Andrade”. Cf. RIBEIRO, Elizabeth Azevedo. *Conservatório Dramático e Musical de São Paulo: pioneiro e centenário*. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao16/materia01/texto01.pdf>>.

<sup>19</sup> Mário de Andrade se diplomou no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde lecionou durante toda sua vida. “No começo dos anos vinte, quando se insurgia, desassombadamente, contra o conservadorismo que dominava a nossa linguagem literária, o moço ousado que demolia preconceitos ficou seriamente preocupado ao ser chamado de “futurista” num artigo de Oswald de Andrade, porque teve medo de, com o escândalo, perder os alunos das aulas de piano que ministrava (e que lhe assegurava seu sustento)”. (KONDER, 1991).

influenciada pelas ideias modernistas em circulação na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX.<sup>20</sup>

A relação de Alice com o mundo das artes também estará presente no espaço privado. O esposo, “exímio no violoncelo, costumava convidar um colega violonista e, então, nossa casa recebia amigos e parentes para um recital, com Alice ao piano” (MIRANDA, 2005, p. 16). A casa se transformava num grande sarau e, também, em um espaço de fermentação e circulação de ideias, onde Alice ganhava visibilidade como pianista. Nessa experiência vivenciada na década de 1920, período de gênese da industrialização brasileira e de emergência da burguesia brasileira, há similaridades com a análise de Hobsbawm (2013) sobre a questão da cultura e gênero na burguesia europeia, entre 1870 e 1914, quando nela observa: “(...)foi uma mudança na estrutura da própria burguesia que tornou a cultura uma característica definidora mais central dessa classe, e que enfatizou o papel da mulher dentro dela” (p. 134). A cultura se tornará marca de identificação de classe.

Após se formar em 1927, Alice chegou a lecionar no Conservatório, mas acabou trocando a carreira pelas atividades filantrópicas, como nos conta sua filha:

Insensivelmente, foi trocando horas de estudo de piano pelo atendimento da causa. Os leprosos, todavia, reclamavam mais e mais a sua presença. Aos poucos, fui deixando de ouvir, ao deitar-me, Chopin, Liszt, Beethoven ou Mozart, na já exímia execução de minha mãe. Confesso que isso me custou bastante. Durante muito tempo, ficava deitada, ouvidos à escuta, com esperança. Mas tive que ir me acostumando a ver minha mãe, pela noite adentro, à mesa, escrevendo uma conferência, organizando um trabalho pela causa. Maravilhosa criatura. (MIRANDA, 2005, p. 17).

A ausência de curso superior não a impediu, anos mais tarde, de circular pelos meios acadêmicos e políticos. Suas atividades filantrópicas junto aos lázaros a puseram em contato com o mundo, consolidando um vasto capital social e moral. Foi esse ambiente que a capacitou, em um sentido amplo, para o exercício de suas atividades intelectuais<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Para Gomes (1993, p. 63), “o modernismo deve ser entendido como um movimento de ideias renovadoras que estabelece fortes conexões entre arte e política, e que é caracterizado por uma grande heterogeneidade.”

<sup>21</sup> Este estudo segue sugestões teóricas de Jean François Sirinelli (2003 a e b). Este autor destaca duas acepções de intelectuais: uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais; a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento político. Segundo Gontijo (2005, p.263), estas acepções não são

## 1.2. O encontro com a dor da lepra

O primeiro olhar de Alice para a questão da lepra ocorreu em 1913. Casada com o jovem engenheiro João Tibiriçá Neto, filho de uma tradicional família de políticos paulistas, era também mãe de Jorge, nascido em abril desse mesmo ano<sup>22</sup>. Mudara-se a família para a cidade de São Luís do Maranhão. Seu esposo vai dirigir a construção de uma estrada de ferro, marca da primeira década do século XX, um tempo em que as elites governantes, respondendo às demandas da economia exportadora brasileira, procuravam sanear, embelezar e modernizar as principais cidades do país (HAHNER, 2003). Durante sua permanência na cidade, costumava observar que leproso, a cavalo, costumavam passar mendigando. Em uma época na qual ainda pesava sobre os hansenianos um terror bíblico, como descrito por Cavaliere (2013), “Alice via as esmolas lhes serem atiradas à distância. Impressionou-se vivamente” (MIRANDA, 2005, p. 14). Nesse período, o filho de dois anos adoeceu. Coberto de furúnculos, a criança:

[...] não tinha posição para sentar-se ou deitar-se. Certa vez, ao almoço, fez um uf! de alívio. Conseguira uma posição mais confortável [...] deitando-se de barriga sobre elas (uma fila de almofadas), comendo como um bichinho. Todos se comoveram e os olhos de Alice se encheram de lágrimas. (MIRANDA, 2005, p. 14).

Residiria aí a mensagem explícita quanto à motivação de Alice para suas ações filantrópicas em direção àqueles corpos descarnados pela “lepra” e pela miséria? Acredito que sim, pois como afirma Laqueur (1992, p. 242), “as grandes causas parecem originar-se do poder que tem um dorso dilacerado, uma fisionomia doentia, uma morte prematura de estimular a imaginação moral”.

---

excludentes: “Ambas possuem uma natureza sociocultural, que contribui para que os intelectuais tenham atividades reconhecidas por seus pares e pela sociedade em que vivem. Reconhecimento que legitima sua intervenção nessa mesma sociedade”. No caso deste estudo denominamos intelectuais o produtor de bens simbólicos, envolvidos direta ou indiretamente na arena política.

<sup>22</sup> Jorge Tibiriçá foi duas vezes presidente de São Paulo (como na época eram chamados os atuais governadores); casado com Ana de Queiroz Telles, (filha do conde de Parnaíba), tiveram cinco filhos: Jorge, Antônio, Paulo, Georgina e João Tibiriçá Neto, que se casou com Alice de Toledo Ribas que passou a chamar-se Alice Tibiriçá. Sobre a família Tibiriçá Cf. SOARES, R. *Jorge Tibiriçá e sua época*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958.

No Maranhão, Alice sentia-se sozinha, pois “sabia-se geograficamente distante dos parentes e amigos do Sul. Sentada na praça, nas tardes calmas de verão, fitava o céu longamente, coração partido, sentindo-se só” (MIRANDA, 2005, p.17). O casal, então, decide voltar de navio para o Rio de Janeiro.

Na mesma embarcação, viajava uma leva de retirantes: “Pobres, alguns maltrapilhos, jamais procuraram os demais passageiros para um pedido qualquer” (MIRANDA, 2005, p.17). Movida pela compaixão, Alice exercita a solidariedade aprendida na convivência com sua mãe. Organiza uma ação social junto aos demais passageiros e, imediatamente, “brinquedos, roupas e utensílios passaram às mãos dos que buscavam no sul alívio para as suas vidas sombrias”. Alice nunca esqueceu aquelas fisionomias fatigadas, mas altivas, afirma Maria Augusta, ressaltando a vocação filantrópica de sua mãe.

Anos mais tarde, em 1921, quando a família já residia em São Paulo, o filho Jorge foi novamente acometido de uma doença que lhe causou feridas pelo corpo, dessa vez, tifo exantemático. Alice vivenciará um novo encontro com a dor e o sofrimento de um corpo dilacerado por feridas. Daí a observação de que a experiência antes descrita possa ter lhe suscitado a compaixão capaz de mobilizá-la: “[...] quando estendia a mão a um enfermo, declarava estar praticando um dever, que cumpria com todo o calor da solidariedade humana”. (MIRANDA, p. 44) Nesses registros, de novo, localizo muito daquilo que Laqueur (1992) chamará de “narrativas humanitárias”. Alice se desloca das ações caritativas vinculadas à benemerência cristã, como as de sua mãe no espaço doméstico, para o campo de ações filantrópicas sistemáticas - que lhes darão reconhecimento nacional e internacional na primeira metade do século XX.

Na travessia do mundo privado para o mundo público, como muitas mulheres ainda hoje, Alice precisou contar com “extensas redes de proteção e dependência armadas na intimidade das casas” (COSTA, 2002, p. 306). As presenças da “vó Margarida” e das tias Margarida e Mimi, que a criaram após a orfandade, sempre foram uma constante na sua vida. Foi ali, na companhia das tias, que Alice viveu os últimos meses de gestação da segunda filha, nascida na cidade de São Paulo, em 6 de maio de 1917 e que recebeu o nome da avó materna: Maria Augusta. Eis seu registro: “A casa das tias sempre foi um prolongamento da nossa. Meu irmão, quatro anos mais

velho do que eu, passava lá dias seguidos [...] não era para menos. Todos nos faziam as mínimas vontades” (MIRANDA, 2005, p. 15). Essa vasta rede feminina de cuidados também é composta por laços e cumplicidades entre mulheres de classes sociais diferentes: “É uma regularidade histórica que obrigações maternas sejam transferidas de mulheres que saem para o espaço público para outras que assumem, em seu nome, os cuidados domésticos; isso reorganiza, permanentemente, relações entre mulheres de diferentes classes” (COSTA, 2004, p. 105). Assim, quando, em 1921, o filho mais velho de Alice adoeceu de tifo, a presença da preta Eugênia foi fundamental no seu tratamento.

Eugênia – que grande preta – era pessoa considerada da família. Entrou em nossa casa quando meu irmão teve terrível tifo exantemático, em 1921. Colocou-se logo a sua cabeceira, pingando na boca do doente, gota a gota, geleia de galinha ou extrato de carne. Foi um dos fatores decisivos de sua salvação [...]. Durante três meses se postou, com minha mãe, ao lado de Jorge. Dali por diante, era um pouco nossa mãe também e ajudou a criar-nos [...]. Como era boa a Eugênia. (MIRANDA, 2005, p 18)

Apesar da presença dessa rede feminina de cuidados, a saída de Alice para o mundo público vai ocorrer tardiamente, aos 39 anos de idade, quando seus filhos Jorge e Maria Augusta já tinham doze e oito anos, respectivamente. E não se fez sem conflitos e tensões, pois, até 1925, “preponderava a mãe de família, preocupada com a educação dos filhos, ou desejosa de proporcionar, aos entes de sua afeição, a imensa ternura de seu imenso coração”, como relatou Barbosa Lima Sobrinho, no prefácio de sua biografia. Ela está sugerida na figura abaixo:

FIGURA 1 – Alice e os filhos, Maria Augusta e Jorge.



FONTE: MIRANDA, 2005, p 21.

Essa fotografia pertence ao acervo pessoal de Alice Tibiriçá. Ela expõe a iniciativa de sua filha Maria Augusta, na obra *Alice Tibiriçá: Lutas e ideais*, de efetivar um registro de memória de Alice. É perceptível a intenção do fotógrafo de ressaltar o lado materno de Alice, no ambiente doméstico. Nessa foto, a disposição dos fotografados e a pose escolhida registram uma relação de afeto e um gesto de proteção da mãe para com seus filhos. A mensagem se completa na intenção dessa imagem produzir um instante de intimidade. Na composição, a figura de Alice ao lado de Maria Augusta e Jorge, seus filhos; e, no primeiro plano, as mãos entrelaçadas me parecem simbolizar um gesto da união e de um pacto de proteção e cuidado e de cumplicidade mútuos. E, certamente, para toda a vida.

Em 1925, ao organizar uma quermesse no parque da Avenida Paulista para angariar fundos para os lázaros, Dona (D.) Alice Tibiriçá inicia uma nova fase em sua trajetória: a de filantropa.<sup>23</sup>

### 1.3. Novos rumos, novas conquistas

Em sua obra *Como eu vejo o problema da lepra: e como me vêem os que o querem “manter”*, publicada em 1934,<sup>24</sup> Alice relata que, quando iniciou suas atividades filantrópicas junto aos lázaros, não havia nada com relação ao combate dessa endemia nas unidades de saúde no Estado de São Paulo e em outras regiões. Que exagerasse sobre o peso inaugural de suas ações não nos surpreende. Nessa construção de si, sua imagem como filantropa chega ao público como a de uma pessoa responsável pela criação de toda rede assistencial direcionada aos leprosos. Ao relatar a ausência de ações de combate à lepra, talvez ressaltasse apenas a necessidade de construção de leprosários, causa que marca sua trajetória filantrópica.

Na verdade, até 1920, a lepra “era considerada uma questão sanitária restrita a alguns Estados, como Minas Gerais e São Paulo, o que lhe conferia o status de problema local” (CABRAL, 2013, p 201). Reputada como incurável e de lenta evolução, a doença suscitava, sobretudo, piedade, quase nada exigindo do poder público e da ciência. Os poucos leprosários que passam a existir não praticavam o isolamento dos doentes, prática ainda não obrigatória. Nesses lugares, o doente procurava apenas abrigo, entrando e saindo a qualquer momento, sem nenhum controle (CUNHA, 2005).

São Paulo, cidade em que Alice, nos primórdios da década de 1920, reencontra um grande fluxo de pessoas vindas do interior para a capital e a entrada de grandes levas de imigrantes para a lavoura cafeeira, demandaria políticas sanitárias do governo paulista (MACIEL, 2007).

---

<sup>23</sup> O termo Dona (D.) é um axiônimo utilizado em geral no tratamento das senhoras casadas ou de certa condição social. Feminino de Dom era usualmente dispensado a senhoras de alta linhagem. Proprietária de alguma coisa. Fonte: <https://www.dicio.com.br/dona/> acesso em 26 de maio de 2015. Neste trabalho o termo Dona (abrevia-se D.) será utilizado como um signo para designar a chegada dessas mulheres casadas e de alta linhagem ao espaço público.

<sup>24</sup> Nessa obra autobiográfica, Alice, num relato objetivo, enriquecido com documentos e fotografias da época, narra sua trajetória filantrópica no campo das ações de Combate à lepra. Disponível no acervo da Biblioteca da Casa Oswaldo Cruz/ Fiocruz.

Influenciado pelo federalismo da Primeira República, o governo paulista tinha poder e verba para conduzir uma política isolacionista de profilaxia à lepra, de maneira independente e com antecedência daquelas executadas pelo governo federal. Segundo Monteiro (1987), os portadores de lepra, com essa política, poderiam ser compulsoriamente internados logo após o diagnóstico. Essa política de isolamento do paciente, iniciada por Emílio Ribas, fundamentava-se na concepção de doença contagiosa. A justificativa para a internação compulsória do paciente entende que essa doença representava uma ameaça à coletividade. (CABRAL, 2013).

Por falta de assistência, os enfermos do interior de São Paulo iam à capital supondo encontrar ali maior conforto. “O cenário da tragédia culminava no velho hospital de Lázarus do Guapira, mantido pela Santa Casa de São Paulo” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 6). Para atender às necessidades dos que ali se encontravam, havia “o carinho da Irmã Emerenciana, a solicitude do Dr. Macedo Soares e a devotada sciencia médica do Dr. Ribeiro de Almeida” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 6). Todavia essas ações eram realizadas quase sem recursos, diante “da onda de hansenianos que sempre se avolumava, para lá conduzindo elementos contagiantes, provindos de todos os Estados em busca de tratamento e de uma pousada amiga” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 6). Através da Associação Therezinha de Jesus, “D. Margarida Galvão dispensava aos filhos dos hansenianos do Guapira e a eles próprios, cuidados sem que, todavia, lhes pudesse prestar melhor assistência em virtude dos poucos recursos” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 6).

Diante desse caos, o Dr. Ribeiro de Almeida, “pelas collunas de ‘O Estado de São Paulo’, pôs, então, a nu a situação de Guapira, reclamando a conclusão de uma leprosaria em Santo Ângelo”, que deveria se tornar uma “mini-cidade” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 6). Nela, doentes teriam todo conforto de que dispunha uma pessoa sã, embora vivendo apartados da vida em sociedade:

As construções foram planejadas permitindo a separação dos pacientes por sexo, idade e condições de saúde, incluindo uma zona de diversões, outra para administração, além de cadeia, igreja, portaria, estábulos, cemitério, biblioteca, creches, posto policial, farmácia etc. deveria ter também sistema de eletricidade, de águas e esgoto. Era projetado para ser tornar auto-suficiente, contendo terra para cultivo agrícola e animais de pasto. (CUNHA, 2005, p 53).

A Associação Protectora dos Mopheticos na Creação do asylo-colonia Santo Angelo foi fundada em 1917, sob a direção da Sra. Mathilda de Macedo Soares e patrocínio do Sr. Arcebispo



Metropolitano, que entregou, em 1928, as obras do Asylo Santo Angelo à Santa Casa, extinguindo-se em seguida.

Segundo os dados obtidos pela Inspetoria de profilaxia da lepra, entre 1920 e 1925, o alto índice de casos de lepra no estado de São Paulo atingia 4, 115 doentes, seguido pelo estado do Pará com 2,013 e pelo Distrito Federal com 1,294 (CABRAL, 2013). Entre as famílias paulistas, crescia o medo da contaminação e o apoio ao isolamento compulsório para todas as pessoas diagnosticadas com lepra, acompanhados pela ênfase na necessidade de criação de grandes leprosários, nos quais o cuidado e a ação caritativa garantiriam o isolamento em condições confortáveis (CABRAL, 2013). O tema do isolamento dos leprosos vai ocupar o lugar central nos debates sobre a doença.

A experiência de São Paulo, sede das ações filantrópicas de Alice Tibiriçá, assumiria uma especificidade no cenário nacional de combate à lepra<sup>25</sup>. Sob a gestão de Eduardo Rabello, leprólogo liberal, esse modelo sofrerá duras críticas na Inspetoria de Profilaxia à Lepra, embora concordasse com Emílio Ribas, quanto ao fato do isolamento do leproso ser, naquele momento, a única alternativa profilática reconhecidamente eficaz. De acordo com Rabello, era preciso romper com as determinações profiláticas que impunham o isolamento indiscriminado de todos os doentes em leprosários, tornando-o uma opção voluntária, que possibilitasse ao doente escolher entre o isolamento nosocomial e o domiciliar, em busca de tratamento e melhores condições de vida<sup>26</sup>. A construção de leprosários, “*carro-chefe*” do modelo paulista, dará lugar a dispensários mistos no combate à lepra e às doenças venéreas em vários estados brasileiros (CABRAL, 2013).

Assim, bem de acordo com o chamado “*modelo paulista*”, Alice Tibiriçá, em 1928, proferiu, na Academia Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, a conferência intitulada “O feminismo e o Combate à Lepra”, quando enfatizou a necessidade de conciliar os interesses da

---

<sup>25</sup> De acordo com Cabral (2013, p. 275-276): A excepcionalidade de São Paulo no tocante à lepra foi fruto do reconhecimento da alta endemicidade da doença e de seus efeitos negativos na saúde pública do estado. De todos os estados da federação, São Paulo era um dos únicos a possuir condições: técnicas, financeiras e políticas – para delinear um serviço sanitário independente do governo federal. Desse modo, São Paulo constituiria uma extensa rede de leprosários.

<sup>26</sup> Nesta perspectiva, o isolamento no domicílio era indicado aos doentes que tinham condição de manter o tratamento segundo as normas de saúde e sob vigilância sanitária, enquanto o nosocomial se apresentava como a única opção para os doentes indigentes, bem como uma espécie de sanção àqueles que infringissem o isolamento domiciliar.

saúde pública com a filantropia. Nesta perspectiva, os direitos dos leprosos estariam subordinados aos direitos da população sã. Há uma ênfase no “carinhoso trato” dos cuidados que, em geral, são de alçada das mulheres:

Pois se o doente é o portador do bacillo, a hygiene e a prudencia ordenam que o mesmo seja internado. A piedade e a solidariedade também impõem que, ao serem internados, encontrem carinhoso trato, bôa mesa, cama confortável e trabalho para consolo das longas horas de solidão. (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 16).

A chegada do Dr. Geraldo de Paula Souza ao Serviço Sanitário de São Paulo, em 1920, traz um realinhamento do Estado e um afastamento das prescrições à proposta nacional, não compartilhando dos princípios isolacionistas, defendidos por Alice. Paula Souza era “(...) francamente contrário à construção de grandes leprosários, isolados dos centros urbanos” (MACIEL, 2007, p. 69). Higienista, priorizou a instalação de dispensários e a implantação de centros de saúde, em detrimento do isolamento asilar, e foi o responsável em 1924 pela criação do Serviço de Profilaxia à Lepra que, em 1925, foi transformado na Inspetoria de Profilaxia à Lepra e teve à sua frente o médico José Maria Gomes<sup>27</sup>. A reestruturação do Serviço Sanitário gerou intensa reação por parte dos defensores do isolamento radical, para os quais a construção de leprosários deveria ser a base da política de combate à lepra. Com esse ponto de vista, a atuação da saúde pública de São Paulo será tímida e ineficiente.

Construir leprosários torna-se, então, uma demanda para aqueles que, como Alice Tibiriçá, defendiam o isolamento dos doentes como medida profilática para a lepra. Segundo Sanglard (2008), diante da carência de recursos do governo, a intelectualidade brasileira do período defendia que a iniciativa privada deveria substituir o Estado onde este não pudesse chegar. Para Alice, bastava um pequeno passo para levá-la da vocação humanitária à ação, perspectiva essa que converge para as observações de Laqueur (1992). Assim, no dia 21 de fevereiro de 1926, realizava-se, na residência da Rua Tamandaré, a reunião de fundação da primeira Sociedade de Assistência às Crianças Lázaras de São Paulo que, em março do mesmo

---

<sup>27</sup> Segundo Flavio Maurano (1939, p. 157), “[...] Essa Inspetoria tinha por função promover, no Estado, a profilaxia e o estudo dessa infecção e fiscalizar todos os serviços que se organizassem com o mesmo fim”. Em 10 de fevereiro de 1926, o Dr. José Maria Gomes assumiu a Inspetoria de Profilaxia da Lepra de SP no lugar do Dr. Umberto de Siqueira Zamith, o qual estava no cargo desde sua criação em 1925.

ano, passou a se chamar Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo<sup>28</sup>. O “Correio Paulistano” assim exprimiu o nascimento da nova Sociedade:

Agora mesmo podemos contar com uma iniciativa a mais victoriosa, entre as que se propõem, não somente a amparar os infelizes, sinão também preservar a sociedade da disseminação de um mal horrível, entre os que mais o sejam; como é a morphéa.

Mau grado a assistência official e particular, as estatísticas accusam um accrescimo no computo dos atacados pela impiedosa doença; e foi deante dessa perspectiva que uma dama da nossa alta sociedade, verdadeiro modelo de caridade, a Snra. D. Alice de Toledo Tibiriçá, se constituiu como elemento central de uma associação, cujo objetivo é a defesa social contra a lepra, e especialmente o tratamento, o conforto e o isolamento das creanças lazaras. (RELATÓRIO, 1926-1927)<sup>29</sup>.

Inicialmente, as atividades de Alice contaram com o apoio e os aplausos dos setores masculinos em posição de autoridade familiar: o sogro, que cedeu o espaço de sua residência para que se realizasse a reunião da qual participaram homens e mulheres da elite paulistana; e o esposo, que, ao lado de Alice, iria participar de diversas ações desenvolvidas junto ao poder público e à sociedade civil para debater a questão da “lepra” no Brasil.<sup>30</sup> A saúde pública era

---

<sup>28</sup> A presença feminina na diretoria da nova sociedade era majoritária; com Alice Tibiriçá na presidência; D. M. Victoria Cotching Speers na vice-presidência; D. Eponina Veiga Azevedo e D. Santa Melillo, como primeira e segunda secretárias respectivamente; D. Felicidade P. de Macedo na tesouraria, além da presença de D. Sophia Barros Pereira de Souza como Presidente Honorária e D. Anna Queiroz Telles Tibiriçá (sogra de Alice) na vice-presidência honorária. A presença masculina se fazia sentir em espaços estratégicos, como no conselho consultivo, então composto por 14 homens: Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, Dr. Jorge Tibiriçá, Dr. J. Pires do Rio, Dr. Nestor de Macedo, Major Luiz Fonseca, Dr. João Soares Hungria, Dr. Antonio da Silva Prado Jr, Dr. Francisco da Cunha Junqueira, Dr. Orlando de Almeida Prado, Dr. Fausto Ferraz, Dr. Aguiar Pupo, Dr. Ribeiro de Almeida, Dr. L.P. de Campos Vergueiro e Dr. Eduardo F. Cotching; além de quatro mulheres: D. Elvira de Paula Machado Cardoso, D. Izabel A. Von Lhering, D. Maria de Campos Mesquita, D. Georgina Tibiriçá Paes de Barros. A posse da diretoria ocorreu nas dependências do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e a sede da nova Sociedade se instalou, em maio, em uma sala cedida pela Cruz Vermelha na Rua Libero Badaró, 28.

<sup>29</sup> RELATÓRIO da Sociedade de Assistência aos Lázaros e defesa contra a lepra... 1926/1927, acervo da Biblioteca Casa de Oswaldo Cruz.

<sup>30</sup> No relatório da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra Lepra de 1926-1927, localiza-se a participação de seu esposo em várias atividades realizadas no ano de 1926. Em abril: “A Directoria da Assistência aos Lázaros e os Srs. Drs. Fausto Ferraz e João Tibiriçá foram, em audiência, previamente marcada pelo Presidente de São Paulo, o Exmo. Sr. Dr. Carlos de Campos, entender-se com S. Excia. sobre importante questão”. Em agosto: “O Dr. João Tibiriçá, na cidade de Socorro fallou sobre a lepra. Em Amparo, realisou no Club 8 de setembro uma conferencia sobre o thema: O problema da Morphéa\_ a acção particular e official”. Em outubro: “No intuito de organizar a primeira das delegações do interior, seguiram para Amparo D. Alice Tibiriçá, Snrt. Georgette Pereira e

colocada no debate nacional como elemento-chave para que o Brasil deixasse de ser “um imenso hospital” e se tornasse efetivamente uma nação moderna.<sup>31</sup>

Sua presença em iniciativas filantrópicas pode ser associada à condição de parentesco e à situação de prestígio político de que gozava a família de seu esposo. Suas redes familiares lhe conferiram *status* e poder, permitindo seu reconhecimento como autêntica ‘mulher virtuosa’. Mas, quando Alice resolve aprender a usar a máquina de escrever para redigir artigos, palestras e livros que a deslocaram para o campo dos intelectuais, torna-se objeto da crítica e da zombaria de seu esposo.<sup>32</sup> Dizia ele: “Alice, papagaio velho não aprende a falar” (MIRANDA, 2005, p.12). Nessa e em tantas outras manifestações de sentimentos contraditórios dos homens quanto à marcha que desloca as mulheres do ambiente restrito ao lar para o espaço público, há muitas tensões, como as descritas por Suely Gomes Costa (2004). A filantropia, desde sempre, admite e consolida ações femininas no espaço público. Também, com base em costumes e tradições de longa história, estimula iniciativas humanitárias que associam homens e mulheres, em relações de âmbito doméstico e também institucionais, religiosas e laicas, as mais variadas. Por séculos, ela impulsiona ações solidárias. Elas traduzem iniciativas que articulam e alimentam interações entre o mundo privado e o público e que conduzem a diversas iniciativas de proteção social. Como regra social, essas iniciativas se apoiam em processos associativos e sociabilidades de muitos tipos, voltados à proteção social de pessoas em muitas situações de vida.

Alice conta com o apoio de grupos familiares, o que estimula iniciativas e práticas femininas da filantropia, atividade que, além de considerada compatível com a “natureza feminina”, rendia-lhes bons dividendos políticos. Por outro, o exercício dessa e de outras

---

Dr. João Tibiriçá”. Já no ano de 1927, não consta nenhuma informação quanto à participação do Sr. João Tibiriçá nas atividades da Sociedade. Cf. RELATÓRIO... 1926/1927.

<sup>31</sup> Em 1916, em discurso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o médico e professor dessa escola, Miguel Pereira, denunciou as más condições de vida e de saúde do interior do país, assolado por endemias como a malária, a ancilostomíase e a doença de Chagas. Numa época de grande fervor nacionalista, enunciou uma frase que se tornaria célebre e polêmica: “O Brasil é um imenso hospital”. Suas palavras tiveram grande repercussão no debate político e intelectual sobre o país. Tal diagnóstico atualizava a denúncia de Euclides da Cunha quanto ao isolamento e ao abandono dos sertões brasileiros “[...] O movimento sanitário defendia a ideia de que o ‘atraso’ do Brasil não era resultado do clima tropical ou da composição racial de sua população, mas das doenças que afetavam as áreas rurais e da falta de ação do Estado diante dessa realidade. A campanha reivindicava que o governo federal aumentasse sua intervenção no campo da saúde pública”. (KROPF, 2009, p. 204).

<sup>32</sup> O termo zombaria diz respeito à manifestação intencional, maléfica, irônica ou maliciosa, por meio de risos, de palavras, de atitudes ou gestos com que se procura levar ao ridículo ou expor ao desdém ou menosprezo uma pessoa ou grupo. Sobre o uso da zombaria nas relações de gênero. (SOIHET, 2005).

atividades vinculadas à vida pública deslocavam as mulheres para a vida pública e para o campo intelectual em geral. E esse movimento era questionado: “Num embate permanente entre as esferas públicas e privadas, tensões e conflitos vividos nessas saídas, foram, por muito tempo, conceituados como próprios a uma presumida oposição natural dos sexos masculino e feminino” (COSTA, 2004, p. 103). Tais tensões e conflitos teriam levado ao fim o casamento entre Alice e João Tibiriçá? Embora não existam na biografia de Alice registros da separação do casal e tenha ela mantido o nome de casada até o fim de seus dias, é de se admitir que essa tensão fora vivida por Alice. Maria Augusta, sua filha, registra indícios dos conflitos vivenciados pelo casal:

Havia traços de afinidades entre meus pais: ambos eram profundamente bons amigos um do outro. Gostavam de música. E sabiam dispensar grande carinho aos filhos. Todavia, a diferença de temperamentos dificultava uma boa estrutura familiar. Ele, boêmio e com visão lírica da vida. Ela, lutadora, atuante, enfrentando os problemas para resolvê-los. Sua própria profissão de engenheiro, em que possuía uma sólida base, ele sacrificou. Durante muitos anos, foi inspetor federal da Escola de Engenharia do Colégio Mackenzie. (MIRANDA, 2005, p. 13).

Em 1939, quando falece João Tibiriçá, residia ele num pequeno apartamento situado nos jardins da residência de sua mãe, na cidade de São Paulo, mas Alice já morava, desde 1937, no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, onde permaneceria até 1950, ano de sua morte.

Em 1927, já diplomada pelo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e à frente da Primeira Sociedade Paulista de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra, Alice se muda com a família para uma grande casa em Perdizes. Ali, instala o Instituto de Ciências e Artes Santa Augusta, nome que parece traduzir uma homenagem à sua mãe. Alice tornara-se filantropa e professora. Nesse ambiente em que a casa e o colégio estão sediados no mesmo espaço geográfico, a ideologia das esferas separadas parece diluir-se<sup>33</sup>. Talvez movida pela imagem ideal de boa mãe, que marca a construção de imagens do feminino, Alice – como muitas mulheres ainda hoje – procurava se equilibrar entre os dois domínios.

---

<sup>33</sup> No importante trabalho de Marina Maluf (1995), é possível perceber no cotidiano das mulheres da elite, na implantação de fazendas de café no sertão paulista no século XIX, a tênue fronteira que separam as “coisas de dentro” das “coisas de fora”, rompendo-se com a noção da dicotomia entre as esferas pública e privada.

Nesse seu cotidiano, cuidados com a casa e os filhos, também se estendem para o colégio. No Instituto, funcionava um curso primário, gratuito pela manhã e particular à tarde – com cursos profissionalizantes gratuitos, a cargo de professores cedidos pelo governo. Esses cursos eram direcionados, exclusivamente, às moças da área rural e, neles, eram ensinados bordados, corte e costura, artesanato de flores e culinária. Foi pensando em seus próprios filhos e nas crianças de sua escola, que Alice criou o Clube Infantil, onde, mensalmente, realizava uma festa. Ao se lembrar dessa época, sua filha relata: “Os bailes infantis e reuniões diversas enfeitaram por muito tempo a nossa infância” (MIRANDA, 2005, p. 19). Mas quando seus filhos chegaram à adolescência, as demandas eram outras. Alice, então, resolveu organizar aulas de dança no colégio: “Sempre nas tardes de quarta-feira, os colegas de meu irmão, que todas as noites se reuniam em nossa casa, e um grupo de jovens do colégio e amigas compareciam a essas aulas, era ao mesmo tempo um motivo de festa e prazer para nós” (MIRANDA, 2005, p. 21). Na experiência de Alice, casa e colégio “ou lar e empresa compunham um único e indissociável conjunto; vida doméstica e vida produtiva não estavam tão perfeitamente separadas como sugere a leitura mais formal” (MALUF, 1995, p. 122).

Para Rachel Soihet (2006), embora a atuação feminina na filantropia e na educação fosse convencionalmente aceita pelos homens, as mulheres se apropriam desses espaços de um modo que, nem sempre, segue o “receituário” masculino. As atividades profissionais de Alice no campo da educação feminina mostram uma trajetória que lhe abriria novos caminhos no mundo público. Sua larga campanha pela educação especializada de moças da zona rural vai apoiar-se em conferências e, também, em publicações de matérias de interesse, como as de jornais e revistas, num conjunto de iniciativas que lhe daria uma considerável visibilidade e, que, possivelmente, aproximaram-na das lutas feministas.<sup>34</sup> Eis o que ela diz a suas alunas sobre a importância da

---

<sup>34</sup> Em artigo publicado sobre “Educação agrícola feminina”, Alice Tibiriçá é reconhecida como uma “pioneira da educação agrícola de nossas conterrâneas ao afirmar: será falha toda e qualquer obra educativa que não tenha, como coroaamento, integrar a mulher em seu papel elevado, nos campos e no seio das indústrias domésticas e rurais”. Folha da Manhã, 24 jan. 1931. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm>>. Acesso em: 08 fev. 2015. Em 08 de maio de 1931 Alice Tibiriçá proferiu, no Centro do Professorado Paulista, conferência sob o título “O valor da Cooperação da Mulher na Agricultura” e, em agosto de 1931, na Sede da Sociedade Rural Brasileira de São Paulo, sob o título “A mulher na Agricultura”. Também publicou artigos sobre a educação feminina na revista trimestral *Lavoura* de abril, maio e junho de 1931. - Tibiriçá. Alice de Toledo Ribas. A mulher como Valor Positivo na Vida Agrícola: Conferências- Entrevistas-Referências da imprensa – cartas de aplausos. 1936. Acervo Alice Tibiriçá - Museu de Saúde Pública Emílio Ribas- SP.-MUSPER.

educação feminina na vida agrícola: “Instrue a mulher e concorre para a vossa própria felicidade. Educae-a e tereis um povo. Preparaes escolas femininas economicas-agricolas e encontrareis em breve nas fazendas a alegria e a abastança!”<sup>35</sup>. Outras descrições são mais precisas no tocante ao papel imperativo do trabalho para a luta feminista, como demonstra esse trecho do discurso proferido por Alice Tibiriçá na sede da Sociedade Rural Brasileira, em 1931: “O programa educacional das filhas dos agricultores e moças que queiram ingressar na agricultura (...) abre novos horizontes a capacidade do trabalho das mulheres”.<sup>36</sup>

Segundo June Hahner (2003, p. 27), “as primeiras defensoras da emancipação feminina viram na educação um modo de ampliar as opções para sua independência econômica e também sua melhoria social”. Assim, em 22 de setembro de 1927, sua carta aberta, intitulada *Ainda a Educação das Mulheres*, ocupava toda a primeira página do Jornal Cidade de Botucatu. Nela, Alice afirmava: “Nesse caminho, procurei os mais desamparados e encontrei os lázaros! Procurei os mais sacrificados e encontrei a mulher” (MIRANDA, 2005, p. 25). Anos depois, as ações médico-sociais desenvolvidas à frente da campanha contra a hanseníase já lhe tomavam a maior parte do tempo e reclamavam sua dedicação. Era preciso escolher que caminho seguir: a filantropia ou a educação. Em 1933, encerraram-se as atividades do Instituto.

As preocupações de ordem prática referentes à necessidade da criação de educandários especializados para moças que vivem no interior podem ter aproximado Alice do pensamento feminista. Mas seu contato com tal abordagem também pode ter surgido antes mesmo da fundação do Instituto de Ciências e Artes Santa Augusta, no âmbito das ações desenvolvidas pela Sociedade de Assistência aos Lázaros e Combate à Lepra. Nesse espaço, feministas e filantropas, organizadas em torno de um autêntico projeto de intervenção social, percorrem caminhos que, às vezes, se cruzavam e, às vezes, se distanciavam (SOIHET, 2006).

Dois episódios - descritos no primeiro relatório anual da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra (1926-1927) - sugerem a presença de feministas no campo das ações filantrópicas. No primeiro, em 30 de abril de 1926, Bertha Lutz e outras escritoras enviam

---

<sup>35</sup> Tibiriçá. Alice de Toledo Ribas. A mulher como Valor Positivo na Vida Agrícola: Conferências- Entrevistas- Referências da imprensa – cartas de applausos. 1936. Acervo Alice Tibiriçá – MUSPER, p. 15.

<sup>36</sup> Tibiriçá. Alice de Toledo Ribas. A mulher como Valor Positivo na Vida Agrícola: Conferências- Entrevistas- Referências da imprensa – cartas de applausos. 1936. Acervo Alice Tibiriçá – MUSPER, p. 14.



“por cartas, a sua inteira adesão” à campanha em prol dos Lázaros.<sup>37</sup> A imprensa da época identifica como feministas as escritoras ligadas à Federação Brasileira para o Progresso Feminino, das quais as filantropas se aproximam. Nessas ações, elas se movimentam no centro do poder do Estado.<sup>38</sup> A circulação de Alice por lugares tidos femininos, como cultura e a filantropia, no início do século XX, teria favorecido sua nova parceria com o grupo de escritoras feministas ligadas à Bertha Lutz. Nessas redes, as mulheres ampliavam seus vínculos com mais outras organizações femininas, partilhando vidas e projetos.

Antes de viajar para a América do Norte como representante do Brasil em um congresso científico, um segundo registro de abril de 1927 indica que Bertha Lutz se colocara à disposição da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Combate à Lepra para representá-la. Escreve Bertha:

Exma. Sra. Alice de Toledo Tibiriçá, M.D. Presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros.

Desde que respondi a V. Excia em julho de 1926, não tenho tido o prazer de receber notícias de V. Excia e da marcha que certamente deverá ser ascensional dessa digna e humanitária associação.

Devendo seguir para os Estados Unidos em 31 do corr. a fim de representar o paiz em um Congresso Cientifico, tenho a honra de escrever estas linhas a V. Excia afim de offerecer os meus modestos prestimos naquele paiz.

Atenciosas saudações. (RELATÓRIO, 1926-1927).

Em resposta a tão “delicada oferta, a sociedade enviou três mensagens aos irmãos americanos. Uma, ao Diretor chefe do Oriente da Fundação Rockefeller; outra ao presidente da

---

<sup>37</sup> O apoio à campanha foi dado por: Maria Eugenia Celso ou Maria Eugenia Celso de Assis Figueiredo Carneiro de Mendonça, jornalista e escritora; Abel Juruá, poetisa que, na vida civil, era Sr<sup>a</sup> Iracema Guimarães Vilela; Laurita Lacerda Dias, poetisa; Rosalina Coelho Lisboa. Segundo Silva (2013), a jornalista participou de congressos em defesa da causa feminina, publicando textos nos principais jornais cariocas e trocando correspondências com o então presidente Getúlio Vargas, nos quais tratava de política nacional e internacional. Vina Centi, Yveta Ribeiro, Leonor Pousada, Yaynha Pereira Gomes, escritora e esposa do diretor da Inspetoria de Profilaxia da Lepra de São Paulo Dr. José Maria Gomes e Sonia Nicolowich.

<sup>38</sup> A matéria publicada pelo jornal “o Paiz” de 3 de fevereiro de 1926 noticiava o apoio da FBPF à candidatura do senador Washington Luiz à Presidência da República, com a entrega de uma carta de apoio assinada por mulheres de diversas áreas: ciência, esporte, funcionárias públicas, comércio e representantes de instituições. Todas as escritoras que aderiram à campanha de Alice, com exceção de Vina Centi, Yaynha Pereira e Sonia Nicolowich, assinaram o documento entregue ao então candidato à Presidência da República Washington Luiz. Cf. BIBLIOTECA Nacional. Disponível em: < <http://www.bn.br/portal>>. Acesso em: 16 dez. 2014.



União Pan-Americana e outra para o grande industrial Snr. Henry Ford”. Na carta entregue ao Exmº Sr. Dr. Victor Heise, Diretor-chefe do comitê do Oriente da Fundação Rockefeller, Alice ressalta o fato de Bertha Lutz ser filha do Prof. Dr. Adolpho Lutz, “que tão inteligentemente estudou a veiculação da lepra”. Mas é na contribuição de Hahner (2003) que encontramos a referência a atuação da mãe de Bertha Lutz, a enfermeira inglesa Anmy Fowler, junto aos leprosos no Havai.

É provável que passasse a residir aí, “a solidariedade de origem”, que motivaria o encontro dessas duas mulheres. Mas, a partir desse encontro, a imagem da Alice “virtuosa”, vinculada a práticas filantrópicas e educacionais, foi cedendo, cada vez mais, espaço para a da Alice “perigosa”, essa agora vinculada ao movimento feminista<sup>39</sup>.

No ano seguinte, Alice dará continuidade ao Programa da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo, ao decidir criar grêmios de igual finalidade em outros Estados. Alice escreveria ao Dr. Belmiro Valverde, um dos maiores defensores da hipótese contagionista da doença, organizador e secretário geral da primeira das “Jornadas Médicas” da América Latina, realizada na cidade do Rio de Janeiro, para solicitar que fosse incluída no programa das conferências a “questão-lepra”. Nessas primeiras décadas do século XX, num claro indício da aliança estabelecida entre mulheres e médicos, tão bem descrita por Martha Freire (2006), Alice recebe, então, o convite para proferir a conferência sobre o tema da lepra.<sup>40</sup> Astuciosa, na ocasião, ela, tática e oportunamente (De Certeau, 1994), em dia 19 de julho de 1928, no salão da Academia Nacional de Medicina, vai proferir a conferência intitulada: O Feminismo e o Combate à Lepra.<sup>41</sup>

Significativo das ambiguidades que cercavam o movimento feminista no período, sua conferência, publicada em 1928, não é apresentada como uma abordagem isolada do tema feminismo, que, naquela época, se constituía uma arena constantemente visitada por mulheres de

---

<sup>39</sup> Segundo Morin (2014): “Virtuosas” eram as mulheres idealizadas pelos líderes da Revolução: as “mães republicanas” que, por meio do parto, do aleitamento e da educação dos filhos, preparavam a futura geração de patriotas. “Perigosas” eram “as militantes, às vezes armadas, que denunciavam a incompetência e a corrupção dos governantes e exigiam a punição dos ‘traidores do povo’”.

<sup>40</sup> Sachelli e Leandro (2013), cujo trabalho analisa a participação feminina na Primeira Conferência de Assistência Social à Lepra na Argentina, realizada em setembro de 1939, afirmam que, no campo da leprologia, a aliança entre mulheres e médicos conferia às mulheres legitimidade científica em suas ações médico-sociais.

<sup>41</sup> Localizada no acervo da Biblioteca do Instituto Lauro de Souza Lima – Bauru- SP.

diversas áreas. Mais do que um texto com ideias de seu tempo, essa sua narrativa expõe a decisão pública de identificar-se, agora, como filantropa e feminista.<sup>42</sup> Para tanto, Alice, no discurso que profere, ao caracterizar sua inserção nessa sua luta como mulher, refere-se ao “feminismo” e ganha, assim, mais uma identidade, como as que ocorrem em tantas outras aproximações de filantropas com feministas, observadas por Hahner (2003), ou seja, de mulheres com muitas “[...] lutas coletivas conscientemente planejadas para elevá-las – social, econômica ou politicamente – quanto ao status” (HANNER, 2003, p.75). Ressalte-se que, neste alinhamento, o feminismo “irá concernir a consciência da mulher como ser humano e como ser social” (HANNER, 2003, p.75). Alice, provavelmente animada com e por suas “companheiras” da FBPF (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino), assim alinha-se publicamente ao feminismo. Isso faz dela não uma exceção, mas uma mulher de seu tempo.

Nessa luta pela ampliação dos espaços femininos, as táticas utilizadas por Alice foram cuidadosamente adaptadas ao contexto<sup>43</sup>. Já na abertura de sua conferência, reconhece publicamente que sua fragilidade feminina não a impediria de cumprir seu amor cívico quando afirma: “Dentro da minha fragilidade feminina um pensamento domina, vencendo a tibieza: o desejo de, pela palavra, preparar a acção que deve antepor barreiras ao mal de Hansen”. Como no “feminismo tático” de Bertha Lutz, (SOIHET, 2006), Alice subverte o signo do “sexo frágil” sem rejeitá-lo diretamente, mas modificando-o: “A fragilidade é, então, apresentada como uma característica feminina, mas não como um elemento impeditivo para as ações femininas no mundo público, contrariando, assim, a ordem dominante que sempre a utilizou como argumento para aprisionar as mulheres no espaço privado” (SOIHET, 2006, p. 45).

Em seu discurso, Alice busca se desvincular “da imagem de feministas violentas e agressivas, no estilo das sufragistas inglesas” (HAHNER, 2003, p. 320), afirmando o seguinte: “Tenho acompanhado com vivo interesse o movimento feminista que se accentúa. No Brasil, a cooperação da mulher será valiosa” (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 10). Ao transformar as mulheres em ativas colaboradoras dos homens, evita “assumir posições ou adotar táticas que fossem

---

<sup>42</sup> Venâncio (2009, p. 175), ao analisar os prefácios de Oliveira Vianna, irá afirmar que os prefácios são uma escrita autorreferencial, uma expressão de si, uma narrativa que busca não só destacar a notoriedade do autor, mas também construir um autorretrato perene para seu leitor.

<sup>43</sup> Entendemos táticas no sentido de Michel de Certeau: “engenhosidades do fraco para ganhar partido do forte, que vão desembocar numa politização das práticas cotidianas” CERTEAU, 1994, p. 45.

interpretadas como segregacionistas” (SOIHET, 2006, p. 95). Numa tentativa de prevenir zombarias e ataques hostis, como o que sofrera no espaço doméstico, em outro momento de seu discurso, Alice ressalta: “Não quero, entanto, minhas patrícias masculinizadas. A mulher brasileira é a graça dentro da natureza perfumada e fresca do Brasil” (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 10). O que variava eram suas expectativas com relação a seu público e a difusão de seus escritos.

Mas essa Alice conciliadora, num ato de ousadia, diante de um auditório que, muito provavelmente, era composto em sua grande maioria por homens, dirige sua saudação primeiramente a “elas”, a quem chama de “Patrícias minhas”<sup>44</sup> e não a “eles”, chamados por ela de “meus senhores”.<sup>45</sup> Ao inverter a ordem, comumente utilizada em saudações, Alice afirma um discurso de autoria feminina dirigido ao público feminino, sempre ressaltando seu papel de destaque no campo das ações médico-sociais de combate à lepra: “Se os homens brasileiros, interessados em outros problemas, não se movem num só ímpeto, num só trabalho, numa só energia, numa só vontade, movamo-nos nós” (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 28). Mas, ao chamá-las de “patrícias” e não de “senhoras”, também sugere que essa função social feminina se insere no campo do dever cívico e não da caridade. Alice “sempre afirmava que a campanha não era caridade. E não era mesmo, sob todos os aspectos. E quando estendia a mão a um enfermo, declarava estar praticando um dever que cumpria com todo o calor da solidariedade humana” (MIRANDA, 2005, p. 44). Ao lançar mão do “feminismo tático”, examinado por Rachel Soihet, seu discurso avança em direção ao reconhecimento político do papel das mulheres para o progresso da nação, inaugurando novas frentes de atuação feminina no campo da proteção social. Localizamos aí continuidades, mas também rupturas, entre as experiências de Alice e de sua mãe no campo das ações filantrópicas, aí onde o sentimento de cuidar, tão caro ao universo feminino, está presente nas duas trajetórias. Mas, se a experiência de sua mãe junto aos enfermos da cidade de Ouro Preto foi motivada pelo dever cristão que a vinculava às práticas de caridade, exercidas

---

<sup>44</sup> O substantivo feminino ‘patrícia’ refere-se ao que é da Pátria.

<sup>45</sup> O substantivo ‘senhor’ refere-se ao proprietário, dono absoluto, possuidor de algum Estado, território ou objeto. Soberano, chefe; Título que se conferia a pessoas distintas, seja pela sua posição, seja pela dignidade de que estavam investidas. Pessoa nobre, pessoa de alta consideração. Já o substantivo ‘senhora’ diz respeito ao tratamento que se dá por cortesia às damas. 2. Tratamento em geral das mulheres em boa posição social. 3. A esposa em relação ao marido. 4. A dona de casa. 5. Ama ou dona de casa em relação aos seus subordinados. 7. Mulher com autoridade sobre certas pessoas ou coisas; soberana, dominadora. Cf. DICIO, Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

no âmbito doméstico, a experiência de Alice em sua ação junto aos lázaros a ligava ao compromisso para com a pátria, assim transformado num dever cívico, ampliando o espaço político de atuação feminina. Na concepção que propagava, as mulheres deveriam cooperar com as ações filantrópicas “não com o intuito de fazer caridade, mas com a consciência de cumprir um dever, nessa benemérita cruzada” (MIRANDA, 2005, p. 45). Ao situar as ações femininas no campo da filantropia com a aura do patriotismo, Alice afirma: “Devemos collocar a Pátria no altar! No infinito, Deus! Seja essa a nossa adoração!”; e conclama as mulheres, sobretudo as dos segmentos médios e altos, a sair dos seus lares: “Mulheres brasileiras, o sentimento de amor cívico ordena. Lutae!!!!” (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 26-28).

Embebida pela atmosfera nacionalista da Primeira República, Alice, assim como as francesas revolucionárias do século XVIII, analisadas por Morin (2009), escolhe, em seu discurso, o caminho da “maternidade-cívica” para ampliar o espaço de atuação das mulheres: “Tudo pela Pátria! Esta deve ser a nossa divisa. Ella é a égide dos nossos filhos, o amparo que nunca deverá falhar!” (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 27).

Nesse culto à Pátria nas primeiras décadas do século XX, presente tanto nas práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa quanto no discurso e movimentos de Alice Tibiriçá, a maternidade é dada como a principal função social das mulheres na construção da nacionalidade: “Além da simples função geradora, as mulheres eram fundamentais na formação moral do novo homem, pedra de toque na construção de uma nova sociedade mais virtuosa e feliz” (MORIN, 2009, p. 42). A noção de “mãe” é traduzida por meio de deveres socialmente definidos, não só junto a seus filhos, mas também junto a toda a sociedade:

Quereis vós uma nação forte pela integridade do character, forte pela robustez dos seus filhos? – educae a mulher! Intregalizae-a dentro do grande papel que Deus lhe traçou! E as frias leis, que não protegem os mais fracos, deixando creanças ao desamparo, velhos sem abrigo, enfermos esmolando, serão substituídas. Surgirão outras, creando asylos, hospitaes, escolas e crèches em profusão. (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 10).

Alice se aproxima do paradoxo da diferença, descrito por Scott (2002), ao afirmar que “Deus em sua infinita sabedoria creou o homem e a mulher – elle, o cerebro; ella, o coração; a razão e o sentimento” (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 9 et seq.). Propaga uma representação a partir da qual

a mulher é definida como um ser dotado de qualidades capazes de regenerar a sociedade. “Se o cérebro raciocina e encontra, pois, impecilios em estirpar a lepra, seja o coração a força vivificante a lavar do altar sagrado em que a Pátria repousa as pústulas e o sangue que alli ficaram!”. Dessa forma, habilmente, e sem questionar frontalmente a desigualdade entre homens e mulheres, Alice atribui novas responsabilidades às mulheres na defesa da pátria.

Agora que outro perigo maior ainda nos ameaça, os homens, nas competições diárias, nos trabalhos vários, não acode ao seu chamado! Os que o ouviram no afan da lucta, generaes sem soldados, não podem mais prolongar o combate. Onde está o coração da mulher brasileira que o não aquece, e, [...], no altar da Patria, não mais derramar sangue e sim para a defesa do próximo, não se levantam não se apresentam? (TIBIRIÇÀ, 1928, p 27-28).

Ao revestir as ações femininas contra o mal de Hansen com a aura de uma guerra – espaço este específico dos homens – Alice, estrategicamente, realoca as mulheres no espaço da “luta pelo sangue”, tornando-as partícipes da nação.<sup>46</sup> Recorre às histórias de mulheres que, vencendo as piores intempéries, defenderam a pátria.<sup>47</sup> Alice encontra na sua origem familiar o capital social que a capacita para essa guerra: “Avante! Filha de general! Jamais na hora rude da peleja, recuei!” (TIBIRIÇÀ, 1928, p. 26). Sua trajetória pessoal lhe serve de inspiração para novas saídas femininas.

---

<sup>46</sup> Segundo Karawejczyk (2010), um dos argumentos utilizados pelo juiz para negar o direito de voto à Diva Nazário – estudante de direito de São Paulo, que em 1922 se alista para votar – era o fato de que só os homens estariam aptos a exercer a cidadania política, uma vez que somente eles teriam a capacidade de pegar em armas para defender a nação. A Constituição de 1934 reacende esse debate na emenda apresentada pelo deputado catarinense Aarão Rabello, que propunha que as mulheres, para exercerem seu direito ao voto, deveriam provar haver prestado serviço militar. Esta emenda foi assinada por Carlota Pereira Queiroz, deputada por São Paulo (VASQUEZ, 2012, p. 64). Assim, quando Alice “transforma” as ações femininas no campo das ações médico-sociais de combate à lepra em ações de “guerra”, ela busca elevar as mulheres à condição de cidadãs, pois, assim como os homens, elas também lutam em defesa da pátria.

<sup>47</sup> Alice faz referência a mulheres que lutaram em diversos períodos da história brasileira: da jovem índia Paraguassu, passando pela princesa de Arco-Verde e Clara Camarão, chegando a Minas Gerais, onde a “tragédia da inconfidência” nos mostra Marília inspirando Gonzaga e Bárbara Heliodora, companheira de Alvarenga Peixoto. No episódio da Independência, Alice busca na história de Maria Quitéria de Jesus, filha de Gonçalo de Medeiros, que, na ausência de varões em sua casa para se alistar, “inscreve-se como soldado. Combate e cobre-se de louros”. Annita Garibaldi também é lembrada por Alice em seu discurso, “a heroína de dois mundos. No mais acesso das batalhas, apesar de bôa artilheira, foi enfermeira e não se desobrigou dos encargos de sexo: deixou filhos”. Juntamente com “Anna Nery que parte para o Paraguay e no fragor dos combates, assiste à morte de dois filhos e como consolo recolhe seis órfãos”; e D. Rosa da Fonseca, que ao receber a notícia do falecimento de seu filho e da vitória de Itararé, diz a um amigo, “Hoje é dia de regozijo. Amanhã chorarei meu filho!”. (TIBIRIÇÀ, 1928, p. 26).

Presa aos hábitos brasileiros; vivi sempre no retiro do meu lar. Um dia, uma voz soou, pedindo pelos lazaros. Commoveu-me. Aprofundei-me no seu infortunio. Maior não poderia ser. A sua causa fiz minha. Delles fiz os meus amigos. São meus irmãos! Há perto de três anos que lhes dou grande parte do meu trabalho. Agora eu vos peço: Trabalhae também por elles! E Deus vos abençoará. (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 26).

Consciente do tempo e do espaço em que estava inserida, Alice, como muitas feministas de seu tempo, seguiu a trilha mais adequada aos seus objetivos (SOIHET, 2006). Em sua trajetória, a filantropia serviu como meio de as mulheres negociarem novas condutas, ampliando o espaço e o *status* femininos de ação no campo da política. No feminismo defendido por Alice, encontrara um paradoxo fundamental: “a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a diferença sexual” (SCOTT, 1994).

Dois anos depois da realização e da publicação desta conferência, Alice é eleita a feminista mais expressiva do Estado de São Paulo. Em plebiscito realizado pelo jornal *São Paulo* para escolha das doze personalidades mais expressivas do Estado nos setores político, artístico, esportivo etc., Alice, segundo a classificação publicada em 1/2/1930, obteve 6.688 votos, seguida pela escritora Maria Lacerda de Moura, com 1.151 votos. De fato, a Alice “virtuosa” já era conhecida no meio social paulista por suas ações filantrópicas e educacionais, agora seria também (re) conhecida como feminista.

#### **1.4. As escolhas de Alice**

A década de 1930 chega à sociedade brasileira trazendo grandes mudanças no cenário político. No processo de sucessão na Presidência da República, a indicação recaiu sobre dois políticos paulistas: Júlio Prestes e Washington Luiz; descontentando o estado de Minas Gerais, sentindo-se prejudicado pela lógica do revezamento no poder de São Paulo e Minas Gerais, na Primeira República. O processo de ruptura com essa alternância do poder se faz com descontentamentos que se vinham acumulando, em termos de moralização do processo eleitoral e da emergência de outros segmentos sociais desejosos de participação na vida política. E estes irromperam com a Revolução de 1930 (SOIHET, 2006) e também movimentaram as feministas.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), na tentativa de reafirmar junto ao novo governo as aspirações feministas e de atrair novas adeptas, realiza, em junho do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro, o II Congresso Internacional Feminista. Presidido por Bertha Lutz, o conclave contou com representantes de quinze Estados brasileiros e da própria capital, além de oito representantes de países estrangeiros (HAHNER, 2003).

Alice viaja para o Rio de Janeiro como representante da FBPF de São Paulo. A repercussão da participação de Alice no II Congresso Internacional Feminista pode ser confirmada na publicação de *O Correio da Tarde* de São Paulo em 25/5/1931:

Como representante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino com jurisdição no Estado de São Paulo, a Sra. Alice de Toledo Tibiriçá vem dirigindo com elevação e sabedoria a propaganda do Congresso obtendo um êxito significativo e, o que é mais importante, um apoio dos mais expressivos. A causa, por ser justa e oportuna, vem merecendo franco aplauso de todas as mulheres paulistas. Inúmeras colaboradoras, portanto, tem tido a distinta paulista: d. Vicentina Soares, que, por intermédio de A Reação, vem batalhando incansavelmente pela emancipação feminina; D. Branca de Canto Melo e muitas outras senhoras de relevo em nosso mundo social, que não medem esforços, nem tampouco sacrifícios, para levarem de vencida a grandiosa cruzada que a mulher brasileira, no momento empreende em prol da conquista dos direitos que por justiça lhe devem ser conferidos. (MIRANDA, 2005, p. 144).

Em 9/7/1931, o Jornal *A Sentinela* também publicava uma matéria sobre o II Congresso Internacional Feminista, no qual, mais uma vez, o nome de Alice Tibiriçá é citado:

Entre nós, a evolução do feminismo se vem patenteando em crescente progressão, mas por forma pacífica e benéfica. Exemplo vivo tivemos no 2º Congresso Internacional Feminista, encerrando em sessão solene no salão nobre do Automóvel Clube do Brasil, a 30 de junho último. A esse certame compareceram representantes de todos os Estados e também algumas de países amigos. As teses que ali foram debatidas e aprovadas, e os discursos proferidos pelas ilustres congressistas, revelaram, uma vez e bem alto, o grau de cultura da mulher brasileira e as suas afinidades espirituais com o surto de feminismo que empolga outros países. Dirigido pelo talento brilhante de Berta Lutz, nesse Congresso tiveram especial relevo Julia Lopes de Almeida, a consagrada escritora e educadora primorosa; Alice Tibiriçá, abnegada presidente da Sociedade de Proteção aos Lázaros de São Paulo, cujo talento vibrátil arrancou da seleta assistência os mais calorosos aplausos, ao dissertar sobre a mulher como fator social. (MIRANDA, 2005, p. 147).



Na trajetória de Alice, é possível perceber o quanto “na saída em direção à vida pública as mulheres vivenciam ganhos e dilemas políticos. Ganham espaços diversos e tomam consciência de si e do outro” (COSTA, 2002, p. 304). Porém também localizamos nessa experiência os impasses decorrentes de suas tradicionais responsabilidades domésticas. Assim, ao mesmo tempo em que participava como filantropa e professora do II Congresso Internacional Feminista, responsável pelo tema *A mulher como fator social*, como tantas outras mulheres, Alice vivia a angústia de conciliar as atividades domésticas e extradomésticas. Tal dilema é perceptível na assembleia da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Combate à Lepra de São Paulo, realizada em 16 de junho de 1931, em que Alice anunciava:

[...] a necessidade de deixar a presidência dessa agremiação, a fim de desenvolver atividades próprias, pois encargos de família tinham ficado enormemente – irreparavelmente, quase – prejudicados com a minha permanência naquele posto, cujos trabalhos aumentando sempre, reclamavam um tempo que não podia dispor. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 21).

Alice, como muitas mulheres do seu e do nosso tempo, viveria “os dilemas de firmarem seu nome profissional ou de tudo abdicarem em favor da família” (COSTA, 2004, p. 109). Evidentemente, as tensões e conflitos vividos no cotidiano doméstico envolviam o seu casamento com João Tibiriçá. Isso nos remete à assertiva de que “papagaio velho não aprende a falar”, uma expressão mencionada no início de nossa narrativa. Mas, assim como a personagem Conceição, do romance *O Quinze* de Rachel de Queiroz (COSTA, 2004), Alice escolhe seguir seu caminho e dar continuidade a seu projeto de vida:

Sentindo a palpitação política de São Paulo, turvos como estavam os horizontes, descontente com a actuação do Serviço Sanitário e prevendo maus dias para a organização a que eu, à custa de não pequenos sacrifícios, vinha dando alento e força, resolvi permanecer no meu posto de trabalho, apesar de prejuízos ainda maiores, que tal gesto me acarretaria. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 21).

Decorrido um ano, sua permanência e necessária assistência diária à frente da Sociedade de Assistência aos Lázaros fez crescer os prejuízos de seu Instituto de Ciências e Artes. Diante do risco iminente de fechamento do colégio e do conseqüente agravamento de sua situação



econômica, Alice, na Assembleia Geral de 4 de março de 1932, decide exonerar-se da presidência e dedicar-se exclusivamente ao seu colégio. Era preciso reorganizar o colégio e equilibrar o orçamento. Uma solução lhe foi apresentada: “Para que não deixasse o meu posto de trabalho, quis a referida assembleia fixar uma verba como diretora do Boletim, editado pela Sociedade de Assistência aos Lázaros, [...]. Recusei-a”. Em abril de 1932, a assembleia extraordinária “resolveu conceder à presidente do mesmo uma verba de representação” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 22). A necessidade econômica e o temor pelo retrocesso de seu trabalho à frente da Sociedade de Assistência aos Lázaros fizeram Alice recuar e permanecer à frente da campanha contra a lepra. Nesse momento, Alice antecipa processos de profissionalização da assistência. Não surpreende, pois, que imprimisse a suas ações filantrópicas boa parte do entusiasmo e energia com que atuou no Instituto de Ciências e Artes Maria Augusta, afinal, em seu cotidiano, Alice vai utilizar suas ações filantrópicas como fontes de renda e de autonomia. Com o objetivo de ampliar as ações da Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo e, portanto, sua fonte de renda, ela intensifica a campanha de esclarecimento sobre o mal, para criar uma consciência nacional de combate à lepra em todo o país. Ela faz dos corpos sofredores pela lepra a base comum da sensibilidade humanitária e expõe possibilidades de ação (LAQUEUR, 1992).

Segundo dados do relatório da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Combate à Lepra de São Paulo, entre 1926 e 1927, a “Caravana Paulista”, com Alice Tibiriçá à frente, percorreu vários municípios do Brasil. Nesses encontros, Alice conclamava suas patrícias a exercerem a maternidade cívica na construção de um Brasil “moderno”, como demonstra a mensagem enviada às “damas rio-grandenses”:

Patricias Gauchas:

A Sociedade de Assistência aos Lazaros e defesa contra a Lepra, fundada em São Paulo pelas filhas dos bandeirantes, sem preocupação política ou religiosa, só como alevantado fim de incrementar a grandiosa cruzada do saneamento de nossa pátria, dando cumprimento aos seus Estatutos, mandou-nos que vos dirigisse por intermédio da ‘caravana paulista’ esta mensagem de cordialidade e appello concitando os vossos sentimentos cívico-religiosos, em nome de Deus e de nosso Brasil, para que auxiliem a fundar, em todas as capitaes dos estados e nas cidades do interior do paiz, associações beneficentes que com a nossa assistência aos lazaros defendam os brasileiros do contagio da lepra. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 50).

Ao viajar pelo Brasil em prol da campanha contra a lepra, Alice deixa de ser uma figura circunscrita à região paulista, tornando-se reconhecida no cenário nacional: “A sua pregação doutrinária foi ouvida em praticamente todos os pontos do território nacional. Onde houvesse uma consciência a despertar, lá chegava a voz daquela que à causa dedicará sua vida” (MIRANDA, 2005, p. 39). Atendia, pois, ao programa da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo, empenhando-se na criação de sociedades congêneres nas capitais dos Estados. Em 21 de julho de 1928, favorecida pelo sucesso de sua conferência, realizada durante as Jornadas Médicas, na cidade do Rio de Janeiro, Alice fundava na capital federal a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra.<sup>48</sup> Ainda não havia decorrido um mês quando de Santos veio uma solicitação para que fosse criada ali uma agremiação nos moldes da de São Paulo. No dia 28 de agosto, fundava-se na cidade de Santos a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. Esse momento da campanha foi registrado em fotografias que mostram o trabalho de Alice à frente da instituição.

FIGURA 2 – Conferência proferida por Alice Tibiriçá por ocasião da fundação da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra em Santos



FONTE: TIBIRIÇÁ, 1934, p.77.

<sup>48</sup> A reunião de fundação da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Combate à Lepra foi realizada na sede da Cruz Vermelha brasileira, localizada na Praça Vieira Souto, 121, e contou com a presença de: Laurinda Santos Lobo; Leonor Guimarães, Iveta Ribeiro, Laly Monteiro de Barros, Rachel Prado, Alzira Ribeiro, Des. Antonio de Souza Filho, Canuto de Abreu, Coelho Netto, Pinheiro Guimarães, Joaquim Motta, Fausto Ferraz, João Tibiriçá, Rabello Filho e Honorio de Carvalho (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 284).

Essa fotografia circulou no trabalho de memória produzido por Alice Tibiriçá em 1934, intitulado “Como eu vejo o problema da lepra e como me vêem os que o querem ‘manter’”. Neste trabalho, a fotografia faz referência ao capítulo que trata da sua ação na montagem de uma rede de Associações em todo o Brasil e vem acompanhada da legenda com a seguinte informação:

Conferencia da presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo (no Theatro Guarany) com que se fundou a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra em Santos – Ao lado da Conferencista, o comendador Alfaia e os drs. Marcos de Souza Dantas e Martins Fontes. (TIBIRIÇÁ, 1934, p.77)

Alguns pontos devem ser destacados nesta fotografia. Primeiro, a legenda, da forma como foi construída, ao não citar o nome da conferencista, mas o cargo e a instituição que representa, de certa maneira, cria uma posição de destaque para o poder que Alice detinha como presidente de uma instituição reconhecida publicamente. Segundo, a estética de Alice. Ela se apresenta de cabelos curtos, característica que a acompanhará por toda vida e vestindo um terno, signos identificados em revistas femininas da época como próprios a mulheres modernas e liberais (FREIRE, 2009). Mas o aspecto para o qual quero chamar atenção é a construção de um tipo de relações entre homens e mulheres que essa imagem produz. Percebe-se que o ângulo escolhido pelo fotógrafo para a foto desse evento captou Alice Tibiriçá como única representante feminina numa posição de destaque em meio à forte presença masculina atenta à sua fala. Segundo Ana Maria Mauad (1996, p. 12), a fotografia “pauta-se enquanto mensagens não verbais, em códigos convencionalizados socialmente”. Esses códigos traduziriam mensagens sobre formas de ser e agir de pessoas em um dado contexto. Essa foto expõe a imagem de Alice como uma mulher expressando o ato de falar, exclusivamente, para homens, os quais, atentos, parecem referendar e apoiar seu trabalho filantrópico. A imagem de seu trabalho está vinculada a um dado movimento de representação de si: “Viajando, discursando, debatendo, escrevendo, enviando representantes, promoveu a criação de grande número de Sociedades de Assistência aos Lázaros e Combate à Lepra” (MIRANDA, 2005, p. 39). E isso se deu até 1931. Nesse movimento, Alice havia fundado agremiações em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí.

Ao intensificar e descentralizar o trabalho da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo, sua imagem se desdobraria: Alice cria entidades em diversos municípios do interior do Estado, as quais poderiam ser filiadas ou não à Sociedade da Capital. Assim, em 1932, o Estado de São Paulo já contava com Sociedades nos municípios de Itu, Bauru, Mococa, Casa Branca, São José do Rio Pardo e São João da Boa Vista.

Sua campanha se desenvolvia com crescente entusiasmo. A opinião pública se mobilizava. E Alice “continuava em seu trabalho penoso de fixar na consciência de um povo a ideia de que a lepra é um mal que se domina”. Para atender a esse objetivo, o que se resolve é “[...] fazer uma propaganda intensa do Norte ao Sul, por meio da imprensa, enviando apelos, circulares e cartas”. As ações da Sociedade eram notícia nos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo (RELATÓRIO..., 1926/1927).<sup>49</sup> Até então, concentrada no objetivo de criar uma consciência nacional de combate à lepra, principalmente através da criação de entidades congêneres, a Sociedade de Assistência aos Lázaros (A.L.) de São Paulo estende suas ações para o campo da assistência, pois também era preciso “proteger e tratar dos morpheticos”<sup>50</sup>. Na luta pelo direito dos enfermos, a sociedade de A. L. fez com que, nos asilos-colônias, os hansenianos tivessem possibilidade de encontrar conforto. Uma vez que o Estado deveria restringir-lhes a liberdade, dar-lhes assistência física e médica conveniente, Alice procurou melhorar, em especial, a situação dos doentes de lepra da capital paulista:

O asylo-colonia de Pirapitynguy deveria ser atendido pela liga Padre Bento, fundada por ela, em Itu, em 17 de setembro de 1931, o de Cocaes, pelas Sociedades de Assistência aos Lazaros creadas por Alice em Mococa, Casa Branca e S. José do Rio Pardo e, o de Aymorés pela Liga de São Lazaro de Bauru. [...] Em São Paulo, a sociedade de A. L. beneficiou o Asylo-Colonia de Santo Ângelo e também o Sanatório Padre Bento. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 29).

Para Alice, “o problema da lepra, sendo complexo num paiz extenso como o nosso, requer o auxílio de associações, requer o trabalho de todos. Povo e governo” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 70).

<sup>49</sup> Além de uma coluna no jornal: *Correio Paulistano*, outros jornais como o *Diário Popular*, o *Minas Geraes*, o *Globo*, *Fon-Fon*, e o *Correio da Manhã* foram solidários à campanha contra a lepra. (RELATÓRIO..., 1926/1927).

<sup>50</sup> Influenciada pelo pensamento higienista de seu tempo, Alice irá afirmar: “A lepra é a trágica visão do horror em sua completa nudez. Veio das Indias e em si encerra o seu mysterio fatal. Como vem? Ninguém sabe... Como se transmite? É um enigma... o que está estabelecido é a causa do mal é o próprio mal. Isolado o enfermo, decresce a estatística.” (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 14).

Nessa direção, Alice registra sua primeira decisão, como presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo, que foi:

[...] dirigir-me acompanhada por demais elementos da directoria ao Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado. Em audiência especial solicitei de V. Excia medidas que visem oppor um dique à invasão da lepra. [...] O Dr. Carlos Campos cumprio a sua promessa, ao findar o anno de 1926, foi apresentado na Camara Estadual um projecto justificando a necessidade de uma verba destinada ao combate ao mal de Hansen, transformado na lei nº 2.169. (RELATÓRIO... 1926/1927, p. 7).

Na busca por estabelecer alianças com o poder estatal, a fórmula de convidar membros do poder público para exercer funções na diretoria se repete estrategicamente nas ações organizadas pela Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo. A carta do Presidente da República Washington Luiz dirigida a D. Alice é exemplar dessa iniciativa:

Accuso em meu poder o officio em que V. Excia tem a bondade de me comunicar a escolha de meu nome para fazer parte da Commissão de Conselho Consultivo dessa humanitária Sociedade. Agradecendo, muito desvanecido, essa prova de consideração, sirvo-me de ensejo para informar a V. Excia que acceto esse encargo com o maior prazer. (RELATÓRIO... 1926/1927, p. 8).

Em outra ação estratégica para estreitar os laços com o Estado, Alice, à frente da Sociedade de Assistência aos Lázaros, homenageia com Diploma de Honra não só o Presidente da República, Washington Luiz, como também o Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Carlos de Campos - que, ao receber o diploma, escreve:

Com os meus atenciosos cumprimentos accuso recebida a Mensagem acompanhada do diploma, que V. Excia me enviou em nome da Sociedade de Assistência aos Lazaros e Defesa contra a Lepra. Agradecendo a attenção de V. Excia e da Sociedade, cuja humanitária actuação sinceramente louvo, tenho a honra de comunicar que o Governo do Estado já se vem dedicando de há muito tempo à solução desse magno problema em São Paulo e que presentemente envia os melhores esforços no sentido de estabelecer uma acção mais intensa no combate, ao terrível morbus.

Apresentando a V. Excia os meus protestos de profundo respeito, subscrevo-me.

Attº admirador, Carlos de Campos. (RELATÓRIO... 1926/1927, p. 18).

As ações filantrópicas desenvolvidas por Alice a tornam uma importante interlocutora política no cenário das ações médico-sociais de combate à lepra. Se, inicialmente, seu prestígio político estava vinculado ao nome da tradicional família de políticos paulista, os Tibiriçá, agora Alice se torna sujeito de seus próprios trânsitos políticos. Na tessitura de uma rede nacional de proteção aos portadores do Mal de Hansen, seu nome ganha cada vez mais reconhecimento.

Com a morte do Dr. Carlos de Campos, em 1927, o Dr. Dino Bueno o substitui no governo do Estado por alguns dias, até a eleição do novo Presidente do Estado, Dr. Julio Prestes, que, cumprindo a promessa feita pelo Dr. Carlos Campos à Sociedade de Assistência aos Lázaros, ordenou a reativação do empréstimo para a conclusão das obras do Asylo-Colônia Santo Ângelo. Com o novo governo, assume a gestão da política de combate à lepra em São Paulo, o Dr. Aguiar Pupo, um histórico defensor do isolamento compulsório, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo e membro do Conselho Consultivo da Sociedade de Assistência aos Lázaros, era um grande aliado de Alice Tibiriçá na luta contra a lepra. Em 1926, a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra já tinha publicado o trabalho intitulado o “O Problema da Lepra no Brasil”, apresentado pelo ilustre médico no I Congresso Brasileiro de Higiene.

Um momento marcante nessa aliança estabelecida entre a Sociedade de Assistência e a Inspeção de Profilaxia à Lepra, ou melhor, entre Alice e o Dr. Aguiar Pupo, foi o episódio conhecido como o “drama de Guapira”. Com o fechamento em abril de 1929 do velho hospital localizado no bairro de Guapira, os enfermos do leprosário foram transferidos para o Asylo-Colônia Santo Ângelo, que acabara de ser entregue à Santa Casa. Mas alguns doentes recusaram o isolamento e decidiram permanecer naquele bairro. “Alguns para não se afastarem do convívio das famílias, outros porque não mais havia acomodações em Santo Ângelo. Assim, um grupo de 40 enfermos convive com pessoas da família, formando um total de 120 pessoas” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 291 et seq.). À frente da Sociedade de Assistência aos Lázaros, que - no mês anterior - tinha sido alvo de notícias sobre exploração em torno da assistência, Alice continuou atendendo

essas famílias através da remessa de gêneros alimentícios<sup>51</sup>. Mas, diante do medo da população local de que o número de doentes aumentasse no bairro, viu-se forçada a suspendê-las, observando: “Sem esse auxílio os míseros se viram forçados a esmolar para obter o pão necessário ao seu sustento”. Então, “ordens severas foram dadas no sentido de se impedir a mendicância. E, junto às estradas, foram postados soldados armados, embargando a passagem dos leprosos” (TIBIRIÇÁ, 1934, p 7). Ela nos conta que se insurgiu contra essa medida e registra:

Mas, nessas condições, impedir a mendicância é lhes tirar da bocca o alimento [...]”. Diante do caos instaurado pelo fechamento do Hospital de Guapira, em dezembro de 1929, o Dr. Aguiar Pupo “procurou a sede da S.A.L. de São Paulo para solicitar desta a continuação de auxílio que aos enfermos vinha dando [...]. A Inspectoria de P. da Lepra se comprometeu a mensalmente contribuir com \$5.000.000. A Sociedade forneceria o excedente. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 7).

Sempre em busca de uma solução para o drama de Guapira, Alice procura o então interventor em São Paulo, Coronel João Alberto, e lhe expõe a difícil situação da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, com vista a manter o núcleo que aí se formara. Recebe como resposta a notícia da vinda do Dr. Heráclides César de Souza Araújo, então em Londres, para o Brasil, onde dirigiria os trabalhos da Inspetoria de Profilaxia à Lepra<sup>52</sup>. “Conhecendo esse leprólogo, seu devotamento à causa e seu valor científico, que o tornaram notável nos centros mais adiantados do mundo [...] felicitei o interventor pela sua acertada escolha e aguardarei dias melhores” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 8). Em 12 de maio de 1931, o Dr. Souza Araújo era nomeado e, em 05 de junho do mesmo ano, os contagiantes do bairro Guapira e outros

---

<sup>51</sup> Em 03 de março, o jornal Diário Nacional noticiava: “Exploração em torno da Assistência aos Lázaros”. Em entrevista, Alice afirma que alguns malandros estavam usando o nome da sociedade para solicitar doações em outras cidades. Mas que o caso já estava sendo investigado pela polícia. No dia 09 de março, o mesmo jornal publicava uma matéria elogiando a atuação da Sociedade de Assistência aos Lázaros. Fonte: acervo <http://memoria.bn.br/>

<sup>52</sup> Em 1916, durante o I Congresso Médico Paulista, Souza Araújo apresentou o programa de profilaxia da lepra no Paraná, que previa como estratégia profilática o isolamento insular e o isolamento terrestre dos leprosos. Segundo sua proposta, o isolamento terrestre seria complementar ao insular, no caso deste último não comportar todos os leprosos. (CABRAL, 2013, p 251). Souza Araújo foi um grande estudioso sobre a lepra. Entre suas obras, destacam-se: SOUZA ARAÚJO, H.C de. Lazarópolis do Prata: A primeira colônia-agrícola de leprosos fundada no Brasil. Belém. Empresa Gráfica Amazônia, 1924. SOUZA ARAÚJO, H. C. A lepra, estudos realizados em 40 países (1924-1927). Rio de Janeiro: Typ. Do Instituto Oswaldo Cruz, 1929. SOUZA ARAÚJO, H. C. História na lepra no Brasil, Período Colonial e Monárquico (1500-1889). Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1946. V 1. SOUZA ARAÚJO, H.C. História da lepra no Brasil, Período Republicano (1889- 1952). Rio de Janeiro. Departamento da Imprensa Nacional, 1956. V 3.



que perambulavam pelas ruas da capital foram finalmente recolhidos ao Sanatório “Padre Bento”; extinguiu-se, portanto, o foco de Guapira. No intuito de apagar de vez a memória do velho leprosário, o antigo bairro do Guapira passou então a se chamar Jaçanã.

Alice afirma que sempre se referia aos doentes como “os meus amigos do Guapira”.<sup>53</sup> Embora não exista nenhum registro sobre a data da primeira visita de Alice ao leprosário de Guapira, é provável que esse encontro tenha ocorrido antes mesmo da Fundação da Sociedade de Assistência aos Lázarus. Nas Jornadas Médicas realizadas no Rio de Janeiro, em 1928, Alice relata as visitas a Guapira e apresenta aos congressistas a visão do horror da lepra:<sup>54</sup>

Após as visitas feitas aos meus desditosos enfermos asylados no Guapira, não mais lhes vejo as feições alteradas. Nada! Nem a chaga do nariz, nem mesmo a magua nos olhos tristes – Nada! Só vejo as mãos! Mãos nervosas. Mãos sem dedos. Mãos crispadas. Mãos que se assemelham a garras. Dedos que ficam pequeninos... Algumas phalanges caem, outras não, e a mão perde a harmonia da forma... Há braços que se agitam e à guisa de mão. Uma cicatriz, apenas... [...]. (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 17).

Numa referência à narrativa humanitária descrita por Laqueur (1992, p. 240), é possível verificar que o corpo sofredor, no caso, doente de lepra, é, então, apresentado por Alice não apenas como expressão de dor e sofrimento, mas também como elo comum entre os que padecem e os que os ajudariam. Nesse sentido, essa ação mitigatória da dor, de sofrimento ou morte, se define como uma expressão da identidade de cuidadores para com esses doentes, consubstanciada numa ação moralmente imperativa:

Meus senhores! Estes são os doentes que a sociedade coloca à margem. Os que mais carinho, abrigo e assistência necessitam, e vivem ao leo, pelas estradas! Crime da sociedade! Inconsciência dos conscientes que muitas vezes se castigam pela facilidade em que se collocam de poder contrahir o mesmo mal! (TIBIRIÇÁ, 1928, p. 16 et seq.).

---

<sup>53</sup> “Em relação aos hansenianos, manda também a verdade que eu tenha palavras de louvor aos meus antigos amigos do Guapira. Considerados como rebeldes, como avessos a disciplina, jamais me deram um motivo de um aborrecimento sério”. (TIBIRIÇÁ, 1934, p.9).

<sup>54</sup> Sobre “Lepra, medo e Compaixão”, Cf. CAVALIERE, 2013.



É esse processo identitário que impulsiona e expõe o “drama” de Guapira para a opinião pública e leva a avaliar a situação dos leprosos no Estado de São Paulo: ele coloca o debate sobre a lepra e o isolamento na ordem do dia. Nesse momento, Alice é “convidada” a comparecer ao gabinete do Dr. Júlio Prestes, Presidente do Estado:

– Dona Alice – disse o presidente do Estado – sua campanha atingiu a tal ponto que está perturbando a emigração para o Brasil, por ser considerado um “país de lepra”. O governo resolveu assim chamá-la para solicitar que não prossiga na propaganda que vem realizando.

– Mas, Sr. Presidente, há, realmente, o problema da lepra no Brasil, respondeu-lhe Alice Tibiriçá, e não será silenciando que o resolveremos. Deixará de ser um “país da lepra” no momento em que povo e governo se movimentarem para sua solução (MIRANDA, 2005, p. 32).

Júlio Prestes não se comoveu com isso e utilizou a medida mais imediata que estava ao seu alcance: comunicou às senhoras ali presentes que, daquele dia em diante, o *Correio Paulistano* silenciaria em relação ao assunto.

Diante da “ordem de silêncio” dada pelo governo paulista, Alice, “*a bugrinha*”, dirigiu-se imediatamente à sede da Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo, na qual se empilhavam cinco mil exemplares de um relatório recém-editado. E, numa pronta resposta à ordem que recebera, “contratou, no mesmo dia, dois auxiliares e lhes deu a ordem de que, no menor prazo possível, todo aquele material fosse endereçado e remetido pelo Correio” (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 32). Nascia, naquele momento, sob a direção de Alice Tibiriçá, o *Boletim da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa da Lepra*, revista mensal que, durante os anos de 1929-1936, foi um importante instrumento de propaganda da campanha.

Alice nunca deixou escapar uma oportunidade de fazer política. Assim, quando o quadro político lhe pareceu desfavorável às ações da Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo, resolveu fundar uma entidade que unificasse o grande número de sociedades congêneres espalhadas pelo Brasil, de modo a assumir, inclusive, o papel, até então, desempenhado pela Sociedade de São Paulo - de criação de novas entidades congêneres. Em 1929, na sede da Sociedade no Rio de Janeiro, Alice apresentava o plano de criação de uma Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros. Na ocasião, foi sugerido pelo Ministro Muniz Barreto que

se instituisse uma comissão organizadora da Federação.<sup>55</sup> Mas, no ano seguinte, com a vitória do movimento revolucionário de 1930, novos rumos políticos se impõem às ações filantrópicas de Alice. A Federação teria de esperar.

Dois anos após os primeiros movimentos pela criação de uma Federação, em 30 de junho de 1931, em reunião convocada pela Sociedade de Assistência aos Lázarus do Rio de Janeiro, Alice finalmente apresentaria o esboço do Estatuto da nova Federação, que deveria ter sua sede naquela cidade. No ano seguinte, ela convoca uma reunião com a presença de representantes das diversas associações hansenianas e outras para apresentação, discussão e aprovação do estatuto. Finalmente, no dia 24 de fevereiro de 1932, na sede da Sociedade em São Paulo, Alice seria eleita presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra.<sup>56</sup> Essa Sociedade, em assembleia, tomou então a resolução de conceder 10% do seu patrimônio à nova Federação (TIBIRIÇÁ, 1934). A doação teria sido feita para dar à Federação os meios necessários às atividades iniciais. Como presidente, Alice ampliava seu poder político e saía do raio de controle do governo de São Paulo. Agora, Alice teria de volta a autonomia para gerenciar os recursos de suas ações filantrópicas.

E foi como presidente da Federação Brasileira das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra que, em 03 de maio de 1932, Alice reiterava, por meio de ofício ao Presidente Getúlio Vargas, a moção solicitando que o segundo domingo de maio fosse consagrado para homenagear as Mães, “o maior fator de nosso aperfeiçoamento moral”,<sup>57</sup> já apresentada por ela e aprovada por aclamação no II Congresso Internacional Feminista. Ao exaltar a maternidade como função social e, portanto, pilar da cidadania feminina, Alice e as feministas de seu tempo se vinculam ao “maternalismo feminista” ou “feminismo maternalista”,

---

<sup>55</sup> A referida comissão era composta por: D. Alice Toledo Tibiriçá, Dr<sup>a</sup>. Ormind Bastos, Ministro Muniz Barreto, Prof. Clementino Fraga, Prof. Eduardo Rabello, Dr. Edmundo de Carvalho, Dr. Arrojado Lisboa, Dr. Milciades, Mario de Sá Freire, Guilherme Guinle, Dr. Oscar da Silva Araújo e Dr. Souza Araújo. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 298).

<sup>56</sup> O voto dos presentes consagrou o seguinte corpo de direção provisório: Presidente: D. Alice de Toledo Tibiriçá; Vice-presidente: Prof. Eunice Weaver; Secretária: Prof. Noemy Silveira; Tesoureira: D. Felicidade Perpétua de Macedo; (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 298).

<sup>57</sup> O ofício foi assinado pelas seguintes instituições: Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, Centro Acadêmico XI de Agosto, Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, Centro Acadêmico Horácio Lane, Sociedade dos Amigos da Paz Aliança Cívica das Brasileiras, Departamento intelectual da Associação Cristã de Moços, Cruz Azul, Cruzada Pró-Infância, Sport Club Corinthians Paulista e Sociedade Rádio Educadora Paulista (MIRANDA, 2005, p. 80).

descrito por Bock (1994). As mulheres não eram cidadãs apesar de serem mães; elas eram cidadãs por serem mães (BOCK, 1994). Três dias depois, Getúlio Vargas assinava na pasta da Justiça o decreto declarando que o segundo domingo de maio seria consagrado às mães.<sup>58</sup>

Mas, nesse momento, o clima político em São Paulo já se encontrava tenso. Eram [...] “grandes manifestações em todo o Estado para protestar contra o que era descrito como tratamento arrogante e abusivo de Vargas para com o centro econômico e político mais importante do país, e para exigir a restauração do regime 'constitucionalista’”. (WEINSTEIN, 2004, p. 72).

### 1.5. Uma Mulher Paulista<sup>59</sup>

O ano de 1932 foi intenso para Alice. Como várias mulheres das classes média e alta de São Paulo, ela iria participar ativamente na campanha constitucionalista. Mineira de nascimento, tornara-se uma “Mulher Paulista”. As origens da insurreição podem ser encontradas na velha oligarquia paulista – a que a família Tibiriçá estava ligada – pretendendo retomar as posições perdidas. Mas, para Alice, foi na ação contra a ditadura que todo o Estado, com seus vários segmentos, se mobilizou.

Anos mais tarde, ao comentar sobre esse episódio, Alice perguntava: “Se tivesse sido vitoriosa a Revolução Constitucionalista de 1932, ocorreria o Estado Novo em 1937?” (MIRANDA, 2005, p. 91). Talvez resida em seu espírito libertário, nesse que jamais aceitaria um regime autoritário, uma das motivações para prosseguir em suas lutas. Ao examinarmos a experiência de Alice no movimento “revolucionário” de 1932, a partir de fragmentos retirados de

---

<sup>58</sup> O Dia das Mães fora instituído nos E.U.A. No Brasil, a partir de 1906, coube à Associação Cristã de Moços de Porto Alegre introduzir essa comemoração no dia 12 de maio de 1918. Em 1931, a Associação Cristã de Moços de São Paulo convidou Alice para fazer uma conferência sobre o tema em sua sede. Naquele domingo, Alice Tibiriçá prometeu que se esforçaria para que a data fosse oficializada. (MIRANDA, 2005, p. 79)

<sup>59</sup> Segundo Weinstein (2004, p. 75), as representações da “Mulher Paulista” como uma mulher de força moral e independência fora do comum foram construídas por jornalistas e cronistas paulistas, a partir da saga dos bandeirantes – período em que as mulheres sem a presença masculina tiveram que assumir sozinhas as responsabilidades pela família. A figura da “Mulher Paulista” tornou-se especialmente atraente aos homens por obscurecer o caráter político e partidário do movimento constitucionalista de 1932, transformando-o numa campanha moral e cívica. Também serviu para criar uma identidade “que permitiu às mulheres reivindicar uma voz, exercer autoridade moral e celebrar seu próprio heroísmo no seio do movimento, sem se expor a críticas por transgredirem os papéis de gênero tradicionais ou abandonarem suas obrigações familiares”.

um conjunto de escritos produzidos por mãe e filha durante essa breve rebelião, encontramos muito mais do que a simples participação feminina nos acontecimentos-chave da vida política brasileira. Encontramos também os ruídos de suas relações familiares e a construção da imagem desta “mãe excelente”.<sup>60</sup>

Naquele ano de 1932, Jorge Tibiriçá, seu filho, com apenas dezenove anos, havia ingressado na Faculdade de Medicina de São Paulo: “Lembro-me bem de que na véspera do início do movimento, minha mãe, com ternura, o viu debruçado sobre os livros, e comentou comigo a sua satisfação” (MIRANDA, 2005, p. 91). Mas, diante do quadro político, o jovem se alista no Batalhão 14 de Julho, o batalhão universitário. Ao saber do alistamento do filho, João Tibiriçá se engajou no mesmo batalhão. Seria uma tentativa de protegê-lo?

No dia 14 de julho, o trem levando o filho e o esposo de Alice partia da Estação de Sorocaba para o combate na frente sul. Primos, tios e amigos da família também partiam para o combate. Ao relatar o momento da despedida, disse Alice:

Para onde iam? Acabrunhante tristeza! Iam combater os próprios patrícios. Pelas armas, buscavam dizer aos demais Estados da União que São Paulo não queria sujeitar-se a um regime que não se enquadrava nos critérios de Liberdade a que um povo altivo tem o direito de aspirar. (MIRANDA, 2005, p. 94).

Nas trincheiras de combate e longe da família, as cartas eram a única fonte de notícias dos entes queridos, como relata Maria Augusta<sup>61</sup>:

Diariamente com ansiedade, esperávamos notícias dos nossos, que combatiam nas frentes de batalha. A cada carta, uma alegria e uma dúvida. Quantos dias demorará para chegar? Quantos combates já houvera desde então? Mas é preciso ser otimista! Vamos ler as cartas como se, naquele mesmo momento, tivessem sido escritas. (MIRANDA, op. cit., p. 113).

---

<sup>60</sup> Ao iniciar seu relato, Maria Augusta Tibiriçá afirma: “Em nosso arquivo, encontro uma pasta relativa à Revolução Constitucionalista de 1932. Nela, relatório de minha mãe, acompanhado de outro, meu, escritos na época” (MIRANDA, 2005, p. 91).

<sup>61</sup> Vale destacar aqui a contribuição de Leite (2005, p. 168) sobre essa correspondência: “As cartas são documentos da vida cotidiana. São ‘refúgios do eu’[...]. Os estudiosos consideram as cartas como expressão de uma individualidade e também como texto literário”.

As cartas escritas por Jorge Tibiriçá à sua mãe trazem elementos do cotidiano dos combatentes; mas, principalmente, revelam muito dos sentimentos e afinidades que uniam mãe e filho. Eis as cartas:

Mamãe:

Às 1h:30 houve ordem de nos incorporarmos ao 2º Batalhão de Polícia. Desci do alojamento e, ao chegar à porta, o tenente Mélega disse-me que ficasse com ele e outro tenente, para o serviço de alistamento amanhã. Ora, isso era flagrante vontade de proteger-me. Mas coisa que não calculava é que eu já resolvera partir e não haveria de ficar como bibelô besta, ainda mais sendo o único...

Depois, não é só por isso, mas porque ficaria em choque com meu modo de ver as coisas. **Em situação semelhante, você não aceitaria o privilégio, e foi o que eu fiz.** Afundei-me no caminhão e saí sem ele ter visto. Não fique preocupada, nem vá pensar, mesmo sem querer, que preciso de proteção só porque um camarada achou que era necessário. Sei o que fiz, mamãe, e nunca me desculparia se aqui ficasse. Não se esqueça, também de que prometi voltar... E voltarei!

Até logo. Escrever-lhe-ei com mais vagar, logo que possa.

Breve nos veremos, Jorge. (grifo nosso) (MIRANDA, 2005, p. 114).

A intimidade entre ele e sua mãe é visível, como se pode comprovar no trecho abaixo:

Mamãe,

Li há pouco que você é a madrinha do Batalhão Borba Gato, o qual chegou aqui hoje de manhã. Papai já lhes deu todas as notícias interessantes que existem, não tendo deixado nada para mim. Há muita coisa pra dizer-lhe, mas este papel não tem expressão e o lápis não traduzirá o que sinto. Resumindo, peço-lhe que dê largas à imaginação, para sentir o que tenho a dizer.

Abraça-a o filho Jorge. Até logo. (MIRANDA, 2005).

Alguns dias depois, o filho Jorge, ferido de raspão, retorna a casa. Recuperado, reincorpora-se ao batalhão, onde será imprensado por um caminhão. “Sua saúde se ressentiu, na última semana de esforço, como não havia ocorrido no mês inicial de combate. O trauma, então,

foi também psíquico. Nunca mais voltou a ser o mesmo, alegre e despreocupado” (MIRANDA, op. cit., p.116).<sup>62</sup>

Já as cartas escritas por João Tibiriçá e endereçadas à Maria Augusta, sua filha, carinhosamente chamada de Gugucha, às irmãs e à Alice buscam sempre trazer notícias do filho Jorge, deixando transparecer que a proteção ao filho teria sido o principal motivo de seu alistamento:

Querida Gogucha.

Escrevo em pé, como se faz em serviço de campo. Aqui tem chovido muito. Jorge, dr. Colombo e eu, além de outros ficamos ensopados. Felizmente ninguém adoeceu.

Hoje vamos guarnecer novas trincheiras. O tempo parece que vai melhorar. Jorge manda lembranças a você, Mamãe, toda a família e pessoal daí. Peço dar notícias à vovó e às tias. Abraços para você, Alice e Maria José. Do pai que muito lhe quer, João. (MIRANDA, 2005, p. 114).

Ao escrever para Alice, dizia:

Recebi ontem mais roupa de Anita e de vocês. Não podemos carregar nada mais, aqui tudo vai nas costas, em veredas íngremes, com marcha penosa e sujeita, muitas vezes, ao fogo. O Jorge devia voltar hoje, foi há quatro dias, a 14 quilômetros para diante pela estrada. Temos correio às 10 horas. Se o Jorge não chegar antes, mandarei dizer. (MIRANDA, 2005, p. 115).

Enquanto o filho e o esposo lutavam nos campos de batalha, Alice abria as portas de sua casa em Perdizes, onde funcionava o colégio que, a todo custo, tentava reerguer, para ser a sede da Liga Feminina de Defesa Nacional. No local, instalara - sob a orientação do Dr. Pedral - um curso de enfermagem de guerra. No térreo do casarão, funcionava “uma seção de costura para os combatentes e uma seção de cozinha que fornecia almoço às famílias necessitadas dos que partiam. As nossas portas permaneciam abertas”. Mas isso não bastava para Alice, prossegue Maria Augusta, evocando a “bugrinha” que “não via obstáculos intransponíveis quando um

---

<sup>62</sup> Em pesquisas realizadas, localizamos uma fotografia referente à formatura de Jorge Tibiriçá Neto em medicina no Rio Janeiro, bem como a informação de que o mesmo faleceu em 1970, sem deixar filhos. Cf. Blog Almeida Prado. Disponível em: < <http://almeidaprado150jahu.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

imperativo mais forte se apresentava à sua consciência” (MIRANDA, 2005, p. 119). Decide, então, viajar para Minas Gerais, sua terra natal, para falar com o Presidente do Estado, Dr. Olegário Maciel.

Na companhia da filha Maria Augusta, na época com dezesseis anos, da aluna do curso de direito, Amélia Duarte, e do aluno da Faculdade de Medicina do Rio, Ismar Nascimento Silva, realiza uma longa e difícil viagem. Na capital mineira, Alice se encontra com suas conterrâneas na casa de D. Berenice Martins Prates e lhes pede ajuda para “pôr um termo à tragédia que se desenrolava em São Paulo. Impunha-se um entendimento, para que voltasse a paz à comunidade nacional” (MIRANDA, 2005, p. 97).

Já bastante renomada por suas atividades filantrópicas de fundação de duas Sociedades de Assistência e Defesa contra a Lepra, uma em Juiz de Fora e outra em Belo Horizonte, Alice é recebida pelo Secretário de Educação, Dr. Noraldino de Lima, que agenda um encontro com o Presidente do Estado. Nesses encontros, Alice solicita que Minas Gerais conserve a neutralidade e que não entre na luta contra o Estado de São Paulo. Ouviu, então, do Presidente, Dr. Olegário Maciel, que “prometera ao Dr. Vargas auxiliá-lo. Não poderia, pois, romper o compromisso. A vitória era garantida” (MIRANDA, 2005, p. 98). Durante o encontro, chegou a notícia de que Itararé havia sido tomada pelas forças do governo. Alice se desespera! Afinal, lá se encontravam o filho e o esposo no Batalhão 14 de Julho. Ao ver sua dor, o Dr. Olegário promete manter as tropas de Minas apenas nas fronteiras. (MIRANDA, 2005, p 98) De Minas Gerais, Alice parte angustiada sem notícias do filho para mais uma difícil viagem, agora em direção à cidade do Rio de Janeiro, o que nos leva a supor que a preocupação materna, com a segurança do filho, seria a principal causa de sua viagem.

Na Capital Federal, como havia ocorrido em Minas Gerais, Alice se reúne com algumas senhoras para expor-lhes seus propósitos e programar uma cruzada pela paz. Tal movimento deu resultado e, mesmo após sua partida para São Paulo, algumas manifestações pela pacificação ocorreram inclusive nas ruas da cidade. Em outra ação, Alice, juntamente com outras senhoras, assina o seguinte apelo:

Sr. Presidente da Cruz Vermelha Brasileira.

Em vossas mãos depomos o apelo das mulheres brasileiras aos chefes civis e militares do Brasil, rogando-vos sejais nosso intérprete junto àqueles de quem tudo esperamos.

Srs Chefes civis e militares do Brasil: O apelo que vos dirigimos é a prece ardente de milhares de mulheres que, de Norte a Sul, contemplam com o olhar angustiado e o coração torturado, o espetáculo doloroso e ingrato de irmãos que caminham para o combate.

E o apelo das mães, das esposas, das filhas, das irmãs, das noivas de milhares e milhares de brasileiros que a voragem rubra da guerra civil arrasta para a morte inglória no campo da luta onde, com eles, pode também perecer a unidade desta pátria.

Não fugimos ao dever. Através de gerações e gerações de brasileiros, nossas maiores souberam sempre dar o exemplo de abnegação, de devotamento, de sacrifício do que tinham demais caro, sempre que a pátria o exigiu, sempre que o nome do Brasil precisou ser defendido [...].

Pela unidade da família brasileira, pela fraternidade que deve unir todos os que nasceram sob o pavilhão do Cruzeiro, cedei de parte a parte, fazei a paz. Fazei que reine mais uma vez a unidade e o sossego nas terras do Brasil. Sim, fazei-o e tereis em vosso favor as preces de todas as mães, de todas as esposas, de todas as filhas, irmãs e noivas de brasileiros que, assim, haveis poupado ao sacrifício, que derramarão sobre vós a sua gratidão sincera, em benção sem par, como as estrelas do céu, sem conta, como as areias do mar. (MIRANDA, 2005, p. 101 et seq.).

Enquanto isso, nas ruas do centro do Rio de Janeiro, outro apelo, também assinado por Alice, era largamente distribuído:

A voz das mães Brasileiras também se quer fazer ouvir!

É um brado que lançamos ao coração do Brasil, unidas num movimento de solidariedade humana, a apelar para os sentimentos elevados do grande povo brasileiro!

Não é possível que aos filhos desta terra, sempre tão pacífica, sejam alvejados pelos próprios irmãos, quando acabamos de ter, em Genebra, um representante pugnando pelo desarmamento entre povos diferentes!

A mulher brasileira, dentro de pouco, será chamada a votar, mas a MÃE BRASILEIRA, SEM SER CHAMADA, vem lançar seu grito de angústia contra a onda de sangue, sangue de irmãos, que ameaça encharcar o solo brasileiro!



Armistício, senhores! Bandeira branca senhores!  
Entendamo-nos pela palavra! Não consistamos que uma nódoa de sangue venha enlutar as páginas belas, tão generosas de nossa história!

No alto do Corcovado, como príncipe da Paz, abre Jesus os braços a todos os brasileiros!

PAZ! Senhores PAZ. (MIRANDA, 2005, p. 102)

Sem notícias do filho e do esposo, desde que iniciara a viagem, Alice decide voltar para São Paulo. Mas é informada que somente o Presidente da República poderia lhe dar o salvo-conduto para seguir viagem. Reconhecida como personagem proeminente no cenário nacional, Alice solicita, então, uma audiência com o secretário de governo, mas é o próprio Vargas quem a recebe. “Na conversa que então mantiveram, Vargas lhe disse que em nada havia concorrido para a Revolução, pois ela havia sido feita pelos paulistas. Alice, então, sobranceiramente, fê-lo ver o que era o movimento” (MIRANDA, 2005, p. 103). Após informar-lhe os motivos de sua viagem, recebe a autorização para regressar a São Paulo.

O trânsito de Alice pelas esferas do poder político – em Minas Gerais e na Capital da República – revela as possibilidades efetivas de chegada de uma filantropa ao centro do poder, nas primeiras décadas do século XX. Fica muito clara a conexão entre filantropia e política, assim como entre o público e o privado nas trajetórias femininas.

Durante a viagem de volta, no município fluminense de Barra Mansa, ela se depara com o General Góis Monteiro, que não permite que prossiga viagem pela Rio-São Paulo, considerando os riscos de combates entre as tropas. Ao descrever o longo período que haviam permanecido na estação ferroviária, Maria Augusta retrata dois episódios em que Alice se posiciona, numa postura quase de enfrentamento dos militares. No primeiro, o General Góis pergunta a Alice por que motivo ela havia permitido a ida de seu filho para o campo de batalha. A resposta foi imediata:

Tinha ele 19 anos, personalidade, sabia o que queria e não cabia, a ela, interferir em qualquer sentido. E acrescentou, com voz firme, concluindo: Entre um regime discricionário, como o atual, e o estado de direito, fez sua corajosa opção, acompanhando milhares e milhares de compatriotas. Ninguém os pode condenar, ainda que deles divirja. Que acha, Sr. General? Gois Monteiro, com os

conhecidos gestos lentos e olhar mortiço, limitou-se a fixá-la e nada respondeu. (MIRANDA, 2005, p. 104).

O segundo episódio ocorreu quando um trem com prisioneiros paulistas chegou à plataforma. Enquanto Alice conversava com os jovens a fim de levar notícias às famílias, anotando os nomes dos prisioneiros, um “[...] oficial do governo disse algumas impertinências para aquela rapaziada, impossibilitada de reagir” (MIRANDA, 2005, p. 104). Na mesma hora, Alice vira-o segurando um deles pelo ombro, e dá-lhe uma lição de moral, dizendo: “Se sua mãe estivesse aqui, coraria de vergonha de vê-lo humilhar rapazes idealistas que se encontrem prisioneiros” (MIRANDA, 2005, p. 104). Resultado: foi aplaudida pelos que estavam presentes na estação. Tais atos lhe custaram mais algumas horas de espera em Barra Mansa. Se inicialmente prosseguiriam a viagem num vagão engatado ao trem de tropas, depois desses episódios, o general Góis Monteiro resolveu que Alice deveria esperar o dia seguinte para seguir viagem em um trem de passageiros, observando que “[...] se Alice seguisse com a tropa, acabaria levando todas elas para São Paulo, afirmou o general” (MIRANDA, 2005, p. 104).

Na viagem de volta para São Paulo, a senhora Tibiriçá se encontra no trem com Maria Lacerda de Moura e a convida para hospedar-se em sua casa antes de seguir a viagem que a levaria a Guararema.<sup>63</sup> Sendo duas feministas e intelectuais de uma mesma geração, é provável que suas trajetórias tenham se cruzado por diversas vezes, em inúmeros momentos e espaços, construindo, apesar das diferenças políticas, laços afetivos. Se o encontro com Maria Lacerda de Moura a aproximou do pensamento de esquerda, não sabemos! Mas, no ano seguinte, Alice participa, ao lado de outras feministas, do movimento pró-libertação de Obdulio Barthe, líder do Partido Comunista Paraguaio, conforme noticiava o jornal *Folha da Noite* de São Paulo, de 13 de fevereiro de 1933:

---

<sup>63</sup> Segundo Pinto (2008, p. 37), “no feminismo de Maria Moura o homem aparecia como opressor identificado no Capitalista, no patrão que explorava as mulheres. Era uma postura que lutava por grandes transformações e repelia a luta por direitos civis. Já Rago (2012) a denomina como feminista e anarquista. E vai relatar que “em 1932, vivendo numa comunidade libertária em Guararema, sem filhos e divorciada, Maria Lacerda escreve *Clero e Fascismo – Horda dos embrutecedores* e *Fascismo – Filho dileto da Igreja e do capital*, livros em que coloca toda a sua indignação para atacar o nacionalismo, a igreja, o poder estatal e os regimes totalitários e em que defende o pacifismo. Cf. RAGO, Luzia Margareth. Entre o feminismo e o anarquismo: Maria Lacerda de Moura e LuceFabbri, *Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária PepsocsPucSp*, São Paulo, SP, v. 21, p. 54-77, 2012. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/agora/pdf/margarethrago.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

Cresce a cada hora que passa principalmente entre nossos estudantes intellectuaes, a sympathia pelo estudante paraguaio Obdulio Barthe, às vésperas de ser julgado. No Paraná, d. Martha Gomes, aqui, d. Alice Toledo Tibiriçá; e no Rio, a doutora Natércia Silveira, procuram, por sua vez, chamar o interesse das mulheres para o caso creado pelo mal denominado crime de opinião. (FOLHA DA NOITE, 1933, fl.11).

Diante de uma Alice com uma sensibilidade política muito mais complexa, o fim do Movimento de 1932 não trará de volta a harmonia entre ela e o Governo Paulista. Mas às vezes mudar é preciso!

#### **1.6. “Com o governo se preciso; sem o governo se possível; e até mesmo contra o governo se assim for necessário”.<sup>64</sup>**

Até 1930, diante de uma intervenção estatal de prescrições liberais, a execução do isolamento de doentes viu-se prejudicada com reduzido número de leprosários mantidos pelo governo Federal. Coubera às instituições filantrópicas, como as Sociedades de Assistência aos Lázaros, criadas por Alice Tibiriçá em todo território nacional, a tarefa de assumir e viabilizar o projeto isolacionista nos Estados — principalmente, através do repasse de verbas<sup>65</sup>. A partir da chegada de Vargas ao poder, a montagem de um Estado nacional, centralizado e intervencionista, não se fez sem conflitos e tensões entre instituições filantrópicas, poderes locais e governo federal.<sup>66</sup>

A esse quadro de instabilidade política do Governo provisório (1930-1934), Vargas respondera com medidas de política social que fortaleceriam seu papel diante dos conflitos. Para

---

<sup>64</sup> MIRANDA, 2005, p.33.

<sup>65</sup> Ilustrativo disso é o episódio da construção do hospital de trânsito para os doentes na capital de São Paulo. Durante a gestão do Dr. Souza Araújo à frente da Inspetoria de profilaxia à Lepra, essa construção se faria em terreno pertencente e contíguo à sede da Inspetoria e que, para tal fim, seria doado à Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo.

<sup>66</sup> De acordo com Codato (2008), a centralização política sob a direção e o comando de um chefe único funcionou como pré-condição para a mudança do modelo de desenvolvimento econômico nas primeiras décadas do século XX. Tratava-se de dar ao federalismo um novo significado e uma nova utilidade, retirando o poder das elites locais e “desapropriando” os instrumentos locais e regionais de poder estruturados sob o Estado oligárquico. A partir da lei dos interventores e da criação de uma burocracia estatal, Vargas, com a ação efetiva de órgãos de planejamento, agências decisórias, burocracias públicas e da atuação de uma elite estatal planejadora, vai consolidar um Estado Nacional.

Gomes (2005), o Estado pós-1930 tivera caráter revolucionário justamente porque tratou a questão social como uma questão “política”, ou seja, um problema que só se resolveria pela intervenção do Estado. No caso específico da saúde pública, criam-se dois ministérios: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). O primeiro será encarregado da previdência e assistência, tendo como legítimos destinatários das ações de saúde aqueles inseridos no mercado de trabalho, consolidando o que Wanderley Guilherme dos Santos conceituou como “Cidadania Regulada”<sup>67</sup>, e o segundo com a responsabilidade de cobertura de serviços de várias áreas da saúde, de forma universal, como obrigação unilateral do Estado. A esse último, caberiam as ações de profilaxia da lepra.

Em suas considerações especificamente relativas à área da saúde pública, Fonseca (2007) reconhece a ausência de análises sobre as ações desenvolvidas pelo MESP. É neste aspecto que a trajetória de Alice Tibiriçá pôde acrescentar informações sobre as ações desenvolvidas pelo Governo Federal na montagem de uma rede de combate à lepra em São Paulo.

Ao mesmo tempo em que o segregacionismo — defendido por Alice Tibiriçá — é apresentado como o modelo profilático a ser seguido pelo governo Vargas, conforme indica Cabral (2013); a relação de autonomia entre poder local e o governo central nessa experiência de combate à lepra, durante as décadas de 1910 e 1920, sofrerá alterações. Nessa conjuntura, a “implementação de medidas de Welfare State na saúde pública exigia que o executivo tivesse condições de viabilizar uma política nacional capaz de enfrentar a diversidade de interesses locais.” (FONSECA, 2007, p.53). A relação entre União, Estados e municípios assumiria as feições do projeto populista de Vargas<sup>68</sup>. A partir destas observações, admito uma via da análise política dessa experiência com uma outra perspectiva.

Ressalto a necessidade de examinar a contenda entre Alice Tibiriçá que, até então, havia assegurado seu poder político através da base paulista e o governo Federal, mas que também - através dos interventores - precisava garantir seu domínio sobre as forças regionais,

---

<sup>67</sup> “Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas as raízes encontram-se, não em um código de valores políticos. Mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal” (SANTOS, 1994, p 68).

<sup>68</sup> A produção do consentimento das “massas” exigia o atendimento efetivo de necessidades e interesses das classes populares. “Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade” (FERREIRA, 2013, p. 89).

principalmente sobre aquelas que haviam se rebelado contra o novo governo, caso de São Paulo em 1932 (CODATO, 2008).

Assim, quando o Dr. Francisco de Sales Gomes Jr. - favorável à centralização do combate à lepra na esfera pública - assume, em agosto de 1932, a Inspeção de Moléstias Infecciosas de São Paulo, a quem se subordinava a Inspeção de Profilaxia à Lepra, tem início o que Alice denominou como uma campanha para “difamar o trabalho da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo e entregar ao desprezo público a pessoa de sua presidente”.<sup>69</sup> Mas porque o Sr. Sales Gomes teria interesse em desmoralizar uma figura pública que dedicou anos de sua vida à causa da lepra? Seria apenas uma “competição pessoal”? Ou a necessidade política de transformar o campo da saúde pública num campo sem “concorrentes” para a ação intervencionista do Estado? É o próprio Dr. Sales Gomes que, em entrevista dada ao *Correio de São Paulo*, um jornal local, em 06 de setembro de 1933, expõe seus motivos. Segundo ele, “Organizados do jeito que estão os hansenianos não há necessidade de assistência particular”<sup>70</sup>.

Fonseca (2007) indica que, em um contexto de instabilidade, ceder mais espaço para que os interesses privados – como os de Alice Tibiriçá à frente da Sociedade de Assistência aos Lázaros – se fortalecessem no interior do espaço público, significava correr o risco de perder o comando político. Por conseguinte, fortalecer o poder político do governo central nos Estados, naquele momento, era fortalecer a esfera pública. De acordo com Santos (2006), a administração de Sales Gomes foi marcada pelo autoritarismo, sobretudo na imposição do isolamento compulsório aos portadores da lepra.

Nesse novo modelo de organização estatal, “o problema lepra deve ser orientado, dirigido e mantido pelo Estado.”<sup>71</sup> É lógico, portanto, não haver necessidade das ações desenvolvidas pela Sociedade de Assistência aos Lázaros. A orientação corrente é: “Caberá ao Estado cuidar do

---

<sup>69</sup> Ofício encaminhado por Alice Tibiriçá – presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo ao Sr. Márcio Pereira Munhoz, interventor federal, no Estado de São Paulo. 08 de outubro de 1934 (TIBIRIÇÁ, 1934).

<sup>70</sup> Matéria publicada na primeira página do jornal *O Correio de São Paulo* de 06 de setembro de 1933, intitulada “Ouvindo a palavra do Dr. Sales Gomes”. Cf. *O Correio*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

<sup>71</sup> Matéria publicada na primeira página do jornal *O Correio de São Paulo* de 26 de setembro de 1934, intitulada “A imprensa de São Paulo confirma as nossas reportagens sobre a Sociedade de Assistência aos Lázaros”. Cf. *O Correio*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

doente e isso ele já está fazendo”, afirmava o Dr. Sales Gomes. A resposta de Alice a toda essa campanha desenvolvida pelo Dr. Sales Gomes veio em julho de 1934, por meio da obra: *Como Vejo o Problema da Lepra: E como me vêem os que o querem “manter”*.<sup>72</sup> Nesta obra, Alice denuncia que, para atingir seus objetivos, o Dr. Sales Gomes passou, assim também, a mandar prender doentes que se tratavam no dispensário mantido pela Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo quando de lá saíam e a ordenar que os levassem para os leprosários, nos quais os deixavam três ou quatro dias, soltando-os em seguida. Indignada, ela pergunta:

“Se eram contagiantes, por que os liberavam? Se não o eram, por que prendê-los? Para que a farsa do internamento compulsório? Para perseguir, para bloquear o dispensário da Sociedade e afugentar seus assistidos. (Apud MIRANDA, 2005, p. 52).

Recorremos aos argumentos de Ana Paula Vosne (2014) sobre o esquecimento histórico das filantropas, detendo-nos na estratégia utilizada pelo Dr. Sales Gomes de omitir as realizações de seus antecessores, tornando invisíveis, assim, as ações filantrópicas desenvolvidas por Alice, em uma orientação do conjunto de autoridades sanitárias deste mesmo período. Residiria aí uma das causas do esquecimento histórico de Alice Tibiriçá? Acreditamos que, em parte, sim. Afinal, na história das políticas sociais brasileiras, o governo Vargas é considerado um marco zero. Acho que essa análise remove Alice do lugar que atingira nessa política da lepra.

Mas havia, segundo o Dr. Sales Gomes, um outro motivo e, talvez, mais importante: a questão do recebimento de salário por parte de Alice Tibiriçá. Ele afirma: “Quem quer proteger o próximo não precisa de ordenado”<sup>73</sup>. Como feminista, Alice provavelmente ampliou sua percepção sobre o trabalho feminino. As atividades filantrópicas tinham deixado de ser apenas um trabalho voluntário; tornam-se um espaço da atuação feminina. Mas, ao transformar suas ações à frente da Sociedade de Assistência aos Lázaros, em meio de suprir à necessidade de

---

<sup>72</sup> Ao explicar ao leitor o uso do termo “manter”, Alice dirá na epígrafe de seu livro. “Governos, cientistas, associações – todo mundo deseja cooperar para a SOLUÇÃO do problema da lepra. O chefe de um departamento especializado em São Paulo, o Sr. F. Sales Gomes Jr. acha, entanto, que cabe ao Estado “MANTER” (!) o problema da lepra, segundo disse, não sei com que intuito, à Associação Paulista de Imprensa - A.P.I. (Carta publicada em setembro de 1933). É uma declaração de arrepiar. Ou uma heresia a mais”.

<sup>73</sup> Matéria publicada na primeira página do jornal *O Correio de São Paulo* de 06 de setembro de 1933, intitulada “Ouvindo a palavra do Dr. Sales Gomes”. Cf. *O Correio*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

sobrevivência econômica, ela rompe com a lógica da “bondade” e do voluntariado presente na filantropia e macula a “mulher virtuosa”, imagem construída para as filantropas. Sem formação profissional e diante do fim do casamento, Alice via nesse campo o caminho para construir sua autonomia financeira. Mas, para o Dr. Sales Gomes, não era “cabível que a diretora de uma instituição de caridade perceba vencimentos. Assim sendo, não mais há filantropia”.

Alice se deu conta de que havia uma importante ameaça à sua carreira filantrópica com o fim da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de São Paulo. Mas seu processo de afastamento foi doloroso: ela foi considerada “não idônea” pela Comissão de Assistência Social e “caso de polícia”, pelo Dr. Consultor Jurídico da Secretaria de Estado, por sua gestão das Caixas Benéficas. Os riscos eram grandes, não somente para os leprosos, mas principalmente para Alice que, desde 1931, talvez tivesse na Sociedade de Assistência aos Lázaros sua principal fonte de renda.

Com o objetivo de angariar fundos financeiros para a Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo, Alice tinha realizado entre dezembro de 1932 e janeiro de 1933, a Campanha da Solidariedade.<sup>74</sup> Diante dos novos rumos dados à luta contra a lepra em São Paulo, as autoridades sanitárias vão pleitear que o produto da Campanha da Solidariedade seja entregue ao poder público. “[...] Numa reunião havida, foi d. Alice, a contragosto, obrigada a entregar o producto dessa campanha a inspeccoria contra a lepra”.<sup>75</sup> A alegação é de que suas ações não correspondem ao que arrecada.<sup>76</sup> Com o sucesso da Campanha desenvolvida em São Paulo, Alice passa a realizar campanhas semelhantes em todo o Brasil organizadas com a Federação de Sociedades; Seria uma estratégia para sanar sua questão econômica? Mas de que forma? Ela seguiria a experiência das campanhas financeiras que triunfaram na América do Norte.

---

<sup>74</sup> A Campanha da Solidariedade foi criada por Alice Tibiriçá e reunia em cada cidade um “batalhão” que, em uma semana ou em dez dias, trabalhavam para alcançar os alvos previstos. Além dos resultados financeiros, das Campanhas decorria grande propaganda na imprensa local, o que - além de formar, ampliar e consolidar uma consciência de classe - garantia visibilidade e protagonismo político à Alice Tibiriçá. Entre os municípios atendidos pela campanha, destacam-se: São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói. (Miranda, 2005, p. 46).

<sup>75</sup> Matéria publicada na primeira página do jornal *O Correio de São Paulo* de 26 de setembro de 1934, intitulada “A imprensa de São Paulo confirma as nossas reportagens sobre a Sociedade de Assistência aos Lázaros”. *O Correio de São Paulo*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

<sup>76</sup> Matéria publicada na primeira página do jornal *O Correio de São Paulo* de 06 de setembro de 1933, intitulada “Ouvindo a palavra do Dr. Sales Gomes”. *O Correio de São Paulo*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 8 jan. 2015.



Para análise de fotografias publicadas no livro *Como eu vejo o problema da Lepra*, lançado em 1934, foram selecionadas três fotos por constituírem uma sequência que permite dimensionar o significado de questões dessa conjuntura, as quais sugerem a mudança de rumos da trajetória política de Alice. São registros visuais documentados durante o ano de 1933, em diferentes municípios. Neles, há sinais de três momentos da campanha.

FIGURA 3 – Resultado da “Campanha da Solidariedade” em Juiz de Fora – MG. Inauguração em junho de 1933 da sala de diversões “Alice Tibiriçá” no Asilo Colônia Santa Izabel em Belo Horizonte.



FONTE: Tibiriçá, 1934, p.83.

A foto acima expõe o resultado da “Campanha da Solidariedade”, realizada em Juiz de Fora e a inauguração da sala “Alice Tibiriçá” no Pavilhão da Colônia Santa Izabel, no mês de junho. (TIBIRIÇÁ, 1934, p.81).



A foto abaixo documenta a abertura, em dezembro, dos trabalhos da “Campanha da Solidariedade” em Niterói e São Gonçalo, visando à construção de um leprosário na Ilha do Carvalho.<sup>77</sup>

FIGURA 4 – Abertura, em dezembro de 1933, dos trabalhos da “Campanha da Solidariedade” em Niterói e São Gonçalo, visando à construção de um leprosário na Ilha do Carvalho.<sup>78</sup>



FONTE: TIBIRIÇÁ, 1934, p.154.

<sup>77</sup> “O Estado do Rio convidado a participar da luta anti-lazarina – Organizada a Delegação Central do Rio, a 17 de abril de 1933 fui a Nictheroy solicitar da Dr<sup>a</sup> Alzira Reis Vieira Ferreira, médica ali residente, a fundação de um grêmio hansenianista [...]. Em 19 de maio daquele anno, por ocasião da ‘Semana da Bondade’ (no dia consagrado à mulher), inaugurei a primeira Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra do Estado do Rio. Logo depois a vez a São Gonçalo crear a sua S.A.L, que como a de Nictheroy desde logo entrou em atividade [...]. Collaborando com a Sociedade Fluminense de Assistência aos Lázaros, o governo do Estado do Rio, por ocasião da Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra, poz à sua disposição a ilha do Carvalho para que sirva de albergamento aos filhos endemmes e demais membros das famílias do hansenianos”. (TIBIRIÇÁ,1934, p.81).

<sup>78</sup> “O Estado do Rio convidado a participar da luta anti-lazarina – Organizada a Delegação Central do Rio, a 17 de abril de 1933 fui a Nictheroy solicitar da Dr<sup>a</sup> Alzira Reis Vieira Ferreira, médica ali residente, a fundação de um grêmio hansenianista [...]. Em 19 de maio daquele anno, por ocasião da ‘Semana da Bondade’ (no dia consagrado à mulher) inaugurei a primeira Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra do Estado do Rio. Logo depois a vez a São Gonçalo crear a sua S.A.L, que como a de Nictheroy desde logo entrou em atividade [...]. Collaborando com a Sociedade Fluminense de Assistência aos Lázaros, o governo do Estado do Rio, por ocasião da Conferência para a Uniformização da Campanha contra a Lepra, poz à sua disposição a ilha do Carvalho para que sirva de albergamento aos filhos endemmes e demais membros das famílias do hansenianos”. (TIBIRIÇÁ,1934, p.81).

FIGURA 5 – Alice Tibiriçá, presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros, diretores e cooperadores da “Campanha da Solidariedade” em Jahu - São Paulo.



FONTE: TIBIRIÇÁ, 1934, p.103.

O exame destas fotografias expressa, em primeiro plano, uma narrativa sobre a significativa presença feminina nas iniciativas assistenciais desse momento. Nesses, como em vários outros registros, as mulheres são apresentadas como personagens centrais das ações de “solidariedade” aos leprosos, ladeadas por algumas poucas figuras masculinas, sugeridas como coadjuvantes dessas cenas. Destaca-se ainda, neste conjunto, a imagem de Alice Tibiriçá querida e respeitada nacionalmente por seu trabalho. Observa-se que a imagem da presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros é visível nos registros de momentos da campanha. Elas parecem confirmar a versão construída de que Alice é capaz de congrega diferentes atores políticos, em diversos municípios, em ações efetivas de combate à lepra. Alice teria consolidado uma significativa notoriedade política pelo país a fora.

Enquanto isso, em São Paulo, a “campanha de difamação” contra Alice Tibiriçá continuava. O Dr. Sales Gomes apela, então, para o chefe de polícia civil “em nome dos hansenianos que seja fechada a Sociedade de Assistência aos Lázaros”.<sup>79</sup> Alega, para tanto, que devem ser extintas as “Associações que arrecadam dinheiro em nome dos doentes e que não applicam devidamente os donativos recebidos. É o caso da Assistência aos Lázaros que nada

<sup>79</sup> Matéria publicada na primeira página do jornal *O Correio de São Paulo* de 26 de setembro de 1934, intitulada “A imprensa de São Paulo confirma as nossas reportagens sobre a Sociedade de Assistência aos Lázaros”. Cf.: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

construiu e que há anos vem recebendo grossas quantias”.<sup>80</sup> Pairava uma dúvida sobre a idoneidade de Alice. Agora, de acordo com o decreto nº 5.945 de 14 de junho de 1933, as Associações que prestam assistência aos hansenianos devem ser filiadas à Comissão de Assistência Social, devendo esse órgão fiscalizar as instituições e centralizar a arrecadação dos donativos. Enfim, as instituições filantrópicas deveriam submeter-se às autoridades estatais.

Mas a Alice “bugrinha” não se submete. O Secretário de Educação e Saúde Pública, responsável pelas ações de saúde pública, vai, então, oficiar à Comissão de Assistência Social para julgar a idoneidade da Sociedade de Assistência aos Lázaros (S.A.L). Condenada, ela ficou proibida de continuar a arrecadação de donativos e de receber verbas do governo paulista.

O motivo principal ao que fomos informados é o da S.A.L. não ter enviado a documentação pedida, desobedecendo assim uma entidade que funciona oficialmente e que recebeu plenos poderes do Governo do Estado para controlar as instituições de caridade existentes em São Paulo. (TIBIRIÇÁ, 1934, p. 220).

Assim, nuvens carregadas cobriam os céus paulistas, silenciando as atividades desenvolvidas por Alice à frente da Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo.<sup>81</sup> Entre as denúncias feitas por Alice em seu livro e o rompimento do dique da censura em 1945, decorreram os duros tempos da “ditadura” de F. de Sales Gomes.

Em busca de dias melhores, Alice, estrategicamente, desloca sua atuação, então na S.A.L. de São Paulo, de onde irradiou durante seis anos suas ações em todo país, para o espaço da

---

<sup>80</sup> Matéria publicada na primeira página do jornal *O Correio de São Paulo* de 26 de setembro de 1934, intitulada “A imprensa de São Paulo confirma as nossas reportagens sobre a Sociedade de Assistência aos Lázaros”. Cf.: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

<sup>81</sup> Alice permaneceu na presidência da S.A.L. de São Paulo até o seu falecimento. Mas após sua mudança para o Rio de Janeiro, o Sr. Rubens Bueno de Melo foi nomeado seu procurador e braço direito. Em 1934, o chefe da Inspetoria de Profilaxia à Lepra de São Paulo criava a Fundação Paulista contra a Hanseníase, tornara-se seu primeiro presidente. Já na década de 1980, a antiga Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo teve seu nome alterado para Instituição Alice Tibiriçá de Civismo e Solidariedade e funciona, ainda hoje, no bairro Ipiranga, prestando assistência a famílias carentes (a maioria constituída por doentes e ex-doentes de hanseníase). A Fundação Paulista, renovada, passou a investir em pesquisas no campo da hansenologia e da capacitação dos recursos humanos que trabalham com esta doença, publicação de livros e teses, materiais educativos e também na assistência por meio de doações de medicamentos, próteses, órteses etc. A partir de 2003, estas duas organizações passaram a realizar alguns trabalhos em conjunto, entre os quais a publicação da 2ª edição do livro *Alice Tibiriçá: Lutas e ideais*. (MIRANDA, 2005 prefácio).

Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, cuja sede, em 1935, fora transferida para o Rio de Janeiro, então Capital Federal.

Uma de suas primeiras ações à frente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros foi a realização da Conferência para Uniformização da Campanha Contra a Lepra, em setembro de 1933, na cidade do Rio de Janeiro. Com o objetivo de elaborar um plano uniforme de combate à lepra para o Brasil, o referido encontro contou “com a presença de representantes de vários Estados, dos técnicos em leprologia de todo o país e delegados de associações privadas interessadas na solução do nosso mais grave problema sanitário, que é o da lepra” (MIRANDA, 2005, p. 61), como demonstra o registro fotográfico da sessão de encerramento.

FIGURA 6 – Sessão de encerramento da Conferência para uniformização da Campanha Contra a Lepra.



FONTE: TIBIRIÇÁ, 1934, p. 43.

Não se pode afirmar que Alice Tibiriçá seja a personagem feminina que aparece sentada na segunda cadeira da direita para a esquerda. Essa imagem expõe imprecisos traços de um rosto emoldurado com cabelos curtos, impedindo que, com certeza, se afirme tratar-se realmente da presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros. Encontramos, nesta imagem, alguns indícios importantes de mudanças do percurso filantrópico de Alice Tibiriçá. De acordo



com a legenda dessa fotografia, localizada no acervo de sua obra de 1934, o homem que discursa é o Dr. Eduardo Rabello, leprólogo defensor de um projeto liberal para o combate à lepra. A verdade é que, enquanto no Rio de Janeiro Alice era homenageada por aclamação pelos participantes da Conferência<sup>82</sup>, em São Paulo prosseguia a campanha de sua difamação pelo Dr. Sales Gomes.

Mas também eram tempos de avanços na luta feminista. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a estrutura política brasileira foi alterada. Seu governo buscava apresentar-se como reformador, favorecendo o direito ao voto para as mulheres (HAHNER, 2003). Pelo decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, Vargas estabeleceu o voto feminino e o voto secreto; faltava agora incorporar esse princípio à nova Constituição. As organizações feministas envidaram esforços para exercer influência sobre a nova Carta Magna. Ao falar sobre a colaboração da mulher na constituinte, Alice, em entrevista ao jornal *A Noite*, de 27 de março de 1933, diz que “nunca a presença da mulher se fez tão necessária quanto agora”. (MIRANDA, 2005, p. 147). Mas apesar de todos os esforços, a eleição de Carlota Pereira de Queiroz não atendeu às demandas do movimento feminista, como nos conta Maria Augusta: “muitas outras teriam realizado mais, como representante da mulher” (MIRANDA, 2005, p. 148). No entanto, havia muito de positivo na eleição de uma mulher.

Se o ano de 1933 trouxe inúmeros desafios para Alice no campo profissional, na vida pessoal não foi diferente. Com o fechamento do seu Colégio sacrificado em nome da causa hansenianista e a crise da Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo, Alice teve sua renda restringida à pensão deixada por seu pai, o General José Florêncio de Toledo Ribas, e à verba recebida como Presidente da Federação de Sociedades de Assistência aos Lázaros. Enfrenta, então, uma grave crise financeira que leva a família a residir em um pequeno apartamento na Rua do Arouche, na região central de São Paulo.

Mas a mudança da família para o Arouche teria sido motivada apenas pela crise financeira ou os conflitos vividos por Alice na vida conjugal a teriam levado a tomar essa decisão? A

---

<sup>82</sup> “Em nome das Sociedades Federadas de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, propomos um voto de grande louvor a essa benemérita servidora do Bem, campeã consagrada da cooperação não-oficial no Brasil.” (MIRANDA, 2005, p. 61).

narrativa de Maria Augusta, sua filha, silencia sobre possíveis conflitos familiares.<sup>83</sup> Mas a total ausência de referências a João Tibiriçá, em seus relatos, sobre esse momento difícil para a família deixa pistas de que a ida para o Arouche possa ter sido motivada pela separação do casal. Há muito tempo, em sua vida privada, Alice vinha passando por conflitos decorrentes de sua intensa vida pública – como filantropa e feminista. Membro de tradicional família de políticos paulistas, ela não se colocou em uma situação subalterna, marcada pela sombra de um sobrenome ilustre; preferiu consolidar seu próprio nome no cenário político. Talvez suas posições e encontros políticos a tenham afastado do núcleo familiar dos Tibiriçá. Mas a questão é que, apesar de carregar para sempre o sobrenome Tibiriçá, Alice percorreria sozinha essa nova fase de sua existência.

### **1.7. O Rio de Janeiro continua lindo...**

Em 1935, Maria Augusta, filha de Alice, aos dezessete anos, decide cursar Medicina, segundo ela, por influência das campanhas médico-sociais das quais, desde muito cedo, participara ao lado da mãe.<sup>84</sup> Talvez, Alice, com a intenção de protegê-la da campanha contra ela desencadeada pelo Dr. Sales Gomes, em São Paulo, decide enviá-la para a Capital Federal. Em Botafogo – bairro em que viveu uma parte de sua infância – Alice visita, então, a pensão de Conceição Branco, uma antiga amiga de infância. Ao combinar a estadia de Maria Augusta, em uma atitude pouco comum para sua época, avisa ao casal Branco que não precisaria se preocupar com as saídas e entradas, ou com os horários de sua filha, pois ela saberia e poderia fazer suas escolhas. Por haver perdido os pais aos treze anos, “Alice não queria que os filhos fossem dependentes, sem iniciativa” (MIRANDA, 2005, p. 120). E procurou criá-los na perspectiva de uso de uma liberdade responsável.

---

<sup>83</sup> Segundo Maria Augusta, Alice Tibiriçá teve sempre uma vida atribulada. “Com muitas lutas, mesmo particulares, precisou se sustentar. Mas sempre de moral elevada, nunca se queixava. Quando ela o fazia, era em tom de pilhéria... [...] Por isso mesmo, porque ela detestava lamúrias, farei como Álvaro Moreyra: ‘As amargas não...’ Pelo menos algumas não...! Este livro tem, portanto, essa falha voluntária” (MIRANDA, 2005, p. 124).

<sup>84</sup> TIBIRIÇÁ, Maria Augusta. Depoimento, 1987. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV - SERCOM/ Petrobrás, 1988. 144 p. (Projeto Memória da Petrobrás)

No dia seguinte ao da partida, Maria Augusta receberia de sua mãe uma carta “cheia de ternura”, acompanhada de uma foto tirada alguns dias antes. Nela, Alice lhe dizia:

11 de janeiro de 1935.

Gugucha,  
Quem foi que disse que você está longe de mim? Não. Você está aqui, bem juntinho. Contentes. Abraçadas. Sempre amigas. Há mesmo um sorriso feliz. Tudo isso traduz uma grande e indisfarçável ternura. Estude galhardamente, procure vencer todas as dificuldades. Estou firme. Recobrei energias. Faça você o mesmo. (MIRANDA, 2005, p. 121).

Eram tempos difíceis. Além das disputas políticas envolvidas no processo de formatação institucional da saúde pública, sob a gestão de Gustavo Capanema,<sup>85</sup> que orientaram a campanha empreendida pelo Dr. Sales Gomes contra Alice e a Sociedade de Assistência aos Lázaros de São Paulo, a manutenção de Maria Augusta no Rio de Janeiro exigia-lhe mais sacrifício financeiro. Decide, então, voltar a residir com as tias que a criaram, já idosas, posto que demandavam cuidados, inda mais agora, sem a presença do tio Max – que já havia se transferido para o Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros muda-se para a capital federal – não apenas em virtude dos atritos com a Inspeção paulista, como também pelas vantagens de aproximação com o Governo Federal. Se durante o governo provisório, Vargas não modificara a estrutura de combate à lepra no Brasil, ainda a cargo da Inspeção de Profilaxia da Lepra e das doenças venéreas, agora auxiliaria apenas alguns poucos Estados em iniciativas dessa área. Sob a gestão Capanema (1934-1945), tornara-se compulsória a internação do leproso, uma medida aplicável em todo país. O isolamento institucional tornou-se, então, o modelo central na profilaxia da lepra. O combate e o controle da lepra estavam, agora, baseados no modelo do tripé: leprosários, dispensários e preventórios<sup>86</sup>. Motivada ou pressionada pelo desgaste que sua

---

<sup>85</sup> O mineiro Gustavo Capanema ocupou o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública entre 1934-1945. Sob sua gestão, o projeto de reforma do MESP teria como um dos eixos norteadores a definição do modelo de atuação pública de controle da União sobre as ações públicas de saúde dos estados, no sentido de centralizar ainda mais a participação federal na gestão da saúde. Sobre a gestão de Gustavo Capanema na saúde, ver FONSECA (2007), CUNHA (2005) SANTOS (2006).

<sup>86</sup> A perna principal desse tripé era o leprosário, onde os doentes ficavam internados; aos dispensários cabia identificar quem era o portador da lepra e encaminhá-lo para o isolamento. A cargo dos preventórios ficava a tarefa

imagem pública vinha sofrendo, Alice sai da presidência da Federação, estabelecendo o critério rotativo para a escolha da direção dessa instituição. Segundo ela, isso se daria “para que outros valores pudessem dar à causa a sua colaboração plena” (MIRANDA, 2005, p. 63). Por sua indicação, Eunice Weaver – Vice-presidente da Federação e presidente da S.A.L. de Juiz de Fora – assume, em 1935, a presidência da Federação.<sup>87</sup> Já Alice assumirá, ao seu lado, a vice-presidência. Deveria Alice sucumbir às pressões políticas, ou, nesse momento, recuar seria uma estratégia de sobrevivência, para si e para a Federação? Era preciso aquietar-se até a tempestade acalmar.

Depois de empossada, dona Eunice lança uma nota na imprensa “comunicando a criação da Federação” (MIRANDA, 2005, p. 64). E, daí por diante, baixou uma cortina de silêncio sobre o que antes se havia realizado pela causa. A memória de uma Federação mais autônoma e liberal, com Alice à frente, fora subtraída em favor da memória de uma Federação mais articulada ao modelo centralizador do Estado Vargas, na gestão de dona Eunice.<sup>88</sup> “Ao longo do governo Vargas, observa-se o alinhamento gradativo dessas sociedades à política de combate à doença que seria adotada a partir de 1935”. (CABRAL, 2013, p. 302) E, mais uma vez, a memória das mulheres que, no início do século XX, atuaram na montagem de uma vasta rede de proteção social foi sendo apagada.

Com a Federação alinhada ao projeto de saúde do governo Vargas, não havia mais espaço para os questionamentos políticos de Alice. Ela, então, decide se afastar definitivamente da Federação e da campanha de combate à lepra. “Achava que para obras em execução não faltava quem as quisesse levar a bom termo. O principal era dar início” (MIRANDA, 2003, p. 64).

---

de proteção às crianças sadias, filhas de pais leprosos, que poderiam ser construídos próximo aos leprosários. (SANTOS, 2006, p. 92).

<sup>87</sup> “[...] nascida Eunice de Souza Gabbi, no dia 19 de setembro de 1904, numa fazenda de café em São Manoel (SP). Em 1927, já residindo em São Paulo, casou-se com o norte-americano Charles Anderson Weaver que, logo após o casamento, foi enviado para dirigir um projeto na universidade de Nova York, pelo qual alunos visitariam 42 países, com o objetivo de incrementar a formação acadêmica. Eunice acompanhou o grupo nessas viagens e teve a oportunidade de entrevistar Mahatma Gandhi e visitar muitos leprosários na África e na Ásia. Ao retornar aos EUA, cursou Serviço Social na Universidade da Carolina do Norte [...], no início da década de 1930. Charles Weaver assumiu o cargo de diretor do Colégio Granbery, de cunho metodista, localizado na cidade de Juiz de Fora [...] Tão logo mudou-se para Juiz de Fora, passou a dedicar-se à assistência social aos leprosos” (SANTOS, 2011, p. 258).

<sup>88</sup> “As atividades filantrópico-assistencialistas desenvolvidas pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra durante o período em que foi presidente devem ser compreendidas como parte integrante da política governamental de combate à enfermidade” (SANTOS, 2011, p. 261).



Assim, na I Conferência Nacional de Assistência Social aos Leprosos, realizada em 1939, na cidade do Rio de Janeiro, Alice não estava presente.<sup>89</sup> Contudo seu afastamento não significou um descompromisso com a causa da hanseníase. Em 1947, Alice será uma atuante cooperadora da Campanha de Solidariedade para a aquisição de Promim, medicamento de que necessitavam os enfermos do leprosário de Curupaiti, no Rio de Janeiro (MIRANDA, 2005, p. 159).

Ausente do cenário político, Alice passa longas temporadas no Rio de Janeiro ao lado da filha Maria Augusta, na pensão dos Brancos. Mas o adoecimento da tia Mimi a devolve às práticas de cuidados, tão femininas e de longa duração histórica (COSTA, 2002; FREIRE, 2006). E, assim, como sua mãe, que - na virada do século XIX para o século XX - mudou-se de Ouro Preto para a cidade do Rio de Janeiro a fim de cuidar da irmã que dela precisava. Alice irá permanecer em São Paulo ao lado de suas tias.

Algum tempo depois do falecimento de sua tia Mimi, falecia ‘vó Margarida’, que, aos 94 anos, não suportou a perda da filha. Após venderem a casa da família em São Paulo, Alice e Margarida mudam-se para o Rio de Janeiro, onde Jorge e Maria Augusta já residiam. A saída da Federação agravava ainda mais sua situação financeira – e agora contava apenas com a pensão deixada por seu pai e umas poucas rendas de Margarida. Nessa época, Maria Augusta começou a trabalhar na Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca – mesmo contrariando a vontade de sua mãe: ela temia que o trabalho lhe atrapalhasse os estudos. Maria Augusta confirmou sua escolha, pois não havia alternativa: sua colaboração financeira se tornara indispensável. Montam casa na Rua Ypiranga, em Laranjeiras, onde Alice residiu juntamente com a família até seu falecimento.

Alice estava, finalmente, de volta ao Rio de Janeiro. Inquieta, tratou logo de abrir novas trilhas da atuação, afinal precisava garantir sua subsistência econômica. E, assim, em março de 1938, Alice iniciava uma nova fase, fundando na capital da República a instituição Carlos Chagas, por ela dirigida até o seu falecimento.<sup>90</sup>

Mas nesse tempo “estadonovista, marco da construção das políticas públicas de Saúde e de Assistência Social no Brasil, tornara-se urgente capacitar, de forma rápida, as mulheres para

---

<sup>89</sup> Cumpre ressaltar a presença de vários representantes do governo, entre os quais destacamos a presença de d. Alzira Vargas como consultora Jurídica da Sociedade de Assistência aos Lázarus do Distrito Federal. Anais... 1. 1941. Conferência Nacional de Assistência Social aos Leprosos. Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 1941.

<sup>90</sup> No Museu de Saúde Pública Emilio Ribas, localizamos algumas fontes sobre a trajetória de Alice Tibiriçá, entre as quais consta um folder da Instituição Carlos Chagas, com um chamado para o curso de Monitora em Saúde.

atuarem nas novas estruturas de proteção social”. Como afirma Freire (2006), as práticas femininas se ampliam e, agora, com a chancela da ciência, inauguram novos campos de atuação profissional. É nesse quadro que, em 1939, à frente do Instituto Carlos Chagas, Alice inaugura o Instituto de Serviços Sociais, no qual, sob os auspícios da Universidade do Brasil, organizou um curso de Assistência Social, com duração de três anos <sup>91</sup>.

De atividades filantrópicas, como as realizadas por Alice à frente da campanha contra a lepra, as práticas vinculadas ao “cuidar” se tornam campo de várias profissões femininas, entre as quais se destaca a de Serviço Social. Dessa forma, Alice, com seu estilo próprio, move-se em direção à consolidação do campo da proteção social brasileira. Definem-se, nele, múltiplas possibilidades de construção de novos signos sociais e de novas experiências pessoais e profissionais para as mulheres. No ano de 1942, Alice Tibiriçá, uma filantropa sem formação universitária, proferia o juramento na formatura da primeira turma de assistentes sociais do Instituto Carlos Chagas, a seguir:

Prezados alunos do Instituto de Serviços Sociais:

A instituição Carlos Chagas, ao entregar-vos o diploma que vos confere o título de assistente social, expedido pela Universidade do Brasil, espera que vossa cooperação no campo do Serviço Social seja profícua e de grande utilidade para o Brasil. Certamente, sereis devotados e laboriosos no desempenho de tão nobre missão! Como sabeis, tal sacerdócio vos obriga a colocar a causa que vos propusestes defender acima de vossos próprios interesses, evitando que nessas obras, viajem, como plantas daninhas, a vaidade, a inveja e o comodismo. Os que não se sentirem tocados de simpatia pelos que sofrem e vegetam sem as alegrias da vida, não devem militar nas fileiras dos servidores sociais, pois a vossa missão implica múltiplos sacrifícios e renúncias nem sempre fáceis. Sintetizando as lições que foram ministradas no Instituto de Serviços Sociais, deveis, ao receber o diploma que vos confere o direito de exercer uma nobre profissão e um digno sacerdócio, prestar o seguinte compromisso (e os alunos de pé o proferiram):

---

<sup>91</sup> O corpo docente era constituído pelos doutores A. Aramis de Matos e Amélia Duarte (que em 1932 havia viajado com Alice na campanha pela paz), Arnaldo de Medeiros, Artur Ramos, Clovis Paulo da Rocha, Dauro Mendes, Demerio Periassu, Eduardo Rabelo, Enótrio Barbéri, Fabio Luz Filho, Flavio de Souza, Floriano de Lemos, Garcia de Miranda Neto, Georgina de Figueiredo Barcelos, Henrique Maia Penido, Hermes Lima, Hugo Firmeza, Joaquim Pimenta, Josué de Castro, Laura Souza Martins, Mario Kroeff, Manoel Abreu, Manoel Valadão, Mario Olinto, Martagão Gesteria, Mauricio Medeiros, Moraes Coutinho, Oscar Clark, Oscar da Silva Araújo, Roberto Lira, Rubens Bastos, Temistocles Cavalcanti, William Coelho de Souza, Zei Bueno e Alice Tibiriçá. (MIRANDA, 2005, p. 125).

Prometo, no exercício de minha profissão, trilhar sempre a senda do dever com o coração empenhado no sucesso da causa sob minha guarda, não me intimidar com tarefas de responsabilidade ou com possíveis derrotas; ser paciente e compassivo; jamais às almas atribuladas levar vãs esperanças; guardar sigilo sobre o que vir e ouvir, procurar proporcionar ao assistido aquilo que em seu lugar gostaria me fosse concedido, não poupar sacrifícios no desempenho de trabalhos que visem à grandeza de meu país e ao bem estar da humanidade. (MIRANDA, 2005, p. 126).

Mas esses também eram tempos de II Guerra Mundial. Nesse mesmo ano, o Brasil ingressa no conflito e envia tropas para combater o nazismo. A Cruz Vermelha Brasileira, uma antiga parceira de Alice na luta contra a lepra, organizava-se para fazer frente às necessidades de guerra. Com a criação de postos em vários bairros, um deles é, então, instalado na sede do Instituto Carlos Chagas, o Posto 20. No local, funcionavam cursos intensivos de defesa civil e de enfermagem e seções de costura, tudo sob a presidência de Alice. “Os alunos do curso de Serviço Social puderam, na prática, prestar serviços que, na ocasião, eram imperativos de honra para todos os brasileiros” (MIRANDA, 2005, p. 129).

Na comemoração do 4º aniversário da Instituição Carlos Chagas, Alice anunciava a fundação do Instituto de Serviços Preventivos e a aquisição de um aparelho de roentgenfotografia.<sup>92</sup> Pretendia-se com ele que “[...] supostos sadios passassem para a descoberta quando ainda é possível a cura da tuberculose” (MIRANDA, 2005, p. 127 et seq.). Com esse objetivo, certa vez, após entendimento com o presidente do sindicato de massas e biscoitos, Alice levou o aparelho para o Moinho Inglês e lá fez o cadastro torácico dos operários e só encerrou os trabalhos “quando o Moinho assegurou tratamento e assistência para todos os casos de tuberculose encontrados, conforme seu compromisso com sindicato e empresa” (MIRANDA, 2005, p. 128). Mas, antes de sair, “deixou montada ainda uma creche para os filhos das operárias e funcionárias”. Desse convênio com o Moinho Inglês, a Instituição Carlos Chagas foi agraciada com um Caminhão da Saúde, que percorreria cidades do interior em campanhas de educação sanitária, contando com a participação de Jorge Tibiriçá, filho de Alice.

---

<sup>92</sup> Criado pelo médico brasileiro Manoel de Abreu, que inicialmente lhe deu o nome de roentgenfotografia, o exame que diagnostica precocemente a tuberculose ficou mundialmente conhecido como abreugrafia, em homenagem ao seu criador.

Alice estava de volta ao campo filantrópico, mas agora procurava abrigo no campo das ações médico-sociais do combate à tuberculose. No intuito de fazer em relação à tuberculose o mesmo que conseguira na luta contra a lepra, “coubera à instituição Carlos Chagas, para melhor êxito das iniciativas, esforçar-se pela unidade de ação das entidades congêneres, procurando estabelecer pontos de contato e elos entre as já constituídas” (MIRANDA, 2005, p. 130). Em 25 de julho de 1944, com a adesão das principais entidades do Rio de Janeiro e das de outros Estados, fundava-se, na Capital da República, a Federação das Associações de Combate à Tuberculose.

Com o fim do Estado Novo e a chegada de Gaspar Dutra à Presidência da República em 1946, o Dr. Rafael de Paula Souza assume o Serviço Nacional de Tuberculose. Ao ser procurado por Alice, a fim de lhe oferecer colaboração, deixa claro que o Governo se encarregaria da Campanha Nacional Contra a Tuberculose, coordenando-o, ele mesmo, como diretor do Serviço Nacional de Tuberculose os trabalhos e que nenhum auxílio seria prestado à Federação. Mais uma vez, as ações de Alice esbarram na postura interventiva e centralizadora do Estado. Porém, dessa vez, “para não se perderem energias tão necessárias a tantos outros problemas médico-sociais que afligiam – e ainda afligem – o país”, (TIBIRIÇÁ, 2005, p. 134). Alice evita o atrito e, em um recuo estratégico, confirma que o Instituto Carlos Chagas prossegue apenas em seu trabalho de assistência preventiva contra a tuberculose. “A Instituição Carlos Chagas tinha uma grande finalidade a cumprir. E múltiplos eram seus objetivos. Alice Tibiriçá tratou de prosseguir”, novas frentes de atuação se apresentavam (TIBIRIÇÁ, 2005, p. 134).

Assim, quando, em 1947, as psiquiatras Nise da Silveira e Alice Marques dos Santos procuraram Alice para propor-lhe organizar uma Associação de Assistência aos Doentes Mentais, foram prontamente acolhidas e a sede da Instituição Carlos Chagas colocada à disposição do movimento que se iniciaria. Com o apoio do diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, em 14 de maio de 1948, funda-se na sede da Instituição Carlos Chagas a Associação de Amparo aos Psicopatas. Eleita presidente do conselho deliberativo, Alice afirma que sua tarefa seria apenas a formação da entidade, dotando-a de meios para iniciar suas atividades. Com a eleição do ministro Antônio Carlos Lafayette para presidente efetivo, Alice entrega mais uma tarefa concretizada.

## 1.8. Uma guinada à esquerda

A viagem de trem que, em 1932, levou Alice de volta a São Paulo a havia preparado para traçar novas rotas em sua trajetória. Nela, deu-se o encontro com Maria Moura, companheira de viagem e de lutas feministas e aí, talvez, tenha nascido o fascínio por um novo ideal de sociedade: justa, igualitária e livre. Mas é somente no período Pós-Guerra – quando a URSS ganha maior prestígio no cenário internacional e o Brasil vivencia um novo ciclo democrático, com o retorno do PCB à legalidade – que o discurso de esquerda vai ganhar expressão na trajetória de Alice.<sup>93</sup>

E à medida que Alice, progressivamente, se aproxima do campo da esquerda, ela como que apaga suas bandeiras de lutas por questões específicas, lançando-se, exclusivamente, às lutas gerais das reivindicações econômicas e políticas. Dizia ela: “Perdi 20 anos de minha vida em lutas parciais. Só quando o Brasil for emancipado econômica e politicamente, todas essas causas serão resolvidas” (MIRANDA, 2005, p.175).

E foi em torno das chamadas “lutas gerais”, como a carestia que se fazia sentir nos lares brasileiros, que mulheres de diferentes classes sociais se mobilizavam nas Uniões Femininas.<sup>94</sup> Alice alinha-se a esse novo “feminismo de esquerda”<sup>95</sup> e abre as portas da antiga sede do Instituto Carlos Chagas para as Uniões Femininas de Botafogo e do Flamengo, Catete e Glória.

É interessante observar que, na busca por desvincular suas ações do campo de questões específicas do direito das mulheres, a que esteve alinhada nos anos de 1930, ao lado de Bertha Lutz, Alice, numa ação tática, rejeita o termo “feminista”. E, para designar os diversos grupos de mulheres que desenvolvem suas lutas na perspectiva da transformação social, utiliza o termo

---

<sup>93</sup> Segundo Gribaudi (1998, p.143), “os discursos não evoluem de modo linear, mas se reatualizam a cada momento no presente, e encontram seus conteúdos em função das referências e das ligações mantidas pelos locutores de um momento particular”.

<sup>94</sup> Para Costa e Sardenberg (2008, p. 39), as Uniões Femininas foram criadas para atender a política de “frente popular” estabelecida pela 3ª Internacional de 1935.

<sup>95</sup> “Sob a tutela das organizações de esquerda, do Partido Comunista Brasileiro, em particular, uma mobilização de mulheres das chamadas populares em torno das chamadas ‘lutas gerais’ da sociedade. Apesar desses grupos nem sempre proclamarem essa tutela, atuaram e desenvolveram suas lutas dentro desta perspectiva. Em muitos deles, podemos sentir claramente a influência política do PCB, a partir de determinadas ‘palavras de ordem’ ou táticas assumidas. [...] Assim o que poderíamos chamar de ‘feminismo de esquerda’ no Brasil não assumiu características próprias que o distinguisse do feminismo socialista”. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 39).

feminina/feminino. E foi com o objetivo de congregar as atividades *femininas* que, em 1946, a Instituição Carlos Chagas fundava o *Instituto Feminino de Serviço Construtivo*, que - sob a direção de Alice Tibiriçá - funcionou como elo entre numerosas Uniões e outras entidades *femininas* no Rio de Janeiro.

No ano seguinte, o novo Instituto é convidado para participar em Praga, na Tchecoslováquia, da reunião do Conselho da *Federação Democrática Internacional de Mulheres* – instituição com sede em Paris, vinculada às feministas socialistas da Europa. Eleita por unanimidade para representar o Brasil, Alice corria o risco de não viajar por falta de recursos. Contudo, as Uniões Femininas realizaram uma campanha financeira relâmpago e, em dez dias, conseguiram a quantia necessária. Alice partia para sua primeira viagem internacional. Em Praga, certamente ouviu falar do marxismo e travou contato com experiências socialistas. Ali, provavelmente, não se discutiam questões referentes à condição das mulheres, mas sim de que forma as mulheres poderiam atuar no processo revolucionário. O impacto dessa experiência deve ter sido complexo para Alice. Na carta enviada às amigas brasileiras, já é possível localizar “palavras de ordem” do pensamento socialista:

Paris, 10 de março de 1947

Carta coletiva - Queridas amigas;

Com o pensamento voltado sempre para o Brasil, venho acompanhando os trabalhos do Conselho da Federação, o movimento feminino, as comemorações do Dia Internacional e a Política internacional. Vamos por ordem:

Trabalhos do conselho – envio hoje as Resoluções. Como verão, há uma frente única contra a reação internacional. É preciso ouvir-se o que dizem as mulheres da Grécia, Palestina, Trieste, Vietnã, Mongólia, China e Espanha, para compreender-se o que significa a ação do imperialismo nesses países. Noutros, como Yugoslávia, Tchecoslováquia, Bulgária e França, que puseram para fora de suas fronteiras os alemães nazistas e falsos amigos, a situação é desafio e reconstrução. Não mais é permitido, nesses países, a vigência, sem contraste, de regimes de exploração. Na Eslováquia, visitamos uma importante fábrica de linhas, nacionalizada. As operárias não se julgam humilhadas. São participantes conscientes da economia estatal. Ali não se sente no ar as partículas do algodão, a poluição. Observam-se limpeza e conforto. Pagas as despesas, o lucro das vendas efetuadas reverte ao fundo social.

[...]

Temos muito que trabalhar para a formação de um mundo melhor. Há um grande interesse e curiosidade sobre o que se passa em nossa terra. A América do Sul – pensam aqui – deverá contribuir eficazmente na marcha para a verdadeira democracia.

Movimento Feminino: É importante acompanhar-se o movimento internacional feminino. Como são corajosas as mulheres! Que magníficos exemplos vão sendo dados. A delegada chinesa (hospedada nesse hotel, para vir à Conferência, partiu da China quatro meses antes, no dia 03 de outubro). E quando chegou, estava-se no encerramento dos trabalhos. A fim de travar conhecimento melhor com a Federação veio a Paris. Ela representa de forma efetiva 20 milhões de mulheres.

[...]

Estou conhecendo diversas organizações francesas e logo depois regressarei. Então farei uma conferência sobre o que vi e sobre o nos compete fazer, segundo as diretrizes aprovadas e os nossos critérios e experiências.

Um grande abraço. Saudades de Alice Tibiriçá. (MIRANDA, 2005, p. 153).

Na volta para o Rio de Janeiro, Alice foi recebida por muitas mulheres e amigos que lotaram o saguão do campo de pouso da Panair, próximo ao aeroporto Santos Dumont. Além da importância da viagem como facilitadora do contato de Alice com outras culturas, foi principalmente a experiência socialista que teve consequências práticas na vida de Alice, agora “[...] com plena consciência dos motivos reais das crises, da fome, das endemias, da exploração dos indivíduos pelas classes poderosas”. Agiganta-se Alice Tibiriçá.<sup>96</sup>

Em entrevista concedida em 10 de outubro de 1947 ao jornal comunista *Momento Feminino*, Alice afirma:<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup> Apresentação de Fernando Segismundo – Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – a obra *Alice Tibiriçá: Lutas e ideias*, de Maria Augusta Tibiriçá.

<sup>97</sup> Segundo Torres (2009, p. 67), “o Partido Comunista do Brasil, desde seu surgimento, defendeu a criação de seus periódicos”. Em 1945, com a legalidade, passou a contar com um grande número de coleções de periódicos. Mas é em 1947 que um novo periódico começou a circular: “O *Momento Feminino*, um jornal para todas as mulheres”. Em 25 de julho desse ano, ele é “editado na cidade do Rio de Janeiro, por mulheres comunistas, voltado para todas as mulheres. Pelo seu público-alvo, trazia em suas páginas artigos sobre costura, culinária, arranjos do lar e criança, além de assuntos sociais e políticos como educação, economia (custo de vida, salários) e lutas engajadas do partido (campanha da paz, político-partidária, etc.)”.

A minha opinião é de que a mulher entrou em fase dinâmica, trazendo, para o cenário político, social e econômico do país, forças novas. A sua atividade, cerceada no passado, encontra agora fronteiras abertas para os grandes trabalhos que o futuro do Brasil está a exigir. As mulheres brasileiras, ao lado das irmãs do mundo inteiro, saberão traçar a diretriz do futuro, banindo guerras, aproximando os povos dentro dos princípios da Justiça e da Solidariedade Humana. (TIBIRIÇÁ, 2005, p. 159).

Em setembro do mesmo ano, Alice seria eleita Presidente do Centro Democrático Catete-Laranjeira, ao lado do então deputado Café Filho, que ocupava a Vice-presidência. Segundo Torres (2009), a criação, a partir de 1945, dos Comitês Democráticos Populares (CDPs) atendia à tarefa do Partido Comunista de ampliar o espaço conquistado. O programa desses Comitês era estabelecer uma plataforma que levantasse as realidades locais específicas; lutar contra a carestia, contra os fascistas; promover campanhas de alfabetização; reclamar água para o bairro.

Embora Alice não proclame a tutela das organizações de esquerda e do Partido Comunista Brasileiro sobre suas atividades, tal influência pode ser claramente sentida, não somente por sua filiação à Federação Democrática Internacional de Mulheres, mas, principalmente, a partir de “palavras de ordem” e táticas utilizadas por Alice em suas ações. A vinculação de Alice ao Partido Comunista ganhava a opinião pública. No dia 2 de março de 1948, o jornal *O Globo* publicava uma pequena nota em que dizia que a passeata contra a carestia organizada por várias militantes comunistas, entre elas Alice Tibiriçá, seria impedida, pela chefatura de polícia do Distrito Federal, de sair da Cinelândia em direção à Câmara Federal e Municipal (O GLOBO, 1948). A resposta de Alice foi imediata e veio através da carta direcionada ao jornalista Roberto Marinho:

Ilmo. Sr. Dr. Roberto Marinho, Diretor e redator chefe do Globo.  
Tendo lido em O Globo, de hoje, uma nota sob o Título: proibida a passeata de mulheres, desejo fazer duas perguntas à Divisão de Polícia Política, pelas mesmas colunas desse jornal:  
1º: Que passeata foi proibida, se nenhuma havia sido organizada?  
2º: Desde quando sou militante comunista se nunca me filiei a partido político algum? (MIRANDA, 2005, p. 160).

É provável que a dificuldade em expor publicamente sua vinculação ao “comunismo” esteja ligada ao novo quadro político que se desenhava no Brasil; pois, até o início do governo



Dutra, os obstáculos ao crescimento do PCB eram poucos. Essa situação começou a se modificar ao longo de 1946 e início de 1947, com a emergência da Guerra Fria e o temor do movimento operário e comunista presente nos discursos mundiais. Com o PCB de volta à clandestinidade, “teve início a perseguição aos comunistas, sindicalistas, estudantes e militantes; qualquer movimento reivindicatório/popular não era tolerado.” (TORRES, 2009, p. 55).

É neste cenário que as mulheres do Instituto Feminino do Serviço Construtivo resolvem realizar, no dia 21 de julho de 1947, uma passeata até a Câmara Legislativa do então Distrito Federal para protestar contra o crescente aumento do custo de vida. A polícia bem que tentou impedir,

[...] mas as mulheres estavam decididas. À hora do início da sessão, já as dependências da Câmara dos Vereadores apresentavam-se superlotadas de jovens e senhoras, muitas delas com filhos no colo. [...] Lá fora as sirenes das rádio-patrolhas que cercavam a Câmara tocam sem cessar, com o inútil objetivo de intimidar as mulheres. [...] O fato foi amplamente divulgado pelos jornais. Um folheto especial, publicado. É nele se vê, entre outras valorosas dirigentes femininas, Alice Tibiriçá, nas escadarias da Câmara discursando – e como fazia vibrar quando falava. (MIRANDA, 2005, p. 158 et seq.)

Na noite de 22 de agosto de 1947, novo episódio de violência: dessa vez, durante o comício comemorativo do 5º aniversário da entrada do Brasil na Guerra contra o fascismo. Após o discurso de Alice, teve início um tumulto junto às escadarias do Ministério da Fazenda.

Em seguida, estampidos de bombas e tiros. Chegou ao palanque um senhor com a perna ferida. A confusão aumentou e, com a quebra das lâmpadas, ficou o Largo dos Expedicionários, na Esplanada do Castelo, às escuras. [...] O ar estava irrespirável, com os gases das bombas, que continuavam a estourar.

Mas Alice não se calava: no dia 29/8/1947, publica no jornal *Debate* um artigo no qual repudia a violência e aponta para o perigo de um retorno ao autoritarismo do Estado Novo:

Em 1937, de novo as forças contrárias à livre manifestação do pensamento movimentaram-se e a democracia sofreu outro recuo.

[...]

E a constituição de 1934 passou a ser letra morta. Veio o DIP. Emudeceram as vozes da Imprensa e do Rádio. As condenações por “crimes” políticos se sucederam.

Tão opressivas medidas foram, todavia, em vão. O sentido de liberdade característico do brasileiro soube reagir. E, em setembro de 1946, outro congresso livremente eleito, veio dar ao povo aquilo a que aspirava e pelo que havia lutado uma Constituição. Segue-se a eleição de deputados e senadores e do presidente da República. Por fim, dos vereadores. (MIRANDA, 2005, p. 165).

O fim do Estado Novo em 1945, interpretado como o retorno da democracia, não significou o fim do DOPS, da censura e do conceito de crime político, utilizados contra todo indivíduo que perturbasse a ordem pública imposta pelo Estado. A perseguição ao Comunismo intensificou-se após o rompimento das relações entre Brasil e URSS, em outubro de 1947. A guerra parecia inevitável e os EUA pressionavam o Brasil para entrar nesse conflito.

Diante do perigo, o Partido Comunista traz para sua plataforma política o discurso pacifista e a luta contra a carestia, temas de forte mobilização popular. Conclamando as mulheres que ainda não se acham organizadas, a ingressarem nas associações femininas, reafirmam o decidido propósito de lutar sem tréguas, acima de partidarismos políticos ou crenças religiosas, para que um clima de confiança, de ordem, tranquilidade e justiça seja assegurado (MIRANDA, 2005). Alguns anos depois, Alice seria presa em São Paulo por “promover uma agitação pela paz e contra a carestia”<sup>98</sup>

No final da década de 1940, foram criadas várias associações femininas, entre as quais se destacam a *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, fundada em abril de 1948, por Alice Tibiriçá. “Desde a sua fundação, a FMESP era percebida pelos agentes policiais como um braço do Partido Comunista, tendo como objetivo atrair mulheres para a causa comunista.” (MORENTE, 2015, p 20). Enquanto associação feminina, recebeu uma atenção especial da Polícia Política de São Paulo. É interessante observar que Alice, mesmo residindo no Rio de Janeiro, permanecia uma referência para o movimento feminista de São Paulo. Em 1949, o país já contava com instituições femininas atuantes e organizadas em inúmeras entidades pelos Estados brasileiros. Todavia, elas demandavam uma estruturação mais eficiente. Para tanto, funda-se na

---

<sup>98</sup> Prontuário nº 97078 de Alice Toledo Ribas Tibiriçá no acervo DEOPS – Arquivo Estadual de São Paulo.

capital federal a *Federação de Mulheres do Brasil*, (FMB) tendo como sua presidente Alice Tibiriçá.<sup>99</sup> Maria Augusta, sua filha, numa clara tentativa de desvincular a militante comunista da imagem de filantropa construída para Alice, silencia-se sobre a atuação de sua mãe à frente da FMESP e da FMB. Na trajetória feminista de Alice Tibiriçá, há mudanças de objetivos. Agora, além da defesa dos direitos da mulher, torna-se um imperativo a luta de caráter nacionalista. Alice adere à campanha “O Petróleo é Nosso”.

Em 04 de abril de 1948, era lançada pela Liga Antifascista da Tijuca a ideia de fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, oficialmente instalado no dia 21 de abril (dia de Tiradentes), data significativa para a luta pela independência do País.<sup>100</sup> Alice foi a sócia nº 1 da organização e ocupou uma de suas vice-presidências. Maria Augusta participa ativamente da campanha ao lado de sua mãe.<sup>101</sup> Mas o espaço da luta política também é o espaço da festa e do afeto. Assim, é no fervor de sua participação política que Maria Augusta conhece Henrique Miranda, com quem se casaria em dezembro do mesmo ano. A luta nacionalista era agora uma luta familiar. A intensidade da campanha, contudo, muitas vezes exigia que fossem para lugares diferentes.

Com a “Campanha o Petróleo é Nosso”, Alice mais uma vez colocou o pé na estrada. Viajou para Belo Horizonte e Florianópolis; no Nordeste, esteve na Bahia – onde fez uma pequena pausa para se reencontrar com a família de sua irmã Maneta. Seguindo viagem, foi para Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Nessas viagens, também mantinha contato com entidades femininas e visitava instituições filantrópicas, tais como hospitais, presídios e creches. Mas foi em Recife que Alice, ao encontrar o genro, recebeu a notícia que lhe trouxe uma de suas maiores alegrias: em breve, seria avó. Ela ainda teve tempo de desfrutar momentos de intensa felicidade ao lado do primeiro neto, nascido em 24 de novembro de 1949.

---

<sup>99</sup> A FMESP foi fechada em pelo menos duas ocasiões: o primeiro fechamento ocorreu em 15 de março de 1951, sob alegação de exercer atividades antinacionais, visto que suas integrantes teriam ligação com o comunismo. A segunda ocorreu em 1957 quando JK ordenou a suspensão do funcionamento da Federação das Mulheres do Brasil (FMB) e de todas as suas afiliadas. (MORENTE, 2015, p 30).

<sup>100</sup> Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional tinha como presidentes de honra: General Horta Barbosa e Arthur Bernardes; primeiro presidente efetivo: Engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa e secretário geral Henrique Miranda.

<sup>101</sup> Sobre a atuação de Maria Augusta na Campanha o Petróleo é Nosso, Cf. TIBIRIÇÁ, Maria Augusta. O Petróleo É Nosso! A luta contra o Entreguismo, pelo Monopólio Estatal. 1983. Rio de Janeiro: Petrobrás/Ipsis e entrevista de Maria Augusta Tibiriçá (1983), 2005 (CPDOC).

Alice não chegou a ver a vitória da Campanha “O Petróleo é Nosso”, mas, em 1963, foi homenageada pelo Conselho Nacional do Petróleo, ao lado de outros pioneiros. A família recebeu uma placa de prata com os seguintes dizeres: “A Pátria reconhecida àquela que, na luta por um ideal, defendia a redenção do seu solo.” (MIRANDA, 2005, p. 184).

Porém a violência do Estado não se dirigia apenas às ações desencadeadas pelo movimento feminino. Em setembro de 1948, durante o Congresso de Defesa do Petróleo, no Distrito Federal, os participantes resolveram levar os arranjos florais que ornamentavam a sala para o monumento ao Marechal Floriano Peixoto. Durante o ato, novo conflito: “bombas estouraram em torno. Era a facinorosa Polícia Especial que ‘comparecia’. O povo não arredou pé. Começou a cantar o Hino Nacional [...]. Muitos foram feridos.” (MIRANDA, 2005, p 173).

Entretanto, acirrava-se a violência. Alice já se encontrava adoentada quando, no dia primeiro de agosto, sua casa, juntamente com outras casas da cidade, foi cercada pela polícia e muitas prisões se fizeram. Diante da intimação para comparecer à delegacia, sem mandado judicial, “Alice recusou-se a atender à arbitrariedade”. E disse que só iria se fosse à força. Diante de tal negativa, a intimação transformou-se em um convite para que Alice comparecesse à Delegacia. Isso ocorreu na companhia do Deputado Euclides da Cunha Figueiredo. Após prestar esclarecimentos, Alice foi liberada<sup>102</sup>.

No mês seguinte, sua irmã Maneta comemoraria bodas de casamento e Alice resolveu ir a São Paulo tirar uns dias de descanso. Chegando à capital paulista, recebeu o convite de Amigas da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo para participar de uma reunião de organização “de uma mesa redonda, destinada a debates em relação à carestia”. A reunião ocorreria na sede da FMESP, no centro da cidade. Como Alice não resistia a um convite de trabalho, mesmo adoentada, decidiu comparecer. Mas para o DEOPS, a Federação era um órgão comunista e suas líderes, vinculadas ao P.C.B, pretendiam promover “uma agitação pela paz e contra a carestia infiltrando-as entre elementos femininos nas feiras livres da capital”<sup>103</sup>. Ao chegar ao local, Alice “estranhou” o grande número de policiais. Ao ser questionada pelo policial

---

<sup>102</sup> Por meio da análise dos dossiês e prontuários do fundo DEOPS/SP, Marcela Morente (2015) identifica o nome de Alice Tibiriçá ao lado de um número considerável de mulheres militantes que tiveram suas vidas devassadas, tratadas como verdadeiras criminosas em investigações secretas e depoimentos em delegacias.

<sup>103</sup> Ficha de identificação de Alice de Toledo Ribas Tibiriçá no Departamento de Investigação da Polícia do Estado de São Paulo - Acervo Deops – Arquivo do Estado de São Paulo.

se iria ao dentista ou à reunião de mulheres, em um ato de sobrevivência, respondeu: “Ao dentista”. E entrou realmente no consultório. Sentou-se na cadeira e pediu um exame.

Sua estratégia teria dado certo. Mas as demais sócias da Federação, distribuídas em diversos bares das redondezas, acreditaram que Alice havia sido presa e “vieram-lhe ao encontro, reclamando: Liberdade para Alice Tibiriçá. A violência explodiu. A água jorrou de grossas mangueiras. Cassetetes foram utilizados”. Ouvindo a confusão, Alice saiu ao encontro das demais senhoras atingidas. Todas foram presas e recolhidas à Polícia Política.<sup>104</sup>

Alice já vinha sendo investigada desde outubro de 1948, pelo departamento Federal de Segurança pública no setor “SS” - conforme consta no prot. nº 17.699/48 do prontuário 97078 do DEOPS. Para o delegado, sua prisão se justificava, pois:

[...] cedeu, como diretora da Instituição Carlos Chagas, dependências dessa organização para um dos cursos de alfabetização do “Comitê Democrático Progressista” do Flamengo, entidade subordinada ao ext. Partido Comunista. Representou o Brasil (delegado do P.C.B) no Congresso Internacional de Mulheres, quando de sua instalação em Praga, na Tchecoslováquia. Mantém estreito contato com líderes do PCB, por intermédio do Instituto Feminino do Serviço Construtivo, entidade de carácter eminentemente marxista, da qual é presidente. Foi eleita vice-presidente do C.E.D de Petrópolis. Fez parte da Comissão Brasileira do II Congresso Internacional de Mulheres, realizado em Budapeste – Hungria. (POLÍCIA POLÍTICA DO D.F – of. 2.129/S/I, de 1/12/49)<sup>105</sup>

Em seu depoimento, Alice, provavelmente com um tom irônico, afirma ao delegado que não sabia que a reunião trataria de outros temas que não o da carestia e que seu objetivo era apenas: “levar uma palavra de conforto e estímulo às mulheres que nesta hora em que tudo sobe de preço, nem sempre sabem como resolver seus problemas de alimentação e nutrição dos filhos”<sup>106</sup>. Questionada sobre a relação política com o Partido Comunista, é taxativa ao dizer que “nunca se filiou em nenhum partido político” e que está ao lado das mulheres na sua luta por uma “habitação digna que nem sempre encontram e por uma subsistência que nem sempre todo o seu

---

<sup>104</sup> Após a prisão, Alice e suas companheiras foram encaminhadas para São Roque a 50 km da capital paulista, onde permaneceram por dois dias. (TIBIRIÇÁ, 2005, p. 186).

<sup>105</sup> Informações prestadas pela Polícia Política do D.F – of. 2.129/S/I, de 1/12/49. Disponível em: <[www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/fichas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/fichas)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

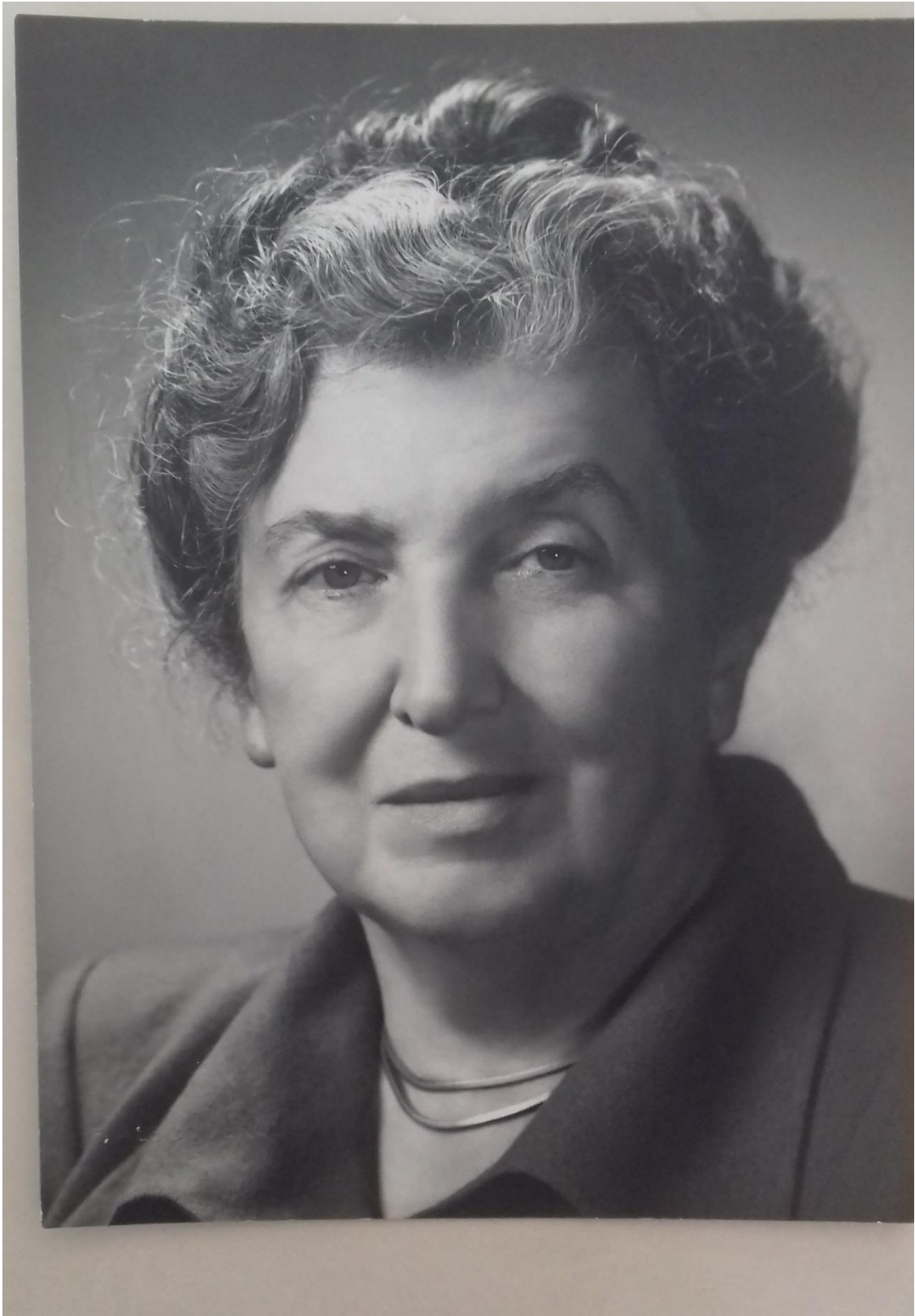
<sup>106</sup> Depoimento de Alice Tibiriçá em 29/09/1949. Prontuário nº 97078 - Acervo DEOPS – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

esforço lhes pode assegurar”.<sup>107</sup> Segundo o delegado Eduardo Louzada da Rocha, D. Alice recusou-se a assinar as fichas e planilhas.

Após intensa mobilização de familiares e amigos, Alice finalmente é libertada em 05 de outubro, por ordem de *habeas-corporis*. Seu estado de saúde, porém, agravara-se. Em 9 de janeiro de 1950, quando comemorava 64 anos, recebeu vários amigos e familiares em sua casa. Sua saúde já estava bastante fragilizada, mas ela não parava e, contrariando as ordens médicas da filha, participou das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, em 1950. Em seu discurso, ressaltou que “somente por meio da emancipação econômica e, conseqüentemente, política do Brasil, poderíamos realmente vencer as doenças e os males sociais” (MIRANDA, 2005, p. 193). Foi sua última apresentação em público. No dia 8 de junho de 1950, após uma árdua luta contra um retículo-sarcoma, Alice falecia.

---

<sup>107</sup> Depoimento de Alice ao DEOPS em setembro de 1949. Prontuário??? Acervo DEOPS – Arquivo do Estado de São Paulo.



PÉROLA BYINGTON



## CAPÍTULO II

### UMA PÉROLA DE MÃE

“A Dona Pérola, mãe do ano;  
Mãe das mães dos pequeninos;  
Cujo lema és: Eu amo.  
Vamos nos cantar celestes hinos  
Hinos de Fé e de Bondade  
Hinos de nossas esperanças  
Hinos que pela caridade  
Ela entoou a nós crianças

(Poema recitado por uma criança do Lar Bibi)  
(Fundo Cruzada Pró Infância. Acervo Museu de Saúde  
Pública Emilio Ribas (MUSPER) Instituto Butantam).

Em primeiro de junho de 1963, o Jornal do Comércio noticiava a homenagem a uma "pioneira da assistência social no Brasil", com o título de "Mãe símbolo da comunidade"<sup>108</sup>, conferido pela Associação Cristã Feminina de São Paulo. Essa mulher de protagonismo no campo assistencial não frequentou o curso de serviço social ou qualquer outro curso de nível superior, mas, durante mais de trinta anos, dedicou sua vida à montagem de uma vasta rede de proteção materno-infantil na capital paulista. Ao assumir os deveres socialmente definidos pela maternidade, não só em relação a seus dois filhos, mas também - diante de toda a humanidade - ela percorreu, os corredores do poder político e consolidou a assistência social como um território profissional (MOTT, 2003, p. 22).

Essa "mãe", Pearl Ellis Byington, foi a filantropa chamada Pérola Byington, uma das fundadoras da Cruzada Pró-Infância e idealizadora do Hospital que hoje recebe seu nome. Feminista, esteve ao lado de Bertha Lutz e Alice Tibiriçá em diversos encontros e lutas pela emancipação feminina. Mas foi como filantropa, em uma atuação que se instala com um novo modelo de intervenção em política social instituída pelo governo Vargas, que seu nome ganhou visibilidade no cenário nacional.

---

<sup>108</sup> Acervo da Hemeroteca digital site: [bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/](http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/) acesso em 22 de agosto de 2016.



Poucos meses depois de ser homenageada, o Brasil se despedia de Pérola Byington, falecida em um acidente em Nova York. Sua morte gerou uma comoção nacional e diversas homenagens. Mas, com o tempo, a história de Pérola e de muitas outras filantropas da Cruzada Pró-Infância foi se apagando. Coube à Maria Elisa Botelho Byington o papel de resgatar a memória de sua "Grannie", com quem conviveu mais intensamente nos últimos quatro anos de sua vida, e de tantas outras mulheres que dividiram com ela o sonho de mitigar a dor da mortalidade infantil no Brasil. Mas foi a saudosa Maria Lúcia Mott que, em 2005, "puxou o fio da meada", brindando-nos com a obra biográfica "O Gesto que Salva: Pérola Byington e a cruzada pró-infância".

Há, na história de Pérola Byington, alguns tópicos que também figuram na trajetória de Alice Tibiriçá, tais como: – o encontro com a dor do outro, a montagem de uma vasta rede de proteção social, o protagonismo político – apresentados, porém, de maneira muito diferente quanto à relação com o Estado. Enquanto Alice rompeu com o Estado Vargas, Pérola não mediu esforços para articular suas ações ao poder público, em uma clara parceria público-privada. Enquanto Alice encontrou nos ideais comunistas um novo caminho para combater a desigualdade e a opressão, Pérola se manteve fiel ao campo filantrópico. O modelo nacional de ação assistencial de Alice para atuar junto aos "leprosos" também diferia do modelo regional de Pérola, de atuação na capital paulista. As duas mulheres se assemelham sob um aspecto: ilustram a importância da filantropia como um caminho para as mulheres chegarem a novos lugares no espaço público, mas, no caso de Pérola, destacam-se as iniciativas de consolidação de um campo profissional. E, como Alice Tibiriçá, Pérola era "mulher paulista", uma imagem clássica e política usada tanto pela aristocracia presente no movimento constitucionalista de 1932 quanto pelas próprias mulheres para sinalizar a força moral e cívica da mobilização política feminina para chegar à modernização nacional.

Se, na trajetória de Alice Tibiriçá, encontramos uma mulher que fala por si e de si, por meio de suas obras e das memórias de sua filha. Pérola Byington se apresenta silenciosamente através do que dizem a respeito dela e dos vestígios encontrados em documentos e imagens do acervo da Cruzada Pró-Infância.

## **2.1. Pearl: Uma pérola do Mississippi que deságua em São Paulo**

Em 03 de dezembro de 1879, na cidade de Santa Bárbara (atual Santa Bárbara d'Oeste), no Estado de São Paulo, nascia a primeira das três filhas do casal Mary Elizabeth Ellis e Robert Dickson McIntyre. A menina recebeu o nome de Pearl em homenagem a um afluente do rio do Mississippi que banha os Estados do sul dos Estados Unidos, região de onde as famílias Ellis e McIntyre emigraram para o Brasil, no final do século XIX (MOTT, 2003). Alguns anos depois, ela adotaria o nome Pérola.

Seu bisavô materno foi o primeiro da família a chegar à terra "brasilis". Desiludido com a morte de seu único filho homem, durante a guerra de Secessão que colocou o norte e o sul dos Estados Unidos em lados opostos e matou quase um milhão de pessoas, Henry Strong decide, aos 63 anos, recomeçar a vida em uma nova terra (MOTT et al, 2005). Mas ele não era o único. Após o fim dos confrontos, em 1865, “muitos integrantes do Exército Confederado dos Estados Unidos da América do Norte, num desejo incontido de reconstruir seus lares, segurando o coração, sangrando na luta fratricida gerada (...) escolheram o Brasil para reiniciar as suas vidas” (VEIGA,1989, p. 91). Os sulistas viram uma terra arrasada, em que não havia presente nem futuro. “Não só as propriedades da igreja local, senão também as dos próprios sulistas sofreram expropriações violentas e o capital confederado saiu do domínio de cada um, sugado pelos Yankes” (VEIGA,1989, p. 91). Diante desse cenário, milhares de norte-americanos emigram em busca de uma vida melhor.

Segundo Moreno (2011), a vinda para o novo país era antecedida pela visita de associações pró-imigração, que reuniam basicamente parentes e amigos nos deslocamentos em direção a diversos países do hemisfério sul, em busca de oportunidades. De olho nessa mão de obra livre, o governo brasileiro “ofereceu intérpretes e transportes gratuitos para que os representantes norte-americanos pudessem conhecer as diversas regiões do império” (MORENO, 2011), além de fornecer informações sobre preços de terras e ferramentas, auxiliando grupos de

imigração e fornecendo passaporte. O governo também financiava a compra de terras, a alimentação por seis meses e as primeiras sementes para o plantio.<sup>109</sup>

Depois de percorrer os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, Henry Strong - ao lado da filha solteira Sarah Amanda (Sally), da neta Rebecca e seu marido Francis Bankston, e do amigo Willian Richard Brown - decide fixar residência em Santa Bárbara, de acordo com Judith Mac-Knight Jones (1967), um vilarejo de poucas ruas e pequena capela, situado a 130 quilômetros da capital paulista — então freguesia de Piracicaba. Esse lugarejo recebeu um grande número de sulistas. Liderados pelo ex-senador William Norris, que havia criado, no local, uma fazenda de algodão, os norte-americanos dedicaram-se principalmente à agricultura em pequenas propriedades, além de atividades liberais, como as de dentistas, médicos, pastores, professores e marceneiros (JONES, 1967).

A comunidade dos imigrantes norte-americanos – confederados, conforme se tornaram conhecidos – resultou, então, em um importante centro de vida no interior paulista. No final do século XIX, algumas famílias norte-americanas fundaram, em diversos municípios do interior de São Paulo, escolas e igrejas de orientação protestante. Segundo Vieira (2012), isso abalaria a hegemonia estabelecida pela igreja Católica no campo religioso, político e cultural. Ao lado de outros confederados, a família Strong fundou a primeira Igreja Batista do Brasil, afirmando seus significados: "Muito mais do que uma simples forma de expressar uma fé num Deus, o protestantismo era, antes de tudo, uma nova visão de mundo, um passaporte para o mundo moderno, vindo dos Estados Unidos como uma bandeira viva do progresso" (VIEIRA, 2012, p. 258).

Ao qualificar o trabalho como uma ascese, um caminho para satisfazer a Deus, a ética protestante teve uma influência decisiva na formação do que Max Weber chamou de "espírito do capitalismo"<sup>110</sup>. Para a elite intelectual de São Paulo, centro do desenvolvimento econômico do país, o protestantismo — "versão religiosa dos ideais liberais e democráticos do século XIX — teve um importante papel civilizatório" (VIEIRA, 2012, p. 269), ao oferecer um rompimento com

---

<sup>109</sup> "Com toda essa assistência, estima-se que cerca de 24 mil norte-americanos vieram para estados como Pará, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná e São Paulo." (MORENO, 2011).

<sup>110</sup> Sobre a ética protestante, ver Weber (2000).

os antigos valores representados pela Igreja católica e sua visão sacralizada, hierarquizada, elitista e aristocrática da sociedade.

Postulados como liberdade e individualismo - fundamentais no pensamento anglo-americano descrito por Tocqueville - nutrem diversos movimentos republicanos e abolicionistas. Diferentemente do tipo de individualismo que marcou a sociedade brasileira, "que por sua natureza comunitária e cordial – formada no meio rural e patriarcal – foi incapaz de cultivar um espírito empreendedor e associativo, ficando na constante dependência do Estado" (SOARES, 2011, p. 7). No protestantismo, o individualismo é ressaltado como um caminho para alcançar o bem comum. Essa ética presente, em grande parte, nas organizações protestantes – Metodistas, Presbiterianos, Batistas e Congregacionais - chegadas ao Brasil no século XIX, vai marcar o discurso do associativismo filantrópico de mulheres protestantes, como Pérola Byington e Alice Tibiriçá. A filantropia passa a ser vista como um trabalho vocacionado, um dever cristão de cunho ascético a ser cumprido.

Enquanto no Brasil a vida dos Strong retomava o rumo, nos Estados Unidos, o casamento da filha Mary Mathilda com Warron Montgomery Ellis chegava ao fim (MOTT et al, 2005). E, em 1869, dois anos após a partida do pai, ela decide mudar-se para o Brasil com as quatro filhas: Sarah Rebecca Ellis, Carolyn Lillian Ellis, Elizabeth Annie Ellis, e a caçula Mary Elizabeth Ellis (Mollie), mãe de Pérola, na época com apenas nove anos de idade. Ao chegarem, Mary e suas filhas encontram a cidade de São Paulo em expressivo crescimento populacional e material, impulsionado pelo setor da industrialização e comercialização do café no oeste paulista. Henry Strong era, agora, o proprietário da fazenda Barracão, localizada às margens do rio dos Toledos, afluente do rio Piracicaba. No local, "construiu uma espaçosa e confortável casa, no estilo do Sul dos Estados Unidos, com alpendre ao redor e mobília feita por ele mesmo" (MOTT et al, 2005, p. 19). A família vivia, então, um período de prosperidade, e a pequena Mary Elizabeth foi enviada a Campinas para estudar em uma das melhores escolas protestantes da região. Afinal, no Brasil, apesar da educação feminina receber as primeiras regulamentações em 1827, a escola não era procurada pelas famílias abastadas, que preferiam ensinar suas filhas no espaço doméstico, como apontou Marina Maluf em seu trabalho sobre o papel da mulher de elite na implantação de fazendas de café no sertão paulista: "bastava às meninas saber ler, escrever e contar" (p. 217). Já

para os norte-americanos, a educação das mocinhas tinha a mesma importância que a educação dos rapazes, afinal seriam elas as futuras mães e professoras (MOTT et al, 2005).

No Colégio Internacional, criado na própria residência dos missionários presbiterianos do sul, Mary Elizabeth recebeu uma educação inovadora, condizente com a tradição e a cultura protestante. O próprio Imperador do Brasil, em uma das visitas que fez ao Colégio Internacional, disse: “Daqui nascerá a República” (JONES, 1967, p. 98). Na contramão da proposta católica de separação rigorosa dos sexos, a educação protestante propõe a coeducação e a dignidade na educação do sexo feminino, que aprendia as mesmas matérias que os meninos (VIEIRA et al, 2012). Tendo um currículo com ênfase no aspecto científico e na liberdade religiosa, esse novo modelo educacional tornou-se a escolha das famílias mais influentes da região de Campinas. De acordo com o historiador e geógrafo Alfredo Moreira Pinto, na obra a “Cidade de São Paulo em 1900”, a estrada de ferro trouxe muitas famílias para Campinas e muitos alunos para a escola. “Em 1875, o Colégio Internacional já tinha prédio de tijolos de dois andares, muitos alunos e professores, graças à ajuda da missão americana” (JONES, 1967, p. 95). Foi nesse ambiente que Mary conheceu o jovem Robert Dickson MacIntyre, filho de imigrantes, que também deixaram os Estados Unidos depois da Guerra de Secessão. O casamento ocorreu em 22 de maio de 1878, na fazenda dos Strong e, na ausência de um pastor batista, a união foi oficiada pelo reverendo Morton, presbiteriano e fundador do colégio em que os jovens estudaram (MOTT et al, 2005).

No final de 1870, o crescimento urbano havia ampliado as dificuldades sanitárias em São Paulo, que passou a ser atingido por graves problemas epidêmicos, como o surto de tifo, que, em 1878, levou à morte Henry Strong e Willian Brown. Sem condições de cuidar da fazenda e com medo de que a epidemia levasse a pequena Pearl, o jovem casal muda-se para Jundiaí (MOTT et al, 2005). Começou aí uma vida de muitas chegadas e partidas.

## **2.2. Uma família de Professoras**

Na cidade de Jundiaí, onde Mary e Lillie Belle nasceram, Robert tornara-se chefe de vendas de uma loja de tecidos e Mary abriu um colégio que funcionava em regime de internato

para meninas e externato para ambos os sexos. (MOTT et al, 2005). Mas nem tudo foi como o casal idealizou.

Em 1886, Robert, contratado pela fábrica de Luiz Queirós, muda-se com a família para Piracicaba. Ali, Pérola e Mary, sua irmã, viveriam a infância e o ensino das primeiras letras no Colégio Piracicabano<sup>111</sup>.

Criado por missionários metodistas, em setembro de 1881, o Piracicabano apresentava-se como um produto da pedagogia "moderna", adequada aos novos tempos que a sociedade brasileira atravessava (VIEIRA, 2012). Tornara-se conhecido por suas ideias inovadoras e pela qualidade do ensino. Era dirigido pela educadora Martha Watts, "uma mulher sem marido e voltada para a educação e a instrução, de maneira a permitir às alunas, segundo a ideologia liberal, 'a completa evolução de seus poderes pessoais'" (HILSDORF, 2002, p. 97). O Colégio oferecia uma nova organização do espaço e do tempo escolar – distribuído em oito anos letivos, precedidos de matrícula e encerrados com exames públicos de turmas agrupadas por idade e grau de instrução. Aulas de ginástica dividiam espaços com trabalhos manuais. E, no lugar da memorização, usava-se o método intuitivo e concreto<sup>112</sup>. Para tanto, os professores tinham - à disposição - utensílios como quadros negros, mapas, microscópio e toda a aparelhagem para as aulas de ciências físicas e naturais<sup>113</sup>. Por essas inovações, o Piracicabano foi frequentado por filhos de famílias imigrantes de várias nacionalidades e crenças, bem como da elite progressista brasileira.

Depois de algum tempo em Piracicaba, Mary McIntyre já havia entendido que a vida não seria nada fácil. Porém não tencionava colocar de lado o sonho de dar às filhas uma boa formação intelectual, pois acreditava que esse era o caminho para a autonomia feminina. Em 1887, Mary deixa de ser apenas mãe de alunas e torna-se professora no Piracicabano: "para ensinar inglês, aritmética e leitura".

---

<sup>111</sup> Sobre a origem do Colégio Piracicabano, ver Jones (1967).

<sup>112</sup> Sobre a metodologia de ensino do Colégio Piracicabano, ver Hilsdorf (2002).

<sup>113</sup> Segundo Vieira (2012), o modelo de ensino do Colégio Piracicabano exerceu grande influência na reforma da Educação Pública paulista.

Entre os álbuns com fotografias, encontrados no acervo da Cruzada Pró-Infância do Núcleo de Documentação do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas – MUSPER, encontramos uma imagem com indícios importantes da meninice de Pérola.

FIGURA 7 – Pearl Ellis McIntyre, com as irmãs Mary e Lilly e a mãe Mary Ellis no Colégio Piracicabano – 1890.



FONTE: Acervo - Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.



Embora não haja identificação na foto sobre o acontecimento registrado, no verso dela, localizamos o local e o ano: Colégio Piracicabano - 1890. Não é possível saber se essa identificação foi feita na época ou se ela teve a autoria de algum “guardião da memória familiar”. Mas dois aspectos emergem da fotografia. Um deles é que se trata de um registro visual obtido em lugar aberto, em que personagens posam entre plantas e arbustos, compondo o fundo fotográfico, observando-se ainda a fachada do casarão de madeira, certamente abundante na região, onde funcionava o Colégio Piracicabano. O outro diz respeito ao estilo familiar da fotografia. Essa fotografia registra jovens mulheres, na forma de praxe: todas de cabelos presos, de blusas largas e saias longas, como conveniente às exigências do pudor feminino.

Ao eternizar esse registro do clã feminino da família McIntyre, a imagem nos indica, porém, o quanto a educação passa a distinguir uma geração de jovens mulheres até pouco tempo educadas no âmbito doméstico. Agora, essa foto é significativa de um tempo em que a educação se desloca para fora do lar e também vivencia o processo educacional em um espaço público. Mary, a matriarca e professora do colégio, está posicionada ao lado de suas três filhas - Pérola, Mary e Lillie, todas alunas da referida escola, com vestuário e penteado uniformes. Elas fazem pose, olham atentamente para o fotógrafo e sorriem. Desvendo nessa fotografia, nas alegres fisionomias e na postura das figuras retratadas – quem sabe? - uma aura do empoderamento das mulheres nessa saída da casa para a escola...

Nesse ambiente intelectual, destaco que Pérola foi colega de turma do jovem Monteiro Lobato. Viveu, assim, uma experiência educacional partilhada por homens e mulheres, significando uma convivência escolar mista, um marco na educação separada de homens e mulheres. Ela, então, conheceu a professora Maria Rennotte, que veio tornar-se uma amiga querida da família. O que Pérola teria lido e ouvido no Piracicabano? Que aulas assistiu e preferiu? Teria sido aluna de Maria Rennotte? Teria participado das longas conversas entre Rennotte e sua mãe? Não sabemos, mas o encontro com a professora belga que, em 1878, migrou para o Brasil para atuar no campo da educação marcaria para sempre a trajetória de Pérola.

Diplomada no magistério em Paris, Maria Rennotte chegou a atuar como professora na Alemanha, mas foi em São Paulo que seu nome tornou-se uma referência.<sup>114</sup>. Defensora da

---

<sup>114</sup> Sobre a trajetória de Maria Rennotte, ver Mott, (1999, 2005).



igualdade entre os sexos e da coeducação com a inclusão de disciplinas voltadas para as ciências naturais e biológicas nas escolas femininas, Maria Rennotte fugiria do perfil de professora normalmente encontrado nas escolas femininas do período. Para ela, a educação devia preparar as moças não apenas para o papel de esposa ou mãe de família, mas para a aquisição de uma profissão. (MOTT, 2005b). Influenciada pelo discurso maternalista, aquele que reconhece o papel social da maternidade na formação das novas gerações de homens e mulheres, Rennotte afirma que a educação da mulher é critério fundamental para o desenvolvimento do país e que “pela falta de educação, a mulher vinha procriando filhos poucos inteligentes, ‘débeis’, inclinados ao servilismo” (MOTT, 2005, p. 56). Nessa perspectiva, a maternidade rompia os muros do espaço doméstico e se estendia a toda a sociedade. Ao prestar serviços à pátria, “seja educando os filhos de forma conveniente, seja realizando trabalhos para a coletividade como, por exemplo, a ação social voluntária”, a mulher poderia reivindicar sua cidadania (MOTT, 2005). Suas ideias devem ter empolgado a jovem Pérola, que, anos depois, dará início a uma série de ações sociais de proteção materno-infantil.

Em 1889, a professora metodista Maria Rennotte foi para a Filadélfia, nos Estados Unidos, estudar Medicina. Ao voltar ao Brasil, em 1895, a agora Dr<sup>a</sup> Rennotte irá dirigir a Maternidade São Paulo – responsável pelo atendimento gratuito de gestantes pobres – participando ainda da fundação da Cruz Vermelha no Estado de São Paulo. Rennotte também atuou na criação de um curso de enfermeiras e do Hospital da Criança de Indianópolis. O convívio com essa médica benemerente, com certeza, enriqueceu a sensibilidade e a percepção de mundo de Pérola. Entretanto sua "vocação" filantrópica e a vontade de mitigar os sofrimentos por meio do trabalho assistencial estavam apenas latentes; não se mostravam nem se impunham ainda como a entrega irrevogável ao próximo, o que viria a ocorrer no futuro.

Segundo Mott (2005), o fato de Maria Rennotte ser professora antes de tornar-se médica - e decidir mudar de profissão quando já tinha mais de trinta anos - não foi uma exceção entre as pioneiras da medicina. Examinando as biografias de Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito, verifiquei que essas também foram questões presentes nas trajetórias dessas três filantropas. Não pode se descartar a evidência de que tarefas vinculadas ao mundo doméstico postergassem a construção de carreira para as mulheres.

Entre um tempo e outro, Pérola vivencia um período de transformações na sociedade brasileira. As notícias sobre a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República, em 1889, povoam as lembranças de sua infância. Em um discurso escrito ao completar oitenta anos, Pérola havia descrito a “chegada de Francisco Glicério a Campinas” com a rua “enfeitada com flores” e o “discurso feito da janela da casa do conhecido republicano”, tudo indicando que “Pérola, então com dez anos de idade, tenha participado das comemorações cívicas” (MOTT et al, 2005, p. 27).

Em Campinas, sua mãe funda o Ginásio Progresso Brasileiro e novidades trazia. “A escola destinava-se aos dois sexos, fornecia instrução pré-primária, primária e secundária e tinha cinquenta alunos em regime de externato. Pérola, com treze de idade, já trabalhava no jardim de infância” (MOTT et al, 2005, p. 23).

Diante de uma nova epidemia, dessa vez de febre amarela, que assolou Campinas por três anos, a família decide deixar a cidade. Foram, então, para Mogi Mirim, mas lá a febre também fazia vítimas. Decidem, então, ir para Minas Gerais. Na cidade de Bagagem, Mary abre uma nova escola. No ano seguinte, a família se transfere “para Taubaté, onde Mary foi substituir temporariamente a diretora do Colégio Americano” (MOTT et al, 2005, p. 23). Em 1894, já estavam estabelecidos na capital paulista, local em que Mary McIntyre reabriu o Colégio Progresso Brasileiro, “na Alameda dos Bambus, atual Avenida Rio Branco, nos Campos Elíseos, em frente à Igreja Presbiteriana. O bairro, reduto da elite paulistana, era de fácil acesso, cortado por linhas de bonde e próximo da estrada de ferro Sorocaba” (MOTT et al, 2005, p. 23). Ali estudaram pessoas “que posteriormente iriam desempenhar papéis de destaque na vida nacional e apoiariam os projetos da Cruzada Pró-Infância” (MOTT et al, 2005, p. 23). Entre eles, destacam-se Armando de Salles Oliveira — futuro governador de São Paulo e um dos fundadores da Universidade de São Paulo — e Roberto Simonsen — empresário, historiador, político e fundador do Centro das Indústrias de São Paulo, embrião da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Mas dívidas realizadas por Robert McIntyre, que já vinha doente, obrigaram-na a entregar aos credores o mobiliário da escola. Como tinha um bom nome na praça, ela conseguiu repor os móveis e reabrir a escola no dia seguinte (MOTT et al, 2005). Se o estrago realizado no Colégio foi minimizado, o estrago no casamento foi definitivo. Mary não perdoou Robert e, com

três filhas – Pearl, Mary e Lillian – refez o caminho de sua mãe e separou-se. Robert faleceria pouco tempo depois, em 1896.

Talvez Mary tenha se cansado do espírito inconstante de Robert ou o amor tivesse acabado ou ainda - quem sabe - novos amores! O que se sabe é que, em uma época em que via de regra as mulheres permaneciam casadas até a viuvez, aquela era uma família em que as mulheres não se sentiam obrigadas a manter casamentos infelizes. A separação dos pais dará, à vida familiar de Pérola, uma marca pouco comum às suas contemporâneas: um núcleo familiar monoparental feminino. Para demonstrar esta assertiva, a figura abaixo abre um sugestivo caminho para análise.

FIGURA 8 – Pearl Ellis McIntyre com as irmãs Mary e Lilly e a mãe Mary Ellis (da esquerda para direita) .



FONTE: Acervo – Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Esta fotografia consta do acervo da Cruzada Pró-Infância do MUSPER. Traz características que a aproximam de fotografias tiradas por profissionais, conhecidos como lambe-lambe, e que, durante muito tempo, enfeitaram as paredes de grande parte dos lares brasileiros.

Embora não exista nenhuma referência à data da fotografia, no seu verso encontramos a seguinte inscrição: “To dear aunt Sallie from Pearl, Mary, Lilly and M. E. McIntyre - São Paulo”. Ao enviar a foto da família para a querida tia Sally sem a figura de Robert, a imagem deixa clara a pretensão de registrar um ‘clã feminino’. Ao lado da mãe, encontramos a filha caçula Lilly, seguida pela irmã do meio, que herdou da mãe o nome e a aparência física, ladeada pela primogênita Pearl.

Aparentemente, a ausência do marido e pai não trouxe grandes mudanças à vida das McIntyre. Mary continuou as suas atividades docentes. Mas as dívidas feitas para salvar o Colégio Progresso Brasileiro se avolumavam e, em 1902, Mary decide vender o estabelecimento a uma amiga, dos tempos de Santa Bárbara, a também batista Anna L. Bagby. Inicialmente, Mary continuou no Progresso Brasileiro, como professora. Mas, em 1920, vamos encontrá-la ao lado de Lillie, sua filha, lecionando no colégio Stafford (PINTO, 1979). Para as McIntyre, ser professora, mais que uma vocação, era uma questão de sobrevivência.

Apesar de tantas andanças, Pearl, aos quatorze anos, já havia completado os preparatórios para o ingresso na Escola Normal. Mas seu pai, ao fazer sua matrícula, foi informado que, segundo o regulamento da escola, a idade mínima para o ingresso na escola era de dezesseis anos. Inspirada, talvez pela trajetória da amiga Maria Rennotte, Mary McIntyre incentiva a filha a fazer os preparatórios para as escolas de farmácia ou medicina, que ainda não existiam na capital paulista (MOTT et al, 2005). Em 1897, Pérola McIntyre realizara os preparatórios no Curso anexo da Academia de Direito de São Paulo (MOTT et al, 2005). Reprovada no exame de geografia, a ideia de se tornar advogada não frutificou. Em 1933, aos 54 anos de idade, Pérola faria, ao lado da amiga Maria Antonieta, uma nova tentativa de ingressar no ensino superior. Dessa vez, chegou a se matricular como ouvinte na primeira turma da Escola Livre de Sociologia e Política, que havia sido criada por um grupo de banqueiros, entre eles, Roberto Simonsen, ex-aluno de sua mãe no colégio Progresso. Mas agora as atividades da Cruzada já lhe tomavam muito tempo e o sonho do ensino superior havia ficado para trás. O fato de não conseguir ingressar em um curso superior não foi um impedimento. Alguns anos mais tarde, empoderada por suas ações filantrópicas, Pérola recebe o reconhecimento do mundo acadêmico. Em 1940, é convidada a participar da banca examinadora dos trabalhos finais dos alunos do Curso de Serviço

Social de São Paulo e, em 1947, torna-se o primeiro não pediatra a receber o título de Membro Honorário da Sociedade Brasileira de Pediatria (MOTT et al, 2005).

A Escola normal representava, então, uma das poucas oportunidades, senão a única, para que Pérola tivesse uma formação profissional, como era desejo de sua mãe. Em 1895, aos dezesseis anos, a jovem Pérola ingressa na Escola Normal Paulista<sup>115</sup>.

O magistério primário, antes um espaço masculino, atraía cada vez mais o contingente feminino, que via nele a oportunidade de educar-se e instruir-se. Enquanto as jovens de bom poder aquisitivo viam no curso normal uma possibilidade para aprimorar sua educação, mas sem a intenção de dedicar-se ao magistério, as moças mais pobres se dirigiam à Escola Normal em busca de um diploma que lhes permitisse exercer uma profissão e sustentar-se. A Escola Normal tinha, então, a função de dar, ao mesmo tempo, formação profissional, aumentar a instrução e formar boas mães e donas de casa.

Após a Proclamação da República, a educação escolar passou a ser vista como o caminho para o progresso nacional: a via normalista de formação docente ganha destaque nesse processo. Afinal, “sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado as necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz”<sup>116</sup>. Diante desse desafio, era imperioso reformar o currículo dos cursos de formação de professores. Nessa nova fase, a mudança, em 1894, da Escola Normal Paulistana, da Rua da Boa Morte para a Praça da República — prática que se tornará comum em outros municípios — é sintomática do papel de destaque que essa instituição de ensino tem no regime republicano.

Ao ingressar na Escola Normal Paulistana, Pérola encontra um método de ensino claramente progressista para os padrões da sociedade brasileira da época, assentado nos ideais de liberdade de consciência e crença, culto à ciência e ao progresso e à fraternidade (SAVIANI, 2009, p. 145). Sob a inspiração do pensamento pedagógico de Rangel Pestana, um admirador do

---

<sup>115</sup> A primeira escola normal da província de São Paulo foi criada em 1846 e durou dez anos. Em 1874, a escola foi reaberta, mas o currículo continuava restrito e fragmentado. Em 1878, o curso foi novamente fechado e reativado em 1880, passando a funcionar na Rua da Boa Morte até a sua mudança para a Praça da República em 1894. (ALMEIDA, 1995)

<sup>116</sup> Decreto 27, de 12/03/1890 - Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo, Tomo I -1889-1891. São Paulo; Imprensa oficial, 1909. In; SAVIANI, 2009, p. 145.

modelo norte-americano de ensino, difundido pelos colégios protestantes, como os Internacional, Piracicabano e Progresso Brasileiro – Caetano de Campos, Primeiro diretor da Escola Normal após a proclamação da República, realiza em 1890, a maior reforma na formação do magistério<sup>117</sup>. O currículo de quatro anos, criado em 1894, baseado no método intuitivo e na formação de caráter prático-utilitário para atender à demanda da República por uma educação primária de qualidade. A reforma foi marcada por dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares e ênfase nos exercícios práticos, cujo selo distintivo foi a criação da escola-modelo anexa à Escola Normal<sup>118</sup>.

Nessa época, a parcela feminina já constava como maioria, tanto nas turmas do curso normal, quanto no exercício do magistério primário. (ALMEIDA, 1995). Além disso, vozes femininas demandavam a coeducação como forma de eliminar as desigualdades no ensino derivadas do sexo. O sistema coeducativo presente nas escolas americanas não conseguiu ser implementado, em um claro indício do conservadorismo da Igreja Católica, tão presente no Estado e no Ensino brasileiros. A diferença entre as séries masculinas e femininas situava-se apenas nas disciplinas Economia Doméstica e Trabalhos Manuais, exclusivas para meninas. (ALMEIDA, 1995). Esse currículo vigorou até 1911.

Se, por um lado, esse processo de feminização do magistério - que, segundo Chamon (2005) não é um fenômeno novo e tem se manifestado em todo o mundo ocidental - adquiria um significado positivo para o ingresso das mulheres das camadas médias urbanas no mercado de trabalho, por outro, foi fatal com relação aos níveis salariais. Apesar de possuir um prestígio social relativamente elevado, o trabalho de ensinar, vinculado à noção de vocação e sacerdócio, tão presente na ética protestante e nas ações filantrópicas, não adquiriria, neste período, valor econômico. Segundo Tambara (1998), residiria aí uma das causas da evasão masculina do magistério das séries iniciais. Esse abandono silencioso, nas palavras de Lagrave (1991, p. 506), não pode ser compreendido sem se perder de vista o peso ideológico e prático que a família exerce, diferentemente, sobre homens e mulheres. Enquanto eles são exortados ao trabalho para

---

<sup>117</sup> Sobre os currículos da Escola Normal Paulista, ver Almeida (1995).

<sup>118</sup> "Escolas primárias que funcionavam anexas à Escola Normal e nas quais os alunos-mestres praticavam a docência" (ALMEIDA, 1995, 676).

suprirem as necessidades da família, elas são culpabilizadas por abandonarem essa mesma família a troco de um salário complementar. Por ser realizada em turnos, a profissão de professora permitia à mulher conciliar mais facilmente os deveres “de dentro” e “de fora” no cotidiano feminino. Essa foi a experiência vivida por Pérola ao lado de sua mãe.

Ainda no século XIX, o magistério primário se institui e abre crescente espaço para a participação feminina. Alice, mesmo sem ter o curso normal, chegou a fundar e dirigir uma escola de educação infantil no interior de São Paulo. Pérola, apesar de formada, fez sua inserção na esfera pública por meio do trabalho assistencial voluntário. Suas trajetórias esboçam a transição da formação profissional de quadros femininos para atuação no magistério e revelam muito da história da profissionalização feminina e da longa caminhada por conquista de direitos. Empoderadas pelo discurso maternalista, mulheres-professoras são, então, reconhecidas como responsáveis pela “missão” civilizatória de preparar mentes e comportamentos para os interesses da pátria<sup>119</sup>. O magistério abria o caminho para novos projetos profissionais.

Ao terminar o curso em 1899, Pérola foi lecionar no grupo-escola Triunfo. (MOTT et al, 2005, p. 29). O convite para ser preceptora das filhas de Cândido Franco Lacerda, proprietário da premiada fazenda de café Paraíso, localizada em São Carlos, interior paulista, apresentava-se como uma boa oportunidade de trabalho para uma jovem solteira, proveniente de uma família empobrecida<sup>120</sup>. Encantada com o interesse de um jovem imigrante norte-americano, Pérola decide abandonar o magistério para se casar.

### **2.3. Uma dona de casa**

O homem que se casaria com Pearl McIntyre, em 1901, não era um burguês ou um aristocrata. Albert Jackson Byington era um jovem engenheiro prático do ramo da eletrificação. Nascido em 1875, na cidade de Nova York, aos dezoito anos já atuava na Feira Internacional de

---

<sup>119</sup> De acordo com Martins e Barbosa (2015), o termo missão (p. 150).

<sup>120</sup> De acordo com Mott et al (2005), “A preceptoria foi uma forma de educação doméstica utilizada pelas camadas médias e de elite especialmente no século XIX. Era um tipo de trabalho remunerado socialmente aceito para o sexo feminino. A bibliografia nacional e estrangeira descreve as preceptoras como sendo mulheres solteiras, provenientes de famílias empobrecidas, cujo status era considerado, com raras exceções, próximo dos empregados domésticos”. (p. 45 - nota de rodapé 6)



Chicago, quando recebeu um convite para trabalhar na Argentina. Dois anos depois, chegava ao Rio de Janeiro para trabalhar, ao lado do engenheiro eletricista James Mitchell, na introdução do bonde elétrico na capital federal. Mas foi em São Paulo, onde inicialmente trabalhou como operário especializado da Light Power, que Albert Byington consolidou carreira e construiu fortuna (MOTT, et al, 2005).

O casamento ocorreu no dia quatro de julho, dia da independência dos Estados Unidos. O casal mudou-se para Sorocaba, onde Albert “tinha adquirido remanescentes de uma companhia de força. Fundou, em parceria com ingleses, a Southern Brazil Electric Co, que levou luz elétrica para várias cidades do interior de São Paulo. Era conhecido como “o jovem americano maluco que comprava água corrente” (MOTT et al, 2005, p. 30).

O casal morou em Sorocaba durante quatro anos – nesse espaço de tempo, nasceu seu filho Alberto – e depois se mudou para Campinas. Ali, Albert “pôs em funcionamento o primeiro bonde elétrico da cidade. Isso lhe valeu a representação da companhia Westinghouse, no Brasil. Começava com a Byington & Cia, assim, sua atividade empresarial” (MOTT et al, 2005, p. 30). Em agosto de 1939, a Byington & Cia já contava com filiais no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Curitiba, Recife, Santos e New York.<sup>121</sup> E, ali, o lado materno de Pérola floresceu. Dois anos após o nascimento de Alberto, nascia, em 1904, a pequena Elizabeth, filha caçula dos Byington. Pérola agora vai dedicar-se exclusivamente à maternidade e à rotina doméstica. Enquanto Albert, motivado pela “ética protestante”, consolida-se no campo empresarial.

Mr Byington é superintendente e maior acionista da companhia de gás da cidade. Também possui uma usina elétrica que supre esta cidade (Campinas) e Itatiba de força e luz. Ainda tem a sua Byington & Cia, em São Paulo para venda de material elétrico. Divide o seu tempo entre aqui, Cachoeira, Itatiba e São Paulo (PEROLA, carta escrita em 1907).<sup>122</sup>

Responsável por levar a iluminação elétrica, pontes e água encanada a vários cantos do país, o nome de Albert Byington vincula-se à imagem de progresso e modernidade da

---

<sup>121</sup> Fonte: Revista o Tico-Tico agosto de 1939 – Hemeroteca digital – Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>

<sup>122</sup> Carta escrita em 1907, por Pérola, ao tio Isaac Newton Ellis, que residia nos EUA In. Mott et al, 2005, p. 30.



República.<sup>123</sup>. “Nesse processo de urbanização, coexistiam permanências, demolições e construções, cresciam as obras públicas, espaços passavam a ser definidos como novas áreas comerciais e financeiras” (MATOS, 1995, p. 98). Segundo Daou (2000), na virada do século XIX para o XX, as cidades, em todos os países, foram os cenários mais espetaculares da “bela época”. No Brasil, intervenções urbanísticas, como as realizadas pelo engenheiro João Tibiriçá, esposo de Alice, na capital do Maranhão – ou as realizadas por Albert Byington, modernizaram ou renovaram simultaneamente as feições da cidade e das casas<sup>124</sup>.

Em 1907, Albert era nomeado representante oficial da América do Norte no Estado de São Paulo; a família Byington estava longe de levar uma vida humilde<sup>125</sup>. A carta escrita por Pérola, em 1907, para os tios Isaac Newton e Geórgia Ellis, residentes nos Estados Unidos, sugere essa rápida ascensão social. Nela, Pérola destaca, além do sucesso empresarial do esposo, a casa “grande e confortável” de muitas abundâncias e suprimentos em que a família vivia.

Na residência, rodeada por um lindo jardim, com horta, pomar e estábulo, o tradicional e o moderno se encontram. O carro da família, o segundo que circulou em Campinas, divide espaço com o cavalo e a charrete (MOTT et al, 2005). Criações de patos, galinhas e perus convivem, no cotidiano doméstico dos Byington, com produtos eletrodomésticos, como “fogões elétricos, aquecedores, cafeteiras automáticas, estufas, esterilizadores, ferro de engomar, radiadores e mais novidades em aparelhos elétricos”, vendidos pela empresa Byington & Cia (JORNAL A REPÚBLICA, 1909). Mas é a presença do gado “meio Jersey” que, segundo Pérola, “produz o leite mais rico que já vi”, o motivo de orgulho da dona de casa Pérola Byington. Registra ela: “Conte a tia Geórgia que eu faço manteiga e não tenho que usar colorante” (MOTT et al 2005, p. 30).

De fato, há, nesse “tempo”, uma transição entre o campo e a cidade, como percebe Suely Gomes Costa ao narrar os espaços domésticos no Rio de Janeiro do século XIX (COSTA, 2008). Nessa nova organização dos espaços público e privado, o ambiente doméstico também vivenciará

---

<sup>123</sup> Em pesquisa realizada na Hemeroteca Digital, no período de 1900-1909, enquanto o nome de Albert Byington é citado 330 vezes, o nome de Pérola não aparece em nenhuma citação.

<sup>124</sup> Analisando o período após a Segunda Guerra Mundial, Lefaucher (1991) aponta o quanto a chegada de novos produtos ao ambiente doméstico modifica consideravelmente o trabalho de reprodução.

<sup>125</sup> No dia 13 de junho de 1907, o Jornal *Correio Paulistano* noticiava o reconhecimento oficial de Albert Byington como Cônsul oficial da América do Norte no Estado de São Paulo. Acervo hemeroteca digital. [bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital) acesso em 5 de setembro de 2016.

transformações. Os animais de trabalho foram, aos poucos, sendo separados da residência e as hortas e pomares perdem o papel de abastecer as famílias. Neste cenário, a compra de sítios e chácaras, como a Granja Itahyê, em que, desde 1925, Pérola costumava saborear jabuticabas “até não ter mais força para cuspir o caroço” e pescar lambaris com os netos e de onde saía “o leite Itahyê, tipo A, conhecido por gerações inteiras pelo creme no gargalo da garrafa” (MOTT et al, 2005, p. 13), torna-se uma alternativa para as famílias ricas e abastadas.

Nas configurações das casas em cidades e no interior, no século XIX e mesmo no XX, é possível encontrar em plantas arquitetônicas vestígios de jardins e quintais destinados à criação de animais para o consumo, das “casas de farinha”, de produção de panelas e vasos de cerâmica (COSTA, 2008).

Entende-se, assim, que dessas atividades também decorre a noção de que as mulheres são “rainhas do lar”, cabendo nesse conceito avaliar a extensão dos poderes políticos que também conquistam.

Nesse processo de modernização, o ritmo lento e o espaço quase estático da vida doméstica do século XIX foram ficando para trás. “O ingresso de mercadorias artesanais e fabris nas casas, por importação do exterior e por trocas entre regiões do país, muda a regulação do tempo feminino.” (COSTA, 2002, p. 305). Tarefas domésticas, como cozinhar e lavar, e a fabricação de produtos, como sabão, manteiga e roupas, antes feitas no interior da casa por muitas mãos femininas, agora é facilitada pelo uso de eletrodomésticos. Pérola experimenta, em primeira mão, essa revolução no trabalho de manutenção e de arranjo da casa (LEFAUCHER, 1991).

Embora acredite que, no cotidiano doméstico, Pérola contasse com a ajuda de outras mulheres, não existe em sua biografia nenhum relato sobre a presença de “uma preta Eugênia” ou de “tias e avós” com as quais tenha dividido suas “obrigações maternas”, o que reforça a imagem da mulher do lar. Pérola não viveu os dilemas vivenciados por Alice Tibiriçá, ao “sair” para o mundo público e - assim como a personagem Luiza de Joaquim José da França Junior na peça teatral *As Doutoradas de 1889*, descrita por Costa (2004) - Pérola também faz a opção pelo abandono consentido da carreira profissional, mas, talvez, não sem qualquer remorso (COSTA, 2004).

Para uma mulher da nova elite industrial paulista, o mundo privado se apresenta como o lugar natural das mulheres. A proteção feminina estendia-se do mundo da casa para o universo social que lhe era próximo, por vínculos de sangue, de compadrio e outros mais. Estreitos vínculos desse casamento das mulheres e seus lares, por si só, demarcavam o caminho desejado para a formação de uma identidade feminina associada a um plano de metas a cumprir. Nisso parecia consistir a matéria civilizatória necessária e suficiente para consolidar aquilo que se definiria como a verdadeira realização pessoal da maioria das mulheres nas primeiras décadas do século XX: “[...] as mulheres deviam filhos aos maridos e à sociedade, e “deviam” cuidados maternos a seus filhos. Eram esses os deveres que tinham de respeitar em troca do cuidado e da proteção que recebiam dos maridos na condição de dependente deles e de a eles pertencerem” (SCOTT, 2002, p.118).

No relato de sua neta Maria Elisa Byington, encontramos a imagem de uma Pérola “rainha do lar” e detentora de aptidões vinculadas às tarefas domésticas.

Gostava de cozinhar e era uma excelente cozinheira. Na tradição americana do Natal e do *Thanks giving day* (Dia de Ação de Graças), preparava como ninguém o peru que ela própria criava ou que comprava de seus fornecedores no Mercado Central, aonde chegava antes das sete da manhã. Com cabelos em desalinho, o rosto esfogueado pela proximidade do forno e o eterno avental de xadrezinho lilás, ela mesma vigiava e ia regando o peru com a manteiga derretida que preparava. A alegria com que chegava à mesa, trazendo triunfante o peru fumegante com tempero inigualável, era a recompensa de qualquer aborrecimento que tivera durante o dia. Entre os elogios dos convidados, familiares e amigos, ao saborearem dos pratos que preparava, via-se que estava em seu momento de glória. (...) Outra especialidade de nossa avó era a bolacha de noz-moscada que preparava a cada quinze dias ou mais, já que sua receita dava para meia dúzia de latas grandes. Marido, filho e netos habituaram-se a saborear essas bolachas, que não podiam faltar à noite com um copo de leite Itahyê. As bolachas também eram apreciadas pelo cachorrinho da casa, um Scottish Terrier, que atendia pelo nome de Dandy. (BYINGTON apud MOTT et al, 2005, p. 12).

Tais tarefas vinculadas aos cuidados conferem às mulheres maior poder e visibilidade no âmbito das relações privadas. Mas também se afirma como atividade feminina que ganha cada vez maior visibilidade pública, evidência que avança ao longo do século XX, quando mulheres aparecem associadas a atividades filantrópicas. O gasto de tempo com as atividades reprodutivas

associa-se a um dado estado tecnológico desse ambiente. A casa consolida-se como espaço do poder feminino. Isso afirma o lugar das mulheres em tarefas de cuidar e de supervisionar os cuidados no âmbito doméstico, como revela o diário de Helena Morley (COSTA, S. G. 1993).

Entre as muitas fotografias de Pérola Byington, encontradas no MUSPER, localizamos algumas imagens importantes de sua vida familiar, caso da fotografia abaixo. Embora não seja datada, essa fotografia de família posada, como tantas outras, oferecem modos de criação de imagens a partir de alguns sinais importantes. Nessa, os personagens, todos caprichosamente penteados e arrumados, remetem à imagem de cuidados mil com os filhos, em uma tradução de afetos da maternidade. Nela, a jovem Pérola é carinhosamente abraçada pelos filhos. Alberto, vestido com roupa de marinheiro, recosta a cabeça sobre o ombro materno, enquanto a caçula Elizabeth expressa um tímido sorriso enquanto descansa a mão sobre o outro ombro. A maternidade, nessa foto, traz de volta um modo de expressar o reconhecimento dos filhos pela tarefa de cuidar, que repousa, sempre, sobre os ombros de uma mãe.

FIGURA 9 – Pérola Byington com os filhos Elizabeth e Alberto.



FONTE: Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Essa dedicação à maternidade, pensada como principal tarefa feminina, não significou, no entanto, um “enclausuramento” de Pérola. A casa dos Byington, assim como a de Cristiano Teotoni, examinada por Suely Gomes Costa (2004), permite ainda pensar, também, as muitas diásporas familiares.

#### **2.4. Um encontro com a dor da infância desamparada**

O Século XX se inicia sob o signo da Primeira Guerra Mundial, conflagrada no continente europeu em 1914. Nesta época, Pérola residia com o esposo e os filhos em Govans — distrito de Baltimore, no estado de Maryland — para onde haviam se mudado em 1912, com o objetivo de garantir aos filhos uma verdadeira educação norte americana. Com a Guerra, Pérola talvez tenha pensado em voltar ao Brasil, mas esta não seria uma boa ideia diante de um conflito, para o qual, segundo Garambone (2014, p. 15), não existiria até aquele tempo nenhum paradigma de comparação. Em extensão, o conflito envolveu “países da Ásia e América do Norte e Latina,

além de colônias e domínios europeus da África. Na disputa iniciada no coração da Velha Europa”. Em intensidade, “tanto em relação ao número de vítimas, quanto ao uso de armas e tecnologia até então inéditas em conflitos bélicos, como o carro blindado, o avião, as granadas de mão, o submarino ou a metralhadora”.

Se Pérola decidiu ficar nos Estados Unidos, Albert, por sua vez, continuava a realizar viagens ao Brasil e à Europa, por conta dos negócios. E foi em uma dessas viagens para a Europa que os Byington sentiram de perto o terror da Guerra. Em 1915, o navio em que ele viajava para a Europa naufragou após ser bombardeado por alemães, ceifando mais de 1000 vidas. Albert foi um dos poucos sobreviventes. A tragédia ocorrida com o proprietário das empresas Byington foi destaque na imprensa brasileira. Com a manchete: “A guerra na Europa, uma emboscada dos alemães”, *O Correio Paulistano* noticiava, no dia 10 de maio, que o empresário Albert Byington havia sobrevivido à tragédia do Lusitânia. Os ventos da Grande Guerra chegavam ao Brasil. Mas nesse momento apenas como notícia de importância internacional. Afinal, nos dois primeiros anos (1914-1916), não se cogitava a entrada do país no conflito (GARAMBONE, 2014).

Já, nos Estados Unidos, o clima de guerra gera uma atmosfera de medos, incertezas e inseguranças para homens e mulheres. No entanto, salienta Françoise Thébaud (1991) que esse impacto não seria igual para “um e outro sexo”. A autora ao analisar o papel das mulheres na Primeira Guerra Mundial, afirma: Ao romper a ordem familiar a guerra não se apresenta apenas como luto, mas também como “uma possibilidade de abertura de novas atividades, vivências e experiências para as mulheres” (p. 32). Quaisquer que sejam as consequências da I Guerra na vida de Pérola Byington, o campo do trabalho é o que podemos examinar melhor, ajudando-nos a compreender como sua atuação à frente de uma seção da Cruz Vermelha (C.V.) mudaria os rumos de sua trajetória.

O movimento internacional da Cruz Vermelha foi fundado em 1863 pelo suíço Jean Henri Dunant, que - durante uma viagem - se defronta com a dor de milhares de pessoas feridas e mortas pela guerra<sup>126</sup>. Movido pela compaixão, cria uma instituição de caráter humanitário para

---

<sup>126</sup> Sobre a origem da Cruz Vermelha ver. DUNANT, Henry. Lembrança de Solferino. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. CICV, maio 2016. Disponível em: <[www.cicr.org](http://www.cicr.org)>

atender aos feridos e necessitados, não apenas em tempos de guerra, mas também em tempos de paz (CAMPOS & OGUISSO, 2009).

Sob muitos aspectos, Pérola provavelmente já tinha ouvido falar na Cruz Vermelha. Havia algum tempo que a médica Maria Rennotte — ex-professora e amiga — defendia a criação dessa instituição. Segundo Mott (2005), seu objetivo era garantir assistência e saúde para a população mais pobre e profissionalização de voluntárias e enfermeiras. No início, sua ideia não foi aceita. Somente em 1912, Maria Rennotte e Mary Elizabeth McIntyre reuniram-se em São Paulo com várias mulheres da elite e membros do poder político, para criar a filial paulista da Cruz Vermelha<sup>127</sup>, o que nos leva a supor que se Pérola não tivesse viajado para os Estados Unidos, certamente faria parte desse grupo. A filial paulista estava subordinada à Cruz Vermelha Brasileira (CV), criada há quatro anos na cidade do Rio de Janeiro, e esta se reportava à Cruz Vermelha Internacional, com sede em Genebra (CAMPOS & OGUISSO, 2009). Esta rede fortalecia o sentido institucional desenvolvido pelas diversas sociedades da Cruz Vermelha espalhadas pelo mundo. Portanto, diante da ausência de fontes sobre a atuação de Pérola Byington na CV norte-americana, acreditamos que a experiência de Maria Rennotte, sobre a CV paulista, possa nos trazer alguns indícios sobre o significado social de uma “Dama da Cruz Vermelha”, nome dado ao comitê que deu origem à Seção Feminina da Cruz Vermelha.<sup>128</sup>

Não obstante à distância, devia existir alguma afinidade entre as ações de Pérola e de Maria Rennotte. Ambas eram protestantes. Ambas se preocupavam com ações de proteção materno-infantil e desejavam intervir na realidade social. Contudo diferiam quanto à imagem de si. Pérola encarna a “mãe exemplar”, dedicada aos filhos e à casa, que vê na maternidade sua principal função social. Personagens da aliança entre mulheres e médicos, descrita por Martha Freire (2006), Pérola é a representante das mães, enquanto Maria Rennotte, professora e médica, é a representante feminina dos “médicos-filantropos”, examinados por Luiz Otavio Ferreira e Gisele Sanglard (2010).

Sanglard e Ferreira (2014) chamam a atenção para o papel que a filantropia ocupa no Brasil da Primeira República. Para estes autores, diante da grave situação da mortalidade infantil,

---

<sup>127</sup> A sede social da Cruz Vermelha funcionava na Rua Libero Badaró n. 7.

<sup>128</sup> Sobre as “Damas de Vermelho”, Disponível em: <<http://www.cruzvermelha.org.br/historia-da-cvb/>>

que colocava em risco o projeto de nação construído na virada do século XIX para o século XX, coube à filantropia garantir a assistência à infância desvalida em vários países.

De forma geral, foi isso que aconteceu com a Cruz Vermelha paulista. Inicialmente, suas ações não receberam apoio popular, pois acreditava-se que sua função era apenas prestar auxílio ao governo em tempos de guerra “e sendo o Brasil uma nação essencialmente pacífica (...) não tinha aqui razão de existir entre nós” (RENNOTTE apud MOTT, 2005, p. 60).

Com o tempo, a população foi percebendo que ela também se ocupava de outras questões, como demonstra a matéria publicada no *Correio Paulistano* em 29 de setembro de 1914:

A benemérita instituição da Cruz Vermelha continua a prestar grandes benefícios, nesta grave crise (...) A sociedade paulista tem, porém, sabido recompensar os esforços das distintas senhoras, que se acham à frente daquelles instituto de caridade, fundado especialmente para socorrer a infância desamparada. (ACERVO HEMEROTECA DIGITAL).

Não sabemos até que ponto as informações de Maria Rennotte sobre as ações da Cruz Vermelha paulista chegaram à Pérola. Possivelmente, sua mãe lhe escreveu relatando o trabalho que vinha desenvolvendo. Todavia, de forma direta ou indireta, as ideias da professora do colégio Piracicabano se fizeram presentes. Ainda nos Estados Unidos, Pérola irá tomar “parte em campanhas para angariar fundos para instituições de proteção à infância” (MOTT et al, 2005, p. 34). Costumava afirmar que os filhos foram o incentivo para o seu trabalho: “Tendo podido dar-lhes tudo, ela procurou ajudar aos menos favorecidos da sorte. Não podendo dar-lhes a felicidade completa, começou por dar-lhes saúde”<sup>129</sup>. Tocada pela dor de outras crianças desamparadas, Pérola que, até então, só se ocupava dos afazeres domésticos, move-se no sentido de mitigar o sofrimento de outros “filhos”. A maternidade, tarefa a qual tinha se dedicado nos últimos anos, deixa de ser uma função exclusiva da vida privada e torna-se uma “função social”.

Por séculos, intensamente idealizada, a noção de “mãe” se traduz por deveres socialmente definidos, não só de cuidar de seus filhos, mas também, de alguma forma, da sociedade em geral. A experiência do mundo privado se estende ao mundo público, consolidando o ideal de “mãe

---

<sup>129</sup> Entrevista dada à Revista Edição Extra, em 1962, acervo Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.



cívica”. Conforme aponta Lefaucheur (1991), esta noção concede às mulheres status e visibilidade e as torna figuras centrais na montagem dos sistemas de proteção social em diversos países, seja como beneficiárias das políticas de proteção social, seja como trabalhadoras deste campo que avança e que as aproxima dos desafios postos à consolidação da cidadania.

Assim, bem de acordo com o discurso maternalista da época, as ações voluntárias da Cruz Vermelha moveram as mulheres a novos lugares e novos papéis. O discurso social desse tempo, ao transformar a maternidade no principal papel social feminino e em um dever patriótico, conferiu às mulheres autoridade para exercerem no mundo público o que lhes é outorgado no mundo privado, a administração da casa, dos filhos e da família. Nessas ações, verifica-se o paradoxo descrito por Scott (2002): as mulheres vão se apropriar da maternidade que historicamente as excluía da vida pública, para reivindicar sua inserção no mundo público a partir da maternidade, a qual lhe confere as aptidões necessárias ao exercício de determinadas funções, atuando na consolidação da sua cidadania. Mulheres, sobretudo dos segmentos sociais médios, foram, então, chamadas a “sair” dos seus lares, como aponta Perrot (1991), para exercerem a “maternidade social”.

Com as ações humanitárias desenvolvidas em âmbito internacional, a Cruz Vermelha conquistou credibilidade social. Em pesquisa realizada por Campos e Oguisso (2009), em um portfólio preservado no Centro Histórico Cultural de Enfermagem Ibero-Americana da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, foram encontradas um mil e oitenta e nove matérias jornalísticas sobre a Cruz Vermelha, recortadas do período entre 1916 e 1930. Entre os temas abordados, ganham destaque as atividades voltadas à saúde infantil. De acordo com os autores, “a veiculação das notícias, direta ou indiretamente, proporcionava visibilidade e apontava para a luta simbólica da filial por manter as atividades humanitárias da Cruz Vermelha Brasileira” (p 494). Considerando-se os objetivos da Cruz Vermelha com relação à imprensa, supõe-se que, ao participar de suas ações humanitárias, as mulheres ganham credibilidade, visibilidade e protagonismo social. Um bom exemplo é o reconhecimento oficial e a medalha recebida por Pérola pelo trabalho desenvolvido em Govanstown (MOTT, 2005).

Outra preocupação da Cruz Vermelha era com a formação de quadros femininos para o atendimento aos feridos de guerra. Para atender a esta demanda, em 11 de fevereiro de 1915, a

presidente da Cruz Vermelha, Anna de Queirós Telles Tibiriçá (sogra de Alice), utilizando as páginas do *Correio Paulistano*, tornava público o curso gratuito de enfermagem da Cruz Vermelha<sup>130</sup>. O curso - com aulas ministradas pelas Dr<sup>a</sup> Maria Rennotte e pela Dr<sup>a</sup> Casemira Loreiro, médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo - funcionou com regularidade até o final da primeira Guerra Mundial, entrando em período de refluxo (MOTT, 1999; PORTO & SANTOS, 2006). Em 14 de junho de 1917, quatro meses antes de o Brasil romper o pacto de neutralidade e declarar Guerra à Alemanha, o mesmo jornal noticiava a formatura de quarenta e uma enfermeiras da Cruz Vermelha (PORTO & SANTOS, 2006).

Com o fim da Guerra, a família Byington retorna ao Brasil. O regresso a São Paulo representou a retomada do trajeto iniciado nos Estados Unidos. Na chegada, encontram uma São Paulo em franco processo de urbanização, com dificuldades habitacionais e sanitárias e que, ao lado de outras cidades brasileiras, sofria com epidemias, como a da gripe espanhola, que, em 1918, matou milhares de pessoas. (MATOS, 1995). Diante deste cenário, uma inquietação se apresentava, mobilizando-a para traçar um novo caminho no espaço público. O reencontro com Maria Rennotte, a querida professora do colégio Piracicabano, que, então, dedicava-se à medicina e à filantropia, deve ter contribuído para sua decisão de participar da Cruz Vermelha paulista. “Ao longo da década de 20, os jornais noticiaram os diferentes cargos e funções por ela exercidos na associação: comissão de propaganda, tesoureira, secretaria, diretora do departamento feminino” (MOTT et al, 2005, p. 34).

Mas suas ações não se limitaram às atividades da Cruz Vermelha. Em 11 de setembro de 1928, o jornal *O Diário Nacional* noticiava a participação de Perola Byington, ao lado de outras senhoras da elite paulista, na venda de “rosas da caridade” no centro comercial, para angariar fundos para a construção de um Sanatório Santa Cruz em Campos do Jordão, para o atendimento de tuberculosos pobres<sup>131</sup>. O mesmo jornal noticiava, em 17 de janeiro de 1929, a entrega de um

---

<sup>130</sup> Acervo da hemeroteca digital, disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

<sup>131</sup> Acervo da hemeroteca digital, disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

auxílio de Perola à “Associação Promotora de Instrução e Trabalho para cegos”<sup>132</sup>. A essa altura, Pérola já havia entrado pelas portas da Filantropia. Só nos resta saber aonde ela chegará...

## **2.5. “A Nação caminha para o futuro pelos pés da criança”<sup>133</sup>**

A participação de Pérola Byington nas ações da Cruz Vermelha foi uma inspiração feliz, pois a convivência com Maria Rennotte — médica e grande conhecedora das questões ligadas à assistência materno-infantil — e com as mães e crianças atendidas pelas ações institucionais, consolidou a assistência à infância como seu campo de atuação. Imbuída pelo espírito filantrópico que, segundo Gisele Sanglard e Otávio Ferreira (2010), dominava a sociedade de elite da Primeira República, Pérola Byington dirige seu capital social, político e financeiro para a montagem de uma vasta rede de proteção materno-infantil na capital paulista. Seu protagonismo filantrópico emerge no contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX. Período de efervescência intelectual, alimentada por uma geração de médicos e filantropos, vinculados ao movimento de Reforma Sanitária. (KROPF & LACERDA, 2009), geração esta que ficará conhecida pela montagem de uma política de saúde voltada para a infância.

A saúde torna-se o elemento-chave para o desenvolvimento do país. Esse discurso, presente nas ações médico-sociais de Alice Tibiriçá, conforme já visto, também estará na atuação filantrópica de Pérola Byington. Mas, diferentemente de Alice, seu alvo não são os doentes, seja de lepra ou tuberculose, mas a infância. Para ela, “o grau de civilização de um povo mede-se pelo que faz pela criança, pela maneira com que encara e soluciona seus problemas”<sup>134</sup>. Uma das questões mais recorrentes no discurso médico sobre a infância, o que já vinha sendo apontado desde o final do século XIX e ganhou maior ênfase à medida que se transformou em uma questão de soberania nacional, era a mortalidade infantil. Diante de alarmantes índices de mortalidade

---

<sup>132</sup> Acervo da hemeroteca digital, disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

<sup>133</sup> Folder da Cruzada Pró Criança de 1934 – Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>134</sup> Folder da Cruzada Pró Criança de 1934 – Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

infantil, que, segundo Pérola “chegam a gerar a ideia sombria de que o destino da criança, em nossa terra, é morrer”, o futuro do país estava comprometido<sup>135</sup>.

Na capital da República, experiências como as dos médicos Fernandes Figueira e Moncorvo de Figueiredo, apresentadas por Sanglard e Ferreira (2014; 2010), trazem importantes elementos sobre esse debate nos meios intelectuais. A constatação de que as causas do alto índice de mortalidade infantil estavam na ausência de conhecimento sobre os princípios básicos da higiene, principalmente nas camadas mais pobres, levou a reivindicação por profissionais especialmente destinados à assistência materno-infantil, tanto através da institucionalização da pediatria como cadeira médica, descrita por Giselle Sanglard e Luiz Otávio Ferreira (2010), quanto pela formação de quadros femininos para conduzir a “pedagogia materna”, como afirma Martins (2008).<sup>136</sup>

Nessa aliança entre mulheres e médicos, descrita por Freire (2006) e Martins (2008), os cursos de visitadoras compõem um espaço de afinidades eletivas de ambos<sup>137</sup>. Médicos, como Carlos Chagas, vão sinalizar a importância das visitadoras para as ações sanitárias do período (KROPF & LACERDA, 2009). Eis o que ele diz sobre as visitadoras: “sem nenhum exagero, asseguramos que não se poderá mais admitir uma administração sanitária moderna, a qual falte esse órgão valioso de ação representado pela enfermeira visitadora” (O JORNAL, 1922). Já as mulheres, “embebidas na atmosfera de busca de progresso e modernidade, possivelmente enxergaram, na adesão à ideia de primazia da ciência (...) um caminho conveniente na tentativa de alcançar uma transformação no seu lugar na sociedade” (FREIRE, 2006, p. 51).

Os cursos de “Visitadoras” no Brasil oferecem um bom estudo de caso. Eles emergem por iniciativa do Estado, pretendendo capacitar, de forma rápida, a força de trabalho feminina para atuar no incipiente sistema de proteção social. A educação sanitária torna-se a pedra de toque da política de saúde pública (FARIAS, 2005). Em São Paulo, o curso de Educação Sanitária foi

---

<sup>135</sup> Fotografia de quadro de avisos da Cruzada – Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>136</sup> Existe uma multiplicidade de nomes pelos quais essas profissionais se tornaram conhecidas: Visitadoras sanitárias, visitadoras sociais, enfermeiras sanitárias, educadoras sanitárias etc. Todos atendiam à mesma função. A experiência das Visitadoras foi abordada por vários autores, destacam-se Vieira (2013) Rocha (2005) e Faria (2006).

<sup>137</sup> Para Michel Löwy (1990), “a afinidade eletiva não se desenvolve no vazio ou no azul puro da espiritualidade pura: ela é favorecida ou bloqueada por condições históricas determinadas, econômicas, sociais, políticas e culturais”. (p. 186)

fundado, em 1925, pelo médico higienista Geraldo Horácio de Paula Souza, no Instituto de Higiene de São Paulo<sup>138</sup>. Três anos antes, Carlos Chagas havia criado na Capital Federal o Serviço de Enfermeiras Visitadoras, precursor da Escola de Enfermagem Anna Nery (KROPF & LACERDA, 2009). Ambos contaram com o apoio da Fundação Rockefeller, uma instituição filantrópica norte-americana, que atuou como referência institucional e pedagógica no Brasil e no mundo.

A mortalidade infantil era “culpa das mães que não estavam criando bem filhos” (MARTINS, 2008, p. 146). Nesse sentido, sua superação se daria por ações educativas direcionadas a elas que eram, e ainda são, apontadas como as responsáveis pelos cuidados com a prole. O futuro da nação e o progresso do país dependiam de que a mulher cumprisse bem o seu papel social de mãe. No espaço privado, criando filhos saudáveis para a pátria, mas também no espaço público, educando as mães. Nessa experiência, estabelece-se, nas palavras de Lefaucheur (1991), um casamento entre mulheres e Estado providência, em que as mulheres ora são objetos das ações assistenciais do Estado ora profissionais responsáveis por essas ações.

Para a formação desse novo campo, foram recrutadas professoras primárias, importantes aliadas na obra de divulgação das noções de higiene<sup>139</sup>. Rocha ressalta que a criação desse curso representou a possibilidade de reorientação profissional para uma geração de professoras (2005, p 74). Embora Pérola não tenha realizado o curso, não se sabe por quais motivos, certo é que seu protagonismo filantrópico está irremediavelmente associado às Educadoras Sanitárias. Não apenas por ser esse um espaço de sociabilidades de uma geração de mulheres intelectuais que consolidam a proteção à infância como um campo de atuação feminina, mas também pelo papel preponderante que a Associação de Educadoras Sanitárias terá na fundação da Cruzada Pró-infância.

---

<sup>138</sup> O curso tinha duração de um ano e seis meses e oferecia conhecimentos teóricos — sobre organização do serviço — e aulas práticas — sobre técnicas de vacinação e atendimento à família, além de visitas domiciliares, os últimos seis meses eram dedicados às atividades práticas em estágios nos serviços sanitários estaduais. (FARIAS, 2006, p. 192).

<sup>139</sup> Embora o curso fosse direcionado aos membros do magistério, que deveriam apresentar diploma do curso normal do Estado, comprovante de exercício do magistério em grupo escolar há mais de seis meses, não havia nenhuma exigência quanto ao sexo do candidato. Todavia, na primeira turma não houve a matrícula de nenhum homem. (ROCHA, 2005).

As ações de educação sanitária movem as mulheres em direção a novos lugares e novos papéis. O mundo privado se estende ao mundo público, consolidando um ideal de “mãe cívica”. Exaltando a maternidade como um dos fundamentos dos direitos e deveres das mulheres. O maternalismo ora privilegia o acesso feminino às profissões, que são uma expressão da maternidade social, ora aponta para a necessidade de políticas direcionadas à proteção da maternidade e da infância. O maternalismo constrói uma identidade feminina no campo da proteção social. Ao tratar a maternidade como uma função social e não apenas como uma função familiar, indica que o discurso maternalista do início do séc. XX rompe com a tradicional dicotomia entre as esferas pública e privada. (BOCK, 1991) E isso significa um ganho na história das mulheres brasileiras: elas, agora, exercitam a maternidade social e, com isso, irão associar-se a lutas no campo dos direitos sociais. Tudo indica que as origens dos cursos de visitadoras atendem a esse persistente e invisível desígnio.

Esse modelo de saúde com ênfase em uma ótica mais educativa e menos policlesca, implementado em São Paulo por Paula Souza, encontrava-se em consonância com os moldes norte-americanos, aprendido durante seu doutorado em Baltimore<sup>140</sup>. Sua gestão critica o isolacionismo defendido por Alice Tibiriçá e prioriza a atuação das Educadoras Sanitárias nos Centros de Saúde e Postos de Higiene (ROCHA, 2005). Pérola, provavelmente, conhecia bem tal modelo, já que, durante quase uma década, residiu na mesma cidade em que Paula Souza concluíra seu doutoramento. Algum tempo depois, esse modelo será encontrado em suas ações médico-sociais na Cruzada Pró-Infância.

A formação de recursos humanos para a política de saúde coloca em destaque o papel feminino — como educadora sanitária e, posteriormente, como enfermeira — com legitimidade na capital e nos municípios do interior de São Paulo. Por intermédio das notícias veiculadas, na década de 1920, por dois jornais da capital paulista, *O Correio Paulistano* e *Diário Nacional*, localizamos uma multiplicidade de atividades realizadas por essas novas profissionais da saúde, das quais merecem destaque as palestras realizadas em centros de saúde, escolas e eventos, onde os temas abordados iam do “preparo correto do alimento infantil” até a “higiene para os imigrantes japoneses” (ACERVO HEMEROTECA, [S./d]). Elas também atuavam nas escolas,

---

<sup>140</sup> Sobre a trajetória de Geraldo Horácio de Paula Souza, ver Farias (2005).

diagnosticando os casos de desnutrição e verminoses, e nos Centros médicos, promovendo cursos de puericultura e auxiliando os médicos em diversas atividades educativas (ACERVO HEMEROTECA, [S./d]). “A implementação desse amplo leque de atividades teve, certamente, um importante papel na legitimação desse novo modelo de intervenção no campo da saúde pública em São Paulo” (ROCHA, 2005, p. 82). A educação sanitária consolida-se como forma de preservação da saúde e prevenção de doenças.

Ao oferecer às mulheres uma formação que considerava a “natureza feminina” em atividades compatíveis com o instinto maternal, mas agora empoderadas por conhecimentos técnicos e científicos, advindos do saber médico, o curso de Educadora Sanitária, da capital paulista, assim como o de Enfermeiras Visitadoras no Rio de Janeiro, apresenta-se como um dos canais de difusão do ideário da maternidade científica. Conforme assinalado por Freire (2009, p167), “ao estabelecerem uma relação de colaboração e parceria com médicos, as mulheres transformavam-nos em aliados na sua busca por valorização social, traduzindo o discurso do puericultor conforme os seus próprios interesses”. Localizamos, aí, indícios do paradoxo descrito por Scott.

Era preciso ensinar as mães a criarem seus filhos. (MARTINS, 2008). Este era um dos principais pontos destacados por obstetras e puericultores para que o combate à mortalidade infantil se realizasse de forma eficiente. No entanto havia também o reconhecimento de que as ações de educação sanitária desenvolvidas pelo Estado não seriam suficientes para conter esse “desperdício de vidas”; seria necessária uma ação conjunta e harmoniosa entre poder público e filantropia, na tarefa de capacitar as mães para o cumprimento da nobre missão da maternidade. Mulheres, como Perola Byington, que exerceram com “primor” sua maternidade, tornam-se uma referência a ser seguida por outras mulheres e ganham protagonismo na sociedade.

Assim como aconteceu com o magistério, as mulheres conquistam o monopólio da ‘educação sanitária’ como área do conhecimento. Apesar de poucos relatos sobre a experiência cotidiana das educadoras sanitárias no Estado de São Paulo, chama a atenção o papel decisivo dessas profissionais na introdução de “hábitos e costumes civilizatórios”. Conforme interpretação de Norbert Elias (1990), as mulheres intelectuais levam ao povo “selvagem” seus padrões civilizatórios que as diferenciam das mulheres do povo. A construção dessa *intelligentsia de*



classe média, conforme analisada por Norbert Elias (1990), se apresenta como elite em relação ao povo, mas como pessoas de segunda classe em relação à elite econômica e política, pode ser vislumbrada em imagens fotográficas como esta, que mostram uma educadora sanitária em ação.

FIGURA 10 – Educadora sanitária em visita domiciliar.



FONTE: Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

No Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, a fotografia pertence ao acervo da Cruzada Pró-Infância. Sem legenda, não traz informações sobre a personagem, o local ou data<sup>141</sup>. Entretanto apresenta alguns pontos relevantes. Primeiro, a posição ativa da personagem que se encontra em ação diante da casa a ser visitada. Segundo, o vestuário, composto por uma saia em tom escuro e um pouco abaixo do joelho, de certa forma compõe o perfil de sobriedade, elegância e seriedade que se espera de uma “mulher da elite”, enquanto o terno e os cabelos curtos dão o tom moderno ao visual, de uma mulher que atua profissionalmente. A composição do figurino contrapõe-se à rusticidade do cenário. Ao fundo, apenas a casa, de tijolos, mas sem acabamento, com as portas e janelas de restos de madeira, cria a imagem do público a ser atendido. Na

<sup>141</sup> Na Obra o Gesto que Salva (MOTT et al, 2005), a mesma fotografia foi utilizada na página 70, a personagem é então apresentada como “Educadora Alzira”.



entrada, apenas um caixote colocado no chão de terra, em que se vê uma água, possivelmente esgoto, escorrendo próximo à entrada da casa.

Em sua análise sobre a atuação das visitadoras sociais da fábrica Nova América no Rio de Janeiro, Vieira (2013) sinaliza que tais visitas objetivavam o controle da vida privada dos mais pobres. Concordamos que este possa ser um dos elementos presentes na ação das educadoras sanitárias. Todavia, ao olharmos apenas por este ângulo, perde-se a possibilidade de compreendermos o impacto que tais ações tiveram nas condições objetivas de vida das famílias mais pobres, pelas doações de cestas básicas, leite, enxovais para bebê etc., bem como se anula o significado de que esse encontro com a dor da pobreza, nas palavras de Laqueur, teve no mover dessas mulheres para novos campos de lutas por direitos, como aconteceu com a educadora sanitária Maria Antonieta de Castro, que, em 1930, cria a Associação de Educação Sanitária, cujos objetivos eram a um só tempo corporativista e assistencial (ROCHA, 2005, p. 82). Na busca por auxiliar e orientar o Estado no enfrentamento do grave problema da mortalidade infantil, a Associação acaba por aproximar-se da filantropia. E foi tecendo os fios da rede paulista de assistência materno-infantil que a educadora sanitária se encontra com a filantropa.

## **2.6. Uma Cruzada em favor da infância**

No início da década de 1930, Pérola Byington, que - em 1928 - casara a filha Elizabeth com Russell Charles Manning, preparava-se para o casamento do primogênito Alberto com Elisa de Arruda Botelho. Agora, com o “ninho vazio”, seria o encerramento de suas tarefas maternas? Para muitas mulheres esse é um momento de fechamento de um ciclo, de sofrimento e luto<sup>142</sup>. Mas não para D. Pérola. Aos cinquenta anos, ela ainda tinha fôlego para novas experiências e inicia, ao lado das educadoras sanitárias, uma nova fase em sua vida, a de “mãe social”.

Nesse período, as educadoras sanitárias já constituíam um importante elemento da política de saúde pública do Estado de São Paulo; e a criação, em 1930, de uma Associação de Educação

---

<sup>142</sup> Com a saída dos filhos, mulheres que dedicaram a maior parte do tempo à criação dos filhos perdem sua principal função na base familiar, a de cuidadora, favorecendo, assim, a depressão e a autoestima baixa. Sobre a Síndrome do Ninho Vazio, ver: VIRGOLINO, Fernando Silvio de Souza. Etal. A Mudança do Ciclo Familiar diante da Síndrome do Ninho Vazio: Uma revisão. Rev. Da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v10, n1. p 456-464, jan/jun 2013.

Sanitária atendia, naquele momento, menos a demandas corporativas da categoria do que a necessidade de parcerias com instituições filantrópicas, no intuito de ampliar as ações de combate à mortalidade infantil. (ROCHA, 2005, p. 83)

A presidência da Associação ficou a cargo de Maria Antonieta de Castro. Nascida em 1892, no interior paulista, foi na capital que se formou professora pela Escola Normal Caetano de Campos, a mesma em que Perola Byington estudara, e que seu nome ganhou reconhecimento como educadora sanitária<sup>143</sup>. Na chefia da Inspeção de Educação Sanitária e Centros de Saúde (IESCS), órgão criado em 1925, para desenvolver ações de promoção de consciência sanitária, Maria Antonieta responsabilizou-se pelas atividades desenvolvidas pelas educadoras sanitárias nos centros de saúde e nas escolas primárias (ROCHA, 2005). Na imprensa da época, seu nome pôde ser facilmente encontrado em cursos e palestras sobre prevenção a mortalidade infantil (Acervo Hemeroteca [S./d.]). Contava ainda com um programa de rádio e uma coluna no jornal para ensinar noções de higiene às crianças, além de participação em congressos de higiene, educação e eugenia (MOTT et al, 2005).

Diante de uma sociedade marcada pelo ethos do mercado, como a paulista, a perspectiva de uma assistência, legitimada pela prática liberal, ganha primazia. A parceria com instituições filantrópicas apresenta-se, então, como um caminho para a implementação de ações de proteção à infância. (SANGLARD, 2008). Segundo Maria Antonieta, faltava “um serviço amplo de assistência social que viesse em auxílio ao poder público e tornasse mais complexo e efetivo o trabalho das educadoras sanitárias”<sup>144</sup>. E foi em busca de novas parcerias que Maria Antonieta procurou Pérola Byington para participar das campanhas desenvolvidas pela associação contra a mortalidade infantil. A benemérita senhora — que desde a década de 1920 desenvolvia ações voluntárias junto a Cruz Vermelha, além de participar com vultosas doações de inúmeras campanhas filantrópicas desenvolvidas no Estado de São Paulo — não só aceita o convite, como é instigada a se reinventar e a traçar novos rumos. O ninho, antes vazio, logo será ocupado pelo cuidado com seus “novos filhos”. Como nos conta sua neta, Maria Elisa.

---

<sup>143</sup> Sobre a trajetória de Maria Antonieta de Castro, ver Rocha (2005).

<sup>144</sup> Maria Antonietta Castro apud Mott, et al, 2005, p. 45.

Quando tocava o telefone, era da Cruzada, ela saía correndo por causa das crianças. ‘mas como, se as crianças éramos nós e estávamos ali na sua casa?’ (...) Da mesma forma (...) se avisam à noite que alguma mulher prestes a dar luz necessitava de socorro saía com seu motorista a buscar auxílio para o que fosse preciso. (MOTT et al, 2005, p. 12).

É a própria Maria Antonieta, que, na obra um *Gesto que Salva... Perola Byington e a Cruzada Pró-Infância* (MOTT et al, 2005), relembra o início dessa parceria entre educação sanitária e filantropia. Ela nos conta que “foi com a educadora Mary Junqueira à casa de Perola Byington para obter um donativo para a recém-criada comissão contra a mortalidade infantil” (p. 43). Lá chegando foi surpreendida com o espírito empreendedor de D. Pérola, que sugere realizar uma campanha em prol da criança. Era o começo de uma associação que, a partir de 1930, tornar-se-ia um modelo de ação filantrópica e higienista no âmbito das práticas assistenciais.

Ao nomear a nova associação por “Cruzada Pró-Infância”, termo que faz referência às expedições militares que, entre os séculos XI e XIII, os cristãos levaram a cabo para recuperar a Terra Santa, Perola Byington, assim como Alice Tibiriçá, estrategicamente, transforma suas ações filantrópicas contra a mortalidade infantil em ações de “guerra”. E nunca é demais lembrar que defender a Pátria era um dos critérios para ter direito ao voto, tema que se fazia presente em todos os espaços de sociabilidades femininas.

Nessa “guerra” contra a mortalidade infantil, Pérola convoca suas aliadas para a primeira reunião da Cruzada. No dia 12 de agosto de 1930, reuniram-se no salão nobre da Escola Normal, vinte e duas mulheres pertencentes à elite e às camadas médias da capital paulista<sup>145</sup>. Em seu discurso de posse, como presidente da nova associação, Pérola dirige-se às mulheres presentes e expõe a gravidade da situação da mortalidade infantil:

---

<sup>145</sup> Assinam a ata da primeira reunião da Cruzada: M. Odette Campos Azevedo, Mikitta Moraes Barros, Euthymia Cardoso, Eleonora da Silveira Cintra, Maria Nascimento Rangel pestana, Sophia Neves da Costa, Maria da Conceição Cardoso Figueira de Mello, Alice de Toledo Tibiriçá, Mary Ellis McIntyre Filha Virginia Overstreet, Elizabeth Oliveira Pyles, Maria Junqueira, Juventina Santanna, Maria Novaes Filha, Lourdes Almeida, Anna Maria de Moraes Burchard, Pérola Byington, Marina Burchard Whitaker, Irene Branco da Silva, Blandina Ratto, Magdalena Sampaio de Oliveira e Maria Antonietta de Castro. A ata encontra-se no Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan. A listagem também pode ser encontrada em Mott et al, 2005, p. 44.

Exmas Sras: Milhares de crianças morrem todos os dias, em todos os lugares, em todos os países. A mortalidade infantil constitui um problema que não é nosso porque é universal. Combatê-la é um dever que se impõe à consideração de todos que se interessam pelo futuro da raça. Defender a criança – essa flor de carne e de inocência, promessa e esperança do porvir, cujo corpo imaculado encerra os germens de um destino – defendê-la com todo amor, com toda nossa compaixão, com toda nossa inteligência contra os males que a ameaçam – a miséria, a ignorância, a enfermidade – é uma obrigação moral. A associação de educação sanitária, que tem em seu programa a proteção à criança desde antes de seu nascimento, lança, pois, um apelo às nobres paulistanas, no sentido de ser organizada uma grande comissão de Combate à Mortalidade da Infância, com o fim de congregar esforços em prol desse movimento”. (MOTT, 2003, p.25)<sup>146</sup>

Maria Lucia Mott (et al, 2005) lembra que muitas dessas pioneiras tinham formação profissional e experiência em trabalhos voluntários, além de esposas de políticos, médicos, empresários e jornalistas de prestígio. (p. 45) Entre as presentes, encontramos a então presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de São Paulo, a Sr<sup>a</sup> Alice Toledo Tibiriçá.

O exame da filantropia como espaço de mulheres intelectuais é bastante revelador quando associa a indicação de Laqueur as de Sirinelli. Ao desnaturalizar o sofrimento apontando “os lineamentos de causalidade e ação humana”, a narrativa humanitária descrita por Laqueur produz mudanças no quadro intelectual.<sup>147</sup> Questões sociais, antes naturalizadas, como a mortalidade infantil, agora assumem um campo de indagações científicas com mudanças das formas de explicar os fenômenos sociais, agora possíveis de ser evitados ou mitigados. Neste cenário, a ação filantrópica permanece um imperativo das elites culturais<sup>148</sup>.

Apoiando-me em Gomes (1993), penso que, assim como o modernismo, a filantropia também é feita “por cada um e pelos grupos que se formavam e articulavam”. (p. 70) Essas redes de sociabilidade/solidariedade feminina envolvem e definem esse “pequeno mundo” intelectual (GOMES, 1993), revelado pela publicação no jornal *o Diário Nacional*, que, em 18 de abril de

---

<sup>146</sup> Mott, Maria Elisa. Estudos biográficos e filantropia: Uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. Revista gênero, Niterói, v. 3, n. 2, p.21-43, 2003, p. 25.

<sup>147</sup> A narrativa humanitária descreve, de forma extraordinariamente minuciosa, um sofrimento específico e oferece um modelo para a ação social precisa. Nesse empreendimento estético, o detalhe torna-se o signo da verdade, e o corpo pessoal é visto não apenas como lócus da dor, mas também como elo comum entre os que sofrem e os que ajudariam. Laqueur (1992, p. 240).

<sup>148</sup> Sobre elites culturais, ver Sirinelli (2003 a).

1930, noticia a participação de Perola Byington, ao lado de outras mulheres da elite, na organização de um baile em benefício das alunas, vindas do interior do Estado para cursar as aulas da escola profissional feminina Santa Augusta, pertencente à Alice Tibiriçá.

Na tessitura dessa rede, a fundação da Cruzada se apresenta como um evento fundador de uma geração de filantropas paulistas, que - como aponta Sirinelli (1996) - não se configura pela idade de seus membros, mas pelo compartilhamento de experiências. Assim, mulheres como Perola Byington, com cinquenta anos, e Alice Tibiriçá, com quarenta e quatro, convivem com jovens educadoras sanitárias. Se a Sociedade de Assistência aos Lázaros, criada por Alice Tibiriçá, fez-se única e exclusivamente no campo da sociedade civil e sob o ideário do trabalho voluntário, a Cruzada surge, quatro anos depois, sob os auspícios de uma associação profissional e com o objetivo de auxiliá-la a desenvolver o seu programa. Nesse processo, localizamos continuidades entre as práticas filantrópicas de Alice e Pérola, mas também encontramos indícios de rupturas, em um movimento que avança rumo à profissionalização feminina do campo da saúde.

Sob os princípios da Convenção de Genebra, que - em 26 de setembro de 1924 - instituiu os Direitos da Criança e da Gestante, a Cruzada propõe em seu estatuto um programa de ação com foco em três segmentos: gestantes, nutrizes e crianças.<sup>149</sup> Estas chegariam à Cruzada por intermédio de um *Dispensário Central*, que receberia os casos encaminhados pelos Centros de Saúde, pelas educadoras sanitárias e por pessoas e instituições idôneas.<sup>150</sup> Com relação às gestantes, a Cruzada: forneceria apoio moral e material; facilitaria o acesso à assistência médica, sanitária e hospitalar; garantiria assistência ao parto em domicílio (quando não fosse possível internação em maternidade) e lhes proporcionaria trabalho adequado. Existia ainda a proposta de criação de uma *Casa Maternal*, cujo objetivo era fornecer assistência médica hospitalar à gestante; abrigar os filhos das gestantes enquanto estas permanecessem na casa e manter uma seção de costura na qual as gestantes possam se ocupar. Em relação à nutriz, o objetivo era facilitar os meios para que pudesse amamentar o filho.

---

<sup>149</sup> Estatuto da Cruzada -Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>150</sup> Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Mas o principal era a criança, considerada “uma reserva de energia em potencial para o futuro”, como afirma Maria Antonieta no discurso de criação da Cruzada, a quem se dedica a maior parte das ações. Assim, a Cruzada forneceria desde roupas, agasalhos e enxovais até remédios e alimentos. Além de meios de assistência sanitária, médica e hospitalar, havia ainda uma preocupação em afastar a criança do contato com doenças contagiosas, encaminhando-a a instituições. Talvez esta tenha sido uma demanda de Alice? Afinal, estava preocupada com atendimento aos filhos dos leprosos. Mas na ausência de registros de ambas sobre esses fatos, não podemos comprová-los.

Outra dimensão fundamental a ser observada é a compreensão da criação da Cruzada, não apenas pelo ângulo assistencial, mas como parte do processo que colocou a infância na agenda das políticas públicas. Esse distintivo de seu significado pode ser encontrado em seu programa, quando este propõe: “Pleitear junto aos poderes constituídos a obtenção de leis favoráveis a gestante e a criança (e); Velar pela fiel execução das leis protectoras da gestante e da criança, junto aos estabelecimentos fabris e oficinas de trabalho”<sup>151</sup>. A filantropia se apresenta como um importante caminho na luta por direitos.

No princípio, essa entidade não tinha sede. Todas as atividades (reuniões da diretoria, reuniões semanais das voluntárias para confecção de enxovais de bebê, o atendimento às pessoas que queriam se filiar ou que buscavam ajuda) aconteciam na própria residência de Pérola. Inúmeras vezes, em mais de trinta anos à frente da Cruzada, sua casa seria palco das atividades da Cruzada. Note-se que essas práticas usuais, presentes em campanhas caritativas, ocorriam, geralmente, por iniciativa de igrejas e associações religiosas, em todo o país. Este é um bom exemplo de que, no universo feminino, o ingresso no mundo público não se faz necessariamente com saídas do espaço privado.

O objetivo inicial da Cruzada era ajudar individualmente algumas associações filantrópicas, famílias e pessoas. Pouco a pouco, a entidade se estrutura. Em janeiro de 1931, rompe com a Associação de Educadoras Sanitárias e torna-se autônoma. Segundo Maria Antonieta, “a fim de que uma instituição não servisse de peia para a outra”. (MOTT, 2003, p. 49). Agora, os rumos da instituição serão centralizados nas mãos de Perola Byington.

---

<sup>151</sup> Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Influenciada pelas ideias do médico Moncorvo Filho, a quem visitara em abril de 1931 no Rio de Janeiro, Pérola pautará suas ações filantrópicas pelo Modelo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipai): A aliança entre educação e higiene e a cooperação entre médicos, poder público e sociedade em favor das crianças (FREIRE, 2015, p. 123).

A inauguração da *Escola de Saúde* no Parque D. Pedro II, durante as comemorações da Semana da Criança em 1931, foi um marco dos novos rumos da Cruzada. Como já era tradição desde os tempos de Paula Souza, as educadoras sanitárias atendiam os escolares desnutridos e com verminoses, os quais eram encaminhados aos Centros de Saúde. No entanto, na Escola de Saúde, havia uma novidade, a junção da saúde com a educação em um só lugar.

Na unidade, alunos doentes e desnutridos encaminhados pelas educadoras sanitárias recebiam um regime dietético especial, além de cuidados médicos e implantação de hábitos saudáveis, como escovação dos dentes e banho de sol. A supervisão técnica e as educadoras ficavam a cargo do Serviço de Higiene Escolar e Educação Sanitária do governo do Estado, enquanto a Cruzada forneceria a merenda, o vestuário, além de remédios e atendimentos médicos no Dispensário Central. Inicialmente a Escola funcionava em regime de rodízio. Mas, no ano seguinte, passou a oferecer também educação formal, sendo integrado à seção de parques infantis do governo do Estado (MOTT et al, 2005).

Diante da necessidade de consolidar as ações da Cruzada, Pérola que, segundo sua neta Maria Elisa, era uma mulher pragmática, “providenciava com a sua habitual eficiência tudo o que fosse necessário”, decide alugar uma casa, para instalar a sede social da Cruzada (MOTT, 2005, p. 12). Alguns dias depois, o Dispensário Central, que até então funcionava na residência de Pérola, foi transferido para o novo endereço<sup>152</sup>. Com serviços de Higiene Infantil, Higiene Pré-natal, Exame Médico Geral, Gabinete Dentário, Serviço de Sífilis, Otorrinolaringologista, Cozinha Dietética e Visita Domiciliares, a Cruzada passou a desenvolver um “movimento animador em benefício das classes pobres”.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> A Entidade passou a funcionar num velho casarão alugado, na Rua Santa Madalena, 58, situada entre a Avenida Paulista e o Bairro da Bela Vista. Em dezembro de 1935, a nova sede é inaugurada, em imóvel próprio na Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 638. (MOTT, 2005).

<sup>153</sup> Relatório da Cruzada Pró-Infância de 12 de agosto a 31 de dezembro de 1931 – Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Mas o combate à mortalidade infantil, eixo fundante das ações da Cruzada, passava primeiramente pela educação das mães. Afinal, o instinto maternal inerente à natureza feminina não era suficiente para garantir a criação adequada dos filhos, de acordo com os novos pressupostos da ciência. (FREIRE, 2009). Em sintonia com o discurso da maternidade como ciência, os cursos de Puericultura da Cruzada ensinavam as mulheres a exercerem sua “mais nobre missão”: Ser mãe. Criado em 1931, o curso funcionou por mais de cinquenta anos. Inicialmente na sede e depois nos Centros de Assistência Social. Direcionado ao público feminino, as motivações para a realização do mesmo iam desde trabalhar como cuidadora de crianças até se capacitar para a maternidade, passando pelo desejo de capacitar outras mulheres. (MOTT, et al 2005) Mulheres de diferentes classes sociais frequentavam o curso. Localizamos aí a metáfora da sororidade, apresentada por Suely Gomes Costa (2009), em que a maternidade é apresentada como uma identidade capaz de unir e dirimir a diferença entre as mulheres.

Mas a ideia dessa “sororidade” logo se desfaz diante da percepção de que era preciso capacitar as mulheres que exercem a maternidade como trabalho. O curso para “pajens” - realizado pela Cruzada - atendia a este designo. “Ninguém deve exercer uma profissão para a qual não tenha preparo”, dizia o folder do curso. Com duração de dois meses, o curso estava dividido em oito unidades: sobre higiene pessoal do “pajem”, higiene da criança, higiene da alimentação da criança; “a pajem” como auxiliar da mãe e da família; rotina educativa, brinquedos e a criança doente. Se, por um lado, a formação de “pajens” representava um caminho para a diminuição da mortalidade infantil. Por outro, consubstanciou-se em uma oportunidade de capacitação profissional para as mulheres pobres.

Sem dúvida, Pérola devia alimentar suas convicções com a literatura de médicos, como Fernandes Figueira e Moncorvo Filho, sobre alimentação infantil, aleitamento materno e artificial e sobre o papel da filantropia nas ações de proteção à infância. A influência dessas referências se faz sentir nos serviços da Cruzada. Na Cozinha Dietética, “se fazia a distribuição de leite, leiteiro, farináceos e outros alimentos às crianças desnutridas matriculadas no Serviço, conforme prescrição médica”. (MOTT et al, 2005, p. 70) Além de aprenderem o preparo correto dos alimentos, as mães recebiam o leite, que era fornecido “gratuitamente pela Companhia União e Usina Vigor, porém a maior contribuição, por anos seguidos, provinha da fazenda Itahyê, da



família Byington” (MOTT et al, 2005, p. 70). Assim, como Alice, Pérola também pôde contar com o apoio do esposo e do filho para suas atividades filantrópicas.

Nas experiências filantrópicas de homens e mulheres da elite brasileira, tarefas ligadas ao cuidar implicam responsabilidades e compromissos que adquirem diferentes configurações. Giselle Sanglard (2008, 2010) fornece novos elementos para pensar as instituições filantrópicas não apenas como espaços exclusivos de atuação feminina, mas como um *locus* de relação entre os sexos.

Estudos realizados no Brasil e em Portugal, apresentados na obra *Filantropos da Nação* (2015), demonstram que boa parte das filantropas estava comprometida com figuras masculinas de protagonismo social/político no campo filantrópico do século XX. Entre esses estudos, destaca-se o de Freire (2015). Ao trabalhar a trajetória filantrópica do médico brasileiro, Dr. Arthur Moncorvo Filho, a autora ressalta o papel desempenhado pelas filantropas no Ipai, na realização de festejos em datas comemorativas, campeonatos esportivos, confecção e distribuição de enxovais para recém-nascidos, além de engajamento em estratégias para angariar fundos, com realização de festas, chás beneficentes e listas de doação e loterias. Na mesma obra, Xavier (2015) destaca o papel que, segundo o médico português Fernando Baeta Bissaya Rosa, a mulher deveria ocupar na assistência médico-social e na educação higiênica da população portuguesa: o de assistir educando e educar tratando. Com o intuito de formar assistentes sociais e enfermeiras visitadoras que viriam a colaborar com seu programa assistencial, o referido médico promoveu, em 1937, a criação da Congregação Franciscana Missionárias de Maria, da Escola Normal Social em Coimbra.

Na experiência da Cruzada, a presença masculina se fez sentir na composição da Comissão Técnica, entre seus doze membros, encontram-se nomes como F. Figueira de Mello, Gerado de Paula Souza e Waldomiro de Oliveira, ao lado da Dr<sup>a</sup> Carlota Pereira Queiroz, única presença feminina na comissão. O corpo clínico foi outro espaço onde a presença masculina também se fez sentir de modo majoritário. Dos 28 médicos que prestavam atendimento à Cruzada, em 1934, havia apenas uma mulher, a Dr<sup>a</sup> Emma Azevedo de O Castro.

O desenvolvimento de atividades no campo da proteção social implicará estreitas associações de diferentes profissionais, homens e mulheres, espaço de exercício da política,

comum às relações de gênero, que também se redefinirão. Isso não significa que a idealização de “ser mãe”, tão reiterada nos discursos maternalistas de então, não embase claras referências à feminilização de diversas profissões emergentes do século XX.

Para o desenvolvimento do trabalho da Cruzada, Pérola pôde contar com o trabalho das educadoras sanitárias: Elizabeth Ellis de Oliveira, (sobrinha de Pérola), América Machado e Alba Paula, comissionadas pelo Serviço Sanitário.<sup>154</sup> Contudo não devemos esquecer que, como uma mulher da elite econômica, Pérola tinha relações muito próximas com empresários e profissionais, o que provavelmente facilitou a montagem do corpo médico que voluntariamente atendia a população.<sup>155</sup> Mesmo contando com o apoio do Serviço Sanitário e do corpo de médicos voluntários, Pérola promovera - tal qual Alice Tibiriçá - vários eventos para arrecadar dinheiro para suas ações<sup>156</sup>.

Ao completar um ano, a Cruzada já gozava de reconhecimento público. A abertura da Semana da Criança, ocorrida no Teatro Municipal da capital paulista, contou com uma carta escrita pelo próprio Presidente da República Getúlio Vargas. (MOTT et al, 2005) Paralelamente ao crescimento da Cruzada, crescia a popularidade e o protagonismo político de Pérola Byington no campo das ações materno-infantil.

---

<sup>154</sup> Relatório da Cruzada Pró-Infância de 12 de agosto a 31 de dezembro de 1931- Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>155</sup> Drs. Moraes Barros Filho e Ernesto Hubber, na Higiene Infantil; Drs Edgard Braga, Paula Dias Henrique Ricci, Ivan Vasconcellos, Marinho Azevedo, Vieira Marcondes, Almiro Godinho, em Higiene Pré-Natal; Drs. Figueira de Mello e Waldomiro de Oliveira, em clínica médica e Dr. Cardoso de Almeida no serviço de olhos e Dr. Passy no serviço de otorrino. Relatório da Cruzada de 12 de agosto a 31 de dezembro de 1931-Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>156</sup> Entre os quais, destacamos um Concerto promovido de Villa Lobos e um festival artístico no Teatro Municipal Relatório da Cruzada Pró-Infância de 12 de agosto a 31 de dezembro de 1931- Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

FIGURA 11 – Primeiro aniversário da Cruzada Pró-Infância – 1931.



FONTE: Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Essa fotografia pertence ao acervo Perola Byington, do MUSPER, e integra uma coleção de álbuns de fotografias da Cruzada Pró-Infância. A compreensão dessa imagem exige algumas considerações acerca do acervo iconográfico da instituição como fonte de pesquisa sobre a trajetória de Pérola Byington. Diante de uma personagem silenciosa, que se apresenta apenas pelo olhar de terceiros, a análise das imagens é, ao mesmo tempo, reveladora da história institucional da Cruzada e da construção de Pérola Byington como personagem/protagonista da montagem de uma vasta rede de proteção materno-infantil no Estado de São Paulo.

Mas por que e pra que a Cruzada produzia tantas fotos? De acordo com Silva (2001), durante o processo de institucionalização dos serviços de saúde pública de São Paulo, as fotografias foram produzidas copiosamente para servir à propaganda política ou à simples

divulgação da instituição. Parece-nos que se trata de um esforço necessário para apresentá-la à sociedade e ao poder público, com documentos “irrefutáveis”, já que a imagem é um material de fácil identificação, o resultado das ações realizadas pela instituição, bem como denunciar as condições de vida dos segmentos atendidos. Neste sentido, mais do que simples imagens da vida institucional, tais fotografias se prestam a dizer “algo do que pensavam seus produtores a respeito do que faziam ou daquilo que documentavam.” (VIEIRA, 2001, p. 214).

Vamos voltar à imagem. Um dos primeiros elementos a ser ressaltado é quanto à legenda com a qual a fotografia foi arquivada. Essa deixa claro o período e a motivação da foto: a comemoração do primeiro aniversário da Cruzada Pró-Infância. Embora o tempo tenha danificado a qualidade da imagem, ela retrata mulheres e crianças que se avolumam, olhando atentamente para o alto. Estariam ouvindo alguém? Ou apenas posando para a foto? A localização do fotógrafo acima das personagens as coloca em uma atitude de passividade. A composição da imagem cumpre o papel de apresentar o segmento social alvo das ações institucionais: são mulheres com crianças de colo ou ainda em idade escolar. Mas também ressalta o resultado de suas ações nesse primeiro ano, já que se trata de crianças aparentemente saudáveis e que, portanto, sob a proteção da Cruzada, encontravam-se fora do risco da mortalidade infantil. Nessa experiência, a montagem do sistema de proteção social se faz com continuidades e, também, com rupturas de práticas filantrópicas de longa duração. Elas também compõem um dado imaginário social sobre papéis feminino (pré) definidos na divisão sexual do trabalho, vinculando sempre as mulheres à prática dos cuidados.

## **2.7. Perola Byington e a Assistência materno-infantil**

Ainda não fazia duas décadas que Pérola havia vivido o susto da Primeira Guerra, quando, em sua terra natal, viu-se novamente envolvida com clima de medo e tensão de um conflito militar. Mas dessa vez não se tratava de uma luta contra o inimigo externo, mas de uma disputa entre filhos da mesma pátria. Inconformados com o resultado do processo político que levará Vargas ao poder, os paulistas se rebelaram. Eclode a Revolução Constitucionalista.

Diferentemente de Alice, que se posiciona politicamente a favor dos revolucionários e que

teve o filho e o esposo nos campos de batalha lutando contra o governo Vargas, Pérola silenciase. Talvez sua origem vinculada à elite empresarial a tenha aproximado do ideário de Vargas. Mas uma “Mulher Paulista” não foge da luta. (WEINSTEIN, 2004). À frente da Cruzada, Pérola:

Organizou dezoito Centros de Assistência Social e Propaganda Cívica, dezessete dos quais tiveram mulheres na direção, contando com a colaboração de 1.208 pessoas (...) Nos Centros prestavam trabalhos voluntários todos que pudessem ajudar, inclusive pessoal técnico (...) Aí eram executados inúmeros trabalhos: enviadas remessas para os soldados no *front*, prestada assistência material, sanitária e moral às famílias dos combatentes e dos civis mais pobres, elaborados trabalhos de costura. (MOTT et al, 2005, p. 58).

A instalação dos Centros de Assistência Social e Propaganda Cívica atendia a três critérios: bairros operários, localização de quartel e localização de fábricas. Tinham como objetivo a “formação da consciência sanitária e formação moral e cívica da responsabilidade materna”<sup>157</sup>. Além da vigilância sanitária, dividida em educação e assistência, e da assistência econômica e moral, também eram realizadas atividades de formação cívica, cuja finalidade era “combater as influências do comunismo, terrorismo etc.”<sup>158</sup>. Tais ações eram realizadas através de visitas domiciliares e da propaganda nas rádios.

Reconhecida por suas ações de proteção materno-infantil, Pérola é convidada pelo Dr. Raul Didier — Chefe do Departamento de Assistência aos Refugiados do Estado Maior do M.M.D.C — a cooperar na assistência aos refugiados das cidades do interior.<sup>159</sup>

Para maior eficiência do serviço, este Departamento delega à Cruzada Pró-Infância poderes para tratar da higiene das crianças e das gestantes, a seu critério, sob nosso controle, com relação às famílias alojadas nos nossos centros de concentração a fim de serem atendidos por essa benemerita instituição. (OFICIO n. 7 de 27 de setembro de 1932 do Estado maior do M.M.D.C a Pérola Byington — o documento foi assinado por Raul Didier (Departamento de

---

<sup>157</sup> Fluxograma dos Centros de Assistência Social e Propaganda Cívica. Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>158</sup> Fluxograma dos Centros de Assistência Social e Propaganda Cívica. Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>159</sup> A sigla MMDC é uma homenagem a Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo quatro jovens que morreram após o ataque à sede da Legião Revolucionária. Por meio do MMDC, o movimento paulista conspirou contra Getúlio Vargas. Na noite da sexta-feira, 8 de julho, com os ânimos exaltadíssimos, populares manifestaram-se pela revolução, com a adesão das tropas federais da 2ª Região Militar e da Força Pública.

À parte a importância política do movimento constitucionalista, tal evento teve consequência de ordem prática para as ações da Cruzada. Valendo-se da assistência prestada a “gestantes e crianças das famílias dos retirantes pobres”, Pérola pode facilmente defender a fundação da Casa Maternal<sup>160</sup>. A partir do ideário maternalista presente na convenção de Genebra, de que “A maternidade é uma função social, que deve ser honrada, protegida e retribuída pela nação”, Pérola aponta o dever social de assegurar a toda “mulher durante a função maternal, as condições de hygiene necessárias para o desenvolvimento normal da criança”<sup>161</sup> Neste sentido, a situação de abandono das mães, além de colocar a vida de crianças em risco, aumentando as estatísticas de mortalidade infantil, colocava em risco o futuro do país.

A preocupação com a situação das gestantes (casadas ou solteiras) que não tinham para onde ir já estava presente no estatuto da Cruzada. Afinal onde a gestante teria seu filho? Como cuidaria da criança nos primeiros dias? Com quem ficariam os filhos pequenos quando a mãe se afastasse do lar para dar à luz? Parece que questões como essas perpassavam o cotidiano da equipe de educadoras sanitárias e médicos no Dispensário da Cruzada. Com efeito, algum tempo antes, em 1931, duas senhoras, egressas da maternidade, já haviam sido abrigadas na sede da Cruzada. Uma permaneceu com a criança até pode voltar ao emprego. Outra viúva, sem recursos, foi tratada e ali permaneceu até pode voltar para Minas Gerais onde tinha mais dois filhos. Além delas, também estiveram “abrigadas” na sede da Cruzada cinco crianças, cuja mãe permanecia internada na maternidade, uma que havia sido abandonada pela mãe e outra que a mãe havia falecido.<sup>162</sup> Mas foi durante o levante constitucionalista que a Casa Maternal foi oficialmente inaugurada<sup>163</sup>.

---

<sup>160</sup> Ofício enviado em 28 de setembro de 1932 a Perola Byington pelo comando Maior do MMDC. Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>161</sup> Folder da Cruzada sem data. Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>162</sup> Relatório da Cruzada agosto a dezembro de 1931 - Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>163</sup> A Casa Maternal foi inaugurada em 15 de setembro de 1932 e funcionava na Rua Piratininga, 150. O prédio cedido e reformado por Yayá Ribeiro da Luz, contou com doações em dinheiro e de objetos. Uma das estratégias



Como projeto filantrópico a Casa Maternal era incomum. Por quase uma década, a instituição que, em 1939, recebeu o nome de Casa Maternal Mary Ellis McIntyre, em homenagem à mãe de Pérola, foi a única a funcionar no Estado de São Paulo<sup>164</sup>. As gestantes vinham encaminhadas pelo Juizado de Menores, pela Maternidade de São Paulo e pelo Asilo Bom Pastor, “entidade fundada por religiosas católicas, que atuava como uma espécie de recolhimento de mulheres que tinham procedido ‘fora das normas legais’, mas que não acolhia mães com bebês” (MOTT et al, 2005, p. 105). Muitas eram solteiras, ainda menores de idade, que haviam sido colocadas para fora de casa. Outras não tinham condições de voltar para a casa, havia também viúvas e mulheres em precárias condições de sobrevivência, até 1934, já haviam sido internadas na Casa Maternal 995 gestantes e 641 crianças<sup>165</sup>. De acordo com Mott et al (2005), os objetivos da Casa Maternal “iam além: combater a mortalidade infantil, diminuir o número de abortos, de prematuros debilitados, da natimortalidade, da mortalidade puerperal, além da assistência moral à mãe solteira e à abandonada”.

Na Casa Maternal, as mulheres “recebiam instrução moral e sanitária e faziam alguns trabalhos. Aquelas que tinham ‘boa conduta’ eram encaminhadas para algum emprego e a criança continuava sob a proteção da Cruzada até que a mãe pudesse se manter” (MOTT, 2005, p.103). O aleitamento materno, defendido por médicos como Moncorvo Filho e Fernandes Figueira, era visto, na Casa Maternal, como uma prescrição médica e um dever da mãe (SANGLARD, 2014; FREIRE, 2015). Diante das altas taxas de mortalidade infantil, justificadas pela alimentação inadequada, a amamentação exclusiva torna-se um dos principais elementos de médicos e higienistas, na luta para reduzir o “infanticídio”.

Mas e aqueles bebês que não podiam ser amamentados? Para acabar com a prática das amas de leite que, segundo os médicos, era um caminho para a proliferação de doenças, Pérola mais uma vez inova e propõe a criação do primeiro banco de leite do Brasil, nas dependências da Casa Maternal. Nesse local, o leite materno seria extraído mecanicamente cumprindo todas as

---

utilizadas foi dar a cada leito o nome do doador ou de uma pessoa que quisesse homenagear. O primeiro foi o nome de Maria Rennotte, que doou móveis cirúrgicos. (MOTT, 2005, p. 102-103).

<sup>164</sup> “Somente em 1939 foi criado, por um grupo de médicos e pelas Franciscanas Missionárias de Maria, o Amparo Maternal e, em 1944, a Casa Maternal Leonor Mendes de Barros, do governo do estado”. (MOTT et al, 2005, p. 105).

<sup>165</sup> Revista *Infância*- setembro de 1934 – Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

normas de higiene e atenderia crianças pobres e abastadas, cujas mães não pudessem amamentar; estas últimas pagavam pelo produto, que podia ser encaminhado para qualquer lugar do Brasil, de avião (MOTT et al, 2005). Mas o custo para implementar um serviço desse porte era alto. Pérola contou, então, com o apoio do esposo, que importou o maquinário necessário (MOTT et al, 2005). E, em 1940, o Banco de Leite da Casa Maternal, o primeiro do Brasil, entrava em funcionamento.<sup>166</sup>

Em discurso proferido durante a comemoração do Dia da Criança e publicado no Correio Paulistano, em 29 de março de 1940, Pérola ressalta a importância do Lactário recém-inaugurado:

Vae dar a São Paulo, mais uma arma poderosa em defesa da vida da criança — o leite materno (...) Pelas primeiras gotas adquiridas esperava uma mãe para levá-las ao filho, cuja a vida dependia do mesmo. Ao lado desta, dizia um pae médico que estaria vivo hoje, um filho que perdeu, se houvesse em São Paulo, isto naquele tempo. (ACERVO HEMEROTECA DIGITAL, [S./d.].)

No lactário, as amas e nutrizes recebiam um “pro labore”; segundo Pérola, essa era uma forma de aumentar o orçamento familiar e garantir que a mãe poderia ficar mais tempo com o bebê. Elas também realizavam exames periódicos. Mas para evitar que as mulheres retirassem de seu filho o leite necessário ao seu desenvolvimento, as crianças também eram examinadas. (MOTT et al, 2005) O Lactário compõe, juntamente à Cozinha Dietética, uma rede de serviços destinada a combater a desnutrição infantil. A proposta do serviço Gota de Leite de Moncorvo Filho ecoava nas ações da Cruzada (FREIRE, 2015).

Outra prova da atenção dada por Pérola às gestantes foi o aumento da estrutura de atendimento de pré-natal, com a descentralização do serviço do Dispensário Central para os Centros de Assistência Social e Propaganda Cívica. A maior dificuldade, no entanto, era fazer com que as mulheres entendessem a importância dos exames e das consultas. A solução foi vincular a garantia de acesso ao parto seguro apenas para as mulheres que realizavam o pré-natal (MOTT et al, 2005).

---

<sup>166</sup> De acordo com a obra Banco de leite humano: funcionamento, prevenção e controle de riscos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Anvisa, 2008. O primeiro Banco de Leite foi criado em 1943 no Instituto Fernandes Figueira – RJ.



Diante da ausência de vagas para a Maternidade de São Paulo, a Cruzada realiza um convênio com o Sindicato das Parteiras, no intuito de contratar mulheres diplomadas para a realização dos partos em domicílio. Somente os casos graves eram encaminhados para a Maternidade de São Paulo. Em 1959, esse serviço será transformado no Serviço Obstétrico Domiciliar (SOD) do Governo do Estado. O acompanhamento, no entanto, não se esgotava com o parto, nutrizes e bebês eram acompanhados por meio de Visitas Domiciliares de educadoras sanitárias, como demonstra a foto a seguir.

FIGURA 12 – Visita domiciliar realizada a uma puérpera.



FONTE: Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Essa foto pertence ao acervo da Cruzada Pró-Infância no MUSPER e registra a atividade de uma visitadora do Serviço de Obstetrícia em acompanhamento domiciliar a uma puérpera. A imagem aponta precisas indicações da situação de flagrante miséria da população materno-infantil atendida pela Cruzada. Na cena em questão, fica pronunciada a diferença social entre as duas personagens, através das roupas e da atitude. A visitadora encontra-se em pé e, realizando uma ação, porta vários papéis nas mãos e seu olhar é dirigido para o recém-nascido que se encontra no colo da segunda personagem; esta, por sua vez, encontra-se sentada, com o olhar direcionado para o fotografo enquanto esboça um sorriso. Ao fundo é possível perceber várias

casas de alvenaria e telhado, com boas condições de habitabilidade, sinalizando o contraste com a casa visitada. De acordo com Vasconcellos e Rodrigues (2006), tais fotografias serviam aos objetivos dos higienistas em dois aspectos complementares: “como instrumento de denúncia e como prova documental irrecusável para propor intervenções no espaço urbano junto ao poder público” (p. 478).

Com o fim do Movimento Constitucionalista, os Centros de Assistência Social e Propaganda Cívica do Brás-Moóca, Pinheiros, Brooklin e Penha permaneceram sob a responsabilidade da Cruzada, prestando os mesmos serviços que já eram oferecidos no Dispensário Central<sup>167</sup>. E foi aí nesses bairros que Pérola encontrou crianças “abandonadas” enquanto as mães trabalhavam, situação que expunha os “pequenos” à desnutrição, riscos de acidentes e morte. Mulher do lar, Pérola não vivenciou os desafios de conciliar a maternidade com o trabalho. Mas outros aspectos de sua vida talvez tenham contribuído para esse olhar mais condescendente com as mães-trabalhadoras. Sua infância e juventude, ao lado de uma mãe que sempre trabalhou como professora para sustentar a família, devem ter lhe dado uma maior sensibilidade para realidade de mulheres que precisam trabalhar para sustentar a prole. As dificuldades enfrentadas por essas mulheres, era menos surpreendente para ela do que para outras filantropas.

Para quem, ainda menina, vivenciou, no colégio Piracicabano, uma das primeiras experiências de Jardim de infância no Brasil, o ensino pré-escolar não só devia contribuir para a educação da criança, como ainda podia lhe garantir a assistência e a proteção necessárias.

Perola ressaltava que a criança pobre em idade pré-escolar não tinha atenção da família e era esquecida pelo poder público, cuja preocupação maior era o ensino

---

<sup>167</sup> Segundo o relatório de trabalhos realizados pela Cruzada entre 12 de agosto de 1930 e 31 de dezembro de 1939, os serviços oferecidos estavam assim organizados: **PRÉ-NATAL, OBSTETRÍCIA e GINECOLOGIA, HIGIENE INFANTIL, O EXAME MÉDICO GERAL E A HIGIENE PRÉ-ESCOLAR:** Dispensário, Centros Braz-Moóca, Pinheiro, Brooklin, Penha e Itaim; **COZINHA DIÉTETICA** não era oferecida nos Centros do Brooklin e do Itaim; **OTORRINOLARINGOLOGIA** só era oferecido no Dispensário; **SIFILIS E DERMATOLOGIA** só era oferecido no Dispensário e no Centro Braz-Moóca; **FISIOTERAPIA:** Dispensário, Centro Braz-Moóca e Pinheiro; **GABINETE DENTÁRIO:** Dispensário, Pinheiro e Brooklin. **O SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA** com demonstração prática, atendimentos individuais, palestras coletivas e Visitas domiciliares era oferecido em todas as unidades, assim como **O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA, ECONÔMICA, MATERIAL E SOCIAL** com sopas e refeições, remédios e gêneros diversos também era oferecido em todas as unidades - Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

primário, o resultado eram crianças que chegavam desnutridas à idade escolar, aquém do desenvolvimento próprio para sua idade, que acabavam formando uma ‘imensa legião de débeis físicos e mentais’, repetentes crônicos nos grupos escolares que tanto pesavam na balança orçamentária dos governos. Era, portanto necessário ocupar-se delas o mais cedo possível de forma integral, fornecendo uma educação baseada em métodos modernos, assistência médico sanitária, psicológica e acompanhamento familiar. (MOTT et al, 2005, p.83).

Além da compaixão, havia a tarefa da ação. Pérola inicia, então, a fundação de jardins de infância em todos os Centros de Assistência Social<sup>168</sup>. As crianças eram atendidas em regime integral e/ou parcial. Em Brás-Moóca, o jardim de infância “funcionava em regime de externato e semi-internato, de acordo com o horário das fábricas e dos estabelecimentos industriais”<sup>169</sup>. Em pouco tempo, os Jardins da Cruzada ganharam notoriedade e se tornaram modelos para instituições privadas e públicas, de outros Estados (MOTT, et al 2005). O Estado cedia professoras comissionadas, além de técnicos como a Psicóloga Betti Katzenstein, responsável por diversos trabalhos e pesquisas sobre educação infantil, e a Cruzada garantia assistência médica, odontológica, alimentação e uniforme para as crianças (MOTT et al, 2005).

Nas ações filantrópicas de Pérola, o poder público sempre foi um parceiro, seja por comissionamento de profissionais que atuam nesses espaços filantrópicos, seja pela funcionalidade que as ações da Cruzada assumem para o Estado. Mesmo diante da nova modalidade de articulação entre o Estado e a sociedade, que surge com o governo Vargas, conforme ressalta Codato (2008), a filantropia continua sendo bem aceita, desde que se configure como o espaço da mulher “virtuosa”, que dedica sua vida aos pobres e desvalidos sem receber nada em troca e cuja atuação complementa as ações do Estado.

Nesse sentido, e talvez numa ação estratégica de sobrevivência, ao invés de se confrontar com o governo — como o fez Alice Tibiriçá que, além de não aceitar a interferência do Estado em suas ações, ainda “ousou” transformar a filantropia em seu “ganha-pão” — Pérola preferiu articular suas ações aos interesses políticos do Governo Vargas. Assim, em 1935, no auge da crise entre Alice e o governo paulista, a Cruzada recebe o título de utilidade pública. Já vimos que Pérola se apresenta ao novo governo como uma aliada no campo das ações assistenciais,

---

<sup>168</sup> Brooklim (1933), Brás-Moóca (1934), Pinheiros (1935) e Itaim (1939). (MOTT, 2005, p. 85).

<sup>169</sup> Idem.

conquanto tivesse tomado parte do levante constitucionalista de 1932. No entanto, sua aliança com o governo Vargas talvez não se dê em concordância com o projeto de Estado da era Vargas, afinal sua origem e sua educação aproximavam dos ideais liberais, mas em torno de uma preocupação comum: a proteção à infância pobre. Há aqui uma relação entre o público e o privado, que torna as ações filantrópicas muito dependentes dos rumos tomados pelo Estado.

A proposta de criação de creches — que, naquele tempo “designava estabelecimento de educação e cuidados infantis que funcionam em regime de externato e internato” (MOTT, 2005, p. 95) — como importantes instrumentos no combate à mortalidade infantil, já vinha sendo defendida na sociedade brasileira, desde o início do século XX, por médicos como Fernandes Figueira. Para ele, as creches teriam uma função muito específica: cuidar e proteger a criança enquanto a mãe fosse trabalhar, permitindo o aleitamento materno e, portanto, diminuindo o índice de mortalidade infantil das crianças até um ano. (SANGLARD, 2014, p. 82). Mas foi com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que, na segunda metade da década de 1940, as creches ganham visibilidade no campo da política assistencial e tornam-se campo de atuação da Cruzada.

Primeira instituição direcionada a prestar serviços de assistência social à população não-previdenciária – então, muito vasta – em todo território nacional, a LBA, foi criada na capital federal, pela primeira dama D. Alzira Vargas, em agosto de 1942, para atender às famílias dos “pracinhas” que haviam ido lutar na II Guerra.<sup>170</sup> Em suas ações assistenciais, D. Darcy pôde contar desde o início com a colaboração de Pérola Byington.<sup>171</sup> Mas essa aliança também rendeu frutos a Pérola. Em março de 1952, seis meses antes do falecimento de Albert, o casal Byington foi homenageado em sua residência por D. Darcy Vargas. Na ocasião, o Sr. Décio de Moraes, tesoureiro da LBA, leu a portaria assinada pela própria presidente da LBA:

---

<sup>170</sup> Pelo decreto nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, o Governo da República reconheceu a LBA como uma instituição da sociedade civil, como órgão de cooperação com o Estado no tocante aos serviços de assistência social e de consulta no que se refere ao funcionamento de associações congêneres e estabeleceu contribuição especial de três cotas de 0,5 sobre o montante mensal dos pagamentos de salários, divididas entre empregados, empregadores e União. Com o fim da Guerra a cota dos empregados foi suprimida. Memória da Assistência: As Origens da LBA, 1977, p.36. Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação e História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas ( FGV) Fundo: Alzira Vargas do Amaral Peixoto (AVAP). Série: Vida pública (vpu) (LBA) 1977.03.29.

<sup>171</sup> Livro: Memória da Assistência: As Origens da LBA, 1977 (p36) Acervo CPDOC, Fundo: AVAP. vpu (LBA) 1977.03.29.

Considerando os relevantes serviços da Cruzada Pró-Infância, e tendo em vista que, sobre a atuação da presidente dessa tradicional instituição paulista, foi relatado em nome da Comissão Estadual de São Paulo da Legião Brasileira de Assistência pela sua presidente d. Maria Carmelita Leme de Oliveira Garcez, resolve conceder à Cruzada Pró-Infância um donativo especial de 1.000.000 cruzeiros como reconhecimento pela excepcional dedicação de sua ilustre presidente d. Pérola Ellis Byington. São Paulo, 04 de março de 1952”. (FUNDO CRUZADA PRÓ-INFÂNCIA. Recorte de jornal – Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan, [S./d.]).

Tal evento político foi fotografado e a imagem, que acompanha a matéria de jornal descrita acima, compõe o acervo da Cruzada Pró-Infância do MUSPER. Por tratar-se de imagem que circulou na imprensa da época, não podemos deixar de ressaltar seu caráter propagandístico quanto às ações da primeira-dama no âmbito do segundo governo Vargas. A imagem foi captada no momento em que a presidente da LBA paulista, D. Carmelita, e da LBA Nacional, D. Darcy Vargas, fazem a entrega do donativo a D. Pérola. Os sorrisos e os olhares sinalizam tratar-se de um momento promissor na relação entre o Estado e as ações filantrópicas de Pérola Byington.

FIGURA 13 – Entrega de donativo pela presidente da LBA (D. Alzira Vargas) a Presidente da Cruzada Pró-Infância (D. Pérola Byington).



FONTE: Recorte de jornal s/ nome - 1952 - Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.



Simili (2008, p. 156), citando Teresa de Lauretis (1994, p. 237), afirma que na imagem fotográfica é possível identificar, a partir do visível, a relação entre homens e mulheres que se instala no espaço do invisível. A fotografia em tela revela uma das características mais marcantes do discurso maternalista: o papel de destaque dado às mulheres nas ações de cuidados. Assim, a localização das três personagens, no centro da fotografia, aponta a centralidade que as mulheres ocupam no campo das ações filantrópicas de proteção à infância; são elas as protagonistas da cena, observadas atentamente por cinco figuras masculinas. A presença do governador, ao fundo, entre as duas primeiras-damas, bem como a presença de Albert Byington, ao lado de Pérola, revelam o apoio masculino a essas ações.

Na segunda metade da década de 1940, a preocupação em relação às crianças, consideradas fundamentais para o desenvolvimento nacional, (FREIRE, 2009), sempre presente nas ações filantrópicas de Pérola Byington, havia se tornado objeto de interesse e investimento das ações assistenciais do Estado. Com o fim do clima de vibração cívica, ocasionado pela II Guerra, a LBA, “deixou de ser assistência social aos convocados e se transformou na assistência à maternidade e à infância”.<sup>172</sup>. Aproveitando-se de tudo que as instituições filantrópicas pudessem oferecer – locais, prédios, creches, pessoal e material, em troca de apoio financeiro, material, humano e técnico – a Legião tornou-se, a rigor, a primeira instituição de assistência social em âmbito nacional<sup>173</sup>.

Nunca é demais enfatizar que a década de 1940 foi de grande movimentação na área social. O surgimento de algumas instituições - como SESI, SENAI, SESC e a própria LBA - são exemplares quanto à redefinição do papel do Estado brasileiro e do discurso oficial diante da miséria e da pobreza (FREITAS, 2012). No âmbito do populismo, a ação assistencialista da LBA mostrou-se uma estratégia capaz de granjear a simpatia das diversas classes sociais em relação às iniciativas governamentais voltadas para a questão social<sup>174</sup>. O trabalho das creches, direcionado

---

<sup>172</sup> Livro: Memória da Assistência. Acervo CPDOC AVAP. Vpu (LBA) 1977.03.29.

<sup>173</sup> “Em vários casos, instituições, sem possibilidade de manter sozinhas seu patrimônio, doaram-no à LBA. Em outros casos, absorveu patrimônio mediante indenização. Ocorreram também casos de transferência pura e simples de patrimônio de instituições que, além de serem totalmente aparelhadas pela Legião, contavam com pessoal treinado e mantido, por esta. ”. Memória da Assistência, p. 8. Acervo CPDOC AVAP. Vpu (LBA) 1977.03.29.

<sup>174</sup> O estudo desse período, chamado por muitos de Era Populista ou República populista, tem sido alvo de intensos debates acadêmicos. Ver Duarte e Fontes (2004), Frigotto e Franco (1993), Ferreira (2013) e Gomes (2005). Neste trabalho o termo populismo, não é utilizado como expressão de um Estado todo poderoso e manipulador,

para o atendimento dos filhos das trabalhadoras, tornara-se necessário para responder à crescente demanda da classe trabalhadora, que via no Estado seu principal interlocutor.

É neste cenário que, em 1946, em prédio cedido pela LBA, a Cruzada abre as portas de sua primeira Creche, na Rua Veridiana, no bairro de Higienópolis. Outras duas creches foram inauguradas nos anos seguintes (MOTT et al, 2005). Inicialmente, o objetivo era solucionar o problema das empregadas domésticas, que não tinham onde deixar seus filhos, e o das patroas, que não conseguiam uma mão de obra de qualidade (MOTT et al, 2005). Este “irritante problema doméstico” já havia sido denunciado no Rio de Janeiro, em 1919, por Fernandes Figueira: Dizia ele: “As donas de casa recusam criadas que não trabalhem sós, e elas não sabem o que fazer das crianças. Em extremo recurso, entregam-nas às malfazejas criadeiras” (FIGUEIRA, 1919, p. 157, apud SANGLARD, 2014, p. 82). Para o médico, as creches tinham “uma função muito específica: eram úteis e quase indispensáveis desde que fossem espaços de acolhida de crianças pequenas e permitissem que as mães trabalhadoras amamentassem seus filhos em horários determinados” (FIGUEIRA, 1919, p. 156 in SANGLARD, 2014, p. 81).

Para Pérola, assim como para Fernandes Figueira, a creche não era um depósito onde as mães deixavam seus filhos, mas um espaço de assistência e proteção, em que os pequenos receberiam cuidados médicos, alimentação, aprenderiam noções de higiene, disciplina etc. Neste sentido, as Creches tornam-se uma importante estratégia no combate à mortalidade infantil (MOTT et al, 2005, p. 95). Se os jardins de infância surgem atrelados à perspectiva da educação, as creches nascem vinculadas ao campo da assistência. Essa dicotomia marcará toda a trajetória da educação infantil no Brasil. Ao direcionar as ações da Cruzada para a criação de Jardins de Infância e creches para os filhos das mães trabalhadoras, Pérola teria como alvo apenas a proteção da infância? Ou estaria preocupada com os direitos das mulheres?

## **2.8. O feminismo entre atalhos**

---

composto por lideranças demagógicas capazes de cooptar as massas trabalhadoras de fora para dentro. Mas, na perspectiva de Duarte e Fontes (2004) enquanto um sistema político, complexo e sofisticado de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da reciprocidade e da negociação com os segmentos populares. Assim, longe de exprimir uma relação de subordinação e passividade, o populismo exprime um caminho aberto para o reconhecimento dos direitos.



Vinda de uma família em que as mulheres — a avó e a mãe — tiveram a coragem de romper com a clausura de casamentos infelizes, em uma época em que isso era pouco comum, Pérola talvez já tivesse pensado, ou até mesmo debatido, sobre a emancipação feminina. Nesse ambiente familiar, a convivência com a mãe, uma mulher empreendedora que sempre atuou no campo da educação e via a profissionalização das filhas como algo indispensável, e com a professora e amiga Maria Rennotte que, em busca de sua profissionalização, rompeu as barreiras de seu tempo e se tornou médica Obstetra no Brasil, devem ter lhe proporcionado um primeiro contato com as ideias feministas, ainda que sem esse nome.

Anos mais tarde, já casada e residindo na América do Norte, Pérola, certamente, ouviu ruídos sobre um movimento de mulheres que, desde a segunda metade do século XIX, agitava os Estados Unidos e a Europa, lutando por seus direitos políticos: as sufragistas. Mas, nessa época, os cuidados com os filhos e a casa deviam lhe tomar muito tempo e as questões daquele movimento talvez, ainda, não fizessem para ela nenhum sentido.

Ao retornar para o Brasil, Pérola encontra uma sociedade em franco processo de transformação. Movimentos como o Tenentismo, a criação do Partido Comunista e a Semana de Arte Moderna são reveladores do clima político e social dessa época. "E o movimento em busca de reconhecimento de direitos das mulheres inseria-se neste bojo", como afirma Soihet (2006, p.33). Como uma mulher de seu tempo, Pérola Byington também irá encontrar-se com o feminismo.

Em 1922, Bertha Lutz, uma brasileira que assim como Pérola havia retornado ao Brasil após uma longa estada na Europa, cria a Federação Brasileira para o Progresso Feminino<sup>175</sup>. A nova associação havia sido criada para atender à determinação da Associação Pan-Americana de Mulheres, na qual Bertha ocupava o cargo de vice-presidente, de fundar em cada país uma associação nacional subdividida em associações estaduais, para lutar pelo sufrágio feminino (SILVA, 2013, p 12). Apesar de não ter sido nem a primeira e nem a única expressão do feminismo no Brasil, foi com a FBPF que o movimento feminista ganhou maior expressão e reconhecimento no país, principalmente entre mulheres da elite, como Alice Tibiriçá e Pérola

---

<sup>175</sup> Sobre a trajetória de Bertha Lutz, ver Soihet, 2006.

Byington - que viram, na afinidade eletiva entre feminismo e filantropia, um caminho frutífero para ambos.

O primeiro encontro de Pérola com o sufragismo poderia ter ocorrido em 1923, quando sua mãe Mary Ellis McIntyre participa, ao lado de Maria Rennotte e de outras mulheres da elite paulista, da fundação, em São Paulo, da Aliança Paulista para o Sufrágio Feminino.<sup>176</sup> O objetivo da nova associação é “assegurar às mulheres brasileiras o direito de sufrágio, devendo manter-se independentemente de partido político e orientação sectária”<sup>177</sup>. Mas, nesse momento, Pérola não demonstra grande interesse pelo tema. Seu interesse está voltado mais para as ações filantrópicas, desenvolvidas pela Cruz Vermelha, do que para a garantia do direito ao voto. E apesar da ascendência que a mãe e Maria Rennotte exerciam sobre ela, Pérola não participa da fundação da referida associação.

Mas, ao longo das décadas de 1930 e 1940, à medida que diversifica suas frentes de atuação junto ao segmento materno na Cruzada Pró-Infância, Pérola vai se aproximando do feminismo, orientada pelo discurso maternalista. Segundo Freire (2009, p. 25), “a maternidade ocupou lugar central nas formulações teóricas e nas práticas reivindicatórias dos primeiros movimentos feministas ocidentais, (...) que reclamavam o reconhecimento público da maternidade como função social” (p. 25). Responsáveis pela saúde dos filhos, pelos cuidados com a família, pela redução da mortalidade infantil no espaço doméstico e no público, a maternidade transforma-se em profissão feminina e confere à mulher um novo status social.

Rachel Soihet chama a atenção para um ponto importante: a identificação da figura da "mulher" com a figura da "mãe", como uma das táticas utilizadas pelo feminismo de Bertha Lutz para ganhar a confiança dos setores mais conservadores<sup>178</sup>. Ao recorrerem ao valor civilizatório da maternidade, as feministas reafirmam valores considerados próprios ao exercício da “boa” maternidade. Cada vez mais reconhecida como um ser “dotado de certas qualidades, que poderia

---

<sup>176</sup> Na ata de aprovação do Estatuto da instituição, constam 31 assinaturas. Além das já citadas, foi possível identificar: Judith C. Campos; Leontina Garcia; Ana Maria de Moraes Buchard; Diva Holf Nazario; Celeste Sampaio Vianna; Bel Ribble; Rosa Marins; Maria Luisa Queiros; Aida Arruda Pereira; Carrie Chapunam Catt. Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>177</sup> Estatuto da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino – Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

<sup>178</sup> Como frisa Michel de Certeau, a tática é uma ação calculada, utilizada por aqueles que precisam jogar no terreno que lhe é imposto (1994, p.100)

regenerar a sociedade, através de campanhas pela ‘evangelização da paz e da caridade’ (...) sendo que imprescindível era a tarefa das feministas para a formação dessa nova mulher e, conseqüentemente, dessa nova sociedade” (VIEIRA, 2001, p.118).

Em seus atos e modos de traduzir ações no campo filantrópico, Pérola preocupa-se com a educação e a instrução feminina e personifica o pensamento maternalista científico.<sup>179</sup> Era preciso educar as mulheres para o exercício da função materna no espaço privado e no espaço público, principalmente para as ações de combate à mortalidade infantil, diziam médicos e filantropos. Já para as feministas, a educação - uma tradicional bandeira de luta - é o caminho para ampliar a independência econômica das mulheres. Qual das duas posições Pérola defendia, quando, em 1930, organiza uma campanha em prol da construção de um pensionato para as alunas dos cursos profissionalizantes do Instituto Santa Augusta, pertencente à Alice Tibiriçá? Pérola não nos deixou nenhuma resposta. Todavia sua participação no II Congresso Internacional Feminista, organizado pela FBPF, na capital federal, talvez nos ajude a ter uma ideia do espírito que move suas ações.

E foi aí que aconteceu o primeiro encontro de Pérola com o movimento feminista de que temos relato. Ao lado de Alice Tibiriçá, ela vai a Capital da República representando a Cruzada Pró-Infância no II Congresso Internacional Feminista. Paulistas e pertencentes a famílias da elite regional, essas duas filantropas já haviam se encontrado em eventos, saraus, festas e reuniões de muitos tipos. Filantropas, teceram entre si redes de solidariedade. Mas no movimento feminista elas traçam caminhos muito diferentes.

Nesse conclave, Pérola participa da Comissão de Proteção à Infância e à Maternidade, onde apresentou dois trabalhos escritos por Maria Antonieta de Castro: *Recreios Infantis* e *Pró-Infância*. Em um discurso muito próximo ao pronunciado por Alice Tibiriçá, em 1928, Pérola convoca as mulheres a exercerem sua maternidade social “e à mulher, mais uma vez compete tomar a dianteira nesse assunto, num programa bem coordenado, numa união de forças bem dirigidas para o combate à mortalidade infantil, cujo coeficiente pesa aos nossos foros de terra civilizada”.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> Sobre maternalismo científico ver Freire (2006, 2009).

<sup>180</sup> Trabalho apresentado ao II Congresso Feminista pela Cruzada pró-Infância, em junho de 1931. Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Pérola, assim como Maria Rennotte, acreditava que a mulher “não pode gozar, nem exigir seus direitos se não partilhar seus deveres” e, em uma clara alusão à ética protestante, ressalta que “todo ser humano tem obrigação de ser útil para o ‘bem da grande família humana” (RENNOTTE apud MOTT, 2005, p. 58). Homens e mulheres devem, portanto, assumir suas responsabilidades perante a sociedade. No entanto, suas atribuições não são iguais. Enquanto aos homens cabe a defesa da pátria nos campos de batalha, as mulheres devem educar bem seus futuros cidadãos e realizar “trabalhos para a coletividade, como por exemplo, a ação social voluntária”. A participação das mulheres em entidades assistenciais, como a Cruzada Pró-Infância e a Sociedade de Assistência aos Lázaros, torna-se uma condição *sine qua non* para a conquista da cidadania feminina.

Durante anos, Pérola defendeu a proposta de criação de um salário-maternidade para as mulheres chefes de família, que havia apresentado no II Congresso Feminista. Para ela,

A Concessão de um pecúlio viria refletir benéfica e profundamente nos lares onde se faz sentir a ausência de um chefe encarregado da manutenção da casa e, para o governo, redundaria em economia. Uma mãe sozinha com o filho é obrigada a relegá-lo ao segundo plano e procurar emprego. É claro, necessita vai procurar trabalho e sua missão fica desviada com prejuízo para os filhos muitas vezes internados em asilos do Estado. O maior prejuízo advém de que no futuro do homem se refletirá a ausência de cuidados maternos indispensáveis na primeira infância. Trata-se antes de tudo de um fator psicológico social. A criança deve ser criada no lar, onde adquire consciência de sua personalidade, e não num asilo, onde se sentirá diferente de outras crianças protegidas no seio da família. (JORNAL O DIÁRIO DA NOITE, 1935).

Essa preocupação com o bem-estar das mães é descrita por Gisela Bock (1991) como “maternalismo feminista ou feminismo maternal”. Muito mais que a abordagem política de Alice, o “feminismo” de Pérola fomenta a montagem de um sistema de proteção social à maternidade e de uma rede assistencial de creches e jardins de infância para mães trabalhadoras, capaz de garantir-lhes as condições para o ingresso no sistema educacional e de trabalho, através de creches e jardins de infância. É nesse campo que se dá a atuação feminista de Pérola. Diferentemente de Alice, que se nomeia feminista, Pérola em nenhum momento assume este papel, mas, por atalhos, ela chega a esse campo.

Tudo somado, Pérola agora via o movimento feminista com outros olhos. Em 1932, logo após o término da Revolução Constitucionalista, Pérola e um grupo de senhoras que haviam atuado na assistência aos feridos e suas famílias se reúnem no colégio Mackenzie, de origem protestante, para fundar a Associação Cívica Feminina (ACF).<sup>181</sup> Como a FBPF, a ACF também se alinha ao “feminismo tático” descrito por Rachel Soihet.<sup>182</sup> Ao aceitarem o lugar que a sociedade tradicionalmente outorga às mulheres, a maternidade para, em seguida, transformá-la em argumento na luta por direitos políticos e sociais, as feministas, conscientes de seu tempo, seguem a trilha mais adequada para a conquista da cidadania feminina. Mas, como afirma Joan Scott, nesse caminho, paradoxalmente buscam a igualdade a partir da diferença (SCOTT, 2002, p. 27).

Em carta enviada, em 30 de janeiro de 1933, à Carlota Pereira Queiroz, então diretora da ACF, Bertha Lutz ressalta a importância da colaboração entre a FBPF e a ACF e chega a “dizer que as ativistas dos dois estados seriam paulistas: ela – nascida em São Paulo – trabalharia no Rio, e Helena Gordo, seu contato em São Paulo, trabalharia junto à própria Carlota e a Olívia Guedes Penteado” (SCHPUN, 1999, p.348). O objetivo dessa aliança seria a realização de uma campanha de educação cívico-política da mulher<sup>183</sup>.

Com o fim do Movimento Constitucionalista e o direito ao voto feminino assegurado, era hora de eleger uma mulher para a Câmara dos Deputados. A escolha do nome da diretora da ACF, Carlota Pereira de Queiroz, não surpreende.<sup>184</sup> Médica e membro de uma tradicional família da elite paulistana, sua participação em instituições filantrópicas lhe renderam prestígio e

---

<sup>181</sup> O objetivo era promover a Assistência Social e a Educação de crianças, adolescentes e pessoas com necessidades especiais; fornecendo-lhes instrução geral, formação integral, promovendo a sua inclusão na sociedade, favorecendo o exercício da cidadania e a contribuição para melhor qualidade de vida, desta forma a ACF como instituição não faz a distinção quanto à raça, cor, nacionalidade, condição social, sexo, credo político e/ou religioso. Disponível em: <<http://www.acf1932.org.br/>>.

<sup>182</sup> De acordo com Rachel Soihet, (2006. p. 97) "A utilização deste recurso revela uma das táticas próprias a sujeitos submetidos a relações desiguais de poder, que percebem sua incapacidade, num dado momento, de questionarem as prerrogativas da vontade dominante. Pelo contrário, reverenciam as regras estabelecidas, embora busquem perseguir objetivos próprios".

<sup>183</sup> Em fevereiro de 1933, Bertha Lutz se reúne com lideranças feministas de São Paulo e recebe de Carlota Pereira uma bandeira do estado assinada por várias mulheres, entre elas: Perola Byington e Alice Tibiriçá (SCHPUN, 1999, p. 349).

<sup>184</sup> Sobre a trajetória política de Carlota Pereira de Queiroz, ver: Schpun, Mônica Raisa. "Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz." *cadernos pagú* 12 (2015), p.331-377.

a indicação para compor a “Chapa única por São Paulo unido”<sup>185</sup>. De acordo com Schpun (1999), o nome de Carlota foi indicado por várias instituições filantrópicas, entre as quais se destacam a Cruzada Pró-Infância e a Sociedade de Assistência aos Lázaros.

Mas essa não foi uma escolha tranquila. Segundo Mônica Schpun, o nome de Alice Tibiriçá seria o indicado por Assis Chateaubriand para compor a Chapa Única. Preocupadas com a possibilidade de se verem representadas por Alice Tibiriçá — que neste momento, aproximava-se da feminista e anarquista Maria Lacerda de Moura e vivia uma crise no casamento que culmina com sua separação — Pérola Byington e Bertha Lutz iniciam uma série de articulações políticas para que a candidatura de Alice não chegue a ser lançada (SCHPUN, 1999). O golpe fatal na pré-candidatura de Alice Tibiriçá foi dado por Pérola Byington e Olivia Penteadó, ao lançarem, três dias antes da divulgação dos nomes escolhidos pela Chapa Única, uma nota na imprensa apoiando o nome de Carlota Pereira, em que consta a assinatura da própria Alice Tibiriçá que, pouco tempo depois, muda-se para o Rio de Janeiro.

Eleita primeira Deputada Federal do País e única mulher a assinar a Constituição de 1934, Carlota Pereira “não se apresenta, e nunca o fará, como feminista. Vem daí o desapontamento crescente das feministas”, como Alice Tibiriçá (SCHPUN, 1999, p. 358). Apesar de suas atitudes, a eleição de Carlota representou uma vitória do movimento sufragista e, principalmente, da ACF. Mas também mostrou em que medida as perspectivas feministas podem divergir no âmbito dessas associações. Nesses espaços de sociabilidades, usando a terminologia de Sirinelli, estabelecem-se relações de amizade, mas também de rivalidades. Angela de Castro Gomes (1993), ao analisar a relação dos intelectuais cariocas com o modernismo, afirma: “não é exclusivo do meio intelectual o paradoxo de que na base da solidariedade/sociabilidade está o conflito e a competição”. Chegava ao fim a rede de solidariedade entre Pérola e Alice. No final da década de 1940, ambas terão seus nomes fichados nos arquivos do DEOPS/SP. Mas enquanto o prontuário de Alice trata

---

<sup>185</sup> A escolha dos 22 candidatos, foram escolhidos da seguinte maneira: uma comissão de cinco membros, dita Comissão dos Cinco, representa as cinco organizações que compõem a frente criada – a Associação Comercial, a Liga Eleitoral Católica (LEC), a Federação dos Voluntários (da Revolução de 1932) e, evidentemente, o PRP e o PD. Cada representante da comissão apresenta uma lista com dez nomes e, do conjunto de cinquenta candidatos propostos, são escolhidos os definitivos (SCHPUN, 1999, p.337).

de sua prisão como comunista, o de Pérola diz respeito à solicitação de autorização para viajar para os EUA<sup>186</sup>.

## **2.9. Uma cruzada pela saúde**

No final da década de 1940, o nome de Pérola Byington já era reconhecido e respeitado por seu protagonismo no campo filantrópico. Sob sua gestão, a Cruzada Pró-Infância havia se tornado uma referência nacional e internacional de proteção materno-infantil. Foi aí que a empreendedora Pérola inova mais uma vez e decide criar um Hospital materno-infantil na capital paulista.

O momento para essa mudança não podia ser melhor. A redemocratização no pós-guerra e o clima de “otimismo sanitário” - que se difundiu com os avanços na elaboração de vacinas e o desenvolvimento de antibióticos, como a penicilina - confirmavam a crença na medicina e na ciência como elementos capazes de combater a mortalidade infantil (HAMILTON & FONSECA, 2003, p. 793).

A questão da saúde havia sido incorporada ao arcabouço institucional brasileiro durante o primeiro governo Vargas, quando ganha espaço na agenda política brasileira. O primeiro resultado desse esforço de elaboração de uma política de saúde, naquele momento, foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) — responsável pelas ações de saúde pública, entendidas como ações coletivas — e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) que, através de diversos organismos, respondia pela assistência médica individual e curativa dos trabalhadores e de seus dependentes. (Fonseca, 2007) Se a atuação no campo da saúde sugere, em um primeiro momento, certa semelhança entre as ações de Pérola e Alice, um olhar mais atento revela relações assimétricas com o Estado, pois, enquanto as ações filantrópicas de Alice Tibiriçá junto aos lázaros se insere no campo da saúde pública, espaço que agora é de responsabilidade exclusiva do Estado, as ações de assistência médica odontológica, desenvolvidas por Pérola, atuam de forma complementar à assistência médica, atendendo, individualmente, segmentos, principalmente gestantes e crianças, que não se inserem no âmbito da proteção previdenciária.

---

<sup>186</sup>

Prontuário de Perola Ellis Byington n° 56159 . Acervo DEOPS/SP.



Assim, enquanto Alice Tibiriçá é hostilizada pelo governo como uma rival que tenta ocupar um espaço que agora lhe pertence, Pérola é aplaudida como uma aliada que atua complementando as ações do poder público.

Dessa forma, quando Pérola Byington decide criar um Hospital para atender mulheres e crianças, o governador eleito em 1947, Adhemar de Barros, provavelmente viu aí uma estratégia capaz de granjear a simpatia das diversas classes sociais em relação às iniciativas governamentais voltadas para o atendimento à saúde da população. O trabalho filantrópico de Pérola Byington, direcionado inicialmente para o atendimento ambulatorial, tornara-se necessário para responder à crescente demanda por saúde da população, que via no Estado seu principal interlocutor. O apoio governamental à iniciativa de D. Pérola veio pela doação do terreno localizado ao lado da sede da Cruzada, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.

Diferentemente da maioria das instituições filantrópicas que desenvolviam algum tipo de assistência à saúde, apenas para segmentos sociais específicos, nos serviços da Cruzada, tanto no dispensário quanto nos ambulatórios dos Centros de Assistência Social, o atendimento à saúde sempre foi um valor universal, garantido a todos que procurassem pelos serviços. Mulheres e crianças podiam contar com os serviços de pré-natal, exame médico geral, odontologia, otorrinolaringologista, higiene infantil, higiene escolar e fisioterapia, como já dito. Cada criança tinha uma caderneta (seria um precursor da nossa caderneta de vacinação?). Para os homens eram oferecidos, no turno da noite, os atendimentos relativos a sífilis e moléstia venéreas<sup>187</sup>. Em 1936, entrou em funcionamento o laboratório da Cruzada e, a partir de 1944, foi inaugurado o serviço de imunização (antivariólica, BCG, antidiftérica).

Desde a fundação, a cruzada preocupou-se em prestar serviços básicos de assistência médica odontológica gratuita: No início, com trabalho voluntário de médicos que se dispunham a atender as pessoas encaminhadas pela entidade, seja na casa dos doentes, em consultórios ou até mesmo na residência de Pérola. (MOTT et al, 2005, p. 111).

---

<sup>187</sup> Entre 1930 e 1939, foram 20.595 atendimentos de Sífilis e Moléstia Venérea - Relatório dos trabalhos realizados de 12-08-1930 a 31-12-1939 - Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

A dedicação de Pérola às ações de saúde materno-infantis contrasta com a situação de ausência de vagas para crianças e gestantes nos hospitais de São Paulo e com a estreita noção de saúde do Estado brasileiro. Essas questões já haviam mobilizado Maria Rennotte a criar, em 1918, o “Hospital de Crianças” da Cruz Vermelha de São Paulo – em Indianópolis, e uma enfermaria cirúrgica e outra para atendimento de mulheres pobres não parturientes na Maternidade de São Paulo, em que atuou como diretora.<sup>188</sup>. Além dessas duas instituições, havia na cidade de São Paulo,

Até onde se sabe, nas três primeiras décadas do século XX: a Policlínica de São Paulo, mantida pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, que fazia atendimento clínico pediátrico; a Clínica Pediátrica Amélia de Camillis, junto ao Hospital Humberto Primo (também conhecido como Hospital Matarazzo); a Clínica Pediátrica do Hospital Municipal, para os filhos dos funcionários municipais; dois pavilhões da Santa Casa de Misericórdia (Fernandinho Simonsem e Condessa Penteadó); A Clínica Infantil do Ipiranga. (MOTT et al, 2005, p.115).

Muitas vezes, diante de situações em que uma gestante precisava de internação, D. Pérola precisava perambular horas até conseguir uma vaga, ou nas situações em que uma criança precisava ser internada e os únicos hospitais disponíveis eram longe e não tinham vaga. Em 1938, em viagem feita aos EUA, Pérola trava contato com o artigo “Chicago conserva a vida de suas crianças” do Dr. Paul de Kruif. Nessa obra, o bacteriologista, professor da Universidade de Michigan e pesquisador da fundação Rockefeller que, entre os anos 1930 e 1940, “flertou com o comunismo”, descreve a luta do médico Hermam N. Bundesen no combate à mortalidade infantil em Chicago. Encantada com os resultados obtidos em Chicago, Pérola decide traduzir a obra, que foi distribuída pela Cruzada.

Inicialmente as ações de combate à mortalidade infantil, desenvolvidas pelo Dr. Bundesen, não se diferenciavam muito das ações realizadas por Pérola, ambas estavam centradas no incentivo ao aleitamento materno e na educação das mães. Mas foi no combate à mortalidade de recém-nascidos que o método de Bundesen trazia novidades. Inconformado com o número de mortes de bebês em seu primeiro dia de vida, ele “encarregou um médico especialista (coisa

---

<sup>188</sup> Sobre a trajetória de Maria Rennotte, ver Mott, 1999 e 2005.

inédita) de investigar profundamente cada causa, por menor ou insignificante que fosse, que pudesse ter sido a causa de todas as mortes de recém-nascido em Chicago” (KRUIF, 1938, p. 3). Os resultados apontavam para a necessidade de garantir que o maior número possível de crianças estivesse nas mãos de profissionais aptos, ao nascer e após o seu nascimento, e que, no caso dos prematuros, tivessem à sua disposição hospitais aparelhados para recebê-los. Afinal,

Nos hospitais, onde o método moderno de ressurreição era empregado, onde esses pequeninos seres incompletos eram colocados em incubadoras e em camas aquecidas, sendo-lhes ministrado leite materno e onde eram conservados quentes e gozavam de tratamento de enfermeiras especializadas, aí a cifra da mortalidade diminuía, mesmo entre os prematuros. (KRUIFP, 1938, p. 5).

De volta ao Brasil e ainda mais convicta da importância do atendimento hospitalar para o combate à mortalidade infantil, Pérola cria em 1942 um ambulatório com vinte leitos para crianças, no espaço na casa maternal. Se a criação do Ambulatório sugere uma ação pragmática, de quem prefere fazer a ter que esperar, Pérola nunca esqueceu que o combate à mortalidade infantil e o acesso à saúde passavam pela esfera do poder público. Durante vários anos, essa “senhora idosa vestida como uma dona de casa”, descrita por Menotti Del Picchia na crônica intitulada “Saudades de uma Pérola”, transitava pelos corredores da Câmara dos Deputados, em busca de verbas para suas obras sociais (DEL PICCHIA, 1964 apud MOTT, 2003, p. 21). Pérola também lutou junto ao poder público para que fosse estabelecida uma ficha de mortalidade, nos moldes da criada pelo Dr. Bundesen (seria este um precursor do que hoje denominamos Sistema de monitoramento e avaliação do pré-natal, parto, puerpério e criança do Ministério da Saúde?). A visibilidade alcançada com suas ações filantrópicas e o lugar de mulher da elite certamente constituem uma fonte de prestígio e poder junto à sociedade e ao poder público. No passado, isso lhe rendeu várias doações em valores, objetos e até de imóveis, para realizar suas atividades.

Em 1935, Carlota Paiva, antiga moradora do bairro da Penha, cedeu um prédio com móveis para a instalação de um novo Centro de Assistência, com a ideia de, com o tempo, fundar uma creche para filhos de operárias. A Companhia de papéis e artes gráficas (Copag) não só cedeu o prédio para a instalação do Centro Brás-Moóca (1950), como transferiu o mobiliário do seu berçário e patrocinou a criação de um gabinete odontológico. (MOTT et al, 2005, p.129).

Uma das principais características das ações filantrópicas de Pérola Byington e Alice Tibiriçá foi a realização de campanhas para obter donativos da sociedade. Dizia ela: “O problema de cada um precisa ser encarado como o problema de todos. O problema da comunidade é também o problema de cada um”. E os resultados chegavam. Um dos momentos destacados no acervo fotográfico foi a imagem da entrega de um carro pelas mãos da esposa do representante da Ford no Brasil.

FIGURA 14 – Entrega de um carro pela esposa do representante da Ford a presidente da Cruzada Pró- infância D. Pérola Byington.



FONTE: Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Trata-se de uma fotografia posada, em que é nítida a intenção do fotógrafo em fazer o registro do momento em que a entrega é feita a D. Pérola. Isso é perceptível pela pose de segurarem, juntas, uma flâmula, onde se lê: “agora é brasileiro”, em uma clara menção à nacionalização do carro de origem norte-americana, que acabava de ser recebido. A doadora, vestida elegantemente para os padrões da época, sorri enquanto olha para o fotógrafo. Já D. Pérola olha para o carro e parece pensar na utilidade que o mesmo teria para as atividades da

Cruzada. O cenário é o carro, um utilitário, no estilo caminhonete, de duas cores e com o adesivo da Cruzada colocado na porta, sinalizando sua propriedade.

Mas tais doações não atendiam a demandas por serviços hospitalares, cada vez mais escassos diante do aumento da população que migrava para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Se, à frente da Cruzada, Pérola provavelmente vivenciou situações particularmente ruins, como a morte de crianças e mães por falta de atendimento hospitalar, também viveu boas, como a de famílias cujas vidas foram transformadas graças ao atendimento da Cruzada. Estas mereceram um álbum, que se encontra no acervo da Cruzada no MUSPER. Cumpre ressaltar que entre as mais de dez fotos, só duas são de famílias negras. Uma dessas famílias é a da foto abaixo:

FIGURA 15 – Família atendida pela Cruzada.



FONTE: Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

A composição de álbuns fotográficos por instituições de saúde, segundo Silva (2001), atende à demanda de divulgação da instituição. Diante disso, a fotografia em tela cumpre a função de apresentar o resultado alcançado em longo prazo pelas ações filantrópicas da Cruzada. No álbum, a identificação de todas as famílias se faz pelo nome da matriarca, prática pouco comum em uma sociedade patriarcal, mas totalmente justificável numa instituição que tem como foco o atendimento materno-infantil. A família em questão é a de D. Maria Amélia Maciel. Viúva e com 56 anos, ela se matriculou na Cruzada em 1930, para atendimento de pré-natal. Dos cinco filhos presentes, chama atenção o fato de a menina mais velha se chamar Pérola. Seria uma homenagem à presidente da Cruzada? É possível que sim. Afinal no Brasil essa é uma prática bastante comum, desde o período do Brasil-colônia, como forma de expressar gratidão, mas também de alcançar proteção social.

Se, até a década de 1950, a Cruzada de Pérola contra a mortalidade infantil, assentada no ideário maternalista, tinha como alvo as práticas educativas junto às mulheres, únicas responsáveis pela vida e morte de seus filhos, vinte anos depois, Pérola inicia uma nova “Cruzada”, dessa vez pela criação de um hospital moderno e com acesso universal. Mas, nessa “cruzada”, Pérola também teve algumas perdas. Diante dos gastos com a construção do novo hospital, creches e jardins de infância tiveram que fechar as portas; algumas propriedades da Cruzada também foram vendidas.

Dois anos depois de fundada a primeira estaca para a construção do Hospital, era criado, em 1953, o Ministério da Saúde. A Saúde estava, enfim, separada da Educação (HAMILTON & FONSECA, 2003). Contudo, o novo Ministério mantém a dualidade entre saúde pública e assistência médica. Responsável apenas pela Saúde Pública, o Estado deixa a assistência médica individual e curativa aos cuidados da Previdência, da iniciativa privada e da filantropia (LIMA & PINTO, 2003). É nesse espaço que Pérola consolida o seu protagonismo filantrópico.

Durante a construção do Hospital, Pérola viveu inúmeras dificuldades para cobrir as dívidas e os compromissos. As doações e a venda de alguns bens da cruzada não foram suficientes. Então, as Campanhas tornaram-se cada vez mais uma necessidade. Pérola pôde contar com apoio de inúmeros artistas nacionais e internacionais, políticos, profissionais liberais e senhoras da elite paulistana, que se empenharam em promover festas e chás beneficentes, cuja



arrecadação era destinada à construção do novo Hospital. Mesmo assim, o dinheiro ainda não era o suficiente para arcar com os compromissos da construção. Pérola temia ter que parar a obra e vender o hospital, como chegou a ser sugerido:

O prédio foi orçado em pouco mais de trinta milhões de cruzeiros. Devido à inflação e desvalorização da moeda, o custo foi subindo e o dinheiro faltando. Surgiu então a possibilidade da venda do terreno e da construção, no estado em que estava. As dívidas seriam pagas e a Cruzada teria dinheiro em caixa – mas não teria o hospital! Quando todos tinham desanimado e a Diretoria foi praticamente unânime a favor da venda – só uma pessoa foi contra – dona Pérola.<sup>189</sup> (MOTT et al, 2005, p.117).

Pérola, então, decide pegar empréstimos bancários para finalizar a obra. Talvez o esposo, excelente administrador, tenha lhe feito falta nesse momento. Mas Pérola podia contar com o apoio do filho Alberto — fundador da “Sono filmes” empresa que, em 1931, produziu o primeiro filme falado em Português — na construção da “marca” social da Cruzada, tornando seus eventos verdadeiros espaços de visibilidade para pessoas e empresas. “Não era apenas a Cruzada que buscava parcerias. Patrocinadores e artistas ofereciam a renda de seus espetáculos para ter o nome associado ao da Cruzada” (MOTT et al, 2005, p. 129).

Juntamente à construção do hospital, crescia a popularidade de Pérola, que passou a receber diversos prêmios. Em 1952, recebeu - das mãos do Presidente da República Getúlio Vargas - a Comenda da Ordem Nacional do Mérito no grau de Comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul. Em 1956, eleita Mãe Símbolo em concurso organizado pelo jornal Shopping News. No ano seguinte, por indicação popular, recebeu o título de Mãe do Ano, pelos Diários Associados (MOTT et al, 2005).

A inauguração do Hospital da Cruzada Pró-Infância, no ano em que Pérola completava oitenta anos, é um marco importante da atuação de *Institution builder* dessa filantropa.<sup>190</sup> Nesse mesmo ano, Pérola foi homenageada pelos Clubes: Rotary, Lions e Womans, além do título de Cidadã Paulistana concedido pela Câmara Municipal de São Paulo (MOTT et al, 2005). Tantas

---

<sup>189</sup> Palavras de Alberto Byington jr, por ocasião da visita dos alunos da Escola Superior de Guerra ao Hospital da Cruzada em 1961.

<sup>190</sup> O termo *Institution builder* foi utilizado por Lina Faria (2005) para se referir ao médico Geraldo Horácio de Paula Souza, criador do Instituto de Higiene de São Paulo.



homenagens sinalizam o papel de relevância da filantropia na garantia aos segmentos não cobertos pelo regime previdenciário do direito à saúde médica e curativa.

Em 1958, um ano antes de ser inaugurado parcialmente, a Cruzada, por meio de convênio com o Departamento Estadual da Criança, passou a atender crianças desidratadas, “o período de internação variava de 24 horas a vinte dias, e a assistência incluía informações para as mães sobre alimentação e tratamento de crianças” (MOTT et al, 2005, p 121). Dois anos depois, o hospital já contava com cerca de 400 leitos gratuitos — duzentos para tratamento infantil e duzentos para gestantes — mais 45 leitos pagos, para ajudar na manutenção: trinta para gestantes e quinze para crianças

Considerado um hospital de “primeira linha”, o conjunto hospitalar abrigava: Uma maternidade, um hospital infantil, um banco de sangue, um centro cirúrgico e um ambulatório médico, com serviços de Higiene: Pré-Natal, infantil e escolar. Clínica Geral, Sífilis, Dermatologia, Otorrinolaringologia e cirurgia plástica, serviços técnicos auxiliares, como o Arquivo Médico e Estatístico (SAME), Raio-X, Fisioterapia, Dietética, Imunização, Farmácia, Laboratório, entre outros. (MOTT et al, 2005, p.118).

Em seu idealismo, talvez, a pragmática Pérola não tenha pensado no quão difícil e custoso seria manter um hospital desse porte. Apesar de contar com apoio de um corpo técnico que a acompanhava desde os tempos dos ambulatórios no Centro de Assistência Social, o custo com pessoal era alto e Pérola decide, então, contratar os serviços das Irmãs da Congregação das filhas de Santa Tereza de Jesus, as quais atuavam nos serviços de enfermagem, cozinha, lavanderia e farmácia. Em troca, elas podiam desenvolver o apostolado religioso, respeitando todos os outros credos (MOTT et al, 2005). No Hospital, Pérola vivencia um período de transição entre uma ação exclusivamente assentada no voluntariado, como foi a montagem da rede de assistência aos lázaros, organizada por Alice Tibiriçá, e a profissionalização, como elemento estruturante da institucionalização dos serviços filantrópicos. Assim, todo o corpo de voluntariado que atuava no Hospital passava por cursos organizados pela própria Cruzada.

Em pouco tempo, o Hospital da Cruzada tornou-se uma referência no atendimento materno-infantil. A unidade costumava receber representantes de outras instituições. Certa ocasião, ao receber um grupo de diretores de outras instituições, Pérola ressaltou:

A cruzada não quer um hospital frio, onde se tenha muita ciência e pouca paciência; onde se dê muito recurso físico e pouco afeto; onde se dê à criança uma assistência hospitalar perfeita e um desinteresse total à sua vida futura. Ela quer que este hospital majestoso guarde carinhosamente as crianças; que ele seja cheio de vida, para lutar pela vida; cheio de amor, para que todos que dele se aproximem sintam a grandeza de sua missão e se contaminem desse ideal. (MOTT et al, 2005, p. 121).

Tentando sanar as dificuldades financeiras, que se acumulavam desde a construção do Hospital, em 1963, Pérola realiza junto a TV Excelsior a campanha intitulada *O gesto que salva*. Com uma programação de vinte e sete horas ininterruptas de shows e entrevistas com artistas, esportistas e pessoas com destaque na sociedade, a campanha foi um sucesso e a quantia arrecada superou as expectativas mais otimistas (MOTT et al, 2005).

Durante todo esse tempo de atuação à frente da Cruzada, a família Byington cresceu. No Brasil, o casal Alberto e Maria Elisa teve seis filhos; Maria Elisa, Alberto Jackson, Carlos Amadeu, Brasília (Lila), Maria Lúcia (Milu) e Marcos Patrick. Nos EUA, para onde a filha Elizabeth havia se mudado com o esposo, em 1935, Pérola tinha três netos: Richard, Elizabeth Anne e Mary Katherine. Mas, devido a um rompimento entre Pérola e sua filha, havia mais de uma década que as duas não se falavam (MOTT et al, 2005). Agora com o hospital inaugurado e com a sensação de “dever cumprido”, Pérola decide viajar para os EUA.

A Pérola do rio Mississipi retornava à sua nascente. Foram dias de reencontro com a filha e os netos, de lembrar e rever amigos do tempo em que residiu no país. Mais um grave acidente na porta giratória do Hotel em que estava hospedada em Nova York lhe quebrou o fêmur e a levou ao hospital. Poucos dias depois do acidente, em seis de novembro de 1963, ela falecia. Sua morte causou uma comoção nacional.

Após seu falecimento, o Hospital da Cruzada recebeu o nome de Hospital Pérola Byington, unidade que hoje é administrada pelo Governo do Estado. Não poderia homenagear outra pessoa, senão aquela que foi sua idealizadora e uma de suas mais ativas empreendedoras, que tinha como lema: “Dar sempre dar. Até quando havemos de dar? Dar enquanto tivermos o que dar. Dar enquanto houver a quem dar. Dar enquanto Ele nos tiver o que dar e dar contentes de ter o que dar” (REVISTA EXTRA, edição, [S./d.]).



VIOLETA CAMPOFIORITO SALDANHA DA GAMA

## CAPÍTULO III

### ‘UM CAMINHO DE VIOLETAS’

“O valor do pioneirismo cedo ou tarde é reconhecido e exaltado. Há flores que sobressaem pela sua beleza. As Violetas encantam pelo seu perfume. O Serviço Social é como o perfume das violetas – faz-se sentir sem se fazer notar.”<sup>191</sup>

Em 1966, dois anos após o golpe militar que cerceou as liberdades democráticas no Brasil, a professora e assistente social Violeta Campofiorito Saldanha da Gama deixava a direção da Escola de Serviço Social de Niterói (ESSN), instituição que, ao lado de D. Alzira Vargas, ajudou a fundar e que dirigiu por mais de quinze anos. Conhecida por seu espírito libertário, característica confirmada no depoimento da professora Suely Gomes Costa, aluna da escola no período em que Violeta a dirigiu: “Pelo menos nessa escola, eu não tive cerceamento de liberdade, quando nela estudei.”. Sua saída ocorre logo após a invasão e o fechamento do Diretório Acadêmico Maria Khriel (DAMK) pelo Departamento de ordem política e social (DOPS), dando início aos “anos de chumbo” na ESSN.

Assim como Alice Tibiriçá e Pérola Byington, Violeta Campofiorito inaugura novas frentes de atuação feminina no campo da proteção social. Ela encarna os traços daquela profissionalização: a participação em ações filantrópicas, a formação do magistério, a relação com o Estado e os desafios de conciliar a carreira profissional com a vida doméstica. Estes aspectos, presentes na vida de Violeta, marcam o caminho trilhado por muitas mulheres que, ao entrarem no mundo público pelas portas da filantropia, profissionalizam-se. Suas ações se apoiam no sentimento “de cuidar”, compartilhado e reconhecido em diferentes tempos. Essa mesma matéria política irá identificar e imprimir à sua trajetória significados comuns e singulares.

A atuação filantrópica de Violeta — na Escola Henrique Lage e na LBA — levou-a ao encontro com a dor do outro, à consciência de si mesma e dos direitos sociais. No entanto, a

---

<sup>191</sup> Pergaminho assinado por professores servidores e alunos em homenagem recebida ao deixar a direção da Escola de Serviço Social.

proposta de traçar a trajetória de Violeta não foi tarefa fácil. Diferentemente de Alice Tibiriçá e Pérola Byington, cujas trajetórias foram biografadas, é a própria Violeta que nos narra sua trajetória, em entrevistas fornecidas ao Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e à Escola de Serviço Social de Niterói. Seguindo as pistas deixadas por Violeta, trabalhei com vestígios encontrados em documentos e imagens fotográficas organizadas institucionalmente. Deste trabalho, emerge uma mulher discreta, versátil e libertária, que enfrentou mudanças graças à sua ardorosa luta por direitos sociais.

### 3.1. Um Ser da arte

Violeta Campofiorito nasceu na cidade de Belém do Pará em 03 de outubro de 1909, vindo a falecer com 102 anos, em 2012. Violeta é filha caçula do italiano Pedro Campofiorito e da espanhola Delfina Paniágua, imigrantes que, no final do século XIX, somam-se a um extraordinário contingente de europeus que veio fazer a América em terras brasileiras. Mas, diferentemente da maioria deles, camponeses, Pedro, um jovem italiano socialista, era professor da Escola de Belas Artes de Roma. Ao chegar ao Brasil, aos 24 anos, aceita o convite do pintor Zeferino da Costa e passa a integrar e dirigir a Escola de Belas Artes e Música, criada pelo governo do Pará, ao lado do compositor Carlos Gomes<sup>192</sup>.<sup>193</sup>

Na chegada à sociedade amazonense e paraense, se vê diante de novidades da Belle Époque, da riqueza da borracha (ou seringa) e da euforia social que vivem as elites do Amazonas e do Pará, em uma aproximação social e cultural com a Europa.<sup>194</sup> Nesse cenário de modernidade, alguns espaços dedicados à arte serão plenamente desfrutados pelas famílias de melhor posição social e afinadas com o gosto da Europa (DAOU, 2000, p. 50). Hobsbawm (2013) assinala que a aproximação das elites com as artes expressaria, então, um símbolo de seu refinamento e uma forma de sua distinção cultural.

---

<sup>192</sup> João Zeferino da Costa (1840-1915) é considerado um mestre na composição e no desenho. O encontro de João Zeferino e Carlos Gomes com Pedro Campofiorito, na Itália, favorecerá a trajetória do pintor italiano na sua chegada ao Brasil. Disponível em: <<https://www.escritoriodearte.com/artista/joao-zeferino-da-costa>> e <[http://www.e-biografias.net/carlos\\_gomes/](http://www.e-biografias.net/carlos_gomes/)>. Acesso em 09 nov. 2015.

<sup>193</sup> Sobre a trajetória de Pedro Campofiorito, ver Côrte, (2012).

<sup>194</sup> Segundo DAOU (2000), entre 1880 e 1910, as sociedades amazonense e paraense vivenciaram um período correlato àquele que se convencionou chamar de belle époque.

Pedro Campofiorito integrou-se rapidamente à vida artística de Belém, onde permaneceu por mais de uma década, atuando como retratista e pintor, aí adquirindo notoriedade.

Foi como decorador de festas religiosas, como a do Círio de Nazaré, que Pedro conheceu “seu grande amor” - Delfina Paniágua. Anarquista espanhola de Castilla La Vieja, ela havia desembarcado, na mesma época, com sua família no Pará.<sup>195</sup> O casamento ocorreu em 1901. Ao falar sobre seu avô materno, a gravadora Leda Watson, filha de Violeta, lembra que, depois da morte de sua avó Delfina, Pedro Campofiorito tornou-se triste, introspectivo e inconformado, embora continuasse trabalhando bastante (WATSON, 2008). Nas ideias revolucionárias trazidas por seus pais do Velho Mundo, é possível encontrar as raízes do espírito libertário que marcará a trajetória de Violeta Campofiorito. Em Belém, Pedro Campofiorito tornara-se um artista reconhecido. Mas, com o fim da Belle Époque Amazônica, ele se muda com a esposa e os quatro filhos – Quirino, Orlando, Stela e Violeta - para Rio de Janeiro, então capital Federal<sup>196</sup>. Segundo Daou (2000), quando já não era mais tempo de viver na ‘Manaus Moderna’, a mudança para o Rio de Janeiro teria sido um dos recursos legítimos de manutenção do prestígio e da consagração de um estilo de vida.

Na capital federal, Pedro Campofiorito irá atuar ao lado do francês Emile Dupuy Tessain, arquiteto oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas obras do Centro Cívico de Niterói<sup>197</sup>. Alistado às lutas da I Guerra Mundial, Tessain vai para a França e Campofiorito assume o projeto. A família transfere-se, então, de São Cristóvão para Niterói, cidade que Violeta adotou para viver e onde consolidou sua trajetória profissional. O local que, mais tarde, recebeu o nome do novo regime político vai abrigar importantes instituições republicanas: a Assembleia Legislativa, o Palácio da Justiça, a Chefia da Polícia e a Escola Normal, na qual a caçula dos Campofiorito, no final da década de 1920, forma-se professora primária.

A biografia de Violeta - paraense de nascimento, mas fluminense de coração - será

---

<sup>195</sup> Segundo Lily Litvak (1985), para os anarquistas espanhóis do século XIX, a arte teria uma função ético-social, que exige o reconhecimento dos despossuídos, bem como suas lutas sociais e seus ideais.

<sup>196</sup> Para Daou (2000, p. 64), “os anos de 1910 teriam marcado internacionalmente o final da Belle Époque e expressaram a dissolução da organização econômica do século XIX – do que certamente a Amazônia não estaria isolada. (...) Em 1915, o espetáculo da partida de navios era descrito com pesar em artigo publicado pela revista da Associação comercial do Amazonas”.

<sup>197</sup> Sobre a construção do Conjunto Histórico da Praça da República em Niterói, ver Krykhtine (2009, p. 12).



intimamente marcada por essa cidade-capital.<sup>198</sup>. Com a demolição e construção de novos prédios públicos e particulares, a configuração urbana e a troca de nomes de ruas e bairros trazem indicações das relações políticas que irão se apropriando da cidade e instaurando-a como centro de poder: “A possibilidade de tomar a cidade-capital como texto nos permite ler os signos nela presentes e como seus leitores possuem a representação do lugar, construída com seus significados e significantes” (ECAR, 2012, p. 198).

Embora não fossem membros da elite política, os Campofiorito, como artistas, possuíam prestígio e se situavam acima de outros membros das classes médias da capital fluminense. A cultura se tornará uma marca de identificação de classe. (HOBSBAWM, 2013, p. 134). Os Campofiorito constituem o que Jean-François Sirinelli (2003) concebe com elite cultural, considerando sua capacidade de ressonância e de amplificação de poder de influência, sempre mantendo relações significativas com o poder público regional e nacional. A contribuição de Pedro Campofiorito ao antigo Estado do Rio de Janeiro foi vasta, e também significativas foram suas aproximações com Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, presidente da República e interventor do então Estado do Rio de Janeiro<sup>199</sup>. Importa ainda indicar que, em 1938, após renunciar à nacionalidade italiana e negar o fascismo, Pedro naturaliza-se brasileiro. Será nomeado funcionário efetivo do departamento de Engenharia da Secretária de Viação e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, onde se aposentou em 1941. Ainda em 1941, foi nomeado pelo interventor Ernani do Amaral Peixoto como diretor do recém-fundado Museu Antônio Parreiras, onde permaneceu até morrer em 1945. Pedro Campofiorito foi um dos fundadores, em 1940, da Escola Fluminense de Belas Artes.

Na trajetória de Violeta, é de suma importância considerar, assim, as relações mantidas entre os Campofiorito e o poder público, tanto de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, quanto o da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Tais conexões apontam caminhos

---

<sup>198</sup> Segundo descrição do Ecar (2012): “A capital é um espaço dotado de certos poderes que não se vê com frequência em outras cidades. Como lócus de concentração de domínios políticos, as ações tornam-se mais visíveis e funcionam como propaganda. Considera-se o ‘centro’ o lugar de onde emanam as discussões, insatisfação e até revoluções.” (p. 296).

<sup>199</sup> De acordo com Côrte (2011), foram de sua autoria: os projetos do Fórum de Campos de Goitacazes, do Mercado Municipal de Petrópolis, da Penitenciária de Rio Bonito e do Palácio das indústrias, sede do Instituto de Fomento e Economia Agrícola, inaugurado em 1929, considerado o primeiro ‘arranha-céu’ do governo do Estado do Rio, onde hoje funciona o Tribunal de Contas do Estado (TCERJ). Na capital fluminense, entre outros trabalhos, destaca-se a sede da Cruz Vermelha, pelo qual foi premiado.



que levam a construir a proeminência de Violeta Campofiorito no cenário fluminense, considerando principalmente suas ações filantrópicas e assistenciais.

Estimulada por tais características do ambiente familiar, Violeta teria se moldado como um ser da arte. No dia 28 de junho de 1937, o jornal *O Fluminense* veiculava a inauguração na Associação dos Artistas Brasileiros, no Palace Hotel, da exposição de pintura Campofiorito, “composta por interessantes e vigorosos trabalhos de Violeta, Hilda, Quirino e Pedro Campofiorito”<sup>200</sup>. Tudo convergia para que, assim como seus irmãos, Violeta consolidasse sua carreira profissional no campo artístico<sup>201</sup>. Praticamente todas as mulheres que se dedicaram à arte no início da era moderna pertenciam, como Violeta, a uma família de artistas. Esse ambiente, em geral, via com bons olhos seu talento. Contudo existiam diferenças entre as mulheres artistas e seus irmãos. Os artistas homens, em geral, se aperfeiçoavam, viajando e frequentando outros ateliês. Esse foi o caso de Quirino Campofiorito: ele saiu do Brasil para estudar em Paris e Roma. Assim como Orlando, com bastante circulação pela Europa, já Violeta e Stela permaneceram sob a tutela da família, estudando no Rio de Janeiro<sup>202</sup>.

Alimentada por esse ambiente familiar que lhe confere status e poder, a filha caçula de Pedro Campofiorito ganha então visibilidade na elite fluminense e tem dela o reconhecimento de seus talentos. Em agosto de 1929, a jovem Violeta, ao lado de outras moças da elite fluminense, participa do salão nobre do Teatro Municipal da sessão solene “in memoriam” de Luis Murat, onde recita o poema “Teu Barquinho”. Nessa época, seu nome já era citado com frequência na imprensa local<sup>203</sup>. Essa presença pública pode ter significado e, certamente, decorreu do contato próximo com grupos intelectuais, em um relacionamento cotidiano com os ambientes das letras e da política. Tais relações marcam as trajetórias dos Campofiorito e também dos Tibiriçá, família de Alice, aqui examinadas, enquanto as dos Byington, origem de Pérola, outra personagem dessa

---

<sup>200</sup> Ver acervo da Hemeroteca digital.

<sup>201</sup> Quirino destacou-se como pintor, crítico de arte, jornalista e professor da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Em sua homenagem, a galeria térrea do Centro Cultural Paschoal Carlos Magno, inaugurada em 1975, recebeu o seu nome, enquanto a galeria do andar superior recebeu o nome de Hilda Campofiorito, sua esposa. Orlando, arquiteto e engenheiro de hospitais e escolas, consolidou sua carreira como professor da Faculdade de Engenharia da UFF. Stella, pianista e concertista, atuou ao lado de Villa Lobos.

<sup>202</sup> Violeta frequentou a Escola Nacional de Belas Artes e Stela, o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, ambos no Rio de Janeiro.

<sup>203</sup> Em pesquisa realizada em periódicos do Rio de Janeiro, no site da hemeroteca digital da biblioteca nacional, o nome de Violeta Campofiorito é citado 105 vezes, entre 1920 e 1929.

tese, serão marcadas pelo poder econômico de sua família.

Violeta, professora e desenhista talentosa, na década de 1930, Violeta é nomeada para a cadeira de desenho na Escola do Trabalho Henrique Lage. Ali, o encontro com a pobreza de seus alunos mudaria os rumos de sua trajetória e seus talentos criativos no campo das artes, pois a artista foi cedendo lugar às emergentes ações sociais a que se vinculará até o fim da sua longa vida. Mas a paixão pela arte nunca a abandonou. A presença constante ao piano será uma marca indelével de sua tradição artística. Violeta costumava dizer que sua irmã era pianista, enquanto ela era apenas “planeira” (GAMA, CPDOC, 2002). Hoje, essa paixão pela arte se faz presente na trajetória artística de sua filha caçula, Leda Watson, como gravadora<sup>204</sup>.

### **3.2. Uma Mulher vocacionada para o Magistério**

Se a capital fluminense proporcionava à Violeta, então menina-moça, um material artístico e social bastante rico em exposições, concertos musicais, recitais de poesia e eventos esportivos do Clube de Regatas Icarahy<sup>205</sup>, Niterói também lhe oferecia algo mais promissor: a Escola Normal. Essa era uma das poucas oportunidades de Violeta Campofiorito, como tantas mulheres das classes médias se profissionalizarem e, quiçá, para obterem, assim, certo grau de independência. Pérola Byington, certamente, viu no curso normal apenas a continuidade de seus primeiros estudos, e a oportunidade de adquirir, assim, uma boa formação geral antes do casamento. Violeta, entretanto, parece ter feito do magistério seu caminho de vida profissional.

Por certo, Violeta já conhecia a Escola Normal de Niterói, primeiro prédio público construído por seu pai e concluído em 1918. Essa instituição de ensino da capital do Estado do Rio de Janeiro foi fundada em 1835 e hoje abriga o Liceu Nilo Peçanha<sup>206</sup>. Essa suntuosa construção de dois pavimentos – com dependências para a parte administrativa, nove salas para as várias disciplinas do curso, além de gabinetes de física, química e história natural – comporá um conjunto de prédios públicos da praça chamada República, assim como ocorreu com a Escola

---

<sup>204</sup> Na abertura de sua exposição na Biblioteca Nacional, Leda Watson afirmou que sempre desejou ter seu trabalho reconhecido por seu próprio mérito e não pelo seu sobrenome, Campofiorito. Por isso, preferiu utilizar seu nome de casada. (WATSON, 2009, p. 99).

<sup>205</sup> Ver acervo da Hemeroteca digital.

<sup>206</sup> Sobre a Escola Normal de Niterói ver Ecar (2011) e (2012).

Normal Paulista. Segundo Ariadne Lopes Ecar (2012), a localização da Escola Normal de Niterói, nessa praça, comporia, ao lado da Assembleia Legislativa, do Fórum, da Chefia da Polícia e do Tribunal de Justiça, um centro de comunhão cívica, numa possível alusão à superioridade moral e intelectual da República.

Agora, a educação das primeiras séries não poderia mais ser uma tarefa de leigos – como no caso de Alice Tibiriçá - mas de professoras - como Pérola Byington, cuja formação havia se dado no âmbito da Escola Normal, polo formador do professorado, casos examinados nesta tese. Como parte desse processo de profissionalização do magistério, entre 1904/1906, Nilo Peçanha, governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, destituiu de seus cargos os professores sem diploma da Escola Normal (ECAR, 2011).

A Escola Normal, todavia, sublinhava o discurso maternalista desse tempo: compatibilizava os pendores femininos para com a maternidade com a arte de ensinar e, nessa perspectiva, as mulheres, por meio da educação, são chamadas ao preparo da “alvorada da pátria”. No hino da Escola Normal de Niterói, criado, em 1925, pelo então diretor Armando Gonçalves, a instrução é apresentada como uma esperança da pátria: “Combatentes da PAZ vencedores, seja a nossa divisa: a instrução. E façamos fiéis lutadores, nobres filhos da grande Nação.”<sup>207</sup> No discurso filantrópico de Alice, em 1928, a metáfora da guerra está presente e remete à figura do herói, do vencedor, dos combatentes e dos fiéis lutadores. O magistério era reconhecido como atividade própria às mulheres por sua natural vocação para educar. Cabia-lhe, pois, a responsabilidade de cumprir a missão patriótica da educação, assim como da filantropia e do Serviço Social.

Violeta costumava dizer que ser professora era sua maior vocação: “Eu fazia várias coisas, porque eu sou meio polivalente, mas o que eu gostava de fazer mesmo, para o que eu sentia vocação, era o magistério”<sup>208</sup>. Antes mesmo de terminar o curso normal, Violeta já trabalhava dando aulas, como informa:

---

<sup>207</sup> Acervo do Núcleo de Memória e História do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho – IEPIC. Disponível em: <<http://infoiepic.xpg.uol.com.br/histhinos.htm>> acesso em 03 de junho de 2015

<sup>208</sup> Ver GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. Violeta Campofiorito (depoimento, 2001). Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

Acontece que, naquela época, um arquiteto não tinha salário tão alto. Eram quatro filhos estudando: os meninos no Colégio Brasil, minha irmã na Escola Aurelino Leal e eu na Escola Normal (...). Então, eu precisava ganhar meu dinheirinho até para ajudar na merenda, nas coisas. Às vezes, eu ia a pé para o Liceu, porque nem sempre tinha dinheiro para pagar a passagem. Tinha que fazer qualquer coisa, todos nós tínhamos um biquinho, era muito comum naquela época. (GAMA, CPDOC, 2002, p.3).

Carmem e Leda, suas filhas, seguiram seus passos e, na década de 1950, formam-se professoras primárias pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Leda chegou a atuar como professora na zona rural da Ilha do Governador, mas largou a carreira para se dedicar ao mundo das artes. Já Carmem “trabalhou durante 14 anos como Superintendente da Cultura Inglesa, no Rio de Janeiro, investindo no intercâmbio entre Brasil e Grã-Bretanha.” (WATSON, 2008, p. 16).

O magistério primário tinha se tornado coisa de mulher. Em 1920, as mulheres já respondiam por 75% do magistério no Estado do Rio de Janeiro (FREIRE, 2009). Isso é o que aponta o perfil da turma de Violeta na Escola Normal, em 1926, exclusivamente feminina.<sup>209</sup> Os homens que, até então, tinham marcado presença no ensino das primeiras letras em fins do século XIX, aqui lembrando o professor da menina Alice Tibiriçá em Ouro Preto, deslocam-se para cargos de direção e para o ensino secundário e superior<sup>210</sup>. De fato, a Escola Normal de Niterói, embora fosse majoritariamente feminina, tinha como diretor o professor Armando Gonçalves, ex-aluno da escola e paraninfo da turma de Violeta e, como vice-diretor, Luiz Alves Monteiro. Na Escola do Trabalho Henrique Lage, na qual Violeta atuou, entre as décadas de 1930 e 1940, como professora de desenho, a direção, porém, ainda estava em mãos masculinas<sup>211</sup>. Aliás, nesta instituição de ensino secundário, segundo os dados colhidos na folha de ponto de 1943, Violeta era a única mulher a compor um grupo de quatorze professores de ensino técnico<sup>212</sup>. Na Escola de Serviço Social de Niterói, a partir dos anos 1945, também é possível encontrar a presença masculina no professorado, mas do ensino superior. Por lá, passaram, durante a gestão de Violeta

---

<sup>209</sup> Na edição de 13 março de 1926, o jornal O Fluminense publicava a organização de todas as turmas da Escola Normal de Niterói. O nome de Violeta, ao lado de mais 27 normalistas, vai compor a turma do segundo ano. Disponível em: <[www.hemerotecadigital.com](http://www.hemerotecadigital.com)>. Acesso em 07 de junho de 2015.

<sup>210</sup> Segundo Demartini e Antunes (1993), para os homens, “a permanência como professor primário dentro de sala de aula representou um curto período de suas trajetórias profissionais: logo depois que iniciaram suas atividades foram promovidos a diretores, ou convidados para assumirem cargos técnicos no próprio sistema educacional”.

<sup>211</sup> Segundo recorte do jornal O Estado de 06 de novembro de 1940, localizado no acervo do centro de Memória do Henrique Lage, o diretor da Escola do Trabalho do Rio de Janeiro era o Sr. Gilberto Chockatt de Sá.

<sup>212</sup> Acervo do Centro de Memória do Henrique Lage.

Campofiorito (1952 a 1964.), importantes professores, como Waldenir Bragança, Átila Barreto, Jamil El-Jaick, entre outros.

O ambiente de tradição patriarcal da sociedade brasileira dificultou, em parte, ao elemento feminino, o acesso à atividade pública, como aconteceu com Alice, impedida quando jovem pela família de prosseguir nos estudos, depois de casada ouviu de seu esposo que “Papagaio velho não aprende a falar”. Já no ambiente familiar de Violeta, é possível encontrar uma nova sensibilidade masculina: ela aponta as fissuras e contradições do sistema dominante (LEITE, 2005, p. 51). Foi seu pai, Pedro Campofiorito, que, em 1925, retornou à escola que havia projetado para inscrever a caçula nos exames admissionais daquela instituição de ensino.<sup>213</sup> Também chamados de “vestibulares”, esses exames estabeleciam quem poderia ou não almejar o magistério, produzindo uma elite docente. (ECAR, 2011). Aprovada nos exames de “Geographia geral e chorographia, Portuguez, arithmética e história do Brasil”, realizados entre os dias 20 e 21 de fevereiro de 1925, Violeta, aos quinze anos, ingressa na Escola Normal de Niterói.

Neste espaço de sociabilidade, a jovem Violeta<sup>214</sup> desenvolveria a arte de declamar poesia e sua habilidade comunicativa, tornando-se conhecida no ambiente escolar: “E naquele tempo diziam eles: eu era bem dotada, era muito comunicativa, muito assim... O pessoal gostava de mim e fui eleita rainha das normalistas” (GAMA, CPDOC, 2002, p. 3). A forte influência artística, traço da família, também vai marcar sua trajetória como normalista. O depoimento de Violeta é ilustrativo do ambiente cultural em que se vivia na Escola Normal de Niterói, no início do século XX: “Criávamos centros culturais, eu declamava. Gostava um pouco de aparecer (risos). De repente, as colegas todas declamavam, ninguém queria ir para casa no final de semana.” (GAMA, CPDOC, 2002, p. 3). Ao lado de outras normalistas, o nome de Violeta passou a ser visto na imprensa local com certa frequência, já que as notas, a classificação dos alunos, também as

---

<sup>213</sup> No arquivo de alunos do Liceu Nilo Peçanha em Niterói, encontramos um documento manuscrito, assinado por Pedro Campofiorito, solicitando a matrícula de sua filha Violeta Campofiorito. - Dossiê Violeta Campofiorito - Acervo Liceu Nilo Peçanha – Niterói. Infelizmente o referido acervo encontra-se localizado em uma sala aos fundos do colégio, em precárias condições, com umidade e mofo e sem nenhum tratamento arquivístico. A pesquisa só foi possível graças a “boa vontade” de um ex funcionário que gentilmente se disponibilizou a localizar no acervo o dossiê de Violeta Campofiorito.

<sup>214</sup> Provas de admissão realizadas por Violeta Campofiorito - Dossiê Violeta Campofiorito - Acervo Liceu Nilo Peçanha - Niterói.

chamadas para as provas e todos os eventos da Escola eram noticiadas.<sup>215</sup> Ser normalista era, então, sinônimo de prestígio social.

Violeta transitava da informalidade do ambiente artístico da casa à formalidade dos bailes, das festas cívicas e dos eventos literários, cruzando fronteiras das esferas privada e pública. Na Escola Normal de Niterói, espaço de formação de uma geração de mulheres intelectuais, é possível encontrar eventos como a V Conferência Augusto Comte, realizado em 1928, em que se disseminavam o pensamento positivista, pelo qual as mulheres afirmavam-se como responsáveis pela educação da família e da nação. Magda Chamom (2005), em sua obra sobre a feminização do magistério em Minas Gerais, chama a atenção para o significado do pensamento positivista no debate sobre o papel das mulheres “como reformadoras da pátria e condutoras morais da ordem social” (CHAMOM, 2005, p. 71). Os apelos à participação da mulher brasileira na ação social começavam a se intensificar. Não se tratava apenas de abraçar a vocação de educadora, mas de sentir-se desafiada a transformar a realidade brasileira. Violeta, assim como Alice Tibiriçá, irá abrir mão de uma possível carreira artística para se dedicar à montagem do sistema de proteção social. A associação entre magistério e ação civilizatória, entre maternalismo e profissionalização feminina, leva o Governo Amaral Peixoto a privilegiar as professoras primárias na configuração do perfil das assistentes sociais fluminenses, na década de 1940.

Além de realizar todas as tarefas que o curso normal lhe exigia e que, segundo ECAR (2011), eram muitas, Violeta gostava muito de dançar e costumava frequentar, ao lado dos irmãos, a domingueira do Clube Central, em Icaraí. E foi lá que a bela rainha das normalistas de 1928 conheceu o exímio dançarino Eduardo Arnoud de Saldanha da Gama, também comandante da Marinha Mercante. O coração falou mais alto. Ela registra: “Embora fosse onze anos mais velho do que eu – eu era muito menina ainda– ele era muito jovial para a idade que tinha” (GAMA, CPDOC, 2002, p. 5). No ano seguinte à sua formatura, Violeta casava-se. O casamento da filha do arquiteto Pedro Campofiorito com o Sr. Eduardo Saldanha da Gama foi notícia na edição de 23 e 24 de junho de 1930 no Jornal “O Paiz”<sup>216</sup>.

---

<sup>215</sup> Ver o acervo da Hemeroteca Digital.

<sup>216</sup> O casamento de Violeta Campofiorito, filha do arquiteto Pedro Campofiorito, com o Sr. Eduardo Saldanha da Gama foi notícia do na edição de 23 e 24 de junho de 1930 no Jornal “o Paiz”, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 01out. 2015.

O homem que, em 1930, esposaria Violeta era membro de uma tradicional família da Marinha de Guerra. “Todos os Saldanha da Gama, primos dele, eram da Marinha de Guerra” (GAMA, CPDOC, 2002, p.4). Ao chegar à idade de ir para a Marinha de Guerra, seu pai já havia falecido e sua mãe não tinha recursos. Com ajuda dos primos, foi para a Marinha Mercante. “Com dezenove anos, foi dirigir navios”, e o que nos conta Violeta Campofiorito, em sua entrevista ao CPDOC. Durante a Primeira Guerra, foi para Paris em um navio brasileiro que ficou preso, por dois anos, na Europa. Durante esse tempo, ganhou a vida dançando. “Tango argentino, os mais difíceis passos do mundo, ele sabia”, informa Leda Watson, lembrando que seu pai, um emérito dançarino, era disputado por suas amigas nos frequentes bailes que organizavam em casa (WATSON, 2008).

Logo após a formatura no curso normal, Violeta será aprovada, em segundo lugar, no concurso público para o magistério. Ela informa: “Dila Continentina, uma grande educadora, teve mais uns dois ou três pontos que eu e foi nomeada para Niterói, merecidamente, e eu fui nomeada para Nova Iguaçu” (GAMA, CPDOC, 2002, p.3). Era o início de uma longa carreira no campo educacional. O magistério público oferecia às mulheres a estabilidade no emprego e outros benefícios, como “o fato de poder conciliar as atividades profissionais e domésticas, devido à curta jornada de trabalho e às férias escolares” (DEMARTINI & ANTUNES, 1993, p. 8). Mas o ingresso no mundo público subverte sempre a ordem estabelecida e exige outras escolhas no universo privado. Em um dos raros momentos em que fala de sua vida privada, Violeta afirma: “ele (o marido) não gostava que mulher trabalhasse fora, mas eu tinha que trabalhar, porque era tudo difícil naquela época. Então, eu trabalhava mesmo, como professora primária” (GAMA, CPDOC, 2002).

Casada e morando em Niterói, Violeta acordava de madrugada e percorria diariamente um longo trajeto de barca e ônibus. “Meu marido me levava, porque atravessar barca naquele tempo era perigoso. Ele ia comigo até o Rio e, de lá, eu ia de ônibus até Nova Iguaçu” (GAMA, CPDOC, 2002, p.4). Mas, com a gravidez da primeira filha, informa: “ficava difícil dar aulas todos os dias. Então, a diretora me deixou ir duas vezes por semana” (GAMA, CPDOC, 2002, p.3). A escola pública desse tempo dava muito espaço às atividades paralelas, como música, recreação e outras. Encarregada pela diretora dessas tarefas, Violeta foi se dedicando ao ensino



da música e do desenho. Antes que a arte se definisse com clareza como a escolha da sua formação, Violeta cursou a Escola Nacional de Belas Artes, como uma especialidade<sup>217</sup>.

O nascimento, em março de 1931, de Carmem, primeira filha do casal, tornou cada vez mais difícil a conciliação de tarefas domésticas com o magistério em Nova Iguaçu. Em uma clara tentativa de compatibilizar a vida profissional com a maternidade, Violeta vai, então, solicitar sua transferência para o município de Niterói, onde morava. Em 31 de julho de 1932, o Jornal “Correio da Manhã” noticiava a remoção da Professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, do Município Iguassú - atual Nova Iguaçu - para a capital fluminense (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1932). A Escola escolhida foi a de Várzea de Jurujuba, talvez pela proximidade com o bairro de Icaraí, em que Violeta sempre residiu com a família. Ao estudar o processo de feminização do magistério mineiro, Chamom (2005) sinaliza que o deslocamento das professoras era permeado por interesses políticos e pelo poder de barganha política de suas famílias. Provavelmente, Violeta fez uso do poder de barganha de seu pai, artista e arquiteto reconhecido por várias obras públicas, junto ao chefe político da capital fluminense, para essa remoção. Quando Leda, sua filha-caçula, nasceu em janeiro de 1933, Violeta já atuava como profissional da educação no município de Niterói.

Ao se inserir no espaço público, a agora D. Violeta enfrenta dilemas próprios ao universo feminino, presentes em diferentes classes sociais, num conhecido ciclo feminino dos cuidados: do mesmo modo que Alice também pôde contar com “extensas redes de proteção e dependência armadas na intimidade das casas” (COSTA, 2002).

Para uma mulher trabalhar fora era muito difícil, mas como eu disse a vocês, minha mãe não trabalhava fora e eu morei sempre com ela ou perto dela. Ela foi um baluarte enquanto viveu. E minha irmã Estela, professora de piano de quase todos os colégios de Niterói, era casada, mas não tinha filhos. Minhas filhas eram filhas dela, porque ficavam mais tempo com ela do que comigo. Então, morávamos todos perto da casa que papai construiu na Rua Mem de Sá, 24, depois de muitos anos, aqui e lá. Morávamos todos perto, estávamos sempre muito unidos e, realmente, a minha irmã Estela me ajudou demais e a minha mãe também. (GAMA, CPDOC, 2002, p.5).

---

<sup>217</sup> Escola Nacional de Belas Artes (1890-1965) é o antigo nome da, hoje, Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em suas saídas para o espaço público, as mulheres precisaram delegar as tarefas da administração de suas casas. A “maternidade transferida” reafirma-se como uma prática de longa duração histórica na sociedade brasileira (COSTA, 2002). Através dela, as mulheres se atribuem mútuas responsabilidades e estabelecem verdadeiros pactos (e guerras) no ambiente doméstico. Na memória de Leda, sua filha, o pai - que perdera a visão aos trinta e três anos - foi presença marcante no cotidiano familiar: “Apesar de seu profundo desgosto, foi sempre um pai atuante, amoroso e cuidadoso” (WATSON, 2008, p.16).

Durante sete anos, Violeta atuou em escolas primárias da capital fluminense. “Mas, depois, houve concurso para as escolas Henrique Lage e Aurelino Leal, ambas do Estado. Fiz o concurso e passei para as duas. Escolhi a Henrique Lage no Barreto.”. Ali, Violeta teria um encontro que mudaria os rumos de sua trajetória.

### **3.3. Um encontro com a dor da pobreza**

D. Violeta levava, em suma, uma vida aparentemente perfeita para uma mulher de sua época. Nada sugeria reviravoltas e transformações surpreendentes. Casada e com duas filhas pequenas, Violeta dedicava-se à família e ao magistério das primeiras letras. Os cuidados com as meninas – Carmen e Leda – e com o esposo que havia perdido a visão, certamente, lhe exigiram uma maior dedicação ao espaço doméstico. Entretanto o impulso criativo e a vontade de se capacitar a levaram, entre 1935 e 1938, ao curso de especialização para professores de desenho e artes aplicadas na Universidade do Distrito Federal<sup>218</sup>. E, alguns anos depois, fez o curso de professor de desenho da Escola Nacional de Belas Artes. Seu interesse pelo desenho relacionava-se com a tradição artística do ambiente familiar.

Após exercer, por muitos anos, o magistério primário, Violeta foi indicada professora interina da cadeira de desenho da Escola do Trabalho do Rio de Janeiro<sup>219</sup>.

---

<sup>218</sup> Fonte: diploma da Universidade do Distrito Federal, concedido à Violeta Campofiorito em 29 de abril de 1939 -Núcleo de pesquisa Histórica sobre Proteção Social / Centro de referência Documental (NPHPS/CRD) da Escola de Serviço Social da UFF, Dossiê Violeta Campofiorito - ESS/UFF.

<sup>219</sup> A capital fluminense contava, desde 1923, com a Escola Profissional Washington Luiz. Na instituição subvencionada pelo Estado funcionavam oficinas – na Rua Mario Viana no bairro de Santa Rosa – e ensino teórico, na Alameda São Boaventura, no Fonseca. Incorporada ao patrimônio do Estado, em 1926, pelo governador Feliciano

Pimentel era professor do Henrique Lage e teve um contrato para ir para o Japão e a vaga dele se fez. Às pressas, não tinham como solucionar porque era professor de desenho, e eles precisavam de um professor de desenho para ficar no lugar do Pimentel. Ai, dona Violeta foi descoberta como professora que tinha curso de desenho. Fui pra lá, para o Henrique Lage. (GAMA, CPDOC, 2002, p.7).

Inicialmente, sua ascensão ao ensino profissional se efetivou por méritos próprios e graças à especialização realizada há alguns anos antes<sup>220</sup>. No entanto, aqui não se crê que Violeta não tivesse necessidade de recorrer a apoios familiares e ao reconhecimento artístico da família Campofiorito, prática bastante comum na época, para viabilizar transferências e nomeações.<sup>221</sup> Mas, em abril de 1939, após aprovação em concurso público, no qual tirou o primeiro lugar, Violeta Campofiorito era finalmente nomeada professora de desenho da então Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro. Ela informa: “Eu era só interina, e aí, fiquei nomeada”<sup>222</sup>. Mas o magistério ainda reservava outras surpresas. Violeta – uma mulher de classe média, sempre moradora de Icaraí, bairro nobre da cidade de Niterói, aparentemente, nunca havia saído de suas cercanias, mas agora sua atuação seria deslocada para o Barreto, um distante bairro operário da capital fluminense.

Segundo Amaral (2011, p 119), “A ocupação industrial do Barreto remonta a fins do século XIX, quando suas chácaras e engenhos começaram a dar lugar a estabelecimentos fabris

---

Sodré. Em 1931, a Escola, sob a égide do governo provisório de Vargas, foi oficializada com o nome de Escola do Trabalho do Rio de Janeiro. Sua sede foi transferida para um conhecido bairro operário da cidade de Niterói: o Barreto.

<sup>220</sup> Segundo Demartini e Antunes (1993), a ascensão de homens e mulheres a outras funções ou cargos na carreira do magistério se fazia diferentemente. Se, para eles, havia facilidade de promoção e ascensão, para elas, as especializações alcançadas, e não somente os apoios familiares e políticos, eram exigências para a ascensão na carreira.

<sup>221</sup> Em entrevista concedida, em 2002, ao Projeto Niterói – Cidade das Mulheres do Núcleo de pesquisa Histórica sobre Proteção Social / Centro de referência Documental (UFF-ESS-SSN-NPHPS/CRD) da Escola de Serviço Social da UFF, Violeta relata que, além dela, sua irmã, Stela Campofiorito, também atuou na Escola Henrique Lage como professora de canto orfeônico. Ao falar sobre sua atuação junto às Escolas Técnicas, Amaral Peixoto, afirma que uma das coisas que ele criou foi o canto orfeônico nas escolas, “por influência de Villa Lobos, de quem eu gostava muito, era muito amigo de meu pai. Já existia aqui no Rio no tempo do Pedro Ernesto, e eu levei para o Estado” (CAMARGO et al, 1986, p.170). Sobre a experiência do canto orfeônico, no Brasil Ver Goldemberg, Ricardo (2002). Educação musical: a experiência do canto orfeônico no Brasil. Disponível em: <<http://www.samba-choro.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

<sup>222</sup> Entrevista de Violeta Campofiorito, UFF-ESS-SSN- NPHPS/CRD, 2002. A referida entrevista encontra-se disponível em meio audio-visual .

de pequeno porte, como fábricas de fósforos, saponáceos, formicidas, ladrilhos, olarias etc. “Mas havia também firmas de grande porte, como a Cia. Manufatora Fluminense (1891), a empresa Lloyd Brasileiro (1890) e a Companhia Nacional de Navegação Costeira (1891)” (AMARAL, 2011, p. 119). Também se instalaram no bairro, nas primeiras décadas do século XX, grandes estabelecimentos industriais, tais como os Estaleiros Hime e a Cia. de Fósforos Fiat Lux (AMARAL, 2011). Por aliar trabalho e moradia, o bairro combinava elementos recorrentes no discurso trabalhista do período: a classe trabalhadora e suas demandas. (AMARAL, 2011, p. 119).

Ao lecionar desenho para “estudantes de nível médio e de família muito pobre”, moradores de favela, Violeta se encontrou, talvez pela primeira vez, com a “dor da pobreza”, como registra: “Era uma gente muito humilde, que não tinha nada, nem uma sopa, não comiam nada” (GAMA, CPDOC, 2002, p.7). Movida pelo sentimento de compaixão, lembrando a análise de Laqueur (1992), Violeta é desafiada a agir no sentido de mitigar o sofrimento daqueles alunos. Como bem afirma Ecar (2011), no curso normal, as alunas aprendiam que “professor seria o “apóstolo” e de igual modo responsável pela vida e destino de seus alunos (...). Ao professor não caberia ‘apenas’ transmitir conhecimento e, sim, abranger o aluno em todos os âmbitos da vida em sociedade” (ECAR, 2011, p. 168). No contato diário com a pobreza, essa sensibilidade para com as desigualdades sociais foi se acentuando na vida de Violeta.

Na Escola do Trabalho, Violeta encontra um quadro de mudanças sociais com a incorporação de novas preocupações políticas, forjadas no Brasil a partir dos anos 1930. Em virtude do crescimento do setor industrial, a formação de trabalhadores passou a ser discutida como uma problemática legítima<sup>223</sup>. Educação e Trabalho tornam-se temas de “salvação nacional”. A escola do trabalho torna-se a escola nacionalizadora.<sup>224</sup>

Na escola do trabalho, existia, desde 1929, uma Caixa Escolar criada pelo governo. Era incumbida “de angariar entre os próprios escolares menos desprotegidos e mesmo entre pessoas

---

<sup>223</sup> Frigotto e Franco (1993): “a industrialização como um processo que envolve a produção de bens em unidades empresariais que utilizam manufatura, um avanço progressivo da tecnologia e da divisão técnica do trabalho, uma introdução de medidas organizacionais que elevem a produtividade, o assalariamento e a consequente formação de uma classe trabalhadora urbana teve início no Brasil neste século, embora desde os fins do século passado houvesse algumas centenas de estabelecimentos industriais nos setores hoje chamados tradicionais” (p.533).

<sup>224</sup> Sobre o assunto ver Ciavatta, 2015 A e B).

estranhas, recursos financeiros e outros elementos (...) para distribuir entre os alunos pobres, equitativamente, toda sorte de auxílio”<sup>225</sup>. Não é possível afirmar se Violeta atuou junto à Caixa Escolar, mas, em entrevista ao CPDOC, ela mesma relatou duas situações em que realizou o que chamou de “assistência social voluntária”: “Um dos melhores alunos que tive ficou tuberculoso, mas foi curado graças à assistência que a escola deu por intermédio do serviço de assistência social que eu liderava”. Em outra ocasião, ela mesma registra o lamento de seus alunos: “que pena a nossa escola ser tão inferior. As escolas particulares têm formatura, os alunos ganham sapato, ganham tudo e nós temos uma formatura simples”. Dona Violeta foi a campo e informa:

Eu me dava demais com o pessoal do comércio, sempre tive muito boas relações. Consegui presentes para eles: todos ganharam sapato, todos ganharam um terno e fizemos uma formatura na Henrique Lage como a de qualquer ginásio. Desse momento em diante, os alunos se sentiram muito melhor. Eles eram muito humildes, mas daí por diante começaram a lutar para obter aquilo que eu tinha dado. (GAMA, CPDOC, 2002, p.7).

Indica, ainda, nessa experiência, suas aproximações com as questões sociais: “Eu dava minhas aulas e ainda fazia isso. Então, o social entrou em mim pela Escola Henrique Lage”<sup>226</sup>. As ações assistenciais ocupavam cada vez mais seu tempo. Na saída em direção ao espaço público, Violeta, assim como Alice Tibiriçá, formava práticas domésticas nas quais muitas maternidades transferidas foram engendradas (COSTA, 2002). Se, no início de sua carreira profissional, Violeta pôde contar com o apoio da mãe - “Eu morei sempre com ela ou perto dela. Ela foi um baluarte enquanto viveu” (GAMA, CPDOC, 2002, p.6) - com o falecimento de D. Delfina, em 1939, coube à irmã Stela, casada e sem filhos, assumir os cuidados com as meninas, Leda e Carmem: “minhas filhas eram mais filhas dela, porque ficavam mais tempo com ela do que comigo”. (GAMA, CPDOC, 2002, p.6). Contando com essa rede de proteção familiar, Violeta pôde dedicar-se à montagem do Serviço Social na Escola Henrique Lage. Seu empenho e dedicação deram resultados, conforme sugere outro registro de seu depoimento: “Criei vários conselhos, todo mundo trabalhava. Criei a sopa escolar, em que o Estado foi obrigado a dar uma

---

<sup>225</sup> Jornal o Estado de 06 de novembro de 1940. Acevo do Centro de Memória Henrique Lage.

<sup>226</sup> Em 1941, dois anos após sua nomeação, a unidade recebeu o nome de Escola Profissional Henrique Lage, em homenagem ao industrial da construção naval.

sopa escolar e um almoço. Criei a visita dos comitês de alunos que formei lá. Sempre tive vontade de fazer comitês, comissões. Então, tinha várias comissões” (GAMA, CPDOC, 2002, p.7).

Decididamente, as ações assistenciais realizadas pela professora ajudaram-na a compreender que era preciso superar a dor da pobreza. Tais lembranças de Violeta expõem um nítido processo de tomada de consciência sobre significados das práticas filantrópicas. Ele, certamente, está inscrito nas práticas sociais junto aos alunos dessa Escola. Admite-se que esses sinais a conduzam à sua escolha seguinte: a de profissionalização no Serviço Social. Ao considerar que realizava “assistência social voluntária”, Violeta apresenta um significado “mais profissional” para suas ações filantrópicas.

Lembro que o ato de rememorar está sujeito a “negociações” e “seletividades” e até esquecimentos por parte daquele que relembra (POLLAK, 1992). A longa história no magistério e, depois, no serviço social, bem como seus mais de 90 anos de existência, idade com que concedeu a entrevista ao CPDOC, certamente constroem a narrativa de Violeta em torno de sua ação filantrópica. Afinal, em sua passagem pelo Serviço Social, ela estará pisando o chão de um tempo de luta por direitos sociais e essas noções também estão marcando o trabalhismo dos anos 40<sup>227</sup>. Porém, conforme já avaliadas em alguns estudos, as ações filantrópicas desempenharam um papel fundamental na montagem das redes de proteção social e no empoderamento feminino<sup>228</sup>.

Violeta convive com essa ambivalência, desenvolve uma ação social que não exclui as práticas filantrópicas e, também, faz sua iniciação no campo dos direitos. Como diria anos depois: “eu criei o serviço social, sem ser assistente social, quase por intuição” (GAMA, UFF-ESS-SSN-NPHPS/CRD, 2002). Seus programas cobrirão pessoas em estado de abandono, de não-trabalho. Esse é o caso dos “menores desvalidos” que estudavam no Henrique Lage. Isso também se verifica nas atividades de Pérola e Alice em São Paulo. Suas ações de “assistência social voluntária”, levam essa filha do artista e arquiteto Pedro Campofiorito a ganhar, agora, uma crescente e contínua visibilidade e respeitabilidade pessoais. Isso a aproxima, mais e mais,

---

<sup>227</sup> Sobre o Trabalhismo no Brasil, ver Gomes (2005).

<sup>228</sup> Ver Vosne (2013, 2014 e 2015), Mott (2001, 2003 e 2005), Freire (2008, 2009 e 2015) e Costa (1995, 2008 e 2015).

do centro do poder político e de decisões voltadas para o reconhecimento da relevância da cobertura assistencial de iniciativa pública nesse antigo Estado do Rio de Janeiro.

No Henrique Lage, Violeta dedicava-se ao magistério, ao mesmo tempo em que atuava em obras sociais. Mas a condição de professora de desenho de uma escola que passava por inúmeras mudanças lhe exigia novos compromissos. Por conta da reforma Capanema, em 1942, a unidade passou a se chamar Escola Técnica Henrique Lage. E, em 1943, adaptada ao ensino industrial, tornou-se a Escola Industrial Henrique Lage (E.I.H.L.)<sup>229</sup>. Diante dessas mudanças, Violeta decide investir em sua carreira docente: “Eu, como toda pessoa muito responsável, achei que o desenho que eu conhecia era muito pouco para ser professora de nível médio e me matriculei na Escola Nacional de Belas Artes” (GAMA, CPDOC, 2002, p.9). Por ser voltado para o magistério, esse curso de professorado atraía mais mulheres do que homens. Mas como naquela época todos os colégios tinham professores de desenho, muitos homens que estavam no curso de pintura “passavam para o curso de professores porque viam que teriam um ganho mais imediato” (GAMA, CPDOC, 2002, p.10). Esse espaço de sociabilidades representou um encontro com pessoas de mesmo e de diferentes gêneros e gerações.

Violeta não foi o primeiro membro da família Campofiorito a frequentar a Escola Nacional de Belas Artes. O irmão Orlando havia realizado ali o curso de arquitetura e Quirino atuava como diretor e professor da referida unidade de ensino. Apesar deste ambiente “familiar”, Violeta fez o curso inteirinho trabalhando e afirma: “não tive nenhuma proteção, não” (GAMA, CPDOC, 2002, p.9). Foi em casa que Violeta enfrentou as maiores resistências. As filhas Carmem e Leda, que ficavam sob os cuidados da tia Stela, desde o falecimento de D. Delfina, em 1939, já estudavam no Instituto de Educação da capital federal. Mesmo assim, “o marido não concordava, mas reconhecia a minha necessidade de estudar para melhorar nosso padrão de vida”(GAMA, CPDOC, 2002, p.6). O ingresso no curso superior de professorado de desenho da Escola Nacional de Belas Artes expôs tensões e conflitos, vividos por muitas mulheres em suas “desventuras” na busca de instrução (COSTA, 2004).

---

<sup>229</sup> Oferecendo cursos industriais e de maestria nos setores de metal, mecânica, eletrônica e artes industriais, no mesmo ano passou a oferecer os cursos de fundição, mecânica de máquinas, de automóveis e aviação, além de máquinas e instalações elétricas, marcenaria, tipografia e encadernação. Fonte: Acervo do centro de Memória Henrique Lage.



A vida de Violeta Campofiorito indica uma mudança de rumo após seu ingresso no magistério profissionalizante. Ao abandonar as atividades artísticas da família, ela se pôs a atuar no campo das ações assistenciais. O que se seguiu foi uma enorme transformação. Embora não tenha se vinculado ao Partido Comunista, Violeta passou por mudanças tão cruciais quanto as que Alice Tibiriçá experimentou no Instituto Feminino de Serviço Construtivo na capital federal. Não se tratava apenas do exercício da caridade no intuito de minimizar o sofrimento alheio. Não bastava frequentar instituições filantrópicas duas vezes por semana – em chás beneficentes ou encontros sociais – era preciso avançar na consolidação de direitos sociais. Paradoxalmente, o “Henrique Lage” que a levou à Escola de Belas Artes foi o mesmo que a afastou do campo das artes.

Sob o comando de Amaral Peixoto, o Estado do Rio de Janeiro vivia, desde 1937, a exemplo do que ocorria no governo federal, um novo modelo de gestão do Estado: intervencionista, antiliberal, mas também empenhado em fazer-se promotor da justiça social (CASTRO, 1995). De acordo com Honorato (2012, p. 56), o caso do governo do antigo Estado do Rio de Janeiro é emblemático, pois uma crise política se arrastava desde 1930. Ao nomear o Comandante Ernani do Amaral Peixoto como interventor desse Estado – então um jovem, com pouco mais de trinta anos, mas reconhecido por seu bom desempenho em algumas funções públicas. Vargas, então, na busca de meios para debelar a crise política aberta com a disputa pelo governo, consideraria oportuna a nomeação de um “tertius”, segundo Aspásia Camargo (1986). Ele também pretenderia dar seguimento às propostas oriundas do Estado Novo, com medidas de incorporação de demandas sociais, reconhecendo-as, regulando-as e atendendo-as <sup>230</sup>.

No âmbito do projeto getulista, as visitas de líderes políticos aos municípios e instituições públicas eram uma constante e objetivavam ampliar a base de apoio político nos bairros. A relação entre o líder político e o “povo” era intermediada pelo conjunto de entidades já existentes; Escolas, Igrejas, clubes de dança, clubes de futebol, associações culturais, etc. Muito do sucesso político do “Amaralismo” se deve, na verdade, a essa teia de organizações locais, que, no

---

<sup>230</sup> Segundo Honorato (2012), falamos em um Estado novo, porque “uma profunda reforma institucional e política foi realizada, com a inclusão de novos paradigmas políticos, manifestos na criação de um fundo público, na criação de um projeto de desenvolvimento capitalista brasileiro e na implementação daquilo que poderíamos caracterizar como a primeira política social brasileira”. (p. 80)

cotidiano dos bairros periféricos, muitas vezes, deu forma e continuidade a essas lideranças.

Bairro operário por excelência, o Barreto, desde pelo menos a década de 1940, abrigava uma forte atuação do Partido Comunista do Brasil ‘nas bases’ (AMARAL, 2011b). Por intermédio das células comunistas e de Comitês Democráticos – como aquele criado e presidido por Alice Tibiriçá nos bairros do Catete e Laranjeiras – os comunistas buscavam aproximar a militância dos problemas e de reivindicações mais imediatas da população que residia nas áreas urbanas. Mas essa não foi estratégia exclusiva do PCB. Logo o interventor percebeu que a Escola Henrique Lage, como centro formador de mão de obra, ocupava um lugar decisivo nas relações e negociações dos trabalhadores com líderes políticos que iam em busca de apoio local.

O presidente Getúlio Vargas e o interventor Amaral Peixoto, ao lado de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, tornam-se, então, presenças constantes na Escola. “A presença de um político de tal envergadura em localidades simples, consideradas pelos habitantes como abandonados e esquecidas pela autoridade, tinha um grande impacto e era motivo de imensa satisfação” (DUARTE & FONTES, 2004, p.95). As visitas aos municípios e a instituições públicas, como a Escola Henrique Lage, são bem uma marca dessa experiência no governo Amaral Peixoto. Essas iniciativas objetivavam ampliar a base de apoio político<sup>231</sup>. Momentos como esse são registrados em fotografias que se encontram no acervo do Centro de Memória do Henrique Lage. Embora dessas fotografias não constem datas e legendas – o que dificulta a imediata identificação dos fatos ali expostos e sua análise mais precisa, admite-se que “toda imagem possui uma historicidade fundamentada em uma prática cultural e social” (MAUAD, 2016, p. 41). Em muitas, é possível encontrar a presença marcante de Alzira Vargas, ao lado do pai, o presidente Getúlio Vargas, ou do esposo, o interventor Amaral Peixoto. Do rol de fotografias existentes no acervo, foram selecionadas duas delas. Ambas, numa sequência de imagens, permitem sugerir a presença de Alzira Vargas no espaço institucional em que Violeta protagonizava um importante trabalho social.

---

<sup>231</sup> Ao falar de seu período na interventoria, Amaral Peixoto afirma. “Comecei a visitar repartições para ter contato com os funcionários (...). Fui conhecendo e sendo conhecido, porque eles me receberam com muita desconfiança – e não podiam deixar de fazê-lo. Eu era um ilustre desconhecido, um homem que de repente havia sido jogado no governo do estado!” (CAMARGO et al, 1986, p. 155-156).

FIGURA 16 – Getúlio Vargas e Alzira Vargas.



FONTE: Acervo do Centro de Memória Henrique Lage.

FIGURA 17 – Alzira Vargas e Amaral Peixoto em revista a banda da Escola do Trabalho Henrique Lage.



FONTE: Acervo do Centro de Memória Henrique Lage.

A primeira fotografia registra a conversa do Presidente Getúlio Vargas com uma mulher

negra. Suas mãos e os gestos acompanham sua movimentação e expõem uma marcante proximidade. Seria ela uma funcionária da escola? A mãe de algum aluno? Ou simplesmente uma moradora do bairro? Ao fundo, uma segunda figura feminina sorri como que aprovando o gesto do presidente. Ao lado de Vargas e, em primeiro plano, detecta-se a presença da jovem Alzira Vargas. Principal interlocutora e conselheira política do Presidente da República, a chegada de Alzira a esses espaços se deu quando, ainda muito jovem, passou a apoiar seu pai nos trabalhos de seu gabinete (COSTA, 2012). Pelas lentes de Ângela Castro Gomes (1996b), Alzira Vargas, ou apenas “Alzirinha”, como se tornou conhecida, é representada como a guardiã da memória do pai (GOMES, 1996). Uma mulher que também participou intensamente da política e de forma extremamente singular. De acordo com Costa e Soihet (2012), essa singularidade estaria relacionada à íntima convivência com seu pai, a seu acesso à intimidade da política através de seus vínculos familiares e modos de fazer política. Exímia articuladora e líder, ela nunca se filiou a qualquer partido e tampouco ocupou cargo público eletivo ou não.

O casamento, em 1939, com Amaral Peixoto, com quem trabalhou no gabinete da presidência da república, torna-a primeira dama do antigo Estado do Rio de Janeiro. Isso lhe impõe uma nova esfera de atuação política: as atividades assistenciais que, na tradição brasileira, é uma das obrigações desempenhadas por esposa de político. É essa a Alzira que se encontra na segunda imagem, uma primeira dama em “devir” - que, nas palavras de Suely Gomes Costa e Rachel Soihet (2012), torna-se sujeito de seus trânsitos políticos. Na foto. Alzira, à frente de três homens, inclusive de seu esposo, passa em revista a banda da escola, composta majoritariamente por negros e expressa seu protagonismo na esfera pública.

Alzira aprendera a ver o campo de atividades assistenciais como “lugar de exercício e de produção de matéria política” (COSTA & SOIHET, 2012). Ao narrar a participação de sua mãe no processo revolucionário de 1930, escreveu: “Mamãe desejosa de auxiliar em alguma coisa fundara em Porto Alegre a Legião da Caridade” (PEIXOTO, 1960, p. 67). Em 1932, um novo conflito, leva à Revolução Constitucionalista que tanto abala o país. Enquanto Alice Tibiriçá e Pérola Byington abriam as portas de sua casa para atender às necessidades das famílias dos revoltosos paulistas. D. Darcy e suas amigas dedicavam-se a fabricar mantas e meias de lã para os soldados que partiam em defesa do governo (PEIXOTO, 1960). Mas a jovem Alzira tinha

outras preocupações, como transparece em seu relato “minhas incursões pela Secretaria preocupavam mamãe. Consegui prender-me por alguns dias, apelando para meu espírito solidário. Cheguei a concluir umas poucas mantas, menos difícil para mim, enquanto meditava sobre o que estava acontecendo”<sup>232</sup>.

Na condição de filha do presidente e esposa do interventor, fez suas próprias escolhas e decide atuar “na montagem e na remontagem dos governos Vargas e Amaral Peixoto” (COSTA & SOIHET, 2012, p. 134).

As ações de “assistência social voluntária” - desempenhadas por Violeta - vão, então, se aglutinar aos interesses políticos de Alzira, compondo o que Michel Lowy denomina afinidade eletiva<sup>233</sup>. À frente do Serviço de Assistência Social da Escola Industrial Henrique Lage, as ações de Violeta, professora de desenho, vão consubstanciar uma forte base política de apoio ao casal Amaral Peixoto. Registra D. Violeta: “Eles eram verdadeiros líderes e por isso é que havia uma comunhão em que todo mundo queria colaborar, como voluntário. Então foi muito da personalidade do casal. É claro que o pai de dona Alzira estava por trás de todas essas conquistas” (GAMA, CPDOC, 2002, p.9).

Questionando uma corrente de pesquisa histórica que magnifica o potencial das políticas públicas e do Estado e reduz as filantropas a uma posição conservadora<sup>234</sup>, a experiência de Violeta demonstra o estabelecimento da aliança entre filantropas e poder público na redefinição da assistência social como função do Estado e via de consolidação de direitos.

A relação de Violeta Campofiorito e Alzira Vargas tem seus segredos até porque - nos documentos escritos por Alzira Vargas - não se encontra nenhum documento que faça referência à Violeta Campofiorito. Sem fontes, só resta especular sobre o encontro dessas duas mulheres, de idades tão próximas.

Elas conformam uma geração de mulheres que deslocam ações sociais do campo da filantropia para o campo das políticas públicas. Talvez, elas tenham se encontrado e até

---

<sup>232</sup> A Legião da Caridade nasceu da necessidade de fornecer mantimentos e remédios às famílias dos voluntários que partiram sem olhar para trás. (PEIXOTO, 1960, p. 67)

<sup>233</sup> LOWY, Michel. *Romantismo e Messianismo. Ensaios sobre Luckács e Benjamim*. São Paulo. Editora Perspectiva/editora da universidade de São Paulo, 1990.

<sup>234</sup> Na historiografia do Serviço Social, a filantropia ainda hoje é comumente apresentada como uma prática conservadora e que se coloca a serviço do capital na contramão dos direitos sociais. Ver: MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

conversado sob alguma árvore no pátio do colégio. Talvez esse encontro, face a face, só tenha ocorrido algum tempo depois, em novos espaços institucionais, como a recém-criada LBA. Não se sabe até que ponto as notícias sobre as ações sociais desenvolvidas por Violeta Campofiorito, professora de desenho, teriam chegado à Alzira. Possivelmente, o olhar atento da primeira dama, na busca de pessoas que pudessem atuar na montagem da rede de proteção social, tenha encontrado em Violeta uma forte aliada. Alguns anos depois, na esteira de suas ações assistenciais e das relações com Alzira Vargas, Violeta irá participar da fundação da L.B.A Fluminense.

Como “Legionária”, a jovem professora de desenho pôde “sentir mais de perto, a realidade dos problemas sociais que dificultavam o desenvolvimento normal de nossos discípulos” (GAMA, 1950, p. 17). Mas tornara-se de domínio público a ausência de um setor que se preocupasse com o desenvolvimento de atividades sociais, tão necessárias e importantes para a integral formação de adolescentes (GAMA, 1950). Dona Violeta resolveu solicitar a Dr. Nelson Guanabario Maia Forte, então diretor da Escola Henrique Lage, a criação de um Serviço de Assistência Social (S.A.S): “A razão desse pedido justificava-se pela necessidade que tínhamos de desenvolver atividades sociais, com apoio de uma portaria oficial” (GAMA, 1950, p. 18). Com a publicação no Diário Oficial, Violeta foi então nomeada, em outubro de 1945, para organizar e orientar o novo serviço, sem prejuízo das funções de professora, cargo que ocupou até 1951. À frente do S.A.S, Violeta traz para o universo escolar algo que para ela era natural e espontâneo, o gosto pela arte. Em 1946, depois da sua grande insistência junto ao Secretário de Educação e Cultura, finalmente o “Henrique Lage” recebe um “instrumento tão necessário, quer para as aulas de educação musical, quer para o desenvolvimento de atividades sociais” (GAMA, 1950, p. 38): um piano.<sup>235</sup>

Além da paixão pela arte herdada do ambiente familiar, talvez outro aspecto tenha contribuído para a compra do instrumento. A irmã Stela. Responsável pelos cuidados com as duas filhas de Violeta, provavelmente teve que abrir mão de sua carreira. Mas essa pianista talentosa, que atuou ao lado de Villa Lobos, coincidentemente, irá atuar como professora de canto

---

<sup>235</sup> Além do piano, o Serviço Social adquiriu um rádio que funcionava durante as refeições. Uma aparelhagem de som “moderna e completa” e um projetor também vieram para o Colégio Henrique Lage.

orfeônico no Henrique Lage. Existiria na compra do piano alguma estratégia para a contratação de Stela? Violeta estaria de alguma forma compensando Stela por essa maternidade? Não é possível saber. Mas nos anos 1950, quando Violeta assume a direção da Escola de Serviço Social de Niterói, esse fato se repetirá: A compra de um piano e a contratação de Stela. Como nos diz Costa (2002), a maternidade transferida implica cumplicidades e práticas compensatórias entre muitas mulheres.

As demandas expressas por alunos dessa unidade de ensino, inicialmente, eram atendidas com os recursos advindos da contribuição de associados da Caixa Social e das festas organizadas pelo setor, em uma continuidade de práticas filantrópicas clássicas e de longa duração histórica. Mas com o aumento da demanda – em 1946, dos 311 alunos matriculados, apenas 68 tinham uma situação econômica relativamente equilibrada (GAMA, 1950) – tais recursos tornaram-se insuficientes.

A primeira tentativa para resolver a questão orçamentária foi o lançamento, entre os servidores, da campanha: “*Mais um sócio*”. Sem o resultado esperado, Violeta sai em busca de novas fontes de renda. No departamento de Educação, obteve uma verba emergencial para iniciar os trabalhos. Mas foi da LBA fluminense que obteve o recebimento de subvenções mensais. Conseguiu isso tranquilamente, já que, como chefe do setor de obras sociais da LBA, era a responsável pelo repasse de verbas a instituições conveniadas. Em 1947, com o cancelamento da subvenção da LBA, o SESI passou a contribuir com o setor (GAMA, 1950).

À frente do campo assistencial da Escola Henrique Lage, Violeta assume um papel de relevância na composição do pacto populista, de dois modos<sup>236</sup>: primeiro, ao utilizar o aparelho estatal para responder, em termos materiais e simbólicos, algumas das demandas cotidianas desses alunos/trabalhadores, garantindo-lhes minimamente condições de existência, como nos mostram seus relatos.

Certa vez enviamos um grupo de visita a um colega que vinha faltando as aulas por doença. Levaram frutas e remédios solicitados antes pela família.

---

<sup>236</sup> “A ideia de pacto procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva, porque fraca numérica e politicamente. A lógica deste pacto, cuja efetivação estava sendo datada, precisava ser entendida numa perspectiva temporal muito mais ampla, que conectava o período de pré e do pós-30 e as experiências aí vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado” (GOMES, 2013, p 48).



Discretamente, um dos emissários nos procurou, solicitando-nos também a compra de um colchão, pois o colega estava deitado em esteira, em chão de cimento. A providência foi imediatamente tomada e, em pouco tempo, com o colchão lhe enviamos cama nova” (GAMA, 1950, p. 22).

Um outro registro expõe uma significativa efetividade das ações assistenciais:

“Em 1945, graças ao auxílio recebido da LBA, adquirimos algum material permanente para o gabinete médico e odontológico, além de suprir o mesmo de material permanente e de consumo, sempre que há atraso por parte do departamento de compra” (GAMA, 1950, p. 30).

Como demonstram Duarte e Fontes (2004), em seu estudo sobre o Adhemarismo e o Janismo nos bairros do Mooca e São Miguel Paulista, se tais ações assistenciais criam uma ponte ideológica entre lideranças políticas “carismáticas e benevolentes” e as classes populares, essa experiência estaria muito longe de exprimir uma relação de subordinação e manipulação entre esses atores sociais. Mas, ao referenciar o Estado representado pelo S.A.S como alvo e endereço das demandas dos alunos, verifica-se, primeiro, que as ações assistenciais de Violeta apontam para o reconhecimento de direitos: “Por isso é preciso relativizar a ideia de que nessa relação de troca não haja implícita uma noção de direito e representação” (DUARTE & FONTES, 2004, p. 119). Segundo, e mais importante, ao profissionalizar o setor assistencial da E.I.H.L, Violeta atende aos princípios de racionalidade técnica e científica, exigidos pelo Estado na montagem de sua máquina pública. Diante da decisão do governo de só admitir, nos serviços públicos, profissionais diplomados, Violeta ingressa na Escola de Serviço Social, em Niterói, conquanto nem sua formação acadêmica, no campo das artes, nem o curso de visitadora social eram suficientes para lhe garantir a nomeação para postos-chave na estrutura administrativa do Estado. Nessa experiência, Violeta distancia-se, cada vez mais, do modelo filantrópico, encontrado nas experiências de Alice Tibiriçá e Pérola Byington, e se aproxima de um modelo profissional. Para atender à estratégia de Amaral Peixoto, que investia na especialização profissional para, em seguida, nomear para cargos estaduais, o Secretário de Educação e Cultura, por ato publicado no Diário Oficial, de 25 de março de 1948, dispensava a professora Violeta do ponto na E.I.H.L, a fim de poder frequentar o curso de assistente social.

Tão logo Violeta recebeu as informações técnicas do Serviço Social, o S.A.S, que

inicialmente tinha caráter filantrópico, passou a ser designado Serviço Social da E.I.H.L, com finalidades próprias e destinado a atuar de acordo com os modelos do Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Organização de Comunidade Ver (GAMA, 1950). Essa “experiência muito longa e interessante, junto aos alunos da Escola Industrial Henrique Lage, onde há mais de quatorze anos lecionamos a disciplina de Desenho Técnico”, foi descrita por Violeta, em 1950, em sua monografia de final do curso de Serviço Social. Diplomada ela não mais retornaria ao “Henrique Lage”.

### **3.4. Uma legionária de Alzira Vargas<sup>237</sup>.**

A primeira metade do século XX nem tinha chegado ao fim quando o mundo foi novamente sacudido pela Segunda Guerra, conflagrada no continente europeu em 1939. No Brasil, até agosto de 1942, o conflito mundial era acompanhado à distância, principalmente por intermédio da imprensa<sup>238</sup>. Mas o envio de combatentes – através da Força Expedicionária Brasileira – para lutar, ao lado dos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, contra a aliança Alemanha, Itália e Japão, trouxe para o país a atmosfera de medos, incertezas e inseguranças, já experimentadas por Pérola Byington em 1914<sup>239</sup>. E assim como foi com Pérola, esse momento

---

<sup>237</sup> Um legionário é um soldado que faz parte de uma legião. Na década de 1940, o termo passou a ser utilizado no feminino para designar as mulheres que exerciam atividades voluntárias na Legião Brasileira de Assistência. Numa clara alusão à efetiva participação das mulheres no esforço de guerra, as “legionárias”, assim como as “patricias” de Alice Tibiriçá, dão um novo sentido à participação feminina no espaço público, vinculando-as a um território, até então exclusivamente masculino, como o da guerra. Embora existam relatos orais sobre a possível existência, na capital fluminense, de um grupo chamado GLAV (Grupo de Legionárias Alzira Vargas), em nossas pesquisas não encontramos nenhuma referência a esse grupo. Localizamos aí áreas sombras, que apontam para novas possibilidades de pesquisa.

<sup>238</sup> Alguns registros sobre a criação da LBA informam o clima desses tempos: “A 20 de agosto de 1942, a opinião pública, afrontada por ataques do Eixo à frota brasileira, sofreu um choque maior: o afundamento de mais cinco navios em nossas águas territoriais. Seguiram-se movimentos de protestos contra a agressão e a favor da direta participação na guerra. Dois dias depois, o governo apresentou sua declaração de guerra a Alemanha, Itália e Japão e determinou a mobilização total das forças armadas. De repente, o Brasil, de tradição pacífica, necessitou criar uma infraestrutura de guerra. Nasceram, então, campanhas populares de arrecadação de fundos e movimentos de massa em apoio ao esforço bélico.” Cartilha “Memória da Assistência Social: As origens da LBA”, acervo CPDOC. Fundo AVAP. vpu. LBA 1977.03.29. p. 5.

<sup>239</sup> Entre esses combatentes, encontrava-se meu avô materno João Ledig. Recém-casado com a jovem de classe média Eponina Azevedo. Ela, após a ida do marido para a guerra, retornou para a casa de sua família. Filho de um alemão que havia fugido da I Guerra e de uma brasileira, meu avô costumava dizer que durante a guerra sempre pensava se não estaria matando um parente seu. Meu avô faleceu em dezembro de 2015 aos 98 anos de idade.

triste que é uma guerra, também será um momento de novas oportunidades para Violeta. Um verdadeiro divisor de águas em sua trajetória profissional.

Logo após o embarque dos primeiros soldados brasileiros para a Europa, D. Darcy Vargas, primeira-dama do país, convoca para uma reunião no Palácio Guanabara “todas as entidades que quisessem ou pudessem ajudar, as esposas de todos os Ministros de Estado e auxiliares imediatos, além das mulheres dos interventores estaduais que porventura estivessem no Rio de Janeiro”. Como “Niterói fica logo ali”, a primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro esteve presente e, ao lado de Paulo Celso Moutinho, assumiu o cargo de redatora do estatuto da nova instituição. Alzira bem que tentou argumentar, “achando o estatuto demasiado rígido, feito para a cidade do Rio de Janeiro e não para o interior”.<sup>240</sup> Afinal, nos municípios do interior do país, muitos indivíduos, tanto do comércio, como da indústria, não eram brasileiros natos, e, portanto, segundo o estatuto, não poderiam atuar na LBA<sup>241</sup>. E, em alguns municípios, a mulher do prefeito não existia ou, em outros, não poderia assumir. Os problemas iriam pulular por todos os cantos do país: “Fui vencida, mas não convencida”, disse Alzira Vargas do Amaral Peixoto<sup>242</sup>.

Após a fundação da LBA nacional, Dona Darcy – como era afetivamente chamada, envia um telegrama às esposas dos governadores estaduais e interventores federais, convocando-as a instituírem a LBA em seus Estados. Essa bem organizada iniciativa feminina agiria apenas como um apêndice dos esposos governantes, sob a ótica totalmente assistencialista – como afirmar Torres (2002) e Mestriner. (2011). Ou será que instituiria e consolidaria novas formas de sociabilidade feminina, novos projetos políticos e novos espaços de atuação e poder político feminino, como aponta Costa e Soihet (2012)?

Eis o conteúdo do telegrama convocatório:

---

<sup>240</sup> Roteiro de Entrevista de Alzira, a ser realizado com a Sr.<sup>a</sup> Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro, março de 1977. Acervo CPDOC. AVAP vpu (lba) 1977.03.29. parte I. p.4.

<sup>241</sup> Eis o artigo do Estatuto da LBA que define que somente brasileiros poderiam participar das ações desenvolvidas pela nova instituição: Art 2º. “A LBA tem a finalidade de congrega**os brasileiros** de boa vontade a promover, por todas as formas, serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas” (grifos nossos). Cartilha: “As origens da LBA”, acervo CPDOC. Fundo AVAP. vpu. LBA 1977.03.29.

<sup>242</sup> Roteiro de entrevista a ser realizada com a Sr.<sup>a</sup> Alzira Vargas do Amaral Peixoto – acervo CPDOC. Fundo AVAP. vpu. LBA 1977.03.29.

Visto as grandes dificuldades que atravessam na proteção as famílias de nossos soldados e execução de todos os deveres civis que foram necessários, com esse objetivo foi fundada nesta capital sob a égide da Federação das Associações Comerciais do Brasil a Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender em todo país os benefícios desta organização, sugerimos que assuma, neste Estado, a direção do movimento em colaboração com Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muita grata por sua colaboração. Saúda cordialmente - Darcy Vargas. (CORREIO DA MANHÃ, 1942).

Ao traçar um panorama da trajetória de Darcy Vargas, Simili (2008) salienta que quando os objetivos governamentais se voltaram para a LBA e para a primeira-dama, instituição e personagem tornaram-se elementos de propaganda política<sup>243</sup>. No intuito de motivar a consciência nacional para o esforço de guerra e dar forma objetiva a esta mobilização, campanhas enfatizavam, principalmente, a importância da cooperação entre os sexos para a vitória do Brasil. Os ideais de povo unido diante da guerra movimentaram as campanhas de mobilização feminina, desencadeada pelo governo Vargas.

“No que se refere ao esforço de guerra, nenhuma iniciativa da LBA evidenciou tanto a dedicação da mulher e o potencial de mobilização de emergência quanto o corpo de voluntárias. Aproximadamente 1.000.000 brasileiras o integrava, executando uma série de trabalhos assistenciais” (CARTILHA “Memória da Assistência Social: As origens da LBA”, acervo CPDOC. Fundo AVAP. vpu. LBA 1977.0.29.p 8).

A prática de arremeter mulheres para ajudar as famílias, cujos homens saíram para engrossar as fileiras nas frentes de batalha, não era nenhuma novidade. D. Darcy, nos meses que antecederam a chegada de Getúlio Vargas ao palácio do Catete, havia criado, no Rio Grande do Sul, a Legião da Caridade.<sup>244</sup> E, depois dela, o Movimento Constitucionalista de 1932 também contou com forte atuação de “mulheres paulistas”, como Pérola Byington e Alice Tibiriçá, na

---

<sup>243</sup> Em pesquisa realizada em todos os periódicos do Brasil, entre 1940/1949, no site da Hemeroteca digital <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. No dia 29 de janeiro de 2016, foram encontradas 9.673 ocorrências com o nome de D. Darcy Vargas e 17.617 referentes a LBA. Sobre o papel dos meios de comunicação na imprensa política do Varguismo e do Peronismo, ver CAPELATO, Maria. HR Multidões em cena. **Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus**, 1998.

<sup>244</sup> A Legião da Caridade foi criada com o objetivo de produzir roupas e agasalhos para os combatentes que haviam partido na aventura revolucionária ao lado de Getúlio Vargas, além da distribuição de mantimentos para as famílias que os revolucionários deixaram para trás. (SIMILI, 2008, p 81).

assistência às famílias e aos soldados revoltosos<sup>245</sup>.

Em consonância com as ações da LBA nacional, a primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, convoca professores e diretores de escolas para participarem da criação da LBA no Estado do Rio de Janeiro<sup>246</sup>. A professora Violeta Campofiorito é, então, indicada para representar a Escola Industrial Henrique Lage. D. Violeta informa: “Nós todos, diretores e professores de projeção, fomos chamados para uma reunião” (GAMA, CPDOC, 2002, p.7). Assim como Pérola, seu trabalho voluntário se desenvolve sob os auspícios da Guerra, no seu caso, da II Guerra Mundial. Suas ações de “assistência social voluntária” a haviam preparado para novos deslocamentos no campo político. Ela narra: “A LBA fluminense foi criada com esse grupo de diretores de escola, todos ao lado de dona Alzira, e senhoras da sociedade” (GAMA, CPDOC, 2002, p.11). Esse “reencontro” com Alzira Vargas seria decisivo para que Violeta conquistasse um lugar mais visível na esfera pública. Tempos depois, ao falar de sua amizade com Alzira Vargas, diria: “Eu já a conhecia, mas não tinha essa intimidade de depois, na LBA” (GAMA, CPDOC, 2002, p.11).

Como “legionária”, Violeta teve uma experiência compartilhada social e culturalmente com outras mulheres – muitas oriundas de cidades do interior do Estado – que desempenharam esses papéis nos idos dos anos 1940. Na sua trajetória, porém, é possível identificar a construção de uma intelectual, nas palavras de Sirinelli (2003), é essa que marca sua diferença e singularidade no grupo social do qual faz parte.

Diante da escassez de mão de obra especializada para a missão de proteção às famílias dos soldados convocados – do exército, da marinha, da aeronáutica e integrantes da marinha mercante – a LBA inicia, em todo território nacional, uma série de cursos para treinar o voluntariado feminino: “Nessa ocasião, havia pouquíssimas assistentes sociais formadas em São Paulo e Rio.”<sup>247</sup> A crescente urbanização, o aparelhamento do Estado, o discurso de modernização e de construção nacional e o ingresso na II Guerra Mundial criaram novas possibilidades para as

---

<sup>245</sup> Sobre a atuação da mulher paulista, ver WEINSTEIN, Barbara. Inventando a “mulher paulista”: política, rebelião e a generificação das identidades regionais brasileiras. "Revista Gênero 5.1 (2004).

<sup>246</sup> No dia 09 -09- 1944 o Jornal “Diário da Noite” noticiava a cerimônia de comemoração do Segundo aniversário da LBA fluminense, que havia sido criada em 08 de outubro de 1942. Fonte. Hemeroteca digital site: <http://memoria.bn.br> acesso em 15 de janeiro de 2016.

<sup>247</sup> Roteiro de Entrevista de Alzira a ser realizado com a Sr<sup>a</sup>. Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro, março de 1977. Acervo CPDOC. AVAP vpu (lba) 1977.03.29. parte I. p. 5.

visitadoras sociais e, mais tarde, para as assistentes sociais e, nesse mesmo compasso, para o trabalho feminino. Para o curso de Visitadoras Sociais, de onde saíram as pioneiras do Serviço Social fluminense, foram convidadas professoras primárias da capital e do interior do Estado do Rio de Janeiro. Esta característica também esteve presente no grupo de Educadoras Sanitárias, que - juntamente com Pérola Byington - criaram em São Paulo a Cruzada Pró-Infância.

No antigo Estado do Rio de Janeiro, o curso de Visitadora Social se organizara em torno de Maria Esolina Pinheiro, professora da Escola de Serviço Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, hoje Escola de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sua obra *Serviço Social: Infância e Juventude Desvalidas*, de 1939 – a primeira editada no Brasil – reivindicava o preparo especializado de assistentes sociais e “trabalhadores sociais”, que, “mesmo na iniciativa privada, tem por fim principal reforçar a ação dos serviços públicos” (PINHEIRO, 1985, p.16). A afinidade eletiva entre suas ideias e o discurso intervencionista do Estado Novo deve ter empolgado a amiga Alzira Vargas<sup>248</sup>. A formação de pessoal especializado tornou-se o melhor caminho para atingir os objetivos da LBA<sup>249</sup>.

Ao ingressar na primeira turma do curso de Visitadoras Sociais – organizada por D. Alzira Vargas, ao lado dos cursos de Noções de Enfermagem, Defesa Civil e Nutrição, que pretendiam qualificar o *front* feminino do voluntariado da LBA - Violeta Campofiorito logo se torna elemento de destaque na LBA Fluminense. Eis mais um de seus depoimentos: “Eram umas 40 ou 50 senhoras, tinha de tudo. Mas como eu já tinha uma experiência de Serviço Social na Henrique Lage, é claro que logo fiquei dirigindo grupos, aquela coisa toda” (GAMA, CPDOC, 2002, p.9).

Quanto às “alunas” que, ao seu lado, realizaram o curso de Visitadoras Sociais, D Violeta afirma: “Tinha de tudo, quer dizer, de todos os níveis. Tinha gente até de primário, porque não era obrigatório o título de grau de conhecimento. Eram pessoas de boa vontade, por isso era voluntariado” (GAMA, CPDOC, 2002, p.13). Esse primeiro grupo de visitadoras sociais é caracterizado, desse ponto de vista, por um voluntariado feminino e por uma ação voltada para o

---

<sup>248</sup> A amizade entre Maria Esolina e Alzira é citada nas entrevistas de Violeta Campofiorito e Nilda Ney ao CPDOC em 2001.

<sup>249</sup> Cartilha “Memória da Assistência Social: As origens da LBA”, acervo CPDOC. Fundo AVAP. vpu. LBA 1977.0.29, p. 25.

campo da filantropia. Ela prossegue: “A gente fazia campanhas, o comércio. Todo mundo ajudava. Nós ajudávamos as famílias dos pracinhas que estavam passando fome porque o chefe foi embora” (GAMA, CPDOC, 2002, p.14). São práticas similares às vivenciadas por Alice Tibiriçá e Pérola Byington e que produzem novos deslocamentos de mulheres no plano político, modificando a percepção que elas tinham do mundo e de si mesmas e redefinindo seus significados. Assim falava Violeta sobre a atuação das visitadoras à imprensa local em 1945.

O espírito de sacrifício e obrigação das visitadoras sociais, representado por um trabalho árduo e desinteressado, demonstra uma compreensão nítida e inteligente da solidariedade humana, útil e apreciada em todos os tempos, mas principalmente numa época de emergência como a atual. (O ESTADO, 1945 apud COSTA, S. G., 1995, p. 42).

Na montagem das estruturas assistenciais da capital e do interior do Estado, a LBA contou com o apoio das prefeituras, através das comissões municipais<sup>250</sup>. Mas foram “legionárias” como Violeta – “mulheres que tinham em comum todas as certezas quanto ao caráter humanitário de suas muitas atividades e aos retornos políticos dessas ações sociais em todo o Estado” (COSTA, 1995, p. 37) - que executaram uma série de trabalhos assistenciais: “Nos todas fizemos o curso, visitamos as favelas levando correspondências, ajuda, mantimentos e apoio às famílias dos pracinhas”, afirma Violeta. (GAMA, CPDOC, 2002, p.9) Em entrevista concedida ao CPDOC, Dona Violeta, em 2002, situa a natureza dessas ações e os “encontros com a dor do outro” (LAQUEUR, 1992) no projeto inicial desenvolvido pela LBA.

A LBA fazia muito trabalho social, precisando desse grupo de pessoas que foi alertado para o bem estar social, fazendo serviço social voluntário. Niterói tem muitos morros, muitas favelas e um grande número de pracinhas foram para a guerra. E os pracinhas foram todos das regiões mais pobres de Niterói, do Estado do Rio, onde também estávamos. Eu ficava mais em Niterói, mas muitas eram de outros municípios. Então, essas pessoas foram chamadas pela LBA, como um voluntariado, recebendo pró-labore para ajudar no trabalho de assistência aos pracinhas. Eu, por exemplo, subi morros para levar cartas para a família dos pracinhas: eu e todas as minhas colegas voluntárias. Estou falando

---

<sup>250</sup> Em 1944, dos 1.740 municípios existentes em todo território nacional, havia a efetiva presença legionária em 1.562, portanto mais de 90% do total. “Número muito significativo, sobretudo considerando-se as dificuldades de rápida comunicação, as distâncias físicas, as variantes gerenciais.” Memória da Assistência: Origens da LBA. 1977. p 8. Acervo CPDOC. AVAP. vpu. (lba) 1977.03.29.



não do tempo de formada, mas do tempo em que era voluntária. (GAMA, CPDOC, 2002.p. 9).

Diante da urgência de capacitar a mão de obra feminina do interior para executar tão “nobre tarefa”, a LBA utiliza o rádio como meio de formação. Isso é o que nos conta, Nilda de Oliveira Ney de Cruz., então professora primária do município de Aperibé <sup>251</sup>:

“Fiz pelo rádio! (...) Então ela (Maria Esolina Pinheiro) deu o curso que era de tarde, às quatro ou cinco horas. E ela dava aula, mandava apostila, porque a gente tinha que se inscrever no curso. Eu me inscrevi e ela mandava as apostilas para mim. (...) A gente estudava, depois ela mandava umas provas, que eu fazia e mandava. E tinha que fazer uma monografia. Eu sei que fui aprovada” (CRUZ, CPDOC, 2002, p. 9).

D. Nilda termina contando que soube do curso pelo jornal e, ao final de seis meses, com aulas diárias, tornou-se a única visitadora social da cidade: “Eu visitava as famílias de lá”. Ela assinalava as necessidades encontradas e comunicava à LBA que dava assistência. Com o fim da Guerra, D. Nilda aceita a proposta para fazer, na capital fluminense, o curso de Serviço Social que acabara de ser criado por D Alzira Vargas. Como outras professoras do interior, D. Nilda deve ter visto aí a possibilidade de trabalhar na capital. Logo que formadas, quase todas se tornaram professoras da Escola. Alguns anos depois, D. Nilda assumirá a direção da ESSN. Primeiramente, “fui vice-diretora de Violeta, que foi minha aluna. (...) Quando Violeta saiu, eu era vice-diretora e fiquei na direção até a eleição”. E, após esse período, como diretora eleita. <sup>252</sup>

A experiência em uma instituição como a LBA revelava possibilidades efetivas de empoderamento político de uma mulher na capital fluminense, nos primeiros anos da década de 1940. Foi o que ocorreu com D. Violeta. Ali, entre as visitadoras, ela foi adquirindo prestígio

---

<sup>251</sup> Assim como Violeta Campofiorito, D. Nilda de Oliveira Ney de Vasconcellos Cruz também desenvolvia ações filantrópicas junto aos seus alunos. “Eu institui a caixa escolar em Aperibé, para dar merenda para os alunos. As outras escolas não tinham, mais a minha tinha merenda. Eu fazia teatro com as crianças, trazia as peças e as roupas de casa... No dia 07 de setembro, eu consegui com os comerciantes dinheiro para comprar tênis para as crianças que não tinham calçados para desfilar”. CRUZ, Nilda de Oliveira Ney de Vasconcellos. Nilda Ney (depoimento, 2001). Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002. p 5.

<sup>252</sup> CRUZ, Nilda de Oliveira Ney de Vasconcellos. Nilda Ney (depoimento, 2001). Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002. p. 22.

profissional. Nomeada chefe do setor de Obras Sociais por Alzira Vargas, Violeta torna-se cada vez mais reconhecida como pessoa importante na montagem do pacto populista no Antigo Estado do Rio de Janeiro. Isto se devia, em parte, por ter conseguido demarcar e reivindicar como sua uma área do conhecimento: a “assistência social” – particularmente, por sua atividade de visitação e atuação no setor social da E.I.H.L. Já Violeta reconhece que D. Alzira a ajudou a ascender profissionalmente na LBA: “D. Alzira logo me destacou. Não sei por que ela simpatizou comigo” (GAMA, CPDOC, 2002, p.10). Assim, acompanhando a trajetória “legionária” de Violeta Campofiorito, vê-se que ela se consagra no espaço político por ações que vinculam mulheres a ações filantrópicas e voluntárias. Ao diferenciar-se da caridade, a filantropia desloca seu foco da gratificação espiritual para a ação social, conferindo-lhe papel estratégico na construção da nação moderna. A própria Violeta menciona, com certo tom saudosista, este aspecto humanitário presente nas ações assistenciais das visitadoras sociais: “Naquele tempo, pessoas humildes eram nobres e nos agradeciam. Elas ficavam felizes por receber, entendiam que aquilo era uma solidariedade, era amizade e amor ao próximo” (GAMA, CPDOC, 2002, p.15).

Nessa experiência, a montagem do sistema de proteção social se faz com continuidades e, também, com rupturas de práticas filantrópicas de longa duração. Elas também compõem elementos do imaginário social que, associam bondade à feminilidade (VOSNE, 2013), fixados numa dada noção de divisão sexual do trabalho, ou seja, essa que reafirma a destinação das mulheres à prática dos cuidados (FREIRE, 2006). Isso confirma a divisão sexual do trabalho e ela se expressa em circunstâncias várias do cotidiano, as mais banais, reafirmando continuidades na história do tempo presente. Se, inicialmente, Visitadoras Sociais – como Violeta Campofiorito e Nilda Ney – foram treinadas em cursos rápidos, foi “porque a emergência estava exigindo pressa” – e para fazer visita social era preciso “chegar na casa do pracinha e saber o que fazer e como ajudar” (GAMA, CPDOC, 2002, p.10). No contato com a dor da pobreza, essas mulheres, tantas oriundas das classes médias, estendem suas ações assistenciais, na conjuntura de II Guerra, a famílias de não-convocados, desenvolvendo e coordenando esforços em favor da assistência às faixas populacionais menos favorecidas. Podemos constatar isso na carta que América Xavier da Silveira, chefe da Comissão Municipal de Niterói, enviou à presidente da LBA fluminense, em 1943, sugerindo medidas de organização dos trabalhos necessários, muito próxima daquelas

implementadas, desde a década de 1930, por Pérola Byington na capital paulista.

Assim, podemos imediatamente iniciar LACTARIOS de 0 a 12 meses e o SERVIÇO DE HIGIENE INFANTIL de 12 a 24 meses, (...) nos seguintes locais já em funcionamento: Centro de Saúde Modelo – Ambulatório São Vicente de Paula, à Rua Mariz e Barros, com o pediatra dr. Elmaerto Oliveira – Casa Maternal 1º de Maio, no Barreto, com o pediatra Dr. Lauro Monteiro – Instituto de Assistência e Proteção à Infância, com o pediatra Dr. Imbassahy. No Preventório Paula Cândido, temos ótimo local dependendo apenas de instalação, com movimento e circulação independente, que atenderá a uma grande população necessitada, do Saco de São Francisco, Jurujuba e Pendotiba. Aí também poderá ser instalado um Serviço de Pediatria e um Serviço de Pré-natal, dando completa assistência desde a maternidade à infância. Irá informar ainda que as creches têm se apresentado como um fator primordial para a nossa atuação eficiente. Nas famílias pobres ou necessitadas, a mãe trabalha tanto quanto o pai, acontece pois que ficam as crianças entregues às criadeiras boçais ou trancafiadas, a maior parte das vezes, em quartos de pequenas dimensões, entregues a si mesmas. Temos já em aproveitamento e dando sua inteira colaboração a Casa Maternal 1º de Maio, no bairro operário do Barreto. Poderíamos ampliar a da Fundação Anchieta. O Asilo Santa Leopoldina oferecenos como realização de um ideal do Sr. Diretor Presidente Dr. Levy Carneiro, a creche com Jardim de Infância (2 a 6 anos) em seu bem montado edifício próprio. Para completar a assistência à infância de Niterói, a LBA organizaria a sua CASA DA CRIANÇA de Niterói em dois bairros de maior população infantil necessitada de assistência. (CORRESPONDÊNCIA enviada por América Xavier à D. Alzira Vargas em 1943. Acervo CPDOC. AVAP, vpu (LBA)

O tempo do voluntariado havia ficado para trás. Na condição de chefe do setor de Obras Sociais da LBA, cargo que ocupou de 1946 a 1961, Violeta visitou vários municípios fluminenses para fazer reuniões com pessoas ligadas às obras e levantar fundos<sup>253</sup>. Eis seu depoimento: “Sempre fui muito ligada aos prefeitos, às autoridades, tinha muita passagem em todos os lugares, muita facilidade” (GAMA, CPDOC, 2002, p.12).

Paradoxalmente, foram essas ações voluntárias, exercidas como legionária, que lhe conferiram status e poder, e permitiram o reconhecimento profissional e, por sua vez, o seu esquecimento como filantropa. A posição de Violeta, legionária contratada, inscreve-se entre a filantropia e a profissionalização. Ao afirmar que recebia pró-labore, ela apontava para a

---

<sup>253</sup> Durante esse período, Violeta esteve por dois períodos à disposição da ESS de Niterói: O primeiro foi curto entre 01/06/1953 a 30/11/1953, o segundo mais longo perdurou de 19/09/1955 a 30/11/1960.

necessidade de profissionalizar as ações assistenciais da LBA, “porque naquela época, como agora, as pessoas voluntárias faziam isso num período e depois não podiam continuar, porque tinha que pagar passagem, comida e tudo isso. Dona Alzira sempre foi muito generosa” (GAMA, CPDOC, 2002, p.10). A análise dessas contradições serve para pensarmos o significado da LBA nos níveis de profissionalização feminina em atividades assistenciais.

Em suas viagens, D. Violeta sentia de perto a falta de pessoal técnico para atuar nas obras sociais da LBA.

Eram várias promoções para beneficiar as obras. Primeiro, a gente orientava tecnicamente a obra para ter o seu estatuto. Eu fiquei formada em estatuto; fiz estatuto para tudo quanto foi obra social, porque elas se governavam voluntariamente, com uma certa desorganização. (...) nas obras não se tinha muito conhecimento. (GAMA, CPDOC, 2002, p.11).

Diante do aumento exponencial da rede assistencial, tornou-se premente a necessidade de profissionais especializados para trabalhar na LBA e nas obras sociais. A longa duração do curso de serviço social (três anos) fez com que D. Alzira Vargas optasse por cursos de curta duração, anexos à Escola de Serviço Social<sup>254</sup>. Afinal, “os problemas existentes, os trabalhos em realização não poderiam ser suspensos até que se formasse um grupo de assistentes sociais capazes de orientar os serviços de assistência” (CALAZANS, 1947, p. 14). A partir de 1945, a formação profissional das Visitadoras Sociais Fluminenses seguiu um modelo de profissionalização feminina baseado no curso de Serviço Social. Petra Maria Calazans de Araújo, monitora e organizadora do primeiro curso de Visitadoras Sociais da Escola de Serviço Social de Niterói, foi enfática ao afirmar que “a finalidade do Curso de Visitadoras Sociais é o preparo técnico e a formação da mentalidade do futuro agente de Serviço Social” (CALAZANS, 1947, p. 37). Mas logo viriam à tona questões de hierarquia profissional e competência técnica. Como um curso intensivo poderia formar trabalhadores sociais, capazes de desempenhar função semelhante às de assistentes sociais? Diante das necessidades de momento, “era preciso contar com

---

<sup>254</sup> Para atender à demanda por mão de obra além do curso de Visitadoras sociais, a ESSN também realizou diversos cursos de Auxiliar de Serviço Social, com duração de três meses. Com o intuito de atender à necessidade imperiosa de preparar pessoal habilitado para atuar no interior do Estado, entre 1952/1953 a ESS e a Escola de Enfermagem realizaram, na cidade de Petrópolis, o curso de Auxiliar sanitário social. Para a realização deste curso foi assinado um convênio entre D. Violeta e o Secretário de Saúde e Assistência, Dr. Adelmo Mendonça, o qual se responsabilizou pelos custos de passagem e pagamento das professoras. O certificado do curso era fornecido pela Secretária de Saúde e Assistência. Acervo NDC/UFF, fundo ESSERJ (pasta 04-23).

elementos já em função, dando-lhes toda formação possível até que o melhor pudesse ser feito” (CALAZANS, 1947, p. 14). Aos poucos, as visitadoras sociais foram sendo substituídas por assistentes sociais graduadas.

Com duração de um ano, o curso de Visitadora Social (anexo à Escola de Serviço Social) destinava-se a “moças que vêm trabalhando junto a instituições sociais ou pretendem dar seu concurso às atividades da Legião Brasileira de Assistência e de outras obras sociais.” (CALAZANS, 1947, p. 13). As candidatas precisavam ter idade mínima de 16 anos, realizar um exame vestibular de acordo com o regulamento da escola, além de submeter-se ao exame médico estabelecido pela diretoria da escola. E mais: “A fim de atender moças que trabalham renumeradas em obras sociais ou não e que deveriam e desejavam fazer o curso, mas não dispunham de recursos para tal (...) resolveram distribuir Bolsas de Estudo, em número de dez” (CALAZANS, 1947, p. 13).

Nos serviços da LBA, assim como na saúde pública, a importância das visitadoras sociais foi indiscutível. Tanto no atendimento às famílias dos pracinhas, quanto nos serviços de atenção materno-infantil. Encarregadas de educar e ainda mais de reeducar “a criança, o jovem, os adultos, colaborar em fim com todos e em toda oportunidade” (CALAZANS, 1947, p. 30), ficavam encarregadas ainda de “exercer sua ação sobre o ser humano apresentando ou em vias de apresentar problemas” (CALAZANS, 1947, p. 30), e finalmente responsabilizava-se por “levar o alívio aos sofrimentos humanos, procurando colocar e recolocar os homens em condições normais” (CALAZANS, 1947, p. 30). Conforme já dito, cabia às “visitadoras”, sociais ou sanitárias, levar ao “povo” novos padrões civilizatórios.

A aliança estabelecida por afinidades eletivas entre mulheres e médicos, em torno da proteção materno-infantil, também se fez presente no currículo do primeiro ano, quando as alunas, além de aulas de Serviço Social, Psicologia, Sociologia, Pedagogia e Ética, também estudavam Higiene, Puericultura e Nutrição. Somente ao final do curso teórico, as alunas seriam encaminhadas para o estágio, mas a falta de pessoal para a realização do Serviço Social da LBA fez com que, antes de concluir o curso, muitas já atuassem nas obras sociais (CALAZANS, 1947, p. 25). A carência de mão de obra feminina para atuar na nova política assistencial levou a ESSN a realizar, entre agosto e novembro de 1947, um curso de auxiliar de Serviço Social. As

dezenove alunas inscritas tiveram aulas de nutrição, ética, higiene, sociologia, aspectos jurídicos, serviço social, puericultura, socorros de urgência e religião. Em 1952, dando continuidade a esse programa de formação profissional, a então diretora da ESSN, D. Violeta Campofiorito, em conjunto com a Faculdade de Enfermagem, realiza, a pedido do Secretário de Saúde e Assistência Social, Dr. Adelmo Mendonça, o curso de Auxiliar Sanitário Social na cidade de Petrópolis<sup>255</sup>.

Como legionária, Violeta personificou, em seus atos, modos de traduzir ações no campo da proteção social. Fez isso dando continuidade a tradições pertinentes ao exercício da filantropia, sempre enunciada como tarefa adequada às mulheres. Como sinaliza Perrot, essa experiência modificou sua percepção de mundo e sua inserção pública. Ao garantir visibilidade e respeitabilidade pessoais por suas ações como legionária, Violeta se vê deslocada para outras arenas políticas.

### **3.5. A Escola de Serviço Social de Niterói e a educação feminina**

Uma mulher adiante de seu tempo, interessada em tudo ao seu redor, profissional respeitada, participante e ativa, é assim que Leda Watson define Violeta Campofiorito, sua mãe. A professora de desenho da Escola Industrial Henrique Lage ingressa, aos 39 anos de idade, na Escola de Serviço Social de Niterói (ESSN). Aí, inicia uma nova trajetória profissional que a desloca para novos espaços, dando-lhe um lugar de destaque na montagem da rede de proteção social fluminense e no Serviço Social nacional.

Como Alice Tibiriçá e Pérola Byington, Violeta também iniciou suas ações assistenciais ainda vinculadas a práticas caritativas e filantrópicas. Essas ações, reconhecidas e legitimadas por seu engajamento na montagem de uma vasta rede de proteção social, essas três mulheres tornam-se intelectuais na sociedade em que vivem. Entretanto, em São Paulo, Alice e Pérola compõem um tipo de intelectual mais distante do poder público e mais próximo das oligarquias políticas e econômicas, enquanto, na capital fluminense, a imagem intelectual de Violeta delinea-se por sua inserção social como funcionária do Estado.

As ações de Alice e Pérola permaneceram no campo filantrópico ao longo de sua

---

<sup>255</sup>

Acervo NDC/UFF Fundo ESSERJ caixa 4 (21).

trajetória; já os discursos e práticas de Violeta marcam mudanças de rumo em um tempo de reconhecimento da emergência das políticas sociais no país: Conta-nos ela que, como voluntária, “sentia que estava fazendo assistência social, mas não era completo”. Violeta “queria algo mais, queria saber mais” (GAMA, CPDOC, 2002, p.16). Percebe que o exercício da atividade assistencial como política pública aponta para a necessidade de profissionalização das mulheres como agentes oficiais da proteção social sob a égide do Estado, situando a necessidade de preparo especializado, pois: “A aplicação de medidas mais eficazes para solução dos problemas sociais exige estudo sério e profundo, métodos próprios e desenvolvimento de qualidades pessoais”.<sup>256</sup>

A interventoria de Amaral Peixoto acompanha o Governo Federal e assume a preocupação com o social em seu projeto político. O aumento exponencial do poder estatal na criação de uma infraestrutura de serviços básicos, inclusive serviços assistenciais, sugere que, diferentemente da década de 1930, já não se tratava de utilizar práticas filantrópicas, como as de Alice e Pérola, mas de “criar uma profissão que, utilizando os recursos das ciências sociais de então, pudesse atuar de forma *neutra, científica e apolítica* na solução dos problemas da pobreza” (HONORATO, 2012. p. 59). Estava instalado na capital fluminense “um estado de espírito favorável à criação de uma Escola de Serviço Social em Niterói”, reconhece Violeta Campofiorito (GAMA, 1995 p. 3). O trabalho das visitadoras sociais, direcionado inicialmente para o atendimento dos pracinhas e seus familiares, tornara-se necessário para responder à crescente demanda de problemas sociais que viam no Estado seu principal interlocutor. Não por acaso, a proposta de se criar a Escola de Serviço Social na capital fluminense surge justamente quando a II Guerra mundial acabara e a proposta de extinguir a LBA circulava nas altas esferas administrativas do governo<sup>257</sup>. Diante de uma grave crise política, cujas consequências davam origem a críticas sobre as ações assistenciais da LBA, “Alzirinha” decide qualificar a atuação de legionárias que, como Violeta, continuavam prestando serviços à LBA, mas agora em favor da assistência à maternidade e à infância. Daí a informação: “Aí, eu comecei a verificar por elas que,

---

<sup>256</sup> Folder da ESSERJ 1945. Fundo Esserj. Acervo NDC/UFF.

<sup>257</sup> Com o fim da Guerra, suprimiu-se a contribuição dos empregados para a LBA, “restringindo-se em muito os recursos que essa instituição disporia, não podendo ela continuar a prestar assistência social com a extensão que até ali venha sendo dada. Daí de duas uma: ou dissolvê-la, ou dar-lhe nova orientação dentro desses recursos”. (KINGSTON, 1948, p57)



com um pouco mais de informação, de instrução, a assistente social podia resolver sozinha sem apelar para mais ninguém”, destaca Alzira Vargas, ao falar sobre o valor da Assistente Social.<sup>258</sup> Estava criado o “mote” para a fundação de uma Escola de Serviço Social na capital Fluminense.

Para participar do projeto de criação de uma Escola de Serviço Social na capital Fluminense, D. Alzira chamou um grupo de pessoas. Uma dessas pessoas foi Violeta Campofiorito, então chefe do setor de obras sociais da LBA e do Serviço Social da Escola Industrial Henrique Lage, que, ao lado do Dr. Adelmo Mendonça (Secretário de Saúde), de Rubens Falcão (Secretário de Educação), de Maria Esolina Pinheiro (Assistente Social responsável pelo curso de Visitadoras Sociais) e da professora Maria Pereira das Neves (Diretora da Escola Profissional Feminina Aurelino Leal), membro participante da organização da primeira Escola de Serviço Social do antigo Estado do Rio de Janeiro. A partir desse momento, a trajetória de Violeta se entrelaça à memória dessa Escola. É o que afirma o professor Waldenir Bragança, ao prefaciar o livro “Memória”, escrito por Violeta Campofiorito em comemoração aos 50 anos da Escola de Serviço Social de Niterói.

Criada a comissão, D. Violeta recebeu a incumbência de procurar a casa onde funcionaria a nova Escola. Moradora da zona sul de Niterói desde tenra infância, ela logo localiza um belo casarão na Rua Tiradentes, 148 – no bairro do Ingá. O dono, o desembargador Ferreira Pinto, era muito seu amigo e resolveu vender a casa para o Estado.<sup>259</sup> A compra do imóvel pela LBA representou, efetivamente, um passo importante no processo de consolidação da tão almejada profissionalização das ações assistenciais. Sob a inspiração e orientação de D. Alzira, o interventor Amaral Peixoto criava, pelo decreto nº 1397 de 06 de julho de 1945, a então feminina Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (ESSERJ)<sup>260</sup>.

A LBA desempenhou um papel importante no processo de valorização e na própria criação do Serviço Social na capital fluminense. Além de apoiar com recursos humanos e

---

<sup>258</sup> Entrevista de Alzira Vargas, UFF-ESS-SSN-NPHPS/CRD. In: FREITAS, 2012, p.17.

<sup>259</sup> Entrevista de Violeta Campofiorito – UFF-ESS-SSN- NPHPS/CRD, 2002.

<sup>260</sup> Subordinada ao Conselho Estadual de Serviço Social, a ESSERJ era mantida pelo Estado e pela LBA, com verbas em partes iguais. Em 20 de setembro de 1946, a Escola passou a ter autonomia administrativa, funcionando sob a direção de um Conselho Administrativo. São membros natos no referido conselho: Um representante do Conselho Estadual de Serviço Social – presidente, um representante da LBA, a diretora da Escola e um representante do corpo docente eleito pelos próprios professores da escola. Sobre a ESSERJ, ver (COSTA, 1995, GOMES, 1994 e FREITAS, 2009).

financeiros, a criação de serviços assistenciais, valorizando, particularmente, o trabalho do Estado, a LBA apoiou ainda - com base em seu estatuto - a criação do ensino profissional da assistente social, para que pudesse atuar nos serviços da LBA, assim como em qualquer atividade relacionada ao Serviço Social<sup>261</sup>. Considerada no início de sua vida institucional uma obra social da LBA, a escola passou a compor o campo de atuação de D. Violeta Campofiorito, então chefe das obras sociais da LBA.

Ao longo desse trabalho, fica evidenciado que diferentemente do que apontam as referências historiográficas presentes no meio profissional, construídas a partir do exame das escolas paulistas e cariocas, na ESS de Niterói, não encontramos, entretanto, uma relação umbilical entre a criação da Escola de Serviço Social e a igreja católica, mas sim uma presença determinante da máquina pública e de setores da sociedade civil. (COSTA, 1995; FREITAS, 2012). Todavia, de muitas formas, em muitas iniciativas, o catolicismo se fez presente na ESSERJ (assim como a ética protestante dos Batistas marcaram as ações filantrópicas de Pérola Byington). É certo que a igreja católica não participou da criação da Escola, mas isso não significa que essa tenha sido uma escola laica. Já que o curso de Serviço Social da capital fluminense foi organizado pela católica Escola de Serviço Social de São Paulo<sup>262</sup>. Segundo Violeta, a escolha da Escola Paulista foi feita a partir da indicação de Luís Carlos Mancini, assistente social e secretário de Alzira, que a considerava a melhor escola de serviço social do Brasil. Para dirigir a ESSERJ, foi indicada pelo grupo paulista, a Assistente social do Ministério do Trabalho D. Yolanda de Sá Antunes Maciel - “uma mulher muito fechada”, segundo D. Violeta, assume a direção da ESSERJ.

Com D. Yolanda Maciel, vieram duas monitoras: Heloísa Rios Marcondes Faris e Petra Maria Calazans de Araújo. Mas para suprir a necessidade de docentes, foram ainda contratadas pessoas com título universitário, de diferentes áreas, com prática em “obras sociais” e radicadas

---

<sup>261</sup> Um dos objetivos da LBA, segundo reza seu estatuto no artigo 2º Inciso J, era “Organizar cursos e promover todas as formas de propaganda e divulgação em favor do progresso do serviço social no Brasil” Fonte: Livro Memórias da Assistência, acervo CPDOC.

<sup>262</sup> A primeira escola de serviço social do país foi criada, em 1936, pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Nesse centro, militantes, como Maria Kiehl, do movimento católico leigo, que haviam cursado serviço social na escola de Bruxelas, iniciam os planos para criação da Escola de Serviço Social de São Paulo. A primeira diretora da Escola foi a presidente do CEAS, Dona Odila Ferreira, com quem D. Alzira realizou os primeiros contatos no sentido de organizar a ESSERJ.

em Niterói. O capital social acumulado com as ações filantrópicas também levaram Alice Tibiriçá a ministrar aulas no curso de serviço social da Instituição Carlos Chagas; e Pérola Byington a participar de bancas de TCC's da Escola de Serviço Social de São Paulo. No caso, cabia-lhes a tarefa de transmitir conhecimentos e experiências vivenciadas na prática assistencial. Não há dúvida de que tudo isso torna visível rizomas, como indicado por Suely Gomes da Costa, que apontam continuidades e rupturas entre gerações de filantropas e de assistentes sociais na construção do sistema de proteção social brasileiro.

Aos poucos, esses “docentes-filantropos” foram sendo substituídos por professoras primárias que se destacavam no curso de serviço social.<sup>263</sup> Foi o que aconteceu com D. Violeta. No caso, antes mesmo de se formar, recebeu a incumbência de ministrar a disciplina de Serviço Social do Menor. Sua “vocação” para o magistério se aprimora com o ingresso na Escola de Serviço Social. A partir desse momento, ela inicia uma nova e longa trajetória docente na Escola de Serviço Social de Niterói, que só será encerrada em 1977, com sua aposentadoria.

Violeta tinha outra coisa em mente, porém, quando realizou o curso de Serviço Social: sentiu que suas ações de assistência social voluntária “tinha falhas que não devia cometer” (CPDOC, 2002, p. 16). Então, acionada pelo grande plano de construção social presente na sociedade brasileira do Pós-Guerra, Violeta atualiza antigas tradições e vê, no Serviço Social, um novo caminho para a atuação feminina no campo da proteção social, mas agora em estreitos vínculos com o Estado. Sua experiência pessoal é exemplar deste momento de transição em que se dá a montagem do sistema de proteção social brasileiro, sobretudo pelo deslocamento de um voluntariado feminino para um lugar acadêmico de formação e profissionalização para práticas assistenciais preexistentes.

O debate sobre a formação profissional de assistentes sociais na capital fluminense remete a uma história tecida por muitas iniciativas femininas, como afirma Freitas (2009), não apenas por se tratar de uma escola exclusivamente feminina na sua origem, mas por pretender ampliar nessa formação profissional o significado cultural dos cuidados e do enfrentamento dos dolorosos quadros de pobreza. A ESSERJ dedica-se a apontar a necessidade de ampliação e

---

<sup>263</sup> Alunas da primeira turma da Escola de Serviço, como Nilda Ney e Arlete Braga, passaram a compor o grupo de professoras da referida unidade de ensino. A memória dessas pioneiras encontra-se preservada no acervo UFF-ESS-SSN- NPHPS/CRD, 2002. em meio audiovisual

aperfeiçoamento da rede de proteção social do Estado do Rio de Janeiro, adotando *saberes científicos* para lidar com as questões sociais que ia desvendando, mas impulsionando cada vez mais as iniciativas estatais.

Sob a gestão de D. Violeta, são muitas as ações desenvolvidas nas áreas da saúde, trabalho, previdência, família etc. que vão possibilitar o desenvolvimento de diversas atividades com diferentes profissionais – homens e mulheres – que atuam no campo social, estabelecendo o serviço social como espaço de relações de gênero. Na Escola de Serviço Social de Niterói, Violeta conta com a presença de políticos, intelectuais e líderes religiosos de todos os credos e laicos, nesse espaço de exercício da política.

O encontro de D. Violeta com outras mulheres das classes médias e também com aquelas muito pobres abriria um leque de ações sociais e de campos de pesquisa, que não só demonstraria a gravidade dos problemas sociais observados na região, como a fragilidade da rede assistencial.<sup>264</sup>

Em meio a muitas contradições, Violeta entra em conflito com práticas assistenciais executadas por ela mesma, na LBA e no Serviço Social da Escola Henrique Lage. Não obstante todo seu empenho na organização da primeira Escola de Serviço Social da capital fluminense, Violeta não ingressa na primeira turma desse curso. A dor profunda pela morte de seu pai, Pedro Campofiorito, seu grande incentivador, em maio de 1945, talvez tenha lhe tirado o ânimo para novas caminhadas. Mas esse ano ainda lhe reservava outras surpresas: a deposição de Amaral Peixoto e a saída de Alzira Vargas da LBA, meses depois da criação da ESSERJ. Isso mudaria o curso de sua trajetória profissional.<sup>265</sup> Afinal, foi ao lado de D. Alzira que Violeta galgara tranquilamente posição de destaque no cenário assistencial da capital fluminense. O sonho de cursar Serviço Social teria que esperar.

Três anos depois, Violeta ingressa na Escola de Serviço Social de Niterói. Foram três anos agitados. Nesse período, ela criou e atuou no serviço social da Escola Industrial Henrique Lage, mesmo “sem ser Assistente Social” (GAMA, 1950). Chefe das obras sociais da LBA, ela

---

<sup>264</sup> Sobre os campos de estágio, ver Gomes. (1994)

<sup>265</sup> Em 29 de outubro de 1945, o presidente da República Getúlio Vargas foi deposto. Ao deixar o governo do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto foi substituído pelo Dr. Alfredo da Silva Neves. Ver Gomes, (1994, p. 177).

provavelmente planejou prospectos e redigiu cartas-convite que foram enviadas aos diversos institutos de previdência e obras sociais, para expor a muitas “senhorinhas” a atualidade e utilidade de uma nova carreira, “que vem amparando, auxiliando e apoiando para colocar o indivíduo em condições normais de vida” (ARAÚJO, 1947).

Para atrair alunas para uma profissão feminina, a ESSERJ convoca mulheres a exercerem a maternidade como função social e caminho para a inserção no espaço público, através de folderes com o seguinte convite:

Estará você preparada... Para a missão grandiosa de mãe de família? Para dirigir e administrar sua casa? Para desempenhar bem o papel que lhe cabe na sociedade? Se você sente deficiências em seu cabedal de conhecimentos para a vida, procure a Escola de Serviço Social. (FOLDER da ESSERJ – Acervo NDC/UFF).

Outra estratégia de propaganda da nova escola foram as viagens aos principais municípios do Estado e as entrevistas às emissoras de rádio e jornais, além de suas idas a escolas e colégios, dando a conhecer o novo curso. Suas andanças, certamente, só fizeram afirmar sua tenacidade em dar visibilidade a esse curso e de atrair quadros para essa tarefa, além de ampliar sua aproximação e seu conhecimento sobre o Serviço Social (CPDOC, 2002). Quando finalmente ingressa na Escola como aluna, Violeta já era uma autoridade no assunto. A escola “era uma obra social da LBA, então quem assinava o pagamento da diretora e o pagamento de tudo era dona Violeta, aluna do primeiro ano” (CPDOC, 2002, p. 16).

Mais tarde, ao justificar não ter ingressado na primeira turma da ESSERJ. Violeta afirma que “ainda estava realizando o curso de desenho na Escola de Belas Artes”, todavia, o término do curso ocorreu em 1944, um ano antes da criação da Escola.<sup>266</sup> Com certeza teriam surgidos outros obstáculos. Sua atuação como professora de desenho e suas ações sociais lhe tomavam muito tempo. Tamanha dedicação ao trabalho também pode ter lhe causado conflitos no âmbito doméstico. Afinal, como dito antes, seu marido não gostava que trabalhasse, mas ela trabalhava mesmo assim. Violeta conquistou independência financeira exercendo o magistério e ganhando espaço no campo das ações assistenciais.

---

<sup>266</sup> Histórico Escolar do Curso de Belas Artes. Acervo UFF- ESS-SSN -NPHPS/CRD.

A busca por uma nova qualificação profissional a coloca novamente no “‘olho do furacão’, em que as relações de gênero e outras relações sociais se movem diante das saídas das mulheres para fronteiras distantes do mundo doméstico” (COSTA, 2004, p. 103). Como conciliar as atividades profissionais e familiares com o estudo? Nessa “desventura de ser doutora”, tempo e dinheiro se apresentam como limites à formação dos quadros femininos que atuariam na área social.

Para suprir essa demanda, várias bolsas de estudos foram oferecidas pela LBA e pelo governo do Estado, para “atender moças que trabalham remuneradas em obras sociais ou não e que deveriam e desejavam fazer o curso, mas não dispunham de recursos para tal”. As bolsas instituídas foram de duas categorias: “CR\$500,00 para moças do interior e CR\$ 350,00 para as da capital, distribuídas segundo um critério de classificação nas provas de habilitação e real necessidade da candidata” (CALAZANS, 1948, p. 9).

Ao narrar a experiência das elites culturais na França, Sirinelli (2003) nos lembra de que bolsas de estudos também são “um meio de o Estado administrar o seu pessoal, de recompensar, na falta de uma promoção ou de uma mudança lisonjeira, um funcionário que satisfaz”. Tais práticas atenderiam também a desígnios populistas do amaralismo. Outra estratégia, utilizada pelo governo do Estado, para estimular a formação de assistentes sociais foi a licença com vencimentos de professoras do ensino primário que desejassem realizar o curso de Serviço Social. Licenciada, a professora de desenho poderia dar prosseguimento à sua “vocação” para o Serviço Social. Pois como disse Carmem Kingston, em 1948, “essa vocação tem de ser orientada, tem de complementar-se com ensinamentos e a técnica do serviço social, para que não fique na beneficência” (KINGSTON, 1948, p. 16).

Localizamos aí uma particularidade da ESS de Niterói, que aponta para a necessidade de novas revisões historiográficas a partir de análises biográficas: as pioneiras do serviço social fluminense não saíam das classes com maior poder aquisitivo ou de elevado *status* social dessa região, como aponta de forma generalizante a nossa bibliografia profissional. No caso, foram arregimentadas nas obras sociais da LBA e no meio do funcionalismo público, principalmente no do magistério primário do interior do Estado.

Para ingressar no curso era preciso ter no mínimo 18 anos. As candidatas com curso

secundário – como as professoras primárias - estavam isentas de prova de seleção, mas as alunas que não comprovassem conclusão do curso secundário, com exceção das funcionárias da L.B.A, deveriam submeter-se a uma prova de seleção para admissão. As alunas ainda deveriam submeter-se a exame médico e apresentar referências de três pessoas idôneas. Violeta atendeu a todas as exigências. No entanto, relata que havia muita discriminação: “Quando a pessoa tinha um amante ou qualquer coisa na ficha não entrava para a Escola”<sup>267</sup>. De uma futura assistente social, se exigia muito mais do que formação técnica. Era necessário que essa *intelligentsia* comprovasse um dado padrão moral e que se diferenciasse da população atendida pelo serviço social.

Após o ingresso no curso de Serviço Social, Violeta, que nunca se afastou das atividades sociais da Escola Industrial Henrique Lage, imprimiu a seu trabalho a “moderna e construtiva técnica de Serviço Social, essa que permitiria prevenir, melhorar e solucionar as deficiências e, na linguagem de época, os “desajustamentos” humanos” (GAMA, 1950). O resultado desta experiência foi apresentado, em 1951, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “O Serviço Social no limiar da profissão operária”.<sup>268</sup>

Mas por que Violeta Campofiorito resolveu escrever sobre sua experiência no setor social da Escola Henrique Lage? Para quem teria ganhado notoriedade, no campo filantrópico, ao promover nessa Escola ações voluntárias “visando ajudar os adolescentes que buscam no ensino industrial uma carreira” (GAMA, 1950), ela não só teria contribuído para seu aprendizado prático como futura assistente social, como ainda teria aberto um caminho para a garantia de direitos de futuros operários. Afinal, suas ações nesse “serviço social voluntário” foram fundamentais para “tornar o ambiente mais aprazível e feliz para os alunos, proporcionando-lhes, em fim, preparação satisfatória para contingências futuras em seu contato com a vida social e profissional” (GAMA, 1950). Não surpreende, pois, que Violeta imprimisse à sua atuação como Assistente Social boa parte do entusiasmo e idealismo ensejados com o trabalho de ensinar, presente no magistério.

O curso de Serviço Social à época teria empregado e vulgarizado um dos conceitos mais

---

<sup>267</sup> Entrevista Violeta Campofiorito – UFF – ESS- SSN- NPHPS/CRD, 2002.

<sup>268</sup> O TCC encontra-se disponível no acervo da Biblioteca Central da UFF – Campus Gragoatá – Niterói.



comuns desses tempos para definição de rumos da nova política assistencial do Estado: o de que os problemas sociais eram produtos da falta de educação da população mais pobre. Assim, a possibilidade de eliminar os graves problemas sociais se daria= através de uma ação educativa de assistentes sociais. Carmem Kingston, contemporânea e amiga de Violeta, afirmaria em 1948, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, que o “Serviço Social, antes de tudo, educa”.

Na justificativa para a escolha das professoras primárias para a formação desse novo campo profissional é recorrente a reafirmação da prática educativa como uma atividade feminina. Já habilitadas e preparadas para a tarefa “pedagógica”, as professoras precisavam “apenas” receber o conhecimento técnico do serviço social e, logo que capacitadas, retornariam para as suas cidades de origem, para atuarem em novos serviços sociais. Mas não foi isso que aconteceu. Já assistentes sociais, a maioria - que havia se deslocado por estímulos do próprio Governo do Estado - permaneceria na capital fluminense (COSTA, 1995).

A ESSERJ dos primeiros tempos torna-se um espaço de formação profissional de jovens mulheres, muitas vindas do interior do Estado do Rio de Janeiro, que construíram sua iniciação profissional em vários programas de instituições estatais e particulares, inclusive em empresas industriais. Nos seus tempos inaugurais, sob direção da Sra. Yolanda Maciel, essa instituição de ensino exercia um rigoroso controle da vida privada de suas alunas. Aquelas vindas do interior, em geral, algumas residentes de uma mesma pensão, ficavam sob responsabilidade direta da Direção. Costa (1995) registra formas de controle sobre essas alunas:

(...) sob a responsabilidade da direção, suas saídas eram cuidadosamente controladas por uma intensa troca de bilhetes, cartas e ofícios com familiares das alunas. Há correspondência enviada, com esse fim para Campos, Cantagalo, Três Rios, Petrópolis, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Carmo, Cidade do Rio de Janeiro, Vassouras, Paraíba do Sul e Friburgo (COSTA, 1995, p.49).

Segundo Costa (1995), a noção de que as primeiras assistentes sociais pertenciam às elites brasileiras - já tão ressaltada na historiografia do serviço social - sinaliza a ausência de pesquisas regionais, como a dessa experiência. Tal assertiva vem impondo a necessidade de reduzir a escala de observação e de romper com generalizações presentes na historiografia sobre o Serviço Social. Lembro que: “(...) fenômenos previamente considerados como bastante descritos e

compreendidos assumem significados completamente novos, quando se altera a escala de observação” (BURKE, 1992, p. 141).

As experiências cotidianas de mulheres que vão compor a primeira geração de assistentes sociais fluminenses continuam sob muitas invisibilidades nas abordagens históricas do Serviço Social, como que “apagando” contribuições de diversas experiências laicas – sobretudo femininas – de montagem e aperfeiçoamento dos sistemas públicos e privados de proteção social.

É no cotidiano da Escola de Serviço Social que as mulheres, a partir de “táticas e estratégias”, como afirma Michel de Certeau, estabeleceram uma (re)apropriação do espaço público, alterando os objetos e os significados de antigas práticas no campo da assistência social. Nessa direção, a trajetória de Violeta Campofiorito, no cotidiano acadêmico da Escola de Serviço Social, pode trazer indícios de avanços e recuos de lutas políticas e por direitos sociais, do protagonismo feminino e da organização das políticas públicas tão presentes nos currículos e na formação profissional dos assistentes sociais.

A trajetória de Violeta traz muito do cotidiano acadêmico, expondo esse ambiente intelectual como um campo de possibilidades ou lugar de efervescência intelectual e de relações afetivas, viveiro e espaço de sociabilidades. Nele, Violeta construiu sua trajetória profissional, mantendo, rompendo e modificando a percepção que tinha do mundo e de si mesma e redefinindo caminhos do Serviço Social.

Violeta estava decidida a mergulhar nesse seu novo campo profissional. O fascínio que o Serviço Social exercia sobre ela foi se confirmando. Na Escola de Serviço Social, Violeta Campofiorito reencontra antigas contemporâneas dos tempos de visitadoras sociais, algumas como Nilda Ney e Arlete Braga, que se tornaram suas professoras. Aluna dedicada, seu histórico escolar é “recheado” de notas máximas. Comunicativa, logo ganhou destaque no corpo discente. Seu nome está registrado muitas vezes no livro de ofícios enviados pela ESSN. Violeta, certamente, enriqueceu sua sensibilidade e percepção sobre o mundo social e a pobreza nessa longa e fértil experiência.

Mas o que Violeta leu ou ouviu na Escola de Serviço Social? Que professores e disciplinas lhe tocaram a sensibilidade? De quais debates participou? Na ausência de registros pessoais sobre o período de sua formação como Assistente Social, o que está claro é que - ao

iniciar o curso, logo após a conclusão da primeira turma - ela vai tornar o casarão da Rua Tiradentes, um dinâmico espaço de debates, muitas contribuições intelectuais e de muitas lutas, amplamente reconhecido pela sociedade fluminense.

Inicialmente, apenas um curso de nível médio, a ESSERJ oferecia a formação profissional de Assistentes Sociais no período de três anos. Isso perfazia um total de 1.875 horas, divididas em 916 horas para aulas teóricas e 959 horas para aulas práticas (GOMES, 1994). No primeiro ano do Curso de Serviço Social, Violeta recebeu uma formação teórica básica.<sup>269</sup> Já no segundo ano, sob a inspiração do programa materno-infantil da LBA, Violeta, que já havia vivido a maternidade duas vezes, aprendeu a “ciência de ser mãe”. Disciplinas se organizam em torno de campos de trabalho profissional. Assim, Socorro de Urgências, Puericultura, Higiene Mental e Noções de Psiquiatria e Nutrição eram organizadas em torno do “Serviço Social Médico”, as de Psicologia da Infância e Adolescência; da Pedagogia e Direito do Menor destinavam-se ao campo de trabalho do “Serviço Social do Menor”. Nessa escola de mulheres, certamente, o maternalismo científico, descrito por Freire (2009), ganharia centralidade nas formulações teóricas e práticas do currículo.

Evidencia-se também uma forte aliança entre assistentes sociais e médicos na busca de um novo padrão de maternidade, em disciplinas como “Puericultura” e “Higiene Mental e Noções de Psiquiatria”, ministradas por médicos reconhecidos na sociedade fluminense. A primeira matéria antes mencionada estava sob responsabilidade do Dr. Almir Madeira e ocupava-se da higiene pré-natal e da higiene infantil; a segunda, iniciava o assistente social nos debates da psicanálise freudiana a cargo do Dr. Luiz Manoel Teixeira Brandão. Tal orientação pretendia uma capacitação científica atualizada com questões em debate. Entendia-se que as assistentes sociais deveriam ensinar às mulheres pobres que atendiam o exercício correto da maternidade, sua “mais nobre missão” em nome do progresso do país. Pensando nas observações de Martha Freire sobre o discurso maternalista, na Primeira República, a experiência de Violeta parece indicar que as assistentes sociais souberam se apropriar do ideário maternalista de utilidade para suas ações profissionais e seus deslocamentos na arena política.

---

<sup>269</sup> As disciplinas do primeiro ano eram: sociologia, direito, psicologia, Higiene, Estatística, ética e Anatomia e fisiologia. (GOMES, 1994).

A prática profissional e o emprego desses conhecimentos ocorreria nos estágios obrigatórios. Havia um campo de estágio no Escritório Central da ESS de Niterói, na sede dessa unidade de ensino onde cada aluna se responsabilizava por um ou dois “casos dolorosos”<sup>270</sup>. Violeta, como aluna, fez seu estágio no “Serviço Social Médico”, localizado no Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói, e depois um outro estágio contido na disciplina “Serviço Social do Menor”, no Serviço de Pesquisa Educacionais. No último ano do curso, atendendo a demandas sociais oriundas do trabalhismo de Vargas, o curso de Serviço Social se ocuparia do “Serviço Social do Trabalho”- cuja preocupação era com organizações profissionais, sindicalismo, Institutos de Previdência e Assistência e Pensões, ruralismo e cooperativismo.<sup>271</sup> O estágio de Violeta foi então realizado no setor de marcenaria da Escola industrial Henrique Lage, onde ela atuara por mais 14 anos.

Será que as disciplinas que cursou a incitaram a questionar as causas da pobreza? Decididamente, as leituras e os estágios realizados pela aluna de serviço social, pelo menos, ajudaram-na a compreender a pobreza como uma questão social a ser equacionada por uma política pública. A formação profissional, nessa experiência, parece favorecer a emergência de um novo estado de consciência sobre o alcance das iniciativas assistenciais. Violeta informa: “Quando eu estava como voluntária, eu não estava fazendo o trabalho sério de Serviço Social que eu aprendi depois de 03 anos na Escola de Serviço Social” (GAMA, CPDOC, 2002). Então, se esboçam questões sociais que exigem a ressignificação das obrigações e funções de proteção social e compromissos do Estado brasileiro.

Mas Violeta também aprendia fora da sala de aula. Nas visitas a instituições e obras sociais - como a Fundação Lar Operário Fluminense, e a Fundação Anchieta - ou em trocas de impressões em conversas informais com as companheiras e professoras da Escola, a comunicativa Violeta devia ter acesso também a informações técnicas variadas. Influenciada

---

<sup>270</sup> Como chefe do Serviço Social do E.I H L, Violeta encaminhou cinco casos de tuberculose para serem atendidos pela ESSERJ.

<sup>271</sup> As disciplinas desse semestre eram: **Direito do trabalho**, com conhecimento sobre a CLT e sobre vários aspectos do campo jurídico relacionado ao trabalho, inclusive o feminino e do menor. Em **Higiene do Trabalho**, as alunas aprendiam sobre a prevenção de acidentes e doenças profissionais. **Psicotécnica** colocava o assistente social na orientação profissional. **Educação Popular para adultos** considerava a educação como integral, baseada em cursos, aulas, festas, excursões, trabalhos em grupo. Em **administração**, a aluna se habilitava para elaborar plano para a organização de uma instituição. Enquanto a disciplina de **Contabilidade** a preparava para trabalhar com prestação de contas e escrituração de numerário.

pelos novos conhecimentos, Violeta dá início a uma transformação no Serviço Social da Escola Henrique Lage, informando: “a partir do momento que eu entrei na escola, eu comecei a fazer diferente”. Essa teria sido a maneira de Violeta colocar seus estudos a serviço de uma nova prática social. Nessa orientação, obteria um marcante reconhecimento intelectual, bem diferente daquele posto em prática por Alice e Pérola, reconhecidas, sobretudo, pela contribuição social.

### **3.6. Um novo tempo na Escola de Serviço Social**

“No ato em que fui nomeada, fiz uma revolução na Escola!” Com esse depoimento, D. Violeta remonta ao período em que esteve à frente da Escola de Serviço Social de Niterói. Aos 42 anos, a recém-formada assistente social chegava à direção da Escola que ajudara a criar. Violeta, finalmente, estava pronta para assumir um lugar de destaque na montagem do sistema de proteção social do antigo Estado do Rio de Janeiro. Para além das atividades assistenciais que lhe renderam prestígio e apoio de políticos fluminenses, Violeta ampliava em muito seu raio de ação. A condição de diretora de uma escola importante como essa lhe exigia muitos atos de presença diante de inúmeros compromissos, tanto ligados à vida acadêmica, como à vida cultural e política.

A chegada de Violeta à direção da ESSN se deu no momento em que Amaral Peixoto retorna ao Palácio do Ingá, consagrado pelas urnas. O Brasil vivia, então, um período marcado pela abertura política e por demandas sociais postas pelo crescente processo de urbanização. Para continuar a obra anteriormente iniciada, Amaral precisava costurar alianças em todo o Estado. Segundo Costa (2012), na montagem de seu segundo governo, “Amaral procurou retribuir o apoio dos seus aliados desde o período da interventoria”, reconduzindo-os à máquina administrativa.

Violeta Campofiorito já havia dado provas de sua lealdade ao casal Amaral Peixoto, tanto na Escola Industrial Henrique Lage quanto na LBA. Ao tomar conhecimento de sua formatura, provavelmente por intermédio de D. Alzira, o governador mandou chamá-la ao seu gabinete e disse: “Eu soube que a senhora já está formada e quero entregar a Escola para uma pessoa formada lá. Vai ser a senhora” (GAMA, CPDOC, 2002, p. 16). De fato, havia um lugar de

destaque para a Escola de Serviço Social no campo político, fosse na formação direta de agentes sociais que atuariam na política assistencial do Estado ou na ampliação da rede de proteção social. Esse lugar, tão bem definido regionalmente, necessitava de uma “mulher fluminense”. A nomeação de Violeta Campofiorito para a direção da ESS de Niterói pode, então, ser entendida como um elemento a mais na consolidação do amaralismo, no Antigo Estado do Rio de Janeiro. A “feliz escolha do governo” foi elogiada pelo jornalista Sindulfo Santiago, em nota publicada no jornal *O Estado*, em 15 de novembro de 1951. Os comentários que teceu acerca da trajetória de Violeta Campofiorito indicam a extensão do prestígio que passara a desfrutar nesse Estado.

Vale a pena acompanhar, na íntegra, a notícia de sua nomeação:

Conheci Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, quando era apenas uma adolescente. Tenho acompanhado todos os seus passos. Sempre impecável na sua vida doméstica, como educadora e como assistente social. Nunca a perdi de vista, com ela, entretanto, tive um maior convívio quando por ocasião da grande Guerra, servimos junto na Legião Brasileira de Assistência. Naquela oportunidade pude melhor observar as qualidades morais e intelectuais de Violeta. Idealismo, capacidade de trabalho e dedicação, com que se entregava à grande causa que apoiava as forças armadas e cuidava das famílias dos convocados.

Ela, que já era educadora, apaixonou-se pela assistência social. Matriculou-se na Escola de Serviço Social e tirou o seu diploma. Não sei como consegue dividir o seu tempo para fazer tanta coisa útil. Ensina, faz assistência social e nunca descuro dos seus afazeres domésticos, ministrando às suas filhinhas uma educação esmerada.

A esta criatura de vida tão bonita se entregou hoje a direção da Escola do Serviço Social. Uma feliz escolha do Governo. Não apenas porque Violeta tem capacidade para as funções, mas, ainda, porque ela tem amor à escola que frequentou como aluna. E que grande vitória para a Escola, por ter formado uma aluna com méritos para assumir a sua direção. (LIVRO com recortes de jornais Fundo ESSERJ. Livro de recortes de jornais. Acervo NDC/UFF).

Mas sua posse como diretora da Escola de Serviço Social envolvia muitas coisas: a família, o trabalho e a presença da paulista D. Yolanda Maciel, que - apesar de se indispor administrativamente com as autoridades do governo fluminense - não havia pedido demissão da direção da Escola.

Pressionada por Amaral a assumir a Escola, ela utilizou um argumento fiel à sua habilidade política: “É muito delicado, porque eu me dou com todas as esferas de Niterói, pessoas

que são amigas de D. Yolanda. Não acho legal assumir. Eu aceito sim, mas como substituta, até ela pedir demissão” (GAMA, CPDOC, 2002, p. 16). Desse modo, Violeta ganhou tempo e evitou o desgaste de assumir o lugar de uma diretora demitida por questões políticas. “Um belo dia, dona Yolanda, pressionada pelas pessoas lá do lado dela, pediu demissão” (GAMA, CPDOC, 2002, p. 16). E, em 1952, Violeta pôde, finalmente, ser nomeada diretora da ESSERJ. Agora, ela, uma das figuras mais importantes da capital fluminense, além de muito conhecida na cidade e no Estado, era muito próxima do casal Amaral Peixoto, capaz de reconhecer as demandas do Estado por políticas assistenciais e dimensionar as necessidades de ampliação da rede de serviços. Seu perfil preenche requisitos pessoais e políticos para dirigir essa unidade de ensino. Bem atenta à organização interna da Escola, Violeta considerava que encontrara uma unidade “bem organizada, com bom currículo, um corpo docente da melhor qualidade e uma equipe de supervisores (ex-professoras primárias) muito bem treinada, competente e dedicada”<sup>272</sup>. Sentindo-se uma mulher “comunitária”, como ela mesma se nomeava, ela fez da escola “a casa de Niterói mais frequentada. Tudo quanto era político, programas estrangeiros, tudo que vinha batia na escola”<sup>273</sup>. Às vezes, Violeta recebia um telefonema do governador e do prefeito dizendo: “Dona Violeta, vem aí uma equipe do exterior fazer trabalho de intercâmbio. A senhora pode ceder a Escola?” (GAMA, CPDOC, 2002, p. 16). A escola tinha muito prestígio.

Ela relembra que, em 1960, quando o Comitê do Estado de Maryland – EUA, do programa Companheiros da América, visitou a capital fluminense, foi logo conduzido à Escola de Serviço Social. Esse encontro lhe rendeu frutos. E, em 16 de maio de 1969, Violeta recebia o título de cidadã honorária de Maryland — cidade onde Pérola Byington iniciou sua trajetória filantrópica na Cruz Vermelha — e um diploma assinado pelo Presidente dos EUA.

Se, por um lado, Violeta não encontrou a Escola de Serviço Social, nesse período, tão aberta à comunidade, por outro, seu protagonismo na vida da cidade agora se amplia, considerando compromissos políticos e acadêmicos que o cargo de diretora passa a exigir.

Violeta acreditava que “um dos motivos da grande penetração da Escola em toda a cidade era a presença dos alunos em mais de trinta estágios supervisionados, nos mais diferentes setores

---

<sup>272</sup> Entrevista de Violeta Campofiorito acervo UFF – ESS- SSN – NPHS/CRD.

<sup>273</sup> Idem.



da vida de Niterói.”<sup>274</sup> Aparentemente, ela se deu conta que esse era um importante caminho não só para a visibilidade política da Escola e para a consolidação do amaralismo, como também para o seu próprio reconhecimento profissional. E, assim com Alice Tibiriçá, ela pôs o “pé na estrada” para tecer redes de proteção social em diversos municípios, ao mesmo tempo romperia fronteiras locais e fez também “do seu compromisso social um exercício de liberdade pessoal”, como afirma Michele Perrot.

Assim, no ano em que a ESSN completava dez anos, Violeta cria três grandes programas: O COSAM (Conselho de Obras e Serviços de Assistência Social ao Menor) - que se propunha a estudar, pesquisar e debater os problemas que afetam o menor, na obra social, na família, nas ruas, nas escolas, e/ou no trabalho (GAMA, 1995). A Presidência ficará com a professora Inayá Moraes e a Vice-Presidência com D. Violeta. Durante os treze anos em que funcionou — inicialmente na própria Escola de Serviço Social e, depois, em prédio próprio cedido pelo governo do Estado, na Rua General Osório, 59 no Bairro de São Domingos — o COSAM promoveu muitos cursos em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O reconhecimento do trabalho veio em 1960, quando o então governador Roberto Silveira solicitou ao COSAM “um plano moderno e eficiente para a organização do Instituto de Menores de Bom Jesus do Itabapoana, sua cidade natal que, posteriormente, chamou-se ‘Instituto de Menores Roberto Silveira’”(GAMA, 1995, p.33). Aprovado pelo governador, o plano deveria ser debatido com os líderes locais. Como Inayá “tinha dificuldades de viajar”, provavelmente por questões da sua vida privada, Violeta, então, decide ir pessoalmente à cidade: “eu já viúva tinha facilidade, então, eu ia a todas as cidades” (GAMA, CPDOC, 2002, p.27).

Cheguei lá, e toda a comunidade de Bom Jesus, gente muito importante e tudo... Gente muito assim competente e muito... Assim, eles disseram para mim: “Dona Violeta, a senhora não precisa ter trabalho. O esquema já está pronto. Nós estamos com cento e vinte estudantes que querem estudar no Instituto de Menores. Então, nós fizemos. Compramos cento e vinte camas... (GAMA, UFF – ESS- SSN – NPHS/CRD).

Violeta era contra o internato de “menores” e já havia deixado clara sua posição em outras

---

<sup>274</sup>

Entrevista de Violeta Campofiorito acervo UFF – ESS- SSN – NPHS/CRD.

oportunidades. Ela acreditava que “o melhor lugar para educar uma criança é na família. Nunca num internato, a não ser em casos excepcionais”. O projeto que o COSAM apresentou ao governo do Estado era de construção de um semi-internato profissionalizante, onde “os alunos vão estudar de manhã, (...) e, na parte da tarde, eles vão ter aulas de oficinas”. E informa: “Os políticos todos ficaram contra mim, o prefeito também” (GAMA, UFF-ESS-SSN- NPHPS/CRD). À sua posição, contrapôs-se um outro argumento: o que fazer com os jovens que vêm do interior para realizar o curso profissionalizante e não têm onde dormir na cidade? Diante desses questionamentos, Violeta argumenta: “Aí, vocês me deem dois dias para eu resolver” (GAMA, UFF- ESS-SSN- NPHPS/CRD). Após visitar as famílias mais influentes de Bom Jesus, ela voltou com a solução: os jovens ficariam de segunda até sexta, hospedados com uma família da cidade, e, no fim de semana, eles iriam para o interior para casa dos pais. E disse mais: “... o menor não vai ficar na sua casa como hóspede, (...) então, eu quero que ele trabalhe, (...) tinha que cuidar de alguma coisa, para mostrar que estava pagando o que estava recebendo” (GAMA, UFF-ESS-SSN-NPHPS/CRD).

Nesse momento, como em muitos outros, a habilidade política de Violeta falou mais alto: “Era tão engraçado... Eu tinha uma maneira de falar que não queria impor nada, eu fingia que aceitava... Era tão interessante porque, aos pouquinhos, ia conquistando... Sempre tinha um que pensava como eu” (GAMA, UFF- ESS-SSN-NPHPS/CRD). Com tão fortes argumentos. Violeta os convenceu a trocar camas por oficinas de trabalho e a concretizar um semi-internato, “sem a retirada do menor de seus lares pobres, ao contrário, atraindo suas famílias para serem ajudadas e orientadas” (GAMA, UFF- ESS- SSN- NPHPS/CRD).

Professora da Escola Industrial Henrique Lage e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Violeta não teve dificuldades para conseguir técnicos para o treinamento do pessoal local: “Inicialmente foram instaladas oficinas de sapataria, confecção de malas, alfaiataria e marcenaria, que foram escolhidos pela população, em razão do mercado de trabalho”. Violeta ia, frequentemente, a Bom Jesus, onde também colaborou com a criação da Casa das Meninas, durante o ressurgimento da Escola Agrícola. Em seu livro de memórias, relata com orgulho ter recebido, em 08 de outubro de 1966, o título de cidadã Honorária de Bom Jesus. Na ocasião, o presidente da Câmara comunicou a homenagem ao então governador do Pará,

Alacid Silva Nunes, que enviou uma carta cumprimentando-a: "Receba, professora, no momento em que Bom Jesus a reconhece como cidadã, as homenagens sinceras que este governo, em nome de seu povo, sente orgulho e alegria em manifestar" (GAMA, 1995, p.59). Em 1968, o COSAM encerrou suas atividades e seu patrimônio foi entregue a FLUBEM, então criada.

Outro programa criado por Violeta foi a CRACEF (Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense). Violeta nos conta que, um dia, surgiu em seu gabinete o “jovem invisual de nascença”, Admar Augusto de Mattos, diplomado pelo Instituto Benjamim Constant no ensino do Sistema de Braille e residente na AFAC (Associação Fluminense de Assistência ao Cego) (GAMA, 1995, p.35). Ele havia sido nomeado, pelo governador, professor de Braille, mas não haviam lhe dado turma. Orientado a procurar a Escola de Serviço Social de Niterói, "ele chegou, me pediu audiência e disse: 'Dona Violeta, se a senhora não resolver o meu problema, ninguém mais vai resolver'" (GAMA, UFF-ESS-SSN-NPHPS/CRD). A resposta de Violeta foi imediata, "vou criar a partir de amanhã o curso de Braille da Escola de Serviço Social" (GAMA, UFF-ESS-SSN- NPHPS/CRD) e, em pouco tempo, a turma já contava com sessenta alunos (professores, alunos e interessados de fora). O curso foi um sucesso e, em 04 de fevereiro de 1956, o jornal O Fluminense noticiava a entrega dos certificados às 72 alunas que, entre setembro e dezembro de 1955, frequentaram as aulas ministradas pelo professor Admar nas dependências da Escola. Estava criado o clima para a CRACEF ser instalada. Violeta ocupou a presidência dessa instituição por vinte anos. Sediados no espaço da ESSN, esses dois programas de ação social também serviam de campo de estágio. Há uma vasta produção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que descrevem essas experiências inaugurais. Eles são produzidos por suas alunas sob a supervisão docente e expressam essas orientações em trabalhos das décadas de 50 e 60 do século XX.

O terceiro programa criado por Violeta foi o FARIS (Fundação de Assistência, Recuperação e Integração Social). A necessidade de um albergue social já vinha sendo discutida por Violeta, “ao lado de lideranças do comércio, Clube de Diretores Lojistas, dirigentes de associações comerciais, representantes de bancos e pessoas interessadas no assunto”. O governo havia doado um terreno, e uma campanha para arrecadar fundos foi organizada para a construção do Albergue. Os estatutos já estavam registrados e a diretoria empossada, quando a Assembleia

Legislativa vetou a doação do terreno. “Assim, o importante programa, que ajudaria e disciplinaria a população migrante e marginalizada, interrompeu sua trajetória, pois não se encontrou outro local. A equipe desanimou”. Foi somente nos anos 1980, no governo municipal de Waldenir Bragança, que o Albergue São Benedito foi construído. Na época, Violeta era assessora Dr. Carlos Tortelly Costa, então Secretário de Bem-Estar Social.

Nada mostra melhor seu grau de preocupação e comprometimento com a montagem de uma rede assistencial pelo interior do Estado que seu pioneirismo na criação, em 1962, da Escola de Serviço Social de Campos-RJ. Talvez a primeira experiência de interiorização e expansão da Universidade Federal Fluminense. A criação dessa unidade atendia a uma demanda crescente por mão de obra para atuar nas políticas sociais do interior do Estado.

Mas qual era o papel profissional de Violeta na montagem dessas redes? A resposta dela foi muito simples: “Eu não ia atuar porque não tinha tempo, mas fiz muita supervisão” (GAMA, CPDOC, 2002, p 27). A visão de um Serviço Social, meramente executor de tarefas, cede terreno para uma percepção mais ampla do campo de atuação do assistente social (estaríamos diante de processos de trabalho, hoje nomeados como de assessoria e consultoria?). Contudo, ao eleger a sociedade civil como espaço fundamental para a montagem do sistema de proteção social brasileiro, Violeta não conseguira se desvencilhar totalmente de práticas filantrópicas, como aquelas utilizadas por Alice Tibiriçá à frente da Sociedade de Assistência aos Lázaros. Mas, diferentemente, sua ação é produto de um momento histórico em que a filantropia negociava espaço com o Estado nas ações de assistência social. Violeta, assim como Pérola Byington, sabia abrir espaços e depois os transferia para o Estado. "A Escola, (...) fornecia pela sua credibilidade, valiosa contribuição à ação governamental." (GAMA, 1995, p. 31).

Episódios como esses indicam que as ações desenvolvidas por D. Violeta, à frente da Escola de Serviço Social, possuíam e exigiam uma sensibilidade política muito mais complexa do que ela mesma pudesse imaginar. Instrumento de projeção feminina e de consolidação de espaço profissional do Serviço Social, essa rede de serviços também servia aos desígnios populistas desses tempos. Em um ponto, porém, talvez todos concordassem: elas vinham ao encontro de demandas de grande parte da população mais pobre do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Essa mulher, firme em suas posições, mas que procurava caminhos sem impactos para

atingir seus objetivos, descrita por Leila Alonso Gomes, em sua tese de doutorado de 1994, soube utilizar estrategicamente seu relacionamento e sua habilidade política para dar uma dimensão democrática a ESSN (GOMES, 1994, p. 271). Em depoimento, a professora Suely Gomes Costa, aluna da escola, nos anos 1960, descreve assim a gestão de Violeta: “Você não vivia nenhum momento de censura”<sup>275</sup>.

Ares mais libertários, advindos do mundo artístico, também sopravam na Escola de Serviço Social de Niterói. Ao redor do piano adquirido por Violeta, “professores e alunos da escola e de outros cursos se encontravam em festas, festivais e reuniões”<sup>276</sup>. Sob o comando da professora de canto orfeônico da Escola, Stela Campofiorito, irmã de Violeta, o antigo prédio da Rua Tiradentes logo se tornou um espaço de muita expressão na vida cultural na cidade de Niterói.<sup>277</sup> Ponto de encontro, nela, os principais movimentos, particulares e governamentais, locais, regionais, nacionais e internacionais eram discutidos em encontros e seminários, muitos deles organizados pelo movimento estudantil e noticiados pela imprensa local. Esses momentos foram registrados em fotografias que expõem muito do quanto a formação de origem de Violeta semearia também a paixão pelas artes, na presença da música, presente, regularmente, em festividades e em momentos de descanso... E Violeta, como "aquele piano, era um elemento aproximador de toda a comunidade"... (GAMA, UFF – ESS- SSN NPHPS/CRD).

---

<sup>275</sup> Entrevista de Suely Gomes da Costa in Carvalho (1992).

<sup>276</sup> A compra do piano ocorreu quando a Escola de Serviço Social recebeu em dezembro uma verba que havia sido pedida em janeiro. Violeta tinha poucos dias para gastar o dinheiro e a escola não se encontrava precisando de nada. Foi aí que sua veia artística falou mais alto e ela decidiu comprar o piano na Mesbla. Entrevista acervo UFF.

<sup>277</sup> A disciplina de Canto Orfeônico passou a compor o currículo da escola em 1955. Para ministrar a disciplina foi contratada a pianista Stela Campofiorito. Mais uma vez as irmãs Campofiorito trabalhariam juntas. Coincidência? Talvez não. Ao comprar os pianos, Violeta não estaria preparando o caminho para a contratação de sua irmã? Encontramos aí indícios da forte aliança que unia essas duas mulheres.

FIGURA 18 – Festa de encerramento do ano letivo de 1955



FONTE: Acervo do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social. Centro de Referência Documental. Escola de Serviço Social. Niterói/UFF.

Essa fotografia pertence ao acervo fotográfico da Escola de Serviço Social de Niterói. Nela fica nítida a intenção de fazer o registro de um momento de confraternização na Escola. Isso é perceptível pela disposição dos atores, pelos olhares e gestos que constroem um clima de festividade. A mensagem se completa com a apresentação cultural ao piano, característica definidora das mulheres instruídas.

Na cena em questão, a jovem pianista é acompanhada atentamente pelo olhar de homens e mulheres, ao mesmo tempo em que outras pessoas circulam e conversam pelo salão, o qual se encontra lotado. O fragmento visual também denuncia a presença do fotógrafo, já que, enquanto alguns acompanham o acontecimento, outras olham para a câmera. Com relação à D. Violeta, captada no primeiro plano da imagem, vestida de branco e acompanhada por três figuras masculinas, seu olhar está concentrado no fotógrafo para o qual sorri. Embora a ausência de ficha catalográfica nos impeça de identificar com segurança seus acompanhantes, é esclarecedor a nota publicada no Jornal *O Fluminense* de 14 de dezembro de 1955, sobre a presença do Secretário de Educação e Sr.<sup>a</sup> Rubens Falcão e de representantes de vários diretórios acadêmicos, vinculados à União Fluminense dos Estudantes, na festa de encerramento do ano letivo de 1955 da ESS. O

quadro da cena pode ser interpretado como um sinal da encruzilhada do cultural e do político, na formação de uma nova intelectualidade feminina.

As apresentações culturais geravam também novas expectativas de sociabilidades para homens e mulheres; favorecia momentos de alegria e descontração; ocasião para namoros e alianças políticas.<sup>278</sup> "Muitas alunas casaram-se com universitários de outras escolas que participavam da vida da escola"<sup>279</sup>. Tomando de empréstimo a alusão que Sirinelli faz às estruturas de sociabilidades, vejo a Escola de Serviço Social como um espaço de fermentação intelectual, mas também de relações afetivas.

Nesse espaço de rupturas e continuidades, é possível perceber a presença de duas gerações de assistentes sociais, organizadas em torno de um profundo sentimento humanitário. A geração de Violeta, que ingressou na ESSN, na década de 1940, influenciada pelas ideias advindas da ação católica, principalmente através do corpo docente vindo de São Paulo; e uma segunda geração que, ao ingressar na Escola nos idos dos anos 1950/1960, vive um ambiente de forte ebulição social e, principalmente por intermédio do movimento estudantil, faz uma crescente aproximação com os ideários das esquerdas, parte deles advindas do catolicismo por meio da Teologia da Libertação, que impulsionaram os movimentos estudantis da esquerda católica (JUC, AP, dentre outras) em aproximações com o pensamento marxista, em uma intensa militância política, como aponto em minha dissertação de mestrado.

O engajamento dessas mulheres que vão compor a primeira geração da ESSN, a partir de 1945, no âmbito da construção das políticas públicas fluminenses, será desdobrado, na geração seguinte, por jovens participantes dos movimentos sociais de esquerda. O movimento estudantil traz essas mulheres para o espaço explícito da política, dando-lhes uma nova visibilidade social. Nas palavras de Sirinelli (1996), a história dos intelectuais se insere no campo da história política, quando trata do engajamento destes nas questões de seu tempo. Diante desse quadro, D. Violeta se apresenta como mediador de muitas tensões. Ela parece oferecer elos vivos entre gerações, transmitindo a história de um passado vivido e experimentado.

Em sua primeira década, a ESSN consolidou-se como um espaço de formação

---

<sup>278</sup> Segundo Suely Gomes Costa, alguns líderes estudantis – progressistas ou conservadores – buscavam através do namoro captar os votos das escolas femininas. (CARVALHO, 1992, p. 106).

<sup>279</sup> Entrevista Violeta, NPHP/CRD, 2002.



profissional exclusivamente feminina, direcionada prioritariamente a professoras e legionárias, em que a presença masculina ficava por conta de alguns professores homens e lideranças políticas e religiosas que circulavam pelos corredores do casarão da Rua Tiradentes, o que agradava muito ao perfil “mais conservador” de D. Yolanda Maciel. Sob o comando de D. Violeta, a Escola deixou de ser feminina e tornou-se mista. “Comecei deixando entrar homem: abri facilidades para o time masculino. Eu tenho exemplos de excelentes assistentes sociais homens que se formaram pela Escola”. Tais acontecimentos, contudo, suscitaram críticas. Em uma ocasião – quando Violeta resolveu contratar o jovem médico Waldenir de Bragança para ocupar a cadeira de medicina que havia ficado vaga – os membros do Conselho Técnico da Escola acharam que isso seria uma temeridade. “Contratar um moço bonito, recém-formado, a senhora vai arriscar muito”. Havia no grupo de professoras um grande temor que as meninas – tidas como sapecas – pudessem namorá-lo. Apesar da preocupação do conselho, Violeta resolve contratar o jovem médico, que havia sido recomendado pelo arcebispo da capital fluminense. “E nunca aconteceu nada do que o conselho esperava”. Outra novidade da gestão Violeta foi a criação do curso noturno para atender aos estudantes trabalhadores/as. Além de funcionar de manhã, agora a escola funcionava à noite e também algumas aulas eram dadas à tarde. Assim, “muita gente pôde estudar”. Em 1953, por ato do governador Amaral Peixoto, a Escola de Serviço Social passou a ter seu quadro próprio de professores, e não mais obrigada a requisitar professores no ensino primário.

Mas outras mudanças acadêmicas ainda estavam por vir: Violeta sabia que a situação *sui generis* da escola – mantida pela LBA e pelo Estado – impedia-a de progredir. Era preciso dotar a referida unidade de ensino de uma personalidade jurídica, o que ocorreu em 23 de julho de 1954, pela Lei nº 2.196, a ESSN se tornou estadual. Parece que este fato não abalou sua relação com Alzira Vargas, que Violeta descreve como de “quase irmãs”. Talvez por essa amizade com D. Violeta, talvez por ocupar a presidência da LBA, o fato é que “Alzirinha” era presença constante na ESSN, convidada para proferir aulas inaugurais e, inúmeras vezes, participou de eventos na escola.

Em 16 de dezembro de 1952, poucos meses após a chegada de Violeta à direção da escola, o jornal *O Fluminense* noticiava a visita de D. Alzira Vargas ao casarão da Rua

Tiradentes, nº 148, juntamente como o Secretário de Educação e Cultura, Moura e Silva; o de Saúde, Dr. Adelmo de Mendonça; e o presidente do Conselho Estadual de Serviço Social, Sr. Adino Xavier. Essa visita sinaliza não só o prestígio que D. Violeta tinha junto ao governo do Estado, mas também o significado político dessa escola para a capital fluminense. Por seus corredores, circulavam secretários de Estados, arcebispos e intelectuais. Outras primeiras damas também marcaram presença na Escola, como foi o caso da Sr.<sup>a</sup> Miguel Couto Filho, que em 1956 participou da formatura da ESS.

Se, por certo tempo, o protagonismo da Escola de Serviço Social se restringia ao âmbito regional, a atuação de Violeta, no entanto, potencializava a participação dessa unidade de ensino no cenário nacional. Assim, no ano em que comemorava sua primeira década, a Escola sediou, de 26 a 30 de setembro, a V Convenção da ABESS — Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Nesse encontro, estudantes e professores de todo o Brasil discutiram os “problemas sociais” e o “aperfeiçoamento do padrão de ensino do Serviço Social”. O contato com as ideias que circulavam na sociedade brasileira possibilita o surgimento e /ou a renovação dos antigos signos da cultura profissional e da história das mulheres. Tudo isso recomporá os sentidos políticos da formação profissional das assistentes sociais fluminenses. Violeta sabia que era preciso adequar a formação do assistente social à nova realidade nacional.

No ano seguinte ao conclave, em 03 de abril de 1956, a ESSN foi reconhecida como instituição de nível superior. Estava criado o “mote” para uma reforma curricular, incorporando as questões em debate na sociedade brasileira. O antigo currículo, de três anos, voltado para as proposições do programa materno-infantil da LBA, sofrerá mudanças e os três métodos de Serviço Social (caso, grupo e comunidade), incorporados à nova grade curricular de quatro anos, passam a dar respaldo à prática desenvolvida nos campos de estágio da referida unidade de ensino (ver anexo 2).

O reconhecimento como instituição de nível superior pôs à luz a fraqueza do corpo discente, pois, como instituição de nível médio, bastava o ginásio completo para entrar. Foi aí que Violeta viu “que as alunas eram todas muito fracas. Então tínhamos que melhorar isso. E eu convidei o Jamil El-Jaick e a Maria Lourdes Fortes, professores de português de competência em Niterói, para dar aulas aos alunos de serviço social”. A estratégia de Violeta teve seus críticos. A

quem ela respondia: “coloquei porque os alunos entram para a Escola de Serviço Social e não sabem português”. A universidade já estava a caminho e “na minha cabeça, nas dos meus colegas e nas dos alunos, já trabalhávamos no sentido de preparar a entrada na universidade.”, relembra Violeta.

Embora a escola estivesse sobrecarregada de pessoas que vinham daquela tradicional formação dos assistentes sociais, algumas muito religiosas – como é o caso de D. Nair, da cadeira de ética – e que demonstravam com absoluta clareza que preferiam mil vezes o conservadorismo de D. Yolanda à parcimônia de D. Violeta, “a escola não estava imune aos debates que estavam ocorrendo”, relata Suely Gomes Costa. No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, encontramos Violeta em meio ao barulho das diversas tendências e correntes de pensamento que perpassavam a Escola de Serviço Social de Niterói.

Sem embargos, Violeta se preocupava em “trabalhar com todas as forças dentro da Escola”. A criação do Diretório Acadêmico, que recebeu o nome de Maria Kiehl, em homenagem à assistente social formada em São Paulo e que atuou no planejamento e organização da Escola, atende a uma demanda de organização do próprio movimento estudantil, ao mesmo tempo em que se transforma numa estratégia “para a realização dessas mudanças, que eu (Violeta) queria que fossem rápidas”. Nesse particular, Violeta afirma em seu livro *Memórias* que a criação do DAMK ocorreu em 15 de maio de 1959. No entanto, tal fato contrasta com notícias vinculadas à Escola de Serviço Social de Niterói, nos jornais de 1957, nas quais já consta a presença de um diretório acadêmico nesta unidade de ensino. Já na entrevista concedida ao CPDOC em 2002, Violeta confessa: "O Diretório Acadêmico já existia. Ele foi apenas revitalizado".

O exposto nos faz concordar com a colocação de Margarida de Souza Neves, de que, na arte da memória, "a verdade é uma construção sempre provisória e sempre cambiante". Assim, toda a memória de Violeta sobre a consolidação do movimento estudantil na Escola de Serviço Social se alicerça e ganha forma na memória coletiva da geração de estudantes dos anos 1960. Ao transmutar "o coletivo abstrato e impessoal em experiência concreta e pessoal", Violeta se apresenta como o "próximo", descrito por Paul Ricoeur (2005), a quem se atribui uma função de memória. Embora não tenha participado do movimento estudantil, a proximidade da então diretora com a movimentação daquelas jovens ansiosas por mudanças fez de Violeta partícipe da

identidade dessa nova geração de assistentes sociais.

Localizado no porão da antiga casa da Rua Tiradentes, o DAMK transformou um local que, normalmente, vincula sua imagem a espaços fechados: “sem luz, escondido, em espaço da liberdade, da conquista, da resistência e da criação de muitos sonhos para as alunas da ESSN”. (FREITAS. 2012, p. 22). Até o final dos anos 1950, o DAMK, assim como a maioria dos Diretórios e Centros acadêmicos das escolas isoladas da antiga capital do Estado do Rio de Janeiro, encontrava-se ainda muito despolitizado. Esse clima de despolitização, porém, não impediu a formação de quadros para a luta, a tomada de consciência política, a persistência na organização estudantil, a tomada de poder na estrutura universitária, enfim, a abertura do debate no processo de redemocratização do país. No início dos anos 1960, Suely Gomes Costa assume a presidência do DAMK, e este passa a ser um corpo autônomo no interior da ESSN e no Movimento Estudantil Fluminense, locus de efervescência política. Logo se tornou (re)conhecido como o “Moscuzinho de Niterói”. A boa relação entre Violeta - “que sempre conversava com todos os alunos” - e o DAMK pode ser vislumbrada por intermédio de imagens que a mostram ao lado de líderes estudantis, como esta:

FIGURA 19 – D. Violeta e o Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DAMK). Ao lado de Violeta Campofiorito está Suely Gomes Costa, presidente do DAMK na gestão -1961/1963.



FONTE: Acervo do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social. Centro de Referência Documental. Escola de Serviço Social. Niterói/UFF.

No acervo da ESS/UFF, esta fotografia integra a coleção do DAMK (Diretório Acadêmico Maria Kiehl). A cena, em questão, é um registro de um acontecimento político que testemunha a estreita parceria de Violeta com o movimento estudantil dessa Escola, no início dos anos 60. Violeta se associava às lutas dessa nova geração de assistentes sociais, confirmando sua imagem de mulher com as lutas democráticas. Sentada a seu lado está a aluna Suely Gomes, então presidente do DAMK, no momento de transmissão de posse da nova diretoria estudantil, ladeada pelo jovem estudante, um dentre muito poucos, nessa escola de mulheres, em grande maioria. As demais alunas pertencem à nova gestão dessa associação estudantil, no momento de transição para uma nova direção do DAMK. Infelizmente, a ausência de ficha catalográfica nos impede de identificar todas as pessoas deste registro. Esta fotografia confirma, porém, o mesmo clima ameno entre o DAMK e a direção da Escola de Serviço Social da UFF.

Os registros existentes acerca da atuação do movimento estudantil na Escola de Serviço Social, bem como nos congressos e seminários e em outros movimentos sociais organizados

pelos estudantes, tais como os Centros Populares de Cultura (CPC's), os encontros com o movimento operário e dos trabalhadores rurais que não serão explorados neste trabalho, carregam significados importantes para a história das mulheres. O movimento estudantil de Serviço Social abriu para as mulheres um novo espaço de visibilidade feminina na política. Não há dúvida de que o DAMK teve papel central nas vidas e na formação política dessas jovens ao lado de outras atividades e muitas formas de sociabilidade. O acervo do DAMK invoca mudanças importantes do protagonismo feminino na política universitária, de marcante presença na condução do movimento estudantil local, regional e nacional.

O contato deste grupo de jovens marcará sua presença em diversas correntes de esquerda, numa militância política largamente apoiada por Violeta. Ela traz novos elementos para a construção de uma crítica à formação profissional do Assistente Social. Fontes, como cartas trocadas com os países da Cortina de Ferro, os editoriais do jornal acadêmico dessa unidade de ensino em apoio a Fidel Castro e as atividades desenvolvidas junto ao Centro Popular de Cultura (CPC) - da então União Fluminense dos Estudantes (UFE), inicialmente, sob direção da então aluna Suely Gomes Costa - davam o tom político desse ambiente e sinalizavam a adesão, de parte do corpo discente, ao projeto coletivo da esquerda, onde se misturavam membros do Partido Comunista do Brasil e da emergente Ação Popular, dentre outras tendências, no início dos anos 60, pouco antes da ditadura militar. Mas também representava uma nova modalidade de ingresso de mulheres da ESSN, no espaço político e no campo da esquerda, através da militância estudantil. Ao examinar as mudanças dessa cultura, retraduzidas por esses sujeitos históricos em inquietações e sobre a função profissional, é possível entender as muitas transições por que passaria o Serviço Social nas décadas seguintes. E a gestão democrática de Dona Violeta Campofiorito, à frente da ESSN, então Diretora dessa unidade de ensino, teve um papel fundamental nessas mudanças.

O movimento estudantil dessa unidade se definiria, então, como um lugar de efervescência intelectual, mas também de relações afetivas. A aprendizagem vivenciada no movimento estudantil e a história de vida dessa geração de assistentes sociais fluminenses da década de 1960, como essa experiência, sob a gestão de Violeta, redefinem significados do Serviço Social e modificam a percepção do vir a ser dessa profissão.

Nessa época, as lutas de escolas isoladas, por uma unificação universitária, estavam em plena ebulição. Então, emerge a decisão de criar uma universidade federal em Niterói, então capital fluminense, onde se concentravam todas elas. As unidades de ensino superior, isoladas, eram submetidas a vários regimes de vinculação jurídica, tais como federal, estadual e particular. Luiz Antonio Cunha afirma que:

Por força da deteriorização dos orçamentos, das reivindicações estudantis pelo ensino gratuito e das demandas de professores e funcionários pelos privilégios do funcionalismo público federal, surgiu a Lei N° 1.254 de dezembro de 1950, federalizando estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos estados, pelos municípios e por particulares. (CUNHA, 1983, p 91).

Quando tratamos da criação de uma Universidade no antigo Estado do Rio de Janeiro, a participação de D. Violeta é destacada por Waldenir de Bragança, amigo e companheiro de muitas lutas políticas:

É difícil conceber no cenário nacional a Escola de Serviço Social da UFF sem a imagem da professora Violeta. Por igual, sua personalidade se envolve com a origem e consolidação de nossa UFF, pela sua criatividade, esforço congregado ao lado das unidades da emergente universidade, pelo forte poder de aglutinar, coragem de fazer o que precisava ser feito, dentro de uma visão histórica. (GAMA, 1995, prefácio).

É muito importante ressaltar que o surgimento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFERJ – foi o resultado de uma composição de forças heterogêneas, na qual interesses diversos e a presença de um movimento estudantil atuante provocaram uma intensa movimentação popular a favor da nova universidade.

A criação de uma universidade se fazia muito presente e algumas autoridades lutavam pessoalmente para essa conquista. Lembro-me do autor do projeto, Senador Dr. Vasconcellos Torres, Dr. Alberto Torres também deputado e diretor presidente do Jornal “O Fluminense”, do governador Roberto Silveira, do deputado Bocayuva Cunha e do Ministro da Educação, Dr. Brigido Tinoco, dentre outros, além dos diretores, professores e alunos de todas as escolas e faculdades de nível superior de Niterói. (GAMA, 1995, p.19).



Finalmente, em dezembro de 1960, a Lei federal nº 3,843 criava a UFERJ. No entanto, as cinco escolas mais novas – Engenharia, Filosofia, Enfermagem, Ciências Econômicas e Serviço Social – ficaram inicialmente classificadas como agregadas e, por isso, continuaram a reivindicar também sua plena federalização, como demonstra este artigo de jornal:

Os estudantes visitantes consideram que essas faculdades se encontram em situação de inferioridade e de desigualdade com as demais já pertencentes à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, recém-criada. Nossa posição, declarou um dos estudantes, na universidade é de agregada, sem direito ao voto na congregação e sem recursos pecuniários da União. Diante disso, a comissão percorreu os diversos órgãos de imprensa solicitando colaboração pelo congresso de tão oportuno e indispensável substituto. A federalização de todas as faculdades do Estado do Rio será, sem dúvida alguma, um novo fato na vida estudantil Fluminense. (JORNAL ÚLTIMA HORA, 19/01/1961).

Ao lado dos estudantes, Violeta participa intensamente das atividades que foram desenvolvidas dentro e fora do Conselho Universitário, para que as cinco faculdades agregadas fossem federalizadas, o que ocorreu em 13 de setembro de 1961. Na Universidade, alunas de Serviço Social em contato com essas mudanças do sistema de ensino universitário, sobretudo, diante do novo sistema de créditos em unidades externas, sentem a relevância de alterar profundamente a formação acadêmica. Essa nova proposta possibilitaria a renovação de saberes e fundas mudanças na estrutura curricular e na cultura profissional anterior. A Escola de Serviço Social e de Engenharia eram estaduais, particulares e mais outras federais. Criada a UFERJ, apesar de federalizadas, tais unidades tornaram-se “agregadas”, significando, de fato, segregadas. Sob muitas pressões, em 1963, o Presidente da República nomeia para o cargo de Reitor da UFERJ o professor Deoclécio Dantas de Araújo, escolhido com base em uma lista tríplice, elaborada apenas pelas instituições públicas federais incorporadas à universidade, deixando de fora as “agregadas”. Com esta nomeação, acende-se uma crise institucional. O professor Deoclécio Dantas denunciava as limitações para gerir a universidade diante da oposição das antigas agregadas e via-se ameaçado diante da possibilidade de seus diretores tornarem-se potenciais candidatos à reitoria. O mês de abril de 1964 agravará ainda mais a crise institucional vivida pela UFERJ. Logo após o Golpe Militar, o Conselho Universitário deveria aprovar o orçamento da UFERJ, mas as escolas "perseguidas" não assinaram a proposta orçamentária, pois

admitiam que a mesma continha irregularidades. "Em reunião, na Faculdade de Direito, foi elaborado um documento pedindo ao MEC uma sindicância na UFERJ". Em represália, o reitor exonerou sumariamente os diretores das três escolas visadas – Engenharia, professor Otávio Catanhede, Filosofia, Professor Durval Baptista Pereira (ex-reitor); e Serviço Social, professora Violeta Campofiorito. Diante de conflitos e de tamanha ilegalidade, os diretores recorreram à justiça e ganharam a causa, sendo reintegrados a seus cargos.

Esse clima político, da primeira metade dos anos 1960, conduziu o movimento estudantil dessa unidade de ensino, ainda fortemente feminina, para o campo das lutas nacionais. Herdeiras do discurso da maternidade cívica, que inflamou as ações de Alice e Pérola, nada mais natural do que as alunas da ESSN, por sua vez, terem abraçado novos ideais disseminados na sociedade brasileira. Diante da renúncia de Jânio Quadros e da ameaça de golpe, as mulheres se colocaram novamente em defesa da pátria. Novos princípios de patriotismo e cidadania eram propostos, levando o DAMK a aderir à greve nacional pela posse de João Goulart.

O Conselho Universitário Fluminense, realizado no dia 27/08, resolveu decretar uma greve estudantil em face dos acontecimentos políticos inerentes da renúncia do Presidente Jânio Quadros. Entendem os acadêmicos do Estado do Rio de Janeiro que a democracia e a constituição brasileira devem ser mantidas a qualquer custo, para salvaguardar os princípios de liberdade e respeito à vontade do Povo. (A VOZ DO DAMK, Niterói, 1961, p6. NDC/UFF – fundo UFERJ/DAMK caixa 3 (7)).

Nesse mesmo ano, o DAMK promoverá diversos eventos que vão dar o tom do ambiente cultural vivido pela ESSN nesse período, dentre os quais, destacamos: palestra realizada pelo Dr. Almir Madeira sobre parlamentarismo; I Semana de Estudos sobre Desenvolvimento de Comunidades Rurais; III Reunião Nacional do Serviço Social Rural, entre outros.

Apesar de toda essa movimentação política vivida na Escola, seria falso concluir que Violeta se considerava politicamente ligada a uma ideologia de esquerda ou a uma concepção religiosa mais conservadora. Havia da parte dela o reconhecimento da importância da vida democrática, daí a permissão para debates os mais variados e a ampla circulação de ideias nesse ambiente intelectual. Possivelmente, os primeiros contatos com essas mesmas ideias no âmbito familiar – seja através de seu pai, um anarquista italiano, seja através da cunhada Hilda

Campofiorito, uma das fundadoras, em 1947, do jornal comunista *O Momento Feminino* — o mesmo para o qual Alice Tibiriçá concederá entrevista — fizeram-na reconhecer a relevância dos debates políticos que circulavam no Movimento Estudantil, reconhecendo neles o seu caráter democrático. Violeta admitiu a Escola de Serviço Social como uma arena de debates, orientada no sentido da defesa da democracia, proposta que inspirava e impulsionava, na ocasião, o projeto de transformação da sociedade brasileira. Isso se fará nesse espaço de encontros de gerações diversas, com forte presença de um grupo de jovens — mulheres, em maioria. Mulheres, sobretudo de diferentes trajetórias, entram em contato com diversas correntes de pensamento em circulação nesse tempo, levando parcelas da sociedade brasileira e aderir, plenamente, ao projeto coletivo da esquerda, pretendendo assegurar justiça social em um país de tantas desigualdades e que toma a forma do "romantismo revolucionário e/ou utópico", descrito por Michel Löwy.

Neste contexto político, nos campos de estágios se dá o encontro com as doenças, com a desproteção social e com a pobreza, o que favorecerá a ampliação do conhecimento das grandes questões sociais brasileiras e latino-americanas, em sintonia com as tensões postas pelos embates de diversas correntes de pensamento. Esse novo patamar de conhecimento colocaria novas alternativas para o desenvolvimento nacional, regional e local. Ele descortina para muitos jovens uma crescente aproximação com a tão debatida realidade brasileira e redefinirá tarefas profissionais definitivamente inspiradas em um projeto coletivo da esquerda brasileira.

O impacto da Revolução Cubana, em 1959, colocaria, pela primeira vez no continente, a Revolução Socialista como uma possibilidade de extinguir o subdesenvolvimento, ameaçando a hegemonia norte-americana nos países do Terceiro Mundo. Como nos diz Moraes: “O mito do foco revolucionário revelado em Sierra Maestra impressionará meio mundo. A revolução era possível! E a esquerda latino-americana pôs as lunetas voltadas para o Caribe” (1989,31). A influência da revolução cubana na sociedade brasileira perpassou diversos segmentos da esquerda e se apresenta como uma alternativa ao caminho soviético, já que a vitória dos cubanos quebrava o monopólio da Revolução por parte dos Partidos Comunistas pelo mundo.

Um bom termômetro da influência Cubana na ESSN é o Jornal Estudantil “A Voz do DAMK” que, em 1961, publicava em sua primeira página um editorial do DCE da Universidade de Minas Gerais, intitulado: “Por que os estudantes apoiam Fidel Castro?”. Outro episódio

exprime bem a repercussão que a revolução Cubana exerceu no país: foi a condecoração, em agosto de 1961, de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, pelo então presidente Jânio Quadros.

As ideias socialistas vão chegar à ESSN por meio de correspondências com o movimento estudantil dos países da “Cortina de Ferro”, como demonstra o acervo do DAMK. Para Suely Gomes, “o partido comunista forneceu um caldo cultural – se trazia as marcas do stalinismo, da centralização das decisões, da estrutura extremamente autoritária herdada das relações partidárias – ele foi um caldo extremamente rico” (CARVALHO, 1998, p 107).

O medo que os EUA tinham da influência socialista no meio estudantil fica claro no convite feito aos membros do DAMK para participarem de uma Assembleia Hemisférica, realizada em abril de 1961, em Miami, sobre o tema: Uma solução para as Américas.

Tenemos que crear un mundo nuevo. En cuyos sean explotados al maximo para el beneficio de todos, un mundo donde haste el ultimo hombre reciba la mayor solicitud y donde todas las divisiones sean curadas. Ni el comunismo ni el anti-comunismo son la solución. Ambos son demasiados pequenos. La verdadera solución es una ideologia superior a ambos. Eso significa El Rearme Moral. (UMA SOLUCIÓN para las Americas – Assamblea – Miami – Florida del 14 al 24 de abril de 1961 – NDC/UFF fundo UFERJ/DAMK caixa 3 (11)).

É neste clima de ebulição social que uma segunda modalidade do pensamento católico passará a exercer uma influência destacável na ESSN. Enquanto a primeira, marcadamente tradicional, introduzida nessa unidade pela geração de Violeta; a segunda foi absorvida da movimentação de jovens ansiosos e empenhados na transformação da sociedade, primeiramente através da JUC (juventude Universitária Católica) e, depois, através da AP (Ação Popular). Ao romper com a visão mística, supersticiosa e formal da religião, o novo catolicismo coloca como exigência da própria fidelidade ao evangelho uma tomada de posição diante do social, atribuindo aos cristãos novos objetivos políticos. Na base deste pensamento, estava a condenação das desigualdades e a defesa do socialismo como humanismo. Ora, tais conceitos parecem redefinir o ideal humanitário, descrito por Laqueur, de ajuda ao próximo e de servir-lhe. Essa é a percepção que se propaga em várias ações e por diferentes caminhos a todos os indivíduos e que compõem as referências humanitárias da primeira e da segunda gerações de assistentes sociais fluminenses.

Nas novas percepções, o movimento estudantil, em 1961, elege Aldo Arantes, membro da JUC, a presidente da UNE. Ele contará com o grupo de linha reformista que compõe o PCB, Partido Comunista Brasileiro. Isso ocorre com o apoio de vários diretórios e centros acadêmicos da região e do país, dentre os quais o DAMK. A nota lançada no jornal “A Voz do DAMK” defende sua posição e se protege da crescente onda de repúdio a essa posição por outros Diretórios Acadêmicos de então.

Não é exato que tenha sido o DAMK, o único a apoiar a candidatura de Aldo Arantes. Com ela votaram diretórios fluminenses tanto de Niterói como no interior do Estado (...) Ainda cabe-nos reafirmar o princípio democrático e cristão, sempre defendido pelo DAMK. (Diretoria do DAMK, defendendo uma posição . A Voz do DAMK, Niterói, 1961, p 6 NDC/UFF – fundo UFERJ/DAMK caixa 3 (7)).

Podemos constatar, nessas ocorrências, a influência desse novo catolicismo muito bem expresso na festa de lançamento do livro “Cristianismo hoje”, nas dependências do DAMK , em 1962, escrito por Herbert de Souza, o Betinho - que, em 1990, conduzirá a Campanha contra a Fome. Essa obra traduz bem o esforço de renovação vivenciado pela igreja católica nos anos 1960 e seu crescente engajamento nas lutas contra a pobreza.

Embora o pensamento católico progressista, nesse primeiro momento, fosse influenciado por ideais socialistas advindos da revolução cubana, sua atuação se caracterizava por uma orientação nacional-reformista, marcada por ideias desenvolvimentistas e nacionalistas, advindas da CEPAL, órgão de alcance latino-americano. Era, também, largamente apoiado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que reunia um conjunto de pensadores críticos do Brasil de então. Ao aproximar-se do maoísmo, a AP trouxe para o movimento estudantil a noção de dedicação/devoção dos militantes às massas, em que a ação revolucionária se caracterizaria como um “serviço ao povo”. A educação de base, enquanto instrumento de conscientização, transforma-se, então, em uma exigência do próprio sentimento progressista. O universitário cristão é chamado a desempenhar o papel quase "missionário" de levar às massas uma consciência crítica, como demonstra o artigo publicado em 1962, no Jornal “A voz do Damk”:

A educação de base está na própria essência do cristianismo. Só é possível dentro da solidariedade humana, o amar a teu próximo como a ti mesmo. Daí milênios de cristianismo não foram suficientes para abrandar a dureza de alguns corações empedernidos e se Jesus voltasse outras vezes ao mundo, já não obrigaria aos fariseus, porque os tempos são outros, mas investiria contra os demagogos que são a causa maior do infortúnio e da pobreza dos irmãos brasileiros. (EL JAICK, Jamil. Educação de base. A voz do DAMK Niterói, julho de 1962, p 7 – NDC/UFF – Fundo UFERJ/DAMK caixa 3 (7)).

É no interior desse processo de radicalização – da sociedade e do movimento estudantil – que, em 1962, os estudantes promovem uma greve nacional, pedindo a participação de 1/3 no Conselho Universitário, Congregação e Conselho departamental. A chamada "greve do 1/3". Condizente com seu espírito democrático, Violeta lança uma nota na qual declara que a ESS "é favorável à participação de 1/3 de representantes estudantis em seus órgãos diretivos, convocando o diretório para futuros entendimentos relativos à regulamentação dessa participação".

É nesse clima de efervescência política e cultural que, em 1962, Violeta abre as portas da Escola para receber o XXIV Congresso Nacional de Estudantes de Serviço Social. Sob a presidência de Suely Gomes, estudantes de serviço social de universidades e escolas isoladas de todo o Brasil vão estar reunidos para discutir os novos rumos da formação profissional. Havia uma demanda muito forte pelo conhecimento da "realidade brasileira" (expressão utilizada na época) e pelo engajamento dos assistentes sociais nas lutas por "reforma de base" (que era outra expressão muito utilizada). Outro aspecto a ser ressaltado é a presença feminina nos movimentos de esquerda e a percepção de que as mulheres estavam se politizando. Esse processo de politização do movimento estudantil produzirá entre alunos/as um forte questionamento quanto aos conteúdos programáticos da formação profissional. Essa tomada de consciência sobre as questões sociais situará a crescente escalada dessas mulheres, em direção ao espaço público, em um protagonismo que marca a crescente presença feminina nos movimentos políticos e sociais. É sob essa experiência de formação democrática que a geração de Assistentes Sociais que ingressaram na ESSN, a partir de 1959, vai adquirir um novo estado de consciência sobre as desigualdades sociais; isso ampliou o quadro de matrizes ideológicas. O Serviço Social passa a ser reconhecido como um poderoso agente do processo de "educação das massas", tendo como

responsabilidade profissional contribuir com a construção da consciência crítica das camadas subalternizadas do país. Amplia, com esse sentido, uma posição crítica em relação à formação profissional e ao currículo em vigor (CARVALHO, 1992-1998).

O Serviço Social não está entre nós correspondendo à sua finalidade de agente poderoso de educação e transformação social, não está cumprindo sua missão de acionador e impulsionador do processo social que nos leva a uma mudança de estrutura. (VI CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (1962) Fortaleza- Céara- NDC/UFF – fundo UFERJ/DAMK caixa 1 (6)).

O movimento estudantil, então, propõe uma nova orientação curricular e também a revisão que pretende romper com os métodos de trabalho do Serviço Social, por meio do modelo de ação profissional — Caso, Grupo e Comunidade, calcados naquele ainda vigente nos Estados Unidos. A proposta é de que se construa um Serviço Social capaz de entender os graves problemas de nossa realidade social, como nos revela o seguinte trecho do Jornal “A Voz do DAMK”.

A hora da decisão é chegada. É preciso coragem para abandonar as fórmulas arcaicas e contrabandeadas, as decisões simplistas e imediatistas, a burocracia e o individualismo e sermos autênticos. É urgente e inadiável que tracemos novas rotas que abandonemos a velha estrada, que a nada nos conduziu, ou melhor, que nos levou ao destino errado. Com a argila das nossas idéias, ajustemos o Serviço Social a nossa realidade.. (VI CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (1962) Fortaleza- Céara- NDC/UFF – fundo UFERJ/DAMK caixa 1 (6)).

O contato das alunas de Serviço Social com as ideias que circulavam na sociedade brasileira, situa novas exigências de mudanças no processo de formação acadêmica e oportuniza a renovação de signos sociais da cultura profissional e, também, a de mulheres assistentes sociais dessa e de outras regiões do país. Assim, enquanto o corpo discente travava contato com o campo intelectual das esquerdas de Cuba, China e da URSS, fosse através de correspondências, artigos de jornais de outros Centros acadêmicos e intercâmbios, além da participação em diversos conclaves estudantis, D. Violeta atuava como aluna ou professora em diversos cursos e capacitações, em países da América Latina, Europa e EUA, diversificando os debates intelectuais na escola. Nessa ambiência, se colocam novas exigências profissionais.



Viagens internacionais também marcaram as trajetórias de Alice Tibiriçá e Pérola Byington. Mas, no caso de Violeta, o caminho para essas "saídas" foi aberto sob o impacto de sua chegada à direção da Escola de Serviço Social de Niterói. Sua trajetória pessoal e profissional a havia preparado para essas saídas. Seus pais viajaram do continente Europeu para o Brasil, uma terra desconhecida, e seus irmãos, como artistas plásticos, já haviam percorrido outros países. A própria Violeta viajara em sua meninice na companhia da mãe para a Argentina, onde os avós maternos residiam. Mas, depois da perda da visão do marido e seu consequente desligamento da marinha mercante, Violeta teve que trabalhar para garantir o sustento da família. O sonho de viajar com a família para o exterior deixou de ser uma realidade próxima: "nós viajávamos muito com as meninas para cidades do interior". Agora, com as filhas criadas, Violeta estava pronta para "sair" fisicamente do círculo restrito à sua volta, como lembra Michelle Perrot.

Em sua primeira viagem profissional ao exterior, no final de 1954, ela desembarca em Paris, para o curso de aperfeiçoamento destinado a trabalhadores sociais para a infância, organizado pelo Centro Internacional da Infância. Escolhida por D. Alzira Vargas para representar o Brasil, entre vinte e oito técnicos de dezessete países, Violeta permaneceu na "cidade Luz" por seis semanas, "como bolsista indicada pela LBA e pelo Departamento Nacional da Criança". Ao final do curso, em janeiro de 1955, recebeu o título de "Pediatra social" e, mais uma vez, foi a oradora da turma. De volta ao Brasil, enviou um relatório de sua viagem à Alzira Vargas<sup>280</sup>. Nele, encontramos um certo entusiasmo pelo serviço social daquele país que, em 1955, já contava com 12.000 assistentes sociais trabalhando. Era uma formação profissional de nível superior em três anos e meio de duração. Não sabemos até que ponto o contato com a experiência francesa de serviço social, no quadro da ação sanitária e social, influenciou Violeta<sup>281</sup>. Mas a verdade é que, no ano seguinte, a ESSN vivenciará sua primeira reforma curricular. Ao currículo mínimo, já existente, serão acrescentadas disciplinas, como: socorro de urgências, nutrição e conhecimento psicotécnico em estreita vinculação aos estudos da medicina.

---

<sup>280</sup> Acervo CPDOC Iba.

<sup>281</sup> Das 69 escolas de Serviço social na França, 54 eram mistas (enfermagem e serviço social).

Em 1957, Violeta embarca para os Estados Unidos a convite da ABESS. Então, ao lado de oito diretoras de Escolas de Serviço Social do Brasil, participa do curso de especialização, atendendo ao Programa Ponto IV – Educação para o Serviço Social. Embora Violeta não falasse bem o inglês, foi a escolhida pelo grupo para apresentar a experiência na ONU. Em 1959, retorna aos EUA e, em 1960, uma nova viagem de trinta dias, dessa vez para estudos referentes à formação de Assistentes Sociais. Entre novembro e dezembro de 1963, volta a América do Norte para participar do Seminário sobre Estudos Sociais em áreas rurais, uma oportunidade inigualável de crescimento. Ali vivencia a dor dos americanos pela morte de John Kennedy.

Por sua atuação no Ponto IV e no Seminário sobre Estudos Sociais, Violeta recebeu, em 1965, um convite para trabalhar na ONU. Mas essa não era uma escolha fácil. "Raízes e asas, qual a maior dita" - já dizia Laura Brandão. Suas asas teimavam em ousar novos voos, mas as raízes eram muito fortes e Violeta manteve-se no solo. Não podemos senão conjecturar sobre os motivos de sua decisão.

Essas viagens vão modificar seu olhar, não apenas profissionalmente, mas na forma de ver a vida, afinal não se sai impunemente de tantas saídas, tantas viagens. O convívio com outra cultura certamente enriqueceu sua sensibilidade e percepção do mundo. Certo dia, ao saber que a aluna Suely Gomes Costa havia ido à Escola de calça comprida, traje que, na época, era proibido para as alunas, Violeta convoca a aluna para uma conversa em seu gabinete. Ao final da conversa, Violeta decide permitir o uso de calças compridas na Escola. Afinal, em suas viagens à Europa e aos E.U.A., ela mesma já havia usado calça comprida.

Todavia, em abril de 1964, o período democrático chegava ao fim. Nessa nova condição, reconhecem-se novos posicionamentos do Serviço Social fluminense diante da nova conjuntura brasileira. A ESS de Niterói, devido à sua presença atuante no movimento estudantil, além da ligação de alguns de seus membros com facções tidas como "subversivas" – A.P e Partido Comunista – transforma-se em um dos focos de atenção das forças repressivas. Essa situação gera uma postura de recuo por parte do presidente do DAMK, que parece - em uma tentativa de proteger o D.A e seus membros das forças da ditadura - tentar negar qualquer envolvimento do DAMK com estas entidades subversivas, lançando uma nota de respeito aos novos dirigentes do país.

O diretório Acadêmico Maria Kiehl, órgão máximo de representação do corpo discente da Escola de Serviço Social da UFERJ, reunido em Assembléia Geral Extraordinária em 07/04/1964, com seu quórum absoluto, demonstrando coerência com os princípios que nortearam o serviço social, torna pública as resoluções desta assembleia onde se firmou a sua posição diante da situação que se encontra o país:

1° - Não há rebeldia por parte deste diretório acadêmico com relação a qualquer medida legal e democrática assumida pelas autoridades que regulam a situação nacional

2° O DAMK acatará as ordens emanadas dessas autoridades, da mesma forma como tem pautado a sua atuação, obedecendo à hierarquia constituída. (DAMK, 1964: NDC/UFF – fundo UFERJ/DAMK caixa 2 (7)).

A harmonia não se estabeleceu. E a promulgação em novembro de 1964 da Lei Suplicy, que atrelava o movimento estudantil ao Estado, através do MEC, extinguiu a UNE e transformava os DA's e CA's em meros centros recreativos, foi visto como uma flagrante intervenção do regime ditatorial no meio acadêmico. No momento em que o movimento estudantil empenhava-se na luta pela sua reorganização face ao golpe de abril, a Lei Suplicy reacende as chamas da rebelião estudantil, como deixa transparecer este trecho do Jornal "A Voz do DAMK".

Não podemos deixar de nos pronunciar a respeito do projeto de extinção da UNE, proposta pelo atual Ministro de Educação e Cultura, o Sr. Suplicy de Lacerda (...) O DAMK se acha no direito de se pronunciar em face do referido projeto, pois é seu dever preservar a liberdade daqueles que a integram, tomando por base a própria Declaração dos Direitos Humanos determinados pela ONU e pela Constituição Brasileira.

(...) Não é possível impedir que os estudantes se pronunciem através de seus órgãos estudantis, usando a linguagem escrita e falada, como meio de reivindicar condições de maior desenvolvimento profissional. (ROCHA, 1964-1965, p. 3).

Desde que Violeta assumira a direção da Escola, teriam se passado doze anos e, durante esse tempo, muita coisa mudara no serviço social. Mas, "nessa altura dos acontecimentos e após um passado de luta e conquistas que muito me gratificaram, fiquei desencantada com a Universidade e pedi demissão" (GAMA, 1995, p 24). Violeta, assim como seu pai, que diante do fascismo renunciou à cidadania italiana, não aceita compactuar com o regime autoritário e, em 16 de dezembro de 1964, entrega a direção à sua prezada colaboradora e amiga Nilda de Oliveira

Ney, vice-diretora da escola. Em 1966, ano em que o DAMK foi lacrado pelas forças da ditadura, Nilda Ney era nomeada diretora pelo presidente da República. Violeta permaneceu na escola como professora até 1977. E como ela sempre dizia ao final de suas palestras: "Se você não puder ser uma árvore frondosa no cume de uma montanha, seja um pequenino arbusto à beira de um riacho, mas seja sempre o melhor arbusto à beira desse riacho. Faça sempre o melhor possível, o que tiver que fazer" (GAMA, 1995, p 49). À frente da Escola de Serviço Social, Violeta fez o melhor possível na consolidação da assistência social como campo profissional. Agora ela levanta um novo voo. Mas essa é uma outra história...

## CONCLUSÃO

Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito - mulheres com diferentes trajetórias em seus protagonismos políticos, na primeira metade do século XX - têm a uni-las o mesmo ponto de partida: a filantropia. Mas, no desempenho da filantropia, elas chegam a diferentes lugares. Suas trajetórias apresentam alguns aspectos comuns, como o magistério, o casamento, o pequeno número de filhos (apenas dois) e a consolidação tardia de seus nomes na esfera pública. Suas diferenças se devem, todavia, à origem familiar e à personalidade, ao local onde desenvolvem seu protagonismo e, sobretudo, à relação que estabelecem com o Estado.

A pesquisa para esta tese indicou que, apesar dos esforços de revisões historiográficas nos estudos do Serviço Social em curso, sobretudo nos referentes à formação dos assistentes sociais, tem prevalecido a tendência que parece admitir a noção de um passado profissional imóvel e, quase sempre, conservador. Nessa perspectiva, vem admitindo que as iniciativas e atividades filantrópicas sejam conceituadas como estritamente de “controle social”; sempre um instrumento perverso usado pelas classes dominantes contra as dominadas, em um modelo a ser totalmente revisto.

É de se lamentar que essa produção venha negando significados diversos nessa sempre plural experiência humana. As redes sociais que Alice, Pérola e Violeta construíram no campo da proteção social indicam o quanto essas experiências são significativas de um novo estado de consciência sobre as desigualdades sociais, situando a larga presença feminina na emergência das políticas sociais. Ao partir do ponto de vista dessas mulheres, as pesquisas desenvolvidas permitiram situar novas possibilidades de compreensão histórica de experiências filantrópicas.

Os estudos de trajetórias de Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito possibilitaram rever muitas afirmações feitas por essa tendência historiográfica. A primeira é de que as ações filantrópicas desenvolvidas por essas mulheres da elite tenham, invariavelmente, como principal objetivo, contribuir para a projeção social de figuras masculinas.<sup>282</sup> Alice e Pérola, casadas com homens atuantes no processo de urbanização e modernização das cidades, e

---

<sup>282</sup> Torres (2002, p. 9) afirma, em “As Primeiras Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder”, que o trabalho social das primeiras damas “não era um movimento feminista ou feminino, mas a arte política da esposa do político mostrando o caráter humanitário do governo, agindo como um apêndice do governante para a era da ação social sob a ótica totalmente assistencialista.

Violeta, com um militar da Marinha Mercante, não usaram a filantropia para qualquer reconhecimento de seus maridos, mas para o seu próprio. Nenhum deles seguiu carreira política ou teve qualquer protagonismo filantrópico. São até mesmo sujeitos quase invisíveis nas trajetórias públicas dessas mulheres.

A segunda indicação é a de que a filantropia se apresenta unicamente como uma estratégia utilizada pelas mulheres de elite para reforçarem seus valores de classe, em um jogo de dominação e tutela dos pobres<sup>283</sup>. Se, por um lado, antes e ainda hoje, a filantropia é pensada e reafirmada como atividade de reforço de valores da classe dominante e da sistemática continuidade de relações de dominação para com os mais pobres, de outro, ignora qualquer possibilidade de que essas mulheres “da elite” sejam sensíveis à “dor do outro” e que desejem ou mesmo possam enfrentar novos desafios sociais. Nega-se, através desse preconceito, a possibilidade de as filantropas experimentarem o sentimento de identidade que venha a favorecer a tomada de consciência de desigualdades sociais evidentes no seu tempo. É como se elas – por sua posição de classe social - estivessem impedidas de reconhecê-las.

Ao examinar biografias de mulheres, até então, pouco tratadas na historiografia do Serviço Social, este trabalho buscou contribuir com a crítica da invisibilidade historiográfica das filantropas. A pesquisa tomou essas três mulheres - Alice Tibiriçá, Pérola Byington e Violeta Campofiorito - como sujeitos a serem conhecidos em suas ações e sentimentos na montagem de redes de proteção social. Por outro lado, ao adotar novos olhares sobre o significado das ações filantrópicas na profissionalização da assistência social, pretende-se contribuir também com estímulos a revisões cruciais concernentes à história do Serviço Social no Brasil.

Reexaminando a história do Serviço Social, verificamos que só muito recentemente essa área tem examinado os maternalismos presentes nas práticas assistenciais. Nos tempos de criação das ESS, assistentes sociais são mulheres em grande número. As atividades de cobertura assistencial exigem o desenvolvimento de uma intrincada rede de relações, largamente baseada na tradição da autoridade feminina no âmbito dos cuidados: as escolas as preparam, sistematicamente, para esses “novos” cuidados. Também, ao exercerem uma grande parte do

---

<sup>283</sup> Vieira (2013, p. 101) cita a obra *Relações Sociais e Serviço Social* de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho (2007) ao afirmar que as primeiras assistentes sociais tinham participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe e da defesa de seus interesses.

governo dos cuidados, assistentes sociais seguem códigos de condutas assemelhados àqueles análogos aos de relações de cuidados para com filhos. Assim, a perspectiva de que assistentes sociais, em geral, mulheres, desenvolveriam uma “maternidade social” através de várias profissões de cuidados, tais como, pedagogia, serviço social, enfermagem, nutrição e, mesmo, medicina, essa conforme certas especialidades, etc., é relevante destacar que essa mesma maternidade, não necessariamente, teria sinal religioso, embora muitas assistentes sociais fossem religiosas. Vale sublinhar o quanto essa perspectiva ajuda a reconhecer o Serviço Social também como uma expressão do maternalismo científico, sobretudo na experiência de assistentes sociais dos primeiros tempos. Diria que as profissões que cuidam, majoritariamente femininas, ainda hoje têm esse marcador. No caso das assistentes sociais dos primeiros tempos, isso é evidente.

Nas experiências de Alice, Pérola e Violeta, práticas filantrópicas voluntárias ganham continuidade em um campo de ação tendencialmente feminino, atualizando antigas tradições, também presentes na orientação das várias profissões femininas. Mas, então, isso se dá por intermédio de estreitos vínculos com o Estado. Essas três trajetórias apontam para um claro movimento de rupturas e continuidades, práticas vinculadas ao padrão filantrópico, como as desenvolvidas por Alice, tornam-se capazes de garantir-lhes uma renda e se situam na interface com a profissionalização da assistência médico-social, presente na trajetória da “benemerente” Pérola, pelas educadoras sanitárias. Também se consolida na formação profissional de Violeta, no âmbito da LBA, mas indicando novos deslocamentos femininos no campo das políticas/programas sociais, a cargo do Estado, ora bem mais perceptível.

Entendendo essas trajetórias femininas como parte da história política, foi possível verificar que as mulheres em questão vivenciam, com suas muitas singularidades, experiências filantrópicas e crescentemente emprestam-lhe novos significados. Sua circulação no espaço político também amplia referências de cunho maternalista em iniciativas privadas de proteção social e as supera, contribuindo decisivamente com o processo de montagem de redes e serviços de proteção social a cargo de um dado Estado Social, cada vez mais entendido e situado como lugar de garantia de direitos sociais.

Assim, as trajetórias de Alice, Pérola e Violeta guardam informações que permitem reconstituir não só a dimensão e extensão dessas ações filantrópicas na montagem privada do



sistema de proteção social brasileiro, mas também as diversas possibilidades de ampliação desses serviços no espaço público, com presença de mulheres nessas tarefas e sob aplausos masculinos. Trespasadas pela compaixão, Alice, Pérola e Violeta movem-se com sinal político e seus estilos próprios em busca da consolidação do campo da proteção social brasileira. Definem-se, aí, múltiplas possibilidades de construção de novos signos sociais e de novas experiências pessoais e profissionais para as mulheres.

Acompanhando suas trajetórias, percebo que elas se consagram no espaço político, sobretudo por meio de um padrão de maternidade social que, em uma continuidade histórica, persiste associando mulheres a ações filantrópicas e voluntárias. Nessas experiências, a montagem do sistema de proteção social se faz com continuidade e, também, com rupturas de práticas filantrópicas de longa duração, que reafirmaram o imaginário social sobre papéis femininos na prática dos cuidados (pré) definidos na divisão sexual do trabalho.

Mas esse mesmo movimento é o de “saída” das mulheres e de seu ingresso no mundo público. E isso também mudou. Durante o período da ditadura Vargas (1937-1945): o Estado, ao incorporar e atender demandas por serviços sociais, vê-se diante da necessidade de formar e capacitar a mão de obra especializada para atuar nessa montagem do sistema de proteção social. A proteção social vai se constituir como um lugar de formação de mulheres intelectuais. Ao ser percebido como um espaço de criação e de mudança de valores, de práticas e representações sociais muito variadas, formatadas no entrecruzar da história política e da história cultural, coloca-se muitas mulheres diante da necessidade de ampliação de direitos sociais. Abre-se para as mulheres a possibilidade da profissionalização em uma área de muitas sutilezas. A filantropia, outrora pensada como uma tarefa feminina, de caráter privado e quase sempre de iniciativa religiosa, também parece favorecer e permitir uma inusitada e extraordinária capacidade de tomada de consciência sobre as desigualdades sociais e os deveres do Estado, matéria que a desloca para o campo da política.

Nos salões e academias literárias do século XIX ou nas instituições filantrópicas do século XX, mulheres de diferentes gerações puderam, então, se afirmar no campo da política e experimentar novas formas de sociabilidades. Nessas experiências, brotam como desafios a

enfrentar as novas concepções de casamento e de relações de gênero sem autoritarismo, de defesa da cidadania e de independência econômica feminina.

Em um variado e complexo movimento de acatar e desobedecer, as mulheres irão distinguir momentos e práticas do campo dos direitos sociais. Assim, reconhecem os desafios desse campo e permitem-se ora avançar, ora recuar, em busca de justiça social e de novas concepções de sociedade – caso não igualitária, pelo menos, mais justa, por meio de políticas sociais. Alinham-se também - e sob muitos riscos - a associações socialistas e mesmo comunistas. Localiza-se nessa experiência feminina tão plural a fertilidade e a complexidade da filantropia como campo de luta por direitos e um fértil espaço de empoderamento feminino. Há, nela, muitos desafios a enfrentar nas muitas pesquisas a serem empreendidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCANTARA, Mauro Henrique Miranda de. A Biografia como Fonte histórica: Analisando o abolicionismo em D. Pedro II. *Anais Eletrônico*. VI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. ANPUH/BA, 2013.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Educadoras protestantes em São Paulo no século XIX*. II Congresso Brasileiro de História da Educação, de 03 a 06 de novembro de 2002. Natal. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0511.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2016.
- \_\_\_\_\_. Currículos da Escola Normal paulista (1846-1920): Revendo uma trajetória. *R. Bras. Est. Pedag.*, Brasília. v. 76, n. 184, p. 665-689, set/dez, 1995.
- ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. Recentralizando a Federação? *Revista Sociologia e Política*, n. 24, p. 29-40 jun, 2005.
- AMARAL. Luciana Pacu Wollmann do. Barreto, “bairro operário”: Trabalhadores, política e associativismo em uma comunidade operária fluminense nos anos 1940 e 1950. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n.5, janeiro - junho de 2011, p 114-135.
- ARAÚJO, Petra Maria Calazans. *Curso de Visitadoras Sociais da Escola de Serviço de Niterói*. Trabalho de Conclusão de Curso. 1947. ESSERJ.
- AZEVEDO, Denilton Novais. A trajetória de vida do intelectual comunista Octávio Brandão e o Contexto da produção da obra agrarismo e industrialismo (1926-1931). In: MARTINS, Gelise Cristine Ponce; AZEVEDO, Denilton Novais. (Orgs.). *(Auto)biografias e trajetórias: incursões na história Cultural, Política e intelectual*. Curitiba, PR: CRV, 2014.
- AZEVEDO, Elizabeth Ribeiro. “Conservatório Dramático e Musical de São Paulo: Pioneiro e Centenário”, In: *Histórica*, n. 16, nov. 2006.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Memória e Família*. Estudos históricos, RJ, v. 2, n. 3. 1989, p.29-42.
- BERNARDES, Maria Elena. Laura Brandão: Dos salões aos comícios. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Bento Bisso. (Orgs.). *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2009.
- BOCK, Gisela; DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). *História das mulheres no ocidente*, v. 5, p. 185-320, 1991.

BONATO, Massimo. A micro história e a metodologia qualitativa de pesquisa. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia. Gabriel Brene Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.). *Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo: Ed. Unicamp. 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

BRITES, Olga. Revista Infância - Cruzada Pró-Infância. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais...* ANPUH. SP. julho de 2011.

BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Trad. Magda Lopes, São Paulo: Editora Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.233-267.

CABRAL, Dilma. *Lepra, Medicina e Política de Saúde no Brasil (1894-1934)*. Rio de Janeiro: Editora fiocruz, 2013.

CAMARGO, Aspásia; HIPOLLITO, Lúcia; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. *Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.1986

CAMPOS. Paulo Fernando de Souza; OGUISSO, Taka. Cruz Vermelha Brasileira (filial São Paulo) na imprensa (1916-1930). *Escola Anna Nery Rev enfermagem*, 2009, jul/set 13(3) 492 - 99.

CAPELATO. Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena: Propaganda política no vargusmo e no Peronismo*. Ed unesp.1998

CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma nova história? In: *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus.1995

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Relações de gênero e usos do passado na escrita autobiográfica (ISBN 978-85-200-0910-9). In: Rachel Soihet; Maria Regina Celestino de Almeida; Cecília Azevedo; Rebeca Gontijo. (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 291-310.

CARNEIRO, ROSAMARIA. Feminismos e maternidades: (des) encontros e (re) significados Subjetividades maternas e feministas em questão. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais...* ANPUH- SP julho 2001.

CARVALHO, Andréa Ledig de. *A participação estudantil no Movimento de Reconceituação do Serviço Social (1961/1968)*. Niterói. UFF/CES/ESS. Monografia de Final de curso. 2º semestre de 1992.

\_\_\_\_\_. *Buscando Novos Signos para o Serviço Social: Reexaminando nossa história profissional no antigo Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. UFRJ/CFCH/ESS. Dissertação de Mestrado. 1998

CASTELLS, Manuel. *A Era da informação: Economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1999.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e Pessedismo Fluminense: O PSD de Amaral Peixoto*. Tese de doutorado, departamento de História da UFF – Niterói. 1995.

CAVALIERE, Ivonete Alves de Lima. *Memórias do isolamento compulsório no Hospital-Colônia Tavares de Macedo - RJ (1936-1986)*. Tese de Doutorado em Política Social. Niterói; UFF, Escola de Serviço Social, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vozes, 1994.

CHAMON, Magda. *Trajetória de feminização do Magistério: Ambiguidades e Conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica. FCH-FUMEC, 2005.

CIAVATTA, Maria. A introdução à Escola do Trabalho, escola nacionalizadora de Deodato de Moraes. *Trabalho Necessário*, a. 13, n. 21, 2015. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. De “Escola do trabalho” a “escola Industrial”. *Trabalho Necessário*. a. 13, n. 22, 2015. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CODATO, Adriano. *Quando o Brasil era moderno: O Estado antes da crise do Estado*. *Rev. doisPontos*, Curitiba. São Carlos. v. 5, n. 12. Out., 2008, p.143-168.

CORREA, Mariza. “A cidade de menores: uma utopia dos anos 30”. In. FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2006. P. 81-100.

CÔRTE. Andréa Telo. (Org.). *Amaral Peixoto: História, memória, política*. Niterói. FUNARJ/Imprensa oficial. 2012.

\_\_\_\_\_. *Praça da República: Poder, Identidade e História Urbana em Niterói*. Niterói, RJ: Niterói Livros, 2011.

COSTA, Suely Gomes: Estudos de gênero em cena: História, historiografia e pesquisa. *Rev. Interthesis*, v. 8, n. 2, 2011.

COSTA Suely Gomes. "Das desventuras de ser doutora". *Caderno Espaço Feminino*, v. 12, n.15. ago/dez. 2004.

COSTA, Ana Célia Alcantâra; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Org.). *O feminismo do Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador. UFBA/Núcleo de Estudos interdisciplinares sobre a mulher, 2008.

COSTA, Rafael Navarro. (Re)Definindo práticas: Amaral Peixoto e a Política Fluminense no período democrático. In: CÔRTE, Andréa Telo (Org.). *Amaral Peixoto: História, memória, política*. Niterói. FUNARJ/Imprensa oficial. 2012. p. 83-104.

COSTA, Suely Gomes. Tornando a 'Simpleza antiga'. Rio de Janeiro, fins do século XIX. *Rev. Tempo*. UFF, RJ, Dept de História, v. 12, n. 24, jan-jun. 2008.

\_\_\_\_\_. "Culturas políticas e sensibilidades: pedagogias feministas. Rio de Janeiro, anos 1970-80." In: SOIHET, Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009: 351-372.

\_\_\_\_\_. "Onda, rizoma e "sororidade" como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX)." *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 6.2, 2009, p. 1-29.

\_\_\_\_\_. "Silêncios, diálogos e os Monólogos da vagina: instantes dos feminismos (Brasil, 1970-1990)." *Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC* 14.17, 2008, p. 35-56.

\_\_\_\_\_. Reinações filantrópicas no diário de Alice Dayrell Caldeira Brandt. In: SANGLARD et al. (Org.). *Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

\_\_\_\_\_. Diário de uma e outras meninas: práticas domésticas e educação. Diamantina, Minas Gerais, fins do século XIX. In: LOBO, Yolanda.; FARIA, Lia. (Org.). *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2008. p 47-77.

\_\_\_\_\_. Movimentos Feministas, feminismos. *Rev. Estudos Feministas*. Florianópolis, 12, set/dez 2004.

\_\_\_\_\_. O paradoxo da Diferença: Verdadeiro, falso e fictício. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 45, p. 210/218. Jan/jun 2010.

\_\_\_\_\_. Proteção social, maternidade tranferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos feministas*, v. 301, p. 2, 2002.

COSTA, Suely Gomes. *Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Córtez. 1995.

CRUZ, Ana Silvia Laurindo; PINTO, Nicole Soares. *Bola de Neve: O ideal positivista na ação filantrópica de Mulheres da Burguesia Curitibana em 1930*. VII SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO. *Anais...* 2006.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983

CUNHA, Vívian da Silva. *O isolamento Compulsório em Questão. Políticas de Combate a Lepra no Brasil (1920-1941)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa Oswaldo Cruz. Rj.2005

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DAVIS, Natalie Zemom. *Nas margens*. Três mulheres do século XVII. Trad. Hildegard Fust. SP: Companhia das letras, 1997.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. "Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina." *Cadernos de Pesquisa*, 86, 2013, p. 5-14.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*: Ana Gertrudes de Jesus. SP. Editora Brasiliense. 1984.

DOSSE, François. *A História em migalhas: dos annales a nova história*. São Paulo, Ensaios. 1992

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto na periferia: Adhemarismo e Janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cad AEL* v. 11, n.20/21, 2004.

DUNANT. Henry. *Lembrança de Solferino*. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. CICV, maio 2016. Disponível em:<[www.cicr.org](http://www.cicr.org)>. Acesso em: 30 out. 2016.

ECAR, Ariadne Lopes. *Conhecimentos pedagógicos como orientação para a "missão docente": a formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1915)*. (2011). Dissertação de mestrado em Educação - PROPED/UERJ. 2011.

\_\_\_\_\_. Política, cidade e formação de professores: a construção de um ideal civilizador republicano (1893-1915). In: CÔRTE, Andréa Telo. (Org.). *História Fluminense novos estudos*. Niterói/RJ: Centro de Estudos de História Fluminense, 2012.

\_\_\_\_\_. *Liceus e Escolas Normais em evidência no Jornal O Fluminense* - 1894.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador: Uma História dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. RJ. Ed Jorge Zahar, 1990.



ESCORSIM, Silvana Maria. A Filantropia no Brasil: Entre a caridade e a política de assistência social. *Rev. Espaço Acadêmico*, n.86, jul. 2008.

FARIA, Lina. "Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção." *Cadernos Pagú*, 27, 2006, p.173-212.

\_\_\_\_\_. As ocupações supostamente subalternas: O exemplo da enfermagem brasileira. *Saúde Sociedade*. São Paulo, v.17, n. 2, p. 35-44, 2008.

\_\_\_\_\_. A casa de Geraldo de Paula Souza; texto e imagem sobre um sanitarista paulista. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, v. 12, n. 3, p.1011-24, set/dez 2005.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*. Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Uso e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Niterói Poder. A cidade como centro político. In: MARTINS, I. L; KNAUSS, P.(Org.). *Cidade Múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói livros, 1997, p.73-100.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 2007.

FRANCO, Maria A. Ciavatta; FRIGOTTO, Gaudêncio. As faces históricas do trabalho: como se Constroem as categorias. *Revista Brasileira estudos Pedagógicos*, Brasília, v.74, n. 178, p. 529-554. set/dez., 1993.

FREIRE, Maria M. L. *Mulheres, mães e médicos: Discurso maternalista em revistas femininas* (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2006.

FREIRE, Maria Martha de Luna Freire. Quando a caridade encontra a ciência um olhar sobre a trajetória do dr. Arthur Moncorvo filho. In: SANGLARD et al. (Org.). *Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.113-132.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e Médicos: Discursos maternalistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREIRE, Marta. Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos, e a construção da maternidade científica na década de 1920". *Revista História, Ciências e Saúde*. v. 15 (supl.), Rio de Janeiro: Manguinhos, 2008.

FREITAS, Rita de Cássia Santos, et al. "Construindo uma profissão." *Serviço social e sociedade*, 97, 2009), p.57.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. (Coord.). *Relatório de Atividades*. Projeto de pesquisa. Niterói a universidade e as mulheres. 2012. UFF. ESS-SSN - NPHPS/CRD

GAMA, Violeta C. S. da. *Memórias: Homenagem aos 50 anos da ESSN (1945-1995)*. Niterói/RJ: EDUFF, 1995.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social no linear da profissão operária*. Trabalho de conclusão de curso, ESSERJ, 1950.

GARANBONE, Sidney. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

GOMES, Ângela Maria de Castro. "Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo." *Revista Estudos Históricos*, 6.11, 1993, p.62-77.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A guardiã da Memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996(b).

GOMES, Leila Maria Afonso. *Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: significado da Escola de Serviço Social da UFF no período de 1945/1964*. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo; PUC-SP, Faculdade de Serviço Social, 1994.

GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, M.; GOUVÊA, M. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, MAUAD/FAPERJ, 2005, p. 259-284.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escalas: A Experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Editora Mulheres, 2003.

HAMILTON, Wanda; FONSECA, Cristina. Política, Atores e interesses no Processo de mudanças institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953. *Rev. História, ciências, saúde* - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 10 (3), p. 791 -825, set./dez., 2003.

HARTOG, François. Tempo e História: Como escrever a história da França hoje? *História Social*, Campinas. São Paulo. n. 3,1996, p. 127-154.

HILSDORF, Maria Lucia. Educadoras metodistas no século XIX: Uma abordagem do ponto de vista da História da Educação. *Revista de Educação do Cogeime*, a. 11, n. 20, jun., 2002, p. 93-98.

HOBBSAWM, Eric. *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HONORATO, Cezar. "A interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro e as políticas sociais (1938/45): Pequeno ensaio de interpretação". In: CÔRTE. Andréa Telo. *Amaral Peixoto: História, Memória, Política*. Niterói: Ed. FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Novo Estado no Estado Novo: Análise da interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro*. Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 1987.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Companhia das Letras, 2009.

JONES, Judith Mac-Knight. *O Soldado Descansa!* Uma epopeia Norte Americana sob os céus do Brasil. São Paulo: Jarde, 1967.

KAMITA, Rosana Cássia. Revista A Mensageira: Alvorecer de uma nova era? *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (N.E), 264, set./dez., 2004.

KARAWEJCZYK, Mônica. "Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal Correio do Povo1." *Topoi*, 11.21, 2010, p. 204-221.

KINGSTON. Carmem. *Os anos de aprendizagem de uma trabalhadora social*. Trabalho de Conclusão de Curso. 1948. ESSERJ.

KONDER, Leandro. Intelectuais Brasileiros e Marxismo. Mario de Andrade (1893-1945). *Revista Espaço Acadêmico*, n. 79. Mensal. dez., 2007, a. VII.

KOSSOY, Boris, *Fotografia & História*. 2. ed. revisada. São Paulo: Atêlie Editorial, 2001.

KROPF. Simone Petraglia; LACERDA, Aline Lopes de. *Carlos Chagas: Um cientista do Brasil*. RJ. Ed. Fiocruz, 2009.

KRUIF, Dr. Paul. *Chicago Conserva a vida das suas crianças*. Tradução Pérola Byington. Publicação da Cruzada Pró-Infância, 1939.

KRYKHTINE, Carlos Alberto Peres. *Avenida Amaral Peixoto: O modernismo e o Colonial na abertura de uma via monumental*. 8º Seminário DOCOMONO Brasil. Rio de Janeiro 01 a 04 de setembro de 2009.

LAGRAVE, Rose-Marie. "Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX." *História das mulheres no ocidente*, 5, 1991, p.505-543.

LANDIM, Leilah; GIUMBELLI, Emerson. *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Nau Editora, 1998.

LAQUEUR, Thomas W. Corpos, detalhes e narrativa humanitária. *A nova história cultural*, p. 239-277, 1992.

LEFAUCHER, Nadine. Maternidade, família, Estado. In: *História das mulheres no ocidente*. v. 5: O século XX. Porto: Afrontamento, 1991, p.479-503.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Quarteto Editora, 2005.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In. BURKE. P. *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dôra Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de. PINTO, Maria Marta Saavedra. Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. *Rev. História, ciências, saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10 (3), p.1037-51, set./dez., 2003.

LITVAK, Lily. *A arte anarquista espanhola de fins do século XIX*. Coleção Remate de Males. Unicamp. n. 5, 1985, p. 69-85.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

LORIGA, Sabina. *O Pequeno X: da biografia a história*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

LÖWY, Michel. *Romantismo e Messianismo*. Ensaios sobre Luckács e benjamim. São Paulo: Editora Perspectiva/editora da universidade de São Paulo, 1990, p. 186.

\_\_\_\_\_. *Redenção e utopia*. O judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva). Tradução Paulo Neves - São Paulo: Companhia das letras, 1989.

MACIEL, Laurinda Rosa. *Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962)*. Diss. Universidade Federal Fluminense, 2007.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Vozes católicas: Um Estudo sobre a presença feminina no periódico A Ordem (1930-1940). In: LOBO, Yolanda. FARIA, Lia. (Org.). *Vozes femininas do Império e da República*. RJ. FAPERJ. 2008. p 81- 104.

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. SP: Siciliano, 1995.

MARTINS, Gelise Cristine Ponce. Memória e narrativa autobiográfica: Análise da trajetória de Braz Ponce Martins. In: MARTINS, Gelise Cristine Ponce; Azevedo, Denilton Novais. (Org.). *(Auto)biografias e trajetórias: incursões na história Cultural, Política e intelectual*. Curitiba, PR: CRV, 2014.

MARTINS. Ana Paula Vosne. *A Católica e a Feminista: O protagonismo Público de Stela Faro e Eugênia Hamann no cenário das políticas brasileiras de Assistência Social na primeira metade do século XX*. Projeto de pesquisa de estágio de Pós-doutorado a ser desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFF, 2014.

\_\_\_\_\_. Bondade, substantivo feminino: Esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. *História: questões & debates*. Curitiba, n. 59, p. 143-170. Jul./dez., ed. UFPB, 2013.

\_\_\_\_\_. Protagonistas ou coadjuvantes? Algumas considerações sobre o uso da biografia de mulheres para o estudo da história da filantropia e da assistência no Brasil. II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG. Unicentro. Produção e circulação do conhecimento. *Cadernos de resumo*. Ponta Grossa, 2015.

\_\_\_\_\_. Gênero e Assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciência e Saúde- Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez., 2011, p. 15-34.

\_\_\_\_\_. “Vamos criar seu filho”: Os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciência e Saúde*, Manguinhos - Rio de Janeiro, v. 15 supl. 1, jan./mar., 2008, p. 135-154.

MARTINS. Ana Paula Vosne; BARBOSA, Michele Tupich Barbosa. Coração e ciência: Vitor Ferreira do Amaral e a prática da medicina e da assistência à maternidade e à infância na Curitiba do início do século XX, p. 149-164 In: SANGLARD et al. (Org.). *Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930), *Cadernos Pagú* (4) 1995. p. 97-115.

- MAUAD, Ana Maria. Sobre imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. *Revista Maracanan*. v. 1.n 14, p 33-48. jan./jun. 2016.
- MAURANO, Flávio. "História da lepra em São Paulo." *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1939.
- MESTRINER, Maria Luiza, *O Estado entre a Filantropia e a Assistência*. 4. ed. São Paulo. Cortez.2011.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. Alice Tibiriçá: Lutas e ideais. 2. ed. *Rev ampliada e atualizada*. RJ: Ed do autor. 2005
- MONTEIRO, Yara Nogueira. Hanseníase: História e Poder no Estado de São Paulo. *Rev Hansen Int*. 12(1):17. 1987.
- MONTEIRO, Yara Nogueira. Violência e Profilaxia: Os Preventórios Paulistas para filhos de portadores de Hanseníase. *Saúde e Sociedade*, 7 (1), p. 3-26, 1998.
- MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de Gênero e desenvolvimento moral das mulheres. *Rev. Estudos Feministas*. Julho/dezembro 2003. v. 11, n. 002. UFRJ, p.493-508.
- MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORENO, Alessandra Zorzetto. O país do futuro deles. *Revista de História da biblioteca nacional*, n. 66, mar. 2011.
- MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invadindo o Mundo Público; Movimento de Mulheres (1945-1964)*. Dissertação apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Departamento de História. 2015.
- MORIN, Tania Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa-1789-1795*. Diss. Universidade de São Paulo, 2009.
- MORIN, Tânia Machado. *Virtuosas e Perigosas: As Mulheres na Revolução Francesa*. São Paulo: ALAMEDA, 2014.
- MOTA, André. A filantropia “paulista” que ficou “paulistana”: A liga Paulista contra a Tuberculose, 1904-1920. In: SANGULARD et al. (Org.). *Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- MOTT, Maria Lúcia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Perola Byngron. *Revista Gênero*, v. 3, n. 2, Niteroi: Eduff, 2003.
- MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, Política Públicas e Benemerência no Brasil. (1930-1945). *Cadernos Pagú*, 16, 2001, p.199-234.

MOTT, Maria Lucia. *O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância*. São Paulo. Grifos projetos históricos e editoriais, 2005(a).

\_\_\_\_\_. De educadora a médica: trajetória de uma pioneira metodista. *Revista do Cogeme*, n. 15. Dez./99. p. 115-126

\_\_\_\_\_. Gênero, medicina e filantropia. Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagú*, 24, p. 41-67, jan./jun. 2005(b).

\_\_\_\_\_. Uma historiadora militante: Maria Lucia Mott (1948-2011). *Cadernos de pesquisa*, v. 43, n. 150, p. 1042-1053 set/dez. 2013.

NETTO, Wanderlino Teixeira Leite. *Passeio das letras na taba de Araribóia: A literatura em Niterói no século XX*. Niterói/RI. Niterói livros: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

NEVES, Margarida de Souza. Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.21-33.

OPROMOLLA, Paula Araújo; LAURENTI, Rui. Controle da Hanseníase no estado de São Paulo: Análise Histórica. *Revista Saúde Pública*. 45(1), p.195-203, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes*. Editora E-papers, 2010.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas: meu Pai*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

PERROT, Michelle. *Sair*. In: DUBY, G. *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Ed.Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

PINHEIRO, Maria Esolina. *Serviço social: Infância e Juventude Desvalida*. São Paulo: Córtez: Rio de Janeiro: Centro de Produção da Uerj, 1985 (Serie Serviço Social: Documento Histórico)

PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900*. Governo de São Paulo, 1979.

PINTO, Céli Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.



PORTO, Fernando; SANTOS, Tânia Cristina Franco. A divulgação da competência Técnica em socorro das enfermeiras da Cruz Vermelha (SP) nas circunstâncias da Primeira Guerra Mundial (1917-1918). *Revista Eletrônica de Enfermagem*. v. 8, n. 2, p. 273-281, 2006.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. *Participação feminina no debate público brasileiro*. Nova História das Mulheres. Editora contexto, 1. ed, São Paulo, 2012.

RAGO, Margareth. "Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri." Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/agora/pdf/margarethrago.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Cartografias de si no feminismo da diferença: Amelinha, Gabriela, Norma. *Revista Gênero*, v. 10, n. 2, 2010.

RIOUX, Jean-Pierre. A Memória Coletiva. In. REMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. RJ: Ed. FGV, 2003. p. 307-334.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. *Cadernos Pagú*, 24, jan./jun. 2005, p. 69-104.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rocco, 1994.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. A “Pira da Fé”: Mulheres e ação política em Juiz de Fora, anos 1960. In: SOIHET, Rachel. (Org.). *Mitos, Projetos e práticas políticas*. Memória e Historiografia. RJ: Civilização Brasileira, 2009.

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência”. *Revista História, questões e debates*, p. 20-21, 1989.

SACCHELLI, Myriam Janet; LEANDRO, José Augusto. Mulheres de elite e a primeira Conferência de Assistência Social à lepra na Argentina. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. *Anais...* Eletrônicos, Florianópolis, 2013.

SANGLARD, Gisele et al. *Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. RJ: FGV, 2015.

SANGLARD, Gisele. Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. 2008.

\_\_\_\_\_. *Assistência entre o liberalismo e o bem-estar social*. XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, 2008.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos: A Institucionalização do ensino da pediatria e da assistência a infância no Rio de Janeiro da Primeira República. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 437-459, jul./dez., 2010.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e Filantropia: Fernandes Figueira e a assistência a infância no Rio de Janeiro (1900-1920). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 71-91, jan./jun. 2014.

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do RJ (1922-1936). *História, ciências, saúde - Manguinhos*. 17, supl. 1, p 127-147, 2010.

SANTOS, Eliana Maria. *Gênero e construção de sujeitos políticos*. SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA. UFPR. 2011.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. *Entidades filantrópicas & Políticas Públicas no Combate a lepra: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945)*. Dissertação de mestrado em História das ciências e da saúde. COC/FIOCRUZ. RJ. 2006. 163p.

\_\_\_\_\_. Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945). *História, ciência, saúde*. Manguinhos-RJ. v.18, supl.1, Rio de Janeiro: Dec. 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, jan./abr., 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e Gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In.: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Bento Bisso. (Orgs.). *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2009.

SCHOLZ, Jonathan Marcel; HOBSBAWM, Eric. Tempos Fraturados: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 358 p. *Faces da História* 1.1 (2014): 225-231.

SCHPUN, Mônica Raisa. "Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz." *cadernos pagu* 12 (2015): 331-377.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. (Eds.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade: com 270 ilustrações*. Zahar, 2000, p. 31-33.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*, n. 24, p. 51-73, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SILVA, Carolina Fernandes. *O moderno em aberto: O mundo das artes em Belém do Pará e a pintura de Antonieta Santos Feio*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social/UFF, 2009.

SILVA, James Roberto. De aspecto quase florido. Fotografia em revistas médicas paulistas, 1898-1920. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 201-216, 2001.

SILVA, Lenina Vernucci da. Contribuições feministas para o pensamento político brasileiro: As Sufragistas nos anos 1920. *I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política: Interfaces da Ciência Política*. Universidade Federal de São Carlos- SP. 2013.

SIMILI, Ivana Guilherme. Mulher e política: A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In. REMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Cap. 8, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. As elites culturais. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. *A geração*. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.131-137.

SOARES, Thais Gonsales; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Escolas protestantes no final do século XIX: Entre o Novo e o Velho. XXVI SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH. *Anais...* São Paulo, jul. 2011.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Tutela e devir das mulheres no espaço público: Alzirinha e Evita. In.: CÔRTE, Andréa Teló. (Org.). Amaral Peixoto. *História, Memória, política*. Niterói. FUNART/Imprensa oficial. 2012.

SOIHET, Rachel. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis 13(3), p. 320, set./dez., 2005.

SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Cópio. Carmem Dolores: As contradições de uma literata da virada do século. In: LOBO, Yolanda; FARIA, Lia. (Orgs.) *Vozes femininas do Império e da república*. Rio de Janeiro FAPERJ, 2008. p. 145-169.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia. Significados para a História. *Locus-Revista de História*, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, 2003, p. 9-32.

\_\_\_\_\_. O feminismo tático de Bertha Lutz. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

\_\_\_\_\_. As armadilhas da memória: Relatos de uma ex-militante. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Mitos, Projetos e práticas políticas*. Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de educação*, set/out/nov/dez 2000, n 15p 97-117

SOUZA, Christiane Maria Cruz de Souza. Médicos e Mulheres em ação: O controle da câncerna Bahia( primeira metade do século XX) In: Sanglard et al. (org). *Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminização: Magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. *História da educação*. ASPHE/FaEPel, Pelotas (3): 35-57, abril.1998

THÉBAUD, Françoise. *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Coleção organizada por Georges Duby e Michèle Perrot. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

TORRES, Iraíldes Caldas. As primeiras damas e a assistência social: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortês. 2002.

VAINFAS, Ronaldo. "História das mentalidades e história cultural". In: CF Cardoso e R. Vainfas (orgs.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

VASQUES, Maria Laura Costa. Feminismo, Eugenia e Maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira. *Fronteira Douradas*. MS. v. 14, n. 25, 2012. p. 55-68.

VEIGA, Jair Toledo. Tragédia no Sítio da Serra. In: *Estudos regionais Paulistas* - instituto histórico e geografico de Piracicaba. SP, 1988, p. 89-102.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

VELLOSO, Monica Pimenta. A “cidade-voyeur”: O Rio de Janeiro visto pelos Paulistas... *Rev. Rio de Janeiro*, n. 8, p. 83-100, set./dez., 2002.

VENÂNCIO. Gisele Martins. A utopia do Diálogo: os prefácios de Oliveira Vianna e a construção de si na obra publicada. In: GOMES, Ângela de Castro, SCHMIDT, Bento Bisso (Org.). *Memórias e narrativas autobiográficas*. RJ Ed. FGV, 2009.

VIANNA, Rosa Rita de Cassia. A “ Pira da Fé” mulheres, memórias e ação política em Juiz de Fora, anos 1960. In: SOIHET,Rachel. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Civilização Brasileira, 2009.

VIEIRA, Ana Lúcia. “ A colaboração lhe bate à porta.... Visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953). RJ: EdUERJ, 2013.

\_\_\_\_\_. *Intervenções cotidianas em nome do bem-estar dos assistidos: O biopoder nas vilas operárias*. Anais do XXVI Simposio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho 2011

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Contribuição protestante à reforma da Educação paulista. *Comunicações*. 9.1 (2012); 256-274.

VIERA, Claudia Andrade. "Mulheres de Elite em movimento por direitos políticos". *Revista Gênero*. v. 2, n. 2, 1 semestre. 2002. Niterói, p. 115-130.

WATSON, Lêda. Sonhos, momentos, emoções: récnicas e gravuras. Brasília; (s.n.),2008, 128p Projeto patrocinado de Fundo da Arte e da Cultura - Secretária de Estado e Cultura do Distrito Federal.

WEBER, Marx. A ética protestante e o espirito do capitalismo. 15. ed. SP:Pioneira. 2000.

WEINSTEIN, Barbara. "Inventando a" mulher paulista": política, rebelião e a generificação das identidades regionais brasileiras." *Revista Gênero* 5.1, 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 609-634, set/dez, 2005.

XAVIER, Sandra. Mens san in corpore sano: a religião da higiene e as profilaxias em Fernando Bissaya Barreto. In: SANGLARD et al. (org). *Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

### **Depoimentos:**

GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. *Violeta Campofiorito (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

\_\_\_\_\_. Entrevista ao Núcleo de Pesquisa histórica sobre proteção Social/Centro de Referência documental 2002, ESS/UFF.

CRUZ, Nilda de Oliveira Ney de Vasconcellos. *Nilda Ney (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

TIBIRIÇÁ Alice. *Traços biográficos*. 1 ed. 1960. Acervo da biblioteca Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

TIBIRIÇÁ, Maria Augusta. *Depoimento*, 1987. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988. 144 p. ("Projeto Memória da Petrobrás")

## **Fontes primárias:**

CARTAS de Alice Tibiriçá ao Sr Armando de Salles Oliveira (Interventor Federal em São Paulo) e ao Sr. Dr.Márcio Pereira Munhos (Interventor Federal interino no Estado de São Paulo) . 1934. Acervo da biblioteca Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ.

PRONTUÁRIO de Alice Tibiriçá, acervo: Delegacia da ordem social. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/fichaseprontuarios>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

RELATÓRIO da Sociedade de Assistência aos Lázarus 1926/1927. Acervo da Biblioteca Casa de Oswaldo.

TIBIRIÇÁ, Alice de Toledo Ribas. *Como eu vejo o problema da lepra: e como me vêem os que o querem manter São Paulo*. 1934 acervo da biblioteca Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ.

TIBIRIÇÁ, Alice de Toledo. *O feminismo e o combate à lepra. Conferência realizada no salão da academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1928*. Rio de Janeiro. Acervo da Biblioteca do Instituto Lauro de Souza Lima- Bauru- SP.

## **Acervos pesquisados:**

### **No Rio de Janeiro**

Acervo da Escola de Serviço de Niterói - Arquivo Central da Universidade Federal Fluminense \_ NDC/UFF.

Acervo da Escola Profissional Henrique Lage - 1930- 1945 -Centro de Memoria Henrique Lage.

Acervo de Monografias da Escola de Serviço Social de Niterói - 1947 - 1966- Biblioteca Central do Gragoatá.

Acervo Alice Tibiriçá -Biblioteca da Casa Oswaldo Cruz.

Acervo Amaral Peixoto - Museu de História e artes do Estado do Rio de Janeiro.

Acervo Alzira Vargas do Amaral Peixoto - CPDOC/FIOCRUZ.

### **Em São Paulo**

Biblioteca do Instituto Lauro de Souza Lima

Prontuários nº 97078 de Alice Toledo Ribas Tibiriçá e nº 56159 de Pérola Ellis Byington - Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo DEOPS/Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fundo Cruzada Pró-Infância. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

**Jornais:**

Biblioteca Nacional : <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.